

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS**

JOSÉ ADJAILSON UCHÔA-FERNANDES

**Webativismo e as Jornadas de Junho:**  
“primavera” de um acontecimento discursivo

Versão Corrigida

São Paulo  
2019

JOSÉ ADJAILSON UCHÔA -FERNANDES

**Webativismo e as Jornadas de Junho: “primavera” de um acontecimento  
discursivo**

Versão Corrigida

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês do Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Letras.

Área de Concentração: Estudos Linguísticos e Literários em Inglês

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Deusa Maria de Souza Pinheiro-Passos

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

U17w Uchôa-Fernandes, José Adjailson  
Webativismo e as Jornadas de Junho: "primavera" de um acontecimento discursivo / José Adjailson Uchôa-Fernandes ; orientadora Deusa Maria de Souza Pinheiro-Passos. - São Paulo, 2019.  
305 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Modernas. Área de concentração: Estudos Linguísticos e Literários em Inglês.

1. Análise de Discurso. 2. Webativismo. 3. Jornadas de Junho. I. Pinheiro-Passos, Deusa Maria de Souza, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE DE SAO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

## **ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**

### **Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)**

**Nome do (a) aluno (a): José Adjailson Uchôa Fernandes**

**Data da defesa: 22/11/2019**

**Nome do Prof. (a) orientador (a): Deusa Maria de Souza Pinheiro Passos**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 16/12/2019



---

*(Assinatura do (a) orientador (a))*



UCHÔA-FERNANDES, José Adjailson. **Webativismo e as Jornadas de Junho:** “primavera” de um acontecimento discursivo. Tese (Doutorado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Letras.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Deusa Maria de Souza Pinheiro-Passos  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Julgamento\_\_\_\_\_ Assinatura\_\_\_\_\_

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marisa Grigoletto  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Julgamento\_\_\_\_\_ Assinatura\_\_\_\_\_

Prof. Dr. Lúcio Felix Frederico Kowarick  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Julgamento\_\_\_\_\_ Assinatura\_\_\_\_\_

Prof. Dr. Ernesto Sérgio Bertoldo  
Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia

Julgamento\_\_\_\_\_ Assinatura\_\_\_\_\_

Aos meus pais, Guilherme Fernandes da Silva (*in memoriam*) e Elevina Uchôa Fernandes, com amor, admiração e gratidão pelo apoio, zelo e exemplo de vida.

À minha amada Érica Braga Barbosa, por sua paciência ao longo desta etapa de minha vida, pela intensidade do amor que sentimos mutuamente, pelos sonhos compartilhados e pelos momentos maravilhosos ao seu lado, na esperança de que esses quase quatro anos sejam apenas um começo de uma vida cheia de alegrias.

Para o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com profunda gratidão pelo seu nobre empenho em nos proporcionar Universidades multiétnicas, multiculturais, plurais como toda Universidade deve ser. Minha gratidão, sobretudo, pela oportunidade de realizar o sonho de me tornar professor em uma instituição com essas características. Espero que não haja mal que dure para sempre nem injustiça que não possa ser reparada.

## AGRADECIMENTOS

À CAPES, pelo financiamento que viabilizou essa pesquisa.

À minha orientadora, Profa. Dra. Deusa Maria de Souza Pinheiro-Passos que, desde minha Iniciação Científica, tem apostado no meu potencial para a carreira acadêmica me alimentando dos melhores conhecimentos, conselhos e provocações. Manifesto aqui minha gratidão pela sua dedicação, elástica paciência, profissionalismo e, principalmente, por sua persistência nos momentos dessa jornada em que hesitei. Mais do que lições acadêmicas, esses anos todos de parceria me proporcionam a lição de que é possível construir o que, a princípio, pode parecer impossível. Esses ensinamentos são para toda a vida.

À minha família, sobretudo ao meus pais, Elevina Uchôa Fernandes e Guilherme Fernandes da Silva (*in memoriam*), professora primária e agricultor que, a despeito das adversidades que lhes foram impostas, conseguiram formar seus sete filhos para o exercício da cidadania e de valores humanísticos. Destaco e agradeço a valorosa contribuição de meu irmão Adjaci pelo estímulo e apoio quando tudo parecia mais difícil.

À Michelle Aranha, ex-aluna, ex-orientanda e, principalmente, amiga querida por sua revisão criteriosa deste texto, pelas palavras de encorajamento, pelos saberes compartilhados e as produtivas discussões sobre o objeto desta pesquisa. Para mim, é motivo de grande orgulho ter participado e ter sido contemplado por sua contribuição nessa nossa jornada que já se estende por alguns junhos.

À Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e, por extensão, ao Estado brasileiro, pela concessão do afastamento de minhas funções docentes, o que possibilitou minha dedicação exclusiva aos estudos de pós-graduação.

Aos professores Dr. Lynn Mário Trindade Menezes de Souza e Dra. Marisa Grigoletto por sua solicitude quando por mim procurados para o diálogo, pelo estímulo e pelas observações e indicações bibliográficas que contribuíram para o

aprimoramento deste trabalho, especialmente por ocasião de meu exame de qualificação.

Aos professores Dr. Lúcio Kowarick (Departamento de Ciência Política – FFLCH/USP), e Walkyria Monte Mór (Departamentos de Letras Modernas – FFLCH/USP), pelos saberes compartilhados em suas disciplinas de pós-graduação cuja contribuição inestimável se fez presente ao longo de todo o processo para a realização desta pesquisa.

Ao Departamento de Letras Modernas, seus técnicos e docentes, sobretudo à Edite, pela simpatia e solicitude e profissionalismo que sempre pautaram o exercício de suas funções, contribuindo para o bom andamento das atividades desta pesquisa.

Aos meus colegas do Grupo de Estudos Semânticos e Discursivos em Língua Estrangeira (GESDELE), pelo convívio amistoso e pela troca de experiências relevantes acerca dos aspectos comuns de nossas pesquisas.

Ao Sérgio Souza, meu “mano” querido, pela acolhida, pelo afeto e pelas provocações psicanalíticas que me proporcionaram lidar melhor com minha própria subjetividade.

Ao Rodrigo Cajuella, amigo fiel desde os tempos de Ensino Médio, sempre preocupado com meu bem-estar e que, muitas vezes, abdicou de suas próprias obrigações e afazeres para tornar mais fácil a minha estadia em São Paulo. Sua amizade é muito especial para mim.

Ao Antônio Rozendo, grande parceiro com quem tive a oportunidade de desenvolver uma agradável amizade durante esses quatro anos. Rozendo jamais permitiu que eu me sentisse sozinho ou sem ouvidos amigos.

Ao Alexandre Andrade, meu amigo “Taz”, com quem compartilho muitos ideais sobre sociedade e valores humanos, pelos diálogos informais, mas não menos lúcidos, sobre conjuntura política e social e pela assessoria em assuntos relacionados à Tecnologia da Informação (TI).

Ao querido amigo Maxwell Guerra pela gentileza de representar-me em meus interesses como cidadão ludovicense nesse período em que estive afastada da minha querida São Luís, a Ilha do Amor.

Aos amigos que estudaram comigo nas saudosas turmas da E.M.P.G Antônia e Artur Begbie pela alegria oportunizada pelo reencontro em nossos eventos mensais. Não os menciono nominalmente para não incorrer na injustiça de esquecer alguém dentre os muitos e igualmente queridos amigos. No entanto, gostaria de manifestar minha especial gratidão por Cristiane de Jesus, Cristiane Pereira, Divaci e sua companheira Mircela, Eliane Alves, Jaqueline Damacena, Leila Cristo, Silvana Brito e Simoni dos Santos por estarem ao meu lado em uma fase difícil da vida e acreditarem sempre na minha capacidade de superação. Pelos mesmos motivos agradeço ao amigo Jean Soares Viana, com quem dividi os melhores momentos da infância.

Aos meus antigos, atuais e futuros estudantes, em todos os níveis e instituições, por me darem provas, diuturnamente, do papel fundamental da educação na construção de uma sociedade mais justa e soberana.

À Katia, pessoa amável e de notável profissionalismo que, pelo exercício de suas funções, tem me propiciado um ambiente tranquilo e agradável que posso chamar de lar, facilitando sobremaneira o desenvolvimento de minhas atividades acadêmicas.

Agradeço a todos os seres vivos de todas as espécies que acompanharam esse processo em sua totalidade ou em suas etapas, especialmente ao meu fiel escudeiro, o canino Alonso e às felinas Bia e Ágata. Vocês fazem o meu viver mais alegre todos os dias.

Por fim, meu agradecimento especial a todos os trabalhadores da Educação, Ciência e Tecnologia que, por meio de sua atuação profissional, dedicam parte considerável de suas vidas ao desenvolvimento do Brasil e da espécie humana, fazendo frente ao obscurantismo.

*Não é que estamos vivendo o mal-estar na civilização. Isso sempre houve. A questão é que, para ter mal-estar é preciso civilização. E hoje, o que está em jogo, é a própria civilização.*

*(VOLTOLINI, Rinaldo, 2019)*

## RESUMO

UCHÔA-FERNANDES, José Adjailson. **Webativismo e as Jornadas de Junho:** “primavera” de um acontecimento discursivo. 2019. 303 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

As chamadas Jornadas de Junho de 2013 representaram um período importante na história recente do Brasil por se tratar do primeiro grande processo de mobilização social com abrangência nacional que contou com protagonismo do webativismo. A presente Tese consiste em um estudo de caso a respeito do webativismo que se deu no contexto desse processo de mobilização social com vistas a analisar, sob a perspectiva dos estudos semântico-discursivos da linguagem (PÊCHEUX, 1983 [2006]; ORLANDI, 1999 [2002]; GUIMARÃES, 2002), os processos de subjetivação nas redes sociais no contexto brasileiro, levando em conta o caráter de multiplicidade social e ideológica que perpassa os sujeitos envolvidos nesse processo, bem como as particularidades da cena enunciativa. Apontamos, no *corpus*, para pistas sobre o imaginário dos sujeitos que enunciam e como suas concepções sobre participação política em rede se relacionam com formações e práticas discursivas que remetem ao mercado e à racionalidade neoliberal. O *corpus* analisado consiste de seis páginas coletadas no *Facebook* e de postagens no *Twitter* circunscritas às *hashtags* “#VEMPRARUA” e “#CHANGEBRAZIL”, que estiveram em evidência naquele momento histórico. O processo analítico nos permite tomar esse caso particular de webativismo enquanto um acontecimento discursivo (PÊCHEUX, 1983 [2006]) na medida em que essa cena enunciativa afeta os modos de dizer e a constituição das identidades dos sujeitos-webativistas. Ao se inscrever no interdiscurso das/sobre as mobilizações sociais brasileiras, as Jornadas de Junho passaram a constituir o ponto de ancoragem de debates políticos e sociais que lhes sucederam, implicando desdobramentos que afetam os modos de dizer e práticas discursivas de mobilizações políticas subsequentes.

**Palavras-chave:** Análise de Discurso. Webativismo. Jornadas de Junho.

## ABSTRACT

UCHÔA-FERNANDES, José Adjailson. **Webactivism and the June Days**: “spring” of a discursive event. 2019. 303 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

The so-called June Demonstrations of 2013 represent an important period in recent Brazilian history as they were the first major social mobilization process with nationwide impact that featured webactivism. This Thesis is a case study about webactivism that took place in the context of this social mobilization process. It aims at analyzing, from the perspective of semantic-discursive language studies (PÊCHEUX, 1983 [2006]; ORLANDI, 1999 [2002]; GUIMARÃES, 2002), the processes of subjectivation in social networks in the Brazilian context, taking into account the aspect of social and ideological multiplicity that permeates the subjects involved in this process, as well as the uttering scene specificities. In the *corpus*, we point to clues about the imaginary of the subjects who utter and how their conceptions about political participation on the web relate to discursive formations and practices that refer to the market and neoliberal rationality. The *corpus* analyzed consists of six pages collected on *Facebook* and posts on *Twitter* under the *hashtags* “#VEMPRARUA” and “#CHANGEBRAZIL”, which were in the trending topics at that historical moment. The analytic process allows us to interpret this particular case of webactivism as a discursive event (PÊCHEUX, 1983 [2006]) insofar as this uttering scene affects the modes of enunciation and the constitution of webactivist-subjects’ identities. The inscription of the June Demonstrations in the interdiscourse of/about the Brazilian social mobilizations, turned this mobilization process into a touchstone for political and social debates that followed the demonstrations, implying developments that affect the modes of uttering and discursive practices of subsequent political mobilizations.

**Keywords:** Discourse Analysis. Webactivism. June Demonstrations.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
PERGUNTAS DE PESQUISA .....	33
HIPÓTESE.....	34
OBJETIVOS.....	37
METODOLOGIA E <i>CORPUS</i> DE PESQUISA .....	38
ORGANIZAÇÃO DA TESE .....	44
<b>CAPÍTULO 1. UM HISTÓRICO DAS JORNADAS DE JUNHO E SUAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO.....</b>	<b>46</b>
1.1 O MOVIMENTO PASSE LIVRE, SUAS BANDEIRAS E FORMAS DE ORGANIZAÇÃO .....	49
1.2 AS JORNADAS DE JUNHO NAS REDES SOCIAIS.....	59
1.3 NARRATIVAS EM DISPUTA.....	97
<b>CAPÍTULO 2. WEBATIVISMO E SUBJETIVIDADES NA CONTEMPORANEIDADE .....</b>	<b>109</b>
2.1 DIFERENTES OLHARES SOBRE O CIBERESPAÇO E AS REDES SOCIAIS .....	110
2.2 O NEOLIBERALISMO COMO CENÁRIO POLÍTICO-ECONÔMICO DO WEBATIVISMO .....	129
2.3 O WEBATIVISMO: AS REDES SOCIAIS NA PRIMAVERA ÁRABE .....	137
<b>CAPÍTULO 3. O CASO DO WEBATIVISMO NAS JORNADAS DE JUNHO .....</b>	<b>147</b>
3.1 A INSTITUCIONALIDADE EM XEQUE .....	148
3.2 A ECONOMICIZAÇÃO DAS RELAÇÕES ESTADO-POLÍTICA-CIDADÃO .....	187
3.3 VETORES DISCURSIVOS E FORÇAS RESULTANTES .....	231
<b>AS DIGITAIS DE UMA JORNADA EM (DIS)CURSO.....</b>	<b>284</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>298</b>

## INTRODUÇÃO

As “Jornadas de Junho”, como ficaram conhecidas as manifestações de rua que ocorreram em 2013 no Brasil, representaram um período singularmente importante na história recente do país, por se tratar do primeiro grande processo de mobilização com abrangência nacional que contou com protagonismo do webativismo nas redes sociais digitais. Designadas por alguns como a “Primavera Brasileira”<sup>1</sup>, em paralelismo aos acontecimentos que também se deram no mundo árabe, esse processo de mobilização alcançou forte repercussão nas redes sociais, em especial o *Facebook* e o *Twitter*, os quais serviram tanto como meios de divulgação de reivindicações e de debate quanto como forma de organização dos diversos atos de rua que ocorreram nos principais centros urbanos do território nacional.

A exemplo do que já havia ocorrido em países como Tunísia e Egito, precursores da chamada “Primavera Árabe”, as redes sociais figuravam como principal fonte de informação (SHEHABAT, 2015), debate e organização de movimentos reivindicatórios. As postagens produzidas no *Facebook* e no *Twitter* - e seus respectivos comentários e compartilhamentos - parecem atribuir aos conteúdos publicados nessas mídias um efeito de sentido que os coloca como possível alternativa, contraponto ou, nos termos de Newman (2014), um complemento à cobertura feita pela imprensa corporativa.

Não se trata, portanto, de estabelecer uma dicotomia entre as ditas “novas” Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e a dita mídia tradicional, que preferimos aqui designar como corporativa. Khondker (2013), ao tratar da chamada “Primavera Árabe”, nos alerta para o fato de que, embora as redes sociais tenham se constituído como ferramentas importantes para a organização, debate e recrutamento naqueles protestos, a mídia corporativa cumpriu o papel de apresentá-los a uma audiência global que veio a apoiá-los.

As redes sociais têm como característica propiciar certo efeito de liberdade e horizontalidade (UCHOA-FERNANDES, 2009), favorecendo formas distintas de autoria daquelas que tínhamos conhecimento. Esse efeito sugere que todo usuário

---

<sup>1</sup> Pelo que conseguimos resgatar a partir do mecanismo de buscas do Google, o termo Primavera Brasileira foi utilizado pela primeira vez pelo ex-deputado federal e jornalista Fernando Gabeira, em entrevista a Eliane Lobato, da revista Isto É de 21 de junho de 2013, disponível em <[https://istoe.com.br/308886\\_E+A+PRIMAVERA+BRASILEIRA+/">https://istoe.com.br/308886\\_E+A+PRIMAVERA+BRASILEIRA+/  
>](https://istoe.com.br/308886_E+A+PRIMAVERA+BRASILEIRA+/). Acesso em 14 de mai. De 2015.

pode produzir sua própria notícia, comentá-la e colocá-la à prova perante a sua rede de contatos. Por sua vez, implica-se uma concepção de ciberespaço enquanto cena enunciativa na qual qualquer usuário é considerado apto a produzir informações e propagá-las em blogues, *fanpages*, e outras modalidades de comunicação digital, cujos proprietários podem ser tanto jornalistas consagrados quanto cidadãos “comuns” que almejam debater suas pautas. No caso de alguns jornalistas, suas atividades no ciberespaço têm sido conduzidas paralelamente a outras nos meios tradicionais de imprensa. Considerando-se o caso específico do Brasil, no qual a maior parte da imprensa está sob o controle de alguns poucos grupos privados de comunicação (LIMA, 2013), este parece ser um deslocamento significativo nas condições de produção jornalística, podendo afetar o próprio modo como as informações são consumidas pelos usuários das redes, como podemos depreender das palavras de Newman *et. al.* (2014, p. 146)<sup>2</sup>

Cada vez mais jornalistas profissionais disputam ombro a ombro com blogueiros, jornalistas cidadãos, acadêmicos, grupos reivindicatórios, escritores em tempo parcial ou semiprofissionais, e mídias pessoais – e vice-versa - em um mundo cada vez mais transparente e conectado. Essa é a nova ecologia da produção e do consumo da notícia.

Os protestos que inicialmente se concentraram nas capitais de São Paulo e Rio de Janeiro, tendo como pauta inicial a revogação do aumento das tarifas dos transportes coletivos naqueles centros urbanos, logo tomaram corpo pela ostensiva repercussão, tanto na imprensa corporativa, quanto nas ditas novas mídias: blogues, *Twitter*, *Facebook*, *Tumblr*, *Instagram* e canais de transmissão via *streaming* pela *web* (como, por exemplo, o canal denominado *Mídia NINJA*) e na convergência entre eles. Com a contribuição dos debates travados na rede e dos atos organizados por meio dessas tecnologias, as passeatas e protestos foram ganhando adeptos e, juntamente com eles, uma multiplicidade de pautas e formas de organização. Vozes de diferentes setores – por vezes contraditórias entre si, tanto no tocante às bandeiras que erguiam quanto nos métodos e organização - somaram-se àquelas que deram a ignição das jornadas e o movimento que outrora era pontual e, inicialmente, rechaçado pelos veículos de comunicação tradicionais, passou então a contar com o apoio de amplos

---

<sup>2</sup> Do original: Increasingly, professional journalists rub shoulders with bloggers, citizen journalists, academics, pressure groups, part-time and semi-professional writers, and personal media-and vice versa-in an increasingly transparent and connected world. This is the new ecology of news production and consumption (Trad. Nossa).

setores da sociedade que, pelas mais variadas razões, expressavam alguma forma de descontentamento com o Estado, seus governos e instituições.

A respeito dessa multiplicidade de vozes e dos conflitos internos por ela implicados, Vianna (2013, p. 38) afirma que

A energia social difusa dos focos das manifestações de junho pode, entre outras variáveis, ser entendida como o resultado indireto de uma dinâmica estrutural de vida que é, em si mesma, desmobilizante para a maioria das pessoas numa sociedade de desregulamentação pós-industrial, de perfil ainda exportador de commodities e socialmente excludente.

Essa desregulamentação à qual Vianna se refere implica efeitos na constituição das subjetividades no mundo contemporâneo, sob hegemonia da razão neoliberal (BROWN, 2015). Para a autora, o neoliberalismo é um fenômeno globalmente ubíquo, se constituindo como um “modo distintivo de razão, de produção de sujeitos, uma ‘conduta da conduta’ e um esquema de avaliação” (Ibid. p. 21) que “configura todos os aspectos da existência em termos econômicos, [e] está silenciosamente desfazendo elementos básicos da democracia” (Ibid. p.17). Essa erosão das instâncias até então conhecidas de participação política e social nas democracias liberais e as novas condições de produção de subjetividades propiciadas pela razão neoliberal podem nos ajudar a compreender melhor as formas de subjetivação que se dão no ciberespaço, especificamente, nas redes sociais por meio do chamado webativismo.

Para além das concepções mais otimistas a respeito do ciberespaço, defendidas entre a década de 1990 e o início dos anos 2000, nomeadamente os conceitos de inteligência coletiva (LÉVY, 1998) e de multidões inteligentes (RHEINGOLD, 2004), Bauman (BAUMAN, 2001; BAUMAN & DONSKIS, 2013) nos alerta para características de uma sociedade em que o coletivo cede, cada vez mais, espaço ao individual, marcando o desengajamento como característica do que este pensador chamou de “modernidade líquida”. Esta sociedade, por sua vez, parece ter na internet e, em especial na suposta acolhida “comunitária” ofertada pelas redes sociais, uma de suas principais ferramentas para a (re)produção de sentidos. A especificidade do uso das redes sociais, com sua diversidade de participantes e suas particularidades de funcionamento discursivo, sugere implicações para os processos

de interpretação e construção de sentidos e, conseqüentemente, produz deslocamentos que vão do campo linguístico ao político e social.

Bauman & Donskis (2013) discutem as implicações políticas de uma sociedade em rede, em que estar *online* transmuta-se de uma possibilidade em uma obrigação:

Se você é um político e não aparece na TV, você não existe. Mas isso é notícia velha. A notícia nova é esta: se você não está disponível nas redes sociais, não está em lugar algum. O mundo da tecnologia não lhe perdoará essa traição. Recusando-se a se juntar ao Facebook, você perde amigos (o grotesco é que no Facebook você pode ter milhares de amigos, embora, como diz a literatura clássica, encontrar apenas um amigo para toda a vida seja um milagre e uma bênção). Mas isso não é somente uma questão de perder relacionamentos, é uma separação social por excelência. Se você não declara e não paga seus impostos por via eletrônica, fica socialmente isolado. A tecnologia não vai permitir que você se mantenha distante. Eu posso transmuta-se em eu devo. Posso, logo, sou obrigado a. Dilemas não são permitidos. Vivemos numa realidade de possibilidades, não de dilemas. (p. 8)

Em uma sociedade afetada pela hiperconectividade (TURKLE, 2011) e por valores de mercado que pregam a hiperprodutividade e a preocupação com o sucesso e o desenvolvimento de um indivíduo empreendedor de si mesmo (DARDOT & LAVAL, 2013) e para o qual é crucial o conceito de *networking*, no qual o valor individual está relacionado à quantidade de conexões que pode estabelecer, as redes sociais parecem se apresentar, nos termos de Newman *et. al.* (2014), como uma forma complementar para o estabelecimento e exercício de relações sociais, que, na última década, tornaram-se também possíveis por meio das telas dos dispositivos eletrônicos mais diversos e integrados entre si, como *tablets* e *smartphones*. A partir do desenvolvimento e consolidação do conceito de convergência entre esses diversos dispositivos digitais que, cada vez mais, “cabem no bolso” (física e economicamente falando), o computador deixa de ser indispensável para a participação nessas redes. Conexões *wi-fi* gratuitas em locais de visitação pública, bem como a ampliação da banda larga móvel são uma realidade cada vez mais frequente, ao menos nas grandes cidades<sup>3</sup>, o que dá à web ares de ubiquidade. As condições para uma nova modalidade de participação política, o chamado webativismo, parecem estar dadas. As formas de debate e organização presenciais, tais como assembleias de bairro,

---

<sup>3</sup> Estamos cientes de que ainda há bolsões de exclusão digital em que o acesso à internet móvel ainda é precário ou inexistente. Contudo, nossa reflexão está centrada nas cidades de médio e grande porte onde se deram as manifestações de junho de 2013.

sindicais e estudantis, embora continuem a existir, têm, cada vez mais, disputado seu protagonismo com enquetes eletrônicas e grupos de discussão em rede, que flexibilizam as noções de tempo e espaço em detrimento da rigidez do vínculo presencial e das habituais e demoradas discussões e da necessidade de negociação de diferenças. As aparentes “eficiência” e “produtividade” (dois aspectos de fundamental importância na razão neoliberal) dos debates conduzidos em rede, bem como seu efeito de horizontalidade e participação democrática, colaborativa e inventiva trazem para a cena uma diversidade de atores políticos e sociais e, com eles, formas igualmente diversas de interpretação e construção de sentidos.

Ao analisar os eventos da chamada “Primavera Árabe”, Karatzogianni (2015) afirma que grupos que dificilmente colaborariam no mundo *offline* foram aproximados pelas mídias sociais e que esse agrupamento de diferentes parcelas da sociedade, através de movimentos na internet em redes sociopolíticas rizomaticamente organizadas, tem sido historicamente frequente desde os movimentos de massa com viés antiglobalização ocorridos no ano de 1999 em Seattle.

As primeiras mobilizações das chamadas Jornadas de Junho de 2013, objeto de nosso estudo, foram inicialmente convocadas pelo Movimento Passe Livre (MPL), utilizando-se da ferramenta de eventos em sua *fanpage* no *Facebook*. A cada nova convocação, aumentava o número de interações<sup>4</sup>, principalmente, o de compartilhamentos destas postagens na rede. Acompanhando esta tendência, o número de manifestantes nas ruas era cada vez maior<sup>5</sup>, apesar da negativa repercussão na mídia corporativa, como sugere a tabela 1 a seguir, elaborada com base em nossa observação da somatória de compartilhamentos das convocações para cada um dos atos chamados pelo MPL e comparados às estimativas<sup>6</sup>, para a cidade de São Paulo, do total de manifestantes em cada um desses protestos de rua.

---

<sup>4</sup> Por “interações” entenda-se as possibilidades dadas pelo *Facebook* de “curtir”, compartilhar ou comentar uma determinada publicação.

<sup>5</sup> Salvo o caso específico da convocação do ato de 13 de junho, que apresenta considerável queda em relação ao anterior tanto no número de interações nas postagens do *Facebook* quanto no número de manifestantes estimados nas ruas.

<sup>6</sup> Fonte: <<http://blog.estadaodados.com/veja-estimativas-do-numero-de-manifestantes-em-sp-desde-inicio-dos-protestos/>>. Acesso em 10 de mai. de 2016

Atos convocados (em SP)	Compartilhamentos de postagens no <i>Facebook</i>	Estimativa Oficial de manifestantes	Estimativa de manifestantes (MPL)
1º. Ato – 06 de junho	41	2.000	5.000
2º. Ato – 07 de junho	419	1.000	2.000
3º. Ato – 11 de junho	2674	12.000	12.000
4º. Ato – 13 de junho	1028	5.000	10.000
5º. Ato – 17 de junho	2.505	65.000	100.000
6º. Ato – 18 de junho	22.286	50.000	Não há

**Tabela 1:** Relação entre interações na página do MPL- SP no *Facebook* e número de manifestantes nos atos de rua convocados.

À medida em que as reivindicações do MPL e os atos por ele organizados ganham visibilidade e adesão, tanto nas redes sociais quanto em número de participantes nas ruas, a heterogeneidade discursiva, social e ideológica deste processo de mobilização se apresenta como um de seus aspectos mais marcantes. A respeito desse aspecto heterogêneo do dizer, é importante apontar que a perspectiva teórica dos estudos semântico-discursivos da linguagem, adotada em nossa pesquisa, o toma como característica fundante da própria linguagem e do sujeito que por meio dela enuncia (ALTHIER-REVUZ, 2004), atravessado pela ideologia (ORLANDI, 1999 [2002]).

A ausência das chamadas “lideranças” e o caráter descentralizado desse processo de mobilização mostram-se como algumas de suas particularidades em relação a outros movimentos reivindicatórios da história recente do Brasil, os quais, via de regra, foram iniciados e conduzidos por instituições consagradas nas democracias liberais, tais quais sindicatos, associações profissionais, entidades estudantis ou de bairro, com seus “líderes” e “representantes” eleitos com base no sufrágio de seus representados, o que lhes confere um aspecto relativamente mais homogeneizante, por meio do conceito de representatividade e de organicidade em torno de uma instituição, cabendo aos “liderados” acatar, defender publicamente e implementar as diretrizes definidas nos fóruns consagrados de cada uma dessas entidades. A este respeito, Rolnik (2013, p.8) observa que “no decorrer dos protestos, houve uma disputa nos cartazes empunhados pelo conjunto heterogêneo que ocupou as ruas em uma guerra de interpretações das vozes rebeldes”.

É justamente essa possibilidade, propiciada pelas redes sociais, de aglutinar, em torno de determinados pontos de interesse, diferentes setores de diferentes matizes ideológicas e sociais, possibilitando sua atuação como sujeitos políticos, que

constituiu a fonte inicial de nosso interesse, tendo nos movido à realização da presente pesquisa.

Apesar desse aspecto heterogêneo, constitutivo de todo dizer e sujeitos participantes das Jornadas, logo surgiram nas ruas cartazes com dizeres como “Saímos do Facebook, entramos para a História” ou “Somos a Rede Social” (Cf. figuras 1 a 3), o que sugere certo desejo de unidade e pertencimento, manifestado em gestos de filiação, que investem no aspecto supostamente agregador das redes sociais enquanto mídia que possibilitaria o encontro de pontos de intersecção ideológica e social entre sujeitos heterogêneos (Cf. figs. 4 e 5). A centralidade e rigidez das instâncias de atuação política e social das democracias liberais, ancoradas em conceitos como religião, etnia, gênero, classes sociais ou categorias profissionais, parece não dar mais conta das novas configurações típicas das condições de vida sob a razão neoliberal, sendo substituídas por formas de atuação política mais flexíveis em termos de tempo, espaço e ideologias.

Sobre a multiplicidade ideológica no ciberespaço, Karatzogianni (2015, p. 68) nos alerta que

O movimento de cultura livre e a cultura hacker abrangem diferentes tipos de ideologia: alguns políticos, outros apolíticos, alguns verdadeiramente revolucionários tanto na filosofia como na prática, e outros menos...<sup>7</sup>

Desse modo, o uso político das redes sociais, seja para o exercício da resistência ou da conformidade, resultante das próprias condições de produção dadas em um contexto de desregulamentação das instituições e flexibilização das relações sociais e economicização dos aspectos da vida cotidiana, parece ser, em alguma medida, resultante da razão neoliberal, fortemente ancorada na percepção do indivíduo empreendedor de si mesmo, visando constantemente a aquisição de valor pela prática do (auto)empreendedorismo (BROWN, 2015). Assim, a construção de um perfil e a participação em assuntos dominantes nas redes pode ser interpretada como uma forma de auto-empresender, de construir uma espécie de portfólio de um sujeito inserido em um mundo em que estar *online*, para além de uma possibilidade, se constitui como um valor.

---

<sup>7</sup> “The free culture movement and hacker culture encompass different types of ideology: some political, others apolitical, some truly revolutionary in both philosophy and practice and others less so (...)” (Trad. Minha)





**Fig. 1** Cartaz exibido por manifestante durante passeata (fonte: "<http://imagensdemarca.sapo.pt/entrevistas-e-opiniao/opiniao-1/as-marcas-e-os-protestos-com-as-devidas-apropriacoes/>" <http://imagensdemarca.sapo.pt/entrevistas-e-opiniao/opiniao-1/as-marcas-e-os-protestos-com-as-devidas-apropriacoes/>)



**Fig. 2** Cartaz exibido por manifestante durante passeata (*tweet* constante do *corpus*)



**Fig. 3** Faixa exibida em passeata (fonte: <http://www.ronaud.com/internet/revolucao-digital/>)



**Fig. 4** Em tradução livre “juntos somos fortes” (*tweet constante do corpus*)



**Fig. 5** Em tradução livre “somos todos São Paulo” (*tweet constante do corpus*)

Mas o que então poderia transpor do virtual para as ruas e nelas manter (ainda que de modo pontual) setores tão heterogêneos da sociedade? Bauman & Donskis (2013, p. 57), ao ponderarem sobre esse contexto de desregulamentação das instituições e as incertezas e reconfigurações sociais e políticas por ele implicadas, lançam mão da noção de precariado. Segundo esses pensadores, o precariado é

um estrato em rápido crescimento, que assimila e absorve os remanescentes do antigo proletariado e parcelas cada vez mais amplas das classes médias, “unidos” apenas pela sensação de uma existência vivida sobre areias movediças ou ao pé de um vulcão.

O problema é que, além dessa sensação comum, pouco há na condição e nos interesses sociais das unidades de reconhecimento para que se possa esperar mantê-las unidas e inspirá-las a trabalhar juntas por tempo suficiente a fim de que sejam recicladas em ferramentas fidedignas, confiáveis, eficazes e capazes de substituir as antigas, cuja inadequação às tarefas presentes e cuja indolência cada vez mais evidente desencadearam a própria avalanche de experimentos.

Assim, o webativismo pode ser interpretado como uma forma de apropriação política das próprias condições de produção do neoliberalismo, na qual sujeitos que já não se percebem representados pelas instâncias erodidas das democracias liberais e seus líderes buscam na própria concepção de *networking* os mecanismos de resistência (ou de conformidade à normatividade) que lhe possibilitem a subjetivação política e social. Não foi pouco frequente durante as manifestações de junho de 2013 a ocorrência de formulações do tipo “x não me representa”, referindo-se a parlamentares, lideranças partidárias, setores da imprensa corporativa, entre outros atores políticos. A característica intimista e confessional das redes sociais de possibilitar a projeção em ampla escala de aspectos da individualidade contribui, por um lado, para o esvaziamento das instâncias de ação coletiva do mundo *offline*. Por outro lado, ao tornar pública sua insatisfação com essas instâncias, está colocada a possibilidade de alianças, ainda que pontuais, com ou sem a pretensão de transpor os limites do ciberespaço, com outros sujeitos que se sentem igualmente à margem das decisões políticas. Em outros termos, pode estar colocada uma forma de se fazer política em rede adequada aos meios oferecidos pela contemporaneidade com base em pontos de identificação entre os sujeitos.

É importante frisar que essas identificações podem se dar entre usuários e não-usuários das redes, uma vez que os dizeres e formas de representação que nelas circulam, não pouco frequente, extrapolam os limites do ciberespaço, quando do contato interpessoal em outras cenas enunciativas. Acreditamos, portanto, que seja necessário compreendermos as formas de participação política *online* evitando-se uma oposição estanque às dimensões da vida *off-line*, uma vez que aquilo que circula em rede se mostra, por vezes, perpassado por um efeito multiplicador que afeta as relações sociais e a participação política também fora do ciberespaço.

Tendo me dedicado, durante o mestrado, às questões relativas aos discursos que circulam nas redes sociais (UCHOA-FERNANDES, 2009) e aos seus modos de dizer, as Jornadas de Junho constituíram meu interesse de pesquisa inicial pela possibilidade de estender e (re)elaborar algumas dessas considerações para pensar a questão da participação política nas redes. Uma análise deste aspecto poderá contribuir para um melhor entendimento a respeito do uso político das redes sociais no contexto brasileiro, mais especificamente durante as Jornadas de Junho.

Sobre as redes sociais, especificamente, é importante ressaltar alguns deslocamentos nas formas de apropriação discursiva destas, desde meus estudos de

mestrado até o presente: diferentemente do *Orkut* (rede social sobre a qual debrucei meus estudos durante o mestrado), em que as pessoas se agrupavam em “comunidades” por semelhança e afinidade, o *Facebook*, por exemplo, se estrutura a partir do formato denominado “Linha do Tempo”, em que postagens de “amigos” e páginas “curtidas” são exibidas na página inicial do usuário. Embora o *Facebook* apesente a possibilidade de criação de grupos com temas específicos, o uso consagrado dessa rede nos mostra que a “Linha do Tempo” tem sido priorizada pelos usuários para a exposição de suas opiniões, compartilhamento de *links* com notícias (acompanhadas ou não de comentários do sujeito que enuncia) e relatos de sua vida cotidiana. Cada postagem feita pelo usuário em sua página é exibida aos seus contatos, dispondo de um botão de curtida (“*like*”) e, dependendo das configurações de privacidade adotadas, um botão para seu compartilhamento na rede do contato que interagem com a postagem. A respeito do botão “curtir”, é importante ressaltar a existência de uma espécie de sistema de valoração por meio do algoritmo da rede, o qual torna a publicação mais visível a outros usuários quanto mais ela é “curtida”, priorizando certas postagens, páginas e usuários em detrimento de outros, com base nas chamadas interações (visualizações, curtidas e compartilhamentos), sugerindo que as redes sociais não estão isentas de hierarquias como pensaram anteriormente alguns de seus maiores entusiastas. Os enunciados ocorrem de modo cada vez mais sucinto, quase sempre postados sob a forma de memes (imagens com dizeres breves) que investem nas possibilidades multimodais (COPE & KALANTZIS, 2000) de enunciação nas redes, ou de hiperlinks que redirecionam a uma página ou *blog* onde se aprofundam determinados assuntos. Esse aspecto parece ser ainda mais marcante na rede *Twitter*, cujas postagens eram, até então, limitadas a 140 caracteres<sup>8</sup>. A esse respeito, vale citar Bauman & Donskis (2013) que nos recordam que

A forma-padrão de comunicação inter-humana é uma mensagem por iPhone com as palavras reduzidas a consoantes, e qualquer palavra que não consiga sobreviver a essa redução é proscrita e eliminada. As comunicações mais populares, que encontram mais eco, embora, tal como um eco, reverberem apenas por um brevíssimo instante, não podem ter mais de 140 caracteres. (p. 44)

---

<sup>8</sup> No final de 2017 e início de 2018 o *Twitter* começou testes que culminaram no aumento desse limite para 280 caracteres, conforme matéria do portal G1, disponível em <<https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/Twitter-aumenta-limite-para-280-caracteres.ghtml>>. Acesso em 10 de out. de 2018.

Em suma, a comunicação nas redes sociais parece se dar de modo ainda mais rápido e difuso do que no período em que o *Orkut* era a rede principal entre os brasileiros.

Ainda sobre as diferenças e peculiaridades do *Facebook*, podemos elencar a questão do valor que se atribui a essa rede. Quando de seu surgimento no Brasil, em meados de 2004, as redes sociais não eram tão bem recebidas pelos meios de comunicação hegemônicos e tradicionais. Tais espaços eram vistos muito mais como instâncias de entretenimento ou lugar das trivialidades. As notícias sobre o *Orkut* na mídia corporativa o representavam, em sua maioria, como uma zona de não-direito na qual eram frequentes casos de *bullying*, atentados à moral e à honra de alguém ou mesmo agendamentos de brigas de torcida, gangues rivais, etc. Com o passar dos anos, no entanto, e com a grande adesão de usuários da *web* a esses serviços, o panorama tem se modificando gradualmente. A possibilidade de compartilhar notícias e divulgar produtos e serviços acabou atraindo para a rede aqueles que antes estavam fora dela, inclusive a própria mídia corporativa<sup>9</sup>. Celebidades passaram a usar suas páginas pessoais para dialogar diretamente com seus fãs, agora protegidos pela possibilidade da “conta verificada” que prometia afastar o “fantasma” dos perfis *fake*, atribuindo um valor de verdade às postagens. É dentro desse panorama que os grandes portais de notícias e anunciantes começam a criar suas páginas na rede social e inserir botões de “curtidas” e compartilhamentos de postagem em seus *sites* oficiais. Os comentários de notícias, que para serem publicados dependiam da criação de um usuário e senha na maioria dos portais, agora podem ser feitos por meio da própria conta de usuário do *Facebook*, sendo ocasionalmente possível a sua publicação também na chamada “Linha do Tempo” do usuário. Desse modo, percebemos um movimento da mídia corporativa no sentido de ocupar os espaços tidos como alternativos para a cobertura e discussão de notícias, visando re(des)equilibrar o jogo em relação à chamada mídia alternativa, que surge no âmbito do ciberespaço.

Nesse mesmo contexto, uma migração cada vez mais intensa ocorria do *Orkut* rumo ao *Facebook* e ao *Twitter* (em muitos casos, o *Twitter* é utilizado de modo

---

<sup>9</sup> Lima (2013) usa o termo “velha mídia” para se referir aos jornais impressos e emissoras de rádio e TV, como forma de oposição às ditas “novas mídias” (digitais). Preferimos usar o termo “mídia corporativa” para estabelecer essa distinção, visto que, para os jovens da atualidade ela já se apresenta como uma ferramenta há muito disponível. Contudo, sempre que em pregado, o termo “velha mídia” é atribuído a Lima.

integrado ao *Facebook*). A “nova”<sup>10</sup> rede social atraía cada vez mais usuários do Brasil em uma espécie de “efeito manada” tão intenso quanto aquele que levou o Orkut a crescer vultuosamente entre os anos de 2004 e 2005.

É necessário ainda assinalar que a popularização do acesso à internet, com a convergência entre *smartphones*, *tablets* e *PCs* bem como os preços mais acessíveis de pacotes de acesso à *web* e o oferecimento de conexões *wi-fi* gratuitas (tanto pelo setor público quanto pela iniciativa privada) possibilitaram com que mais pessoas se tornassem usuários das redes sociais, contribuindo na intensificação desse processo de legitimação deste tipo de mídia. Apesar da somatória de fatores anteriormente expostos, os quais contribuíram para o processo de popularização do acesso à *web* e da crescente adesão às redes sociais, o que as naturaliza e estabelece essa participação enquanto uma normatividade dos nossos tempos, é importante lembrarmos que há ainda uma parcela significativa de não-usuários, seja essa ausência do meio digital uma opção, uma impossibilidade técnica ou, ainda, cognitiva. Aqueles que ainda se encontram *off-line* em uma sociedade cada vez mais *online*, no entanto, não restam alheios aos temas e formas de representação que circulam em rede como já argumentamos há pouco.

As redes sociais hoje podem ser usadas para tratar dos mais amplos temas, a todo instante e por meio de variados dispositivos, tendo adquirido uma aura de ubiquidade e de “utilidade pública”. Por meio delas pode-se avisar sobre o tráfego, compartilhar uma notícia de última hora e agendar uma ação coletiva, como é o caso das que aqui são objeto de nosso interesse.

As manifestações populares se apropriaram de maneira marcante dessas redes, em especial do *Facebook*, onde “eventos” eram criados para agendar passeatas e páginas divulgavam agendas, pautas e instruções aos manifestantes. O direcionamento das postagens, no entanto, nem sempre era exclusivo àqueles que optavam pela sua presença física nas manifestações de rua, se estendendo também a uma parte dos usuários que funcionava como (re)produtor da informação, por meio das chamadas “curtidas” (*likes*) e compartilhamentos, que davam visibilidade às postagens originais. No entanto, nem todos aqueles que se engajam em uma determinada causa por meio das redes sociais estão dispostos a converter sua

---

<sup>10</sup> Na verdade, o *Facebook* entrou em funcionamento apenas um mês após o Orkut, em 2004.

participação no ciberespaço em participação em movimentos de ação direta, como conclamavam os organizadores das várias páginas homônimas designadas por “VEMPRARUA”, *hashtag* que se popularizou durante este período de efervescência política no Brasil. Contudo, mesmo este tipo de webativista cumpria um importante papel replicador, inclusive em suas relações sociais *off-line*. É razoável, portanto, inferir que nem todos os que foram às ruas tenham tomado conhecimento dos protestos por meio das plataformas digitais, ainda que tenham atendido a esse chamado que, inicialmente, circulou no contexto das redes. Corrobora-se, assim, a percepção de que os dizeres que circulam no âmbito das redes sociais podem ser extrapolados para contextos *off-line*, a partir do contato intersubjetivo entre participantes e não-participantes desse meio.

A respeito do (des)engajamento, característico de nossa sociedade contemporânea, Bauman (2003) discorre sobre o binômio liberdade x segurança como uma característica do que ele mesmo designou como a sociedade do líquido mundo moderno. A inquietude dos sujeitos da rede diante de pautas que acreditam justas e “suas” encontra resistência no temor pelas consequências de um engajamento presencial. Tomando de empréstimo a problemática desenvolvida por Turkle (2011), o sujeito, ao mesmo tempo em que se identifica e se vê chamado a agir em grupo, teme pelos riscos da ação, podendo ser levado a perder de vista os processos de competição típicos do modo de vida em uma sociedade neoliberal, na qual o indivíduo é forjado em uma conduta que o faz crer na necessidade de empreender em si mesmo para melhor adequar-se aos propósitos do mercado, os quais acabam por se confundir com os seus próprios propósitos. O temor pela exposição, pelas sanções da lei e da repressão policial, pela perda da privacidade parece manter uma parcela significativa dos webativistas restritos às telas de seus dispositivos, o que não significa que sua função seja menos importante, uma vez que agem como replicadores dos processos de mobilização. Parece estar diante de um sujeito entre-lugares no qual as forças da coletividade e da individualidade constituem vetores de intensidades semelhantes e sentidos contrários. É possível que, para esse sujeito, o webativismo se constitua enquanto mediação para tal conflito, conferindo uma sensação de conforto e acolhida oferecida pela comunidade virtual

[...] convidativamente aberta a todos, mas há uma grave penalidade para quem fica de fora. Os que relutam em ingressar são ensinados (em geral do modo mais duro) que a versão atualizada do Cogito de

Descartes é “Sou visto, logo sou” – enquanto mais pessoas me vem, mais eu sou... (BAUMAN & DONSKIS, 2013, p. 28).

Tendo em mente os pressupostos da Análise de Discurso sobre a estreita relação entre língua, identidade e ideologia, é razoável afirmar que, ao mobilizar a linguagem para enunciar, constituindo-se na ilusão de um dizer racionalmente construído (*eu digo, eu faço, eu penso*) do qual o sujeito é a própria origem, o sujeito dá vazão em seu dizer a pistas a respeito de suas formações discursivas, ideológicas (FOUCAULT, 1971 [2002]) e processos de identificação. Nos termos de Pêcheux,

[...] todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas, de todo modo, atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço (1983 [2006], p. 56).

Para além do dito, ao enunciar, está posta a possibilidade de que os sentidos (efeito da ideologia e das condições de produção sobre a linguagem posta em movimento pelo sujeito) escapem, permitindo ao analista tecer considerações sobre o modo como o sujeito se inscreve na sociedade e como se relaciona com aquilo que constitui o objeto de seu dizer, por meio do trabalho da ideologia<sup>11</sup>.

Considerando-se ainda que todo enunciado está perpassado por suas condições de produção, acreditamos que o suposto efeito de liberdade conferido pelas redes sociais contribua para dilatar as possibilidades do dizível, uma vez que estão colocadas possibilidades outras que marcam a particularidade dessas mídias em relação a ao contexto presencial, por exemplo: a edição do dizer, a possibilidade do apagamento de enunciados inteiros sem deixar rastros de sua existência e a (re)invenção “calculada” do sujeito por si mesmo, por meio de um perfil construído no *Facebook* e/ou *Twitter*, são alguns exemplos dessas particularidades. Nesta esteira, enunciados oriundos das redes produzidos no contexto das Jornadas de Junho podem fornecer pistas a respeito das formações discursivas e ideológicas às quais esses sujeitos se filiam para enunciar e, conseqüentemente, a respeito de como se dão os processos de subjetivação em rede. Com referência à crise vivida por essas instituições da modernidade “sólida”, Bauman & Donskis (2013, p. 56) sugerem a progressiva perda de sua centralidade em relação ao mercado, que tem cada vez mais

---

<sup>11</sup> Trataremos da noção de efeito de sentido na seção de Justificativa e Filiação Teórica da Tese.



pautado não apenas as ações dos indivíduos contemporâneos, mas também de agentes do Estado.

Homens e mulheres de Estado anunciam com orgulho, no jornal da noite, os passos decisivos que acabaram de tomar – medidas para restabelecer o controle sobre o curso dos negócios e pôr fim a outro problema angustiante–, só para esperar, nervosos, que a bolsa de valores abra na manhã seguinte e descobrir se as providências têm a mínima chance de implementação; e, caso o tenham, se a implementação terá algum efeito tangível.

Não se trata, portanto, de um conflito entre mercado e Estado, mas de uma concepção a respeito dos indivíduos e dos Estados que os coloca como empreendimento cuja função é contribuir para a facilitação e maximização das atividades de mercado, ou nos termos de Karatzogianni (2015):

Espera-se que tanto as pessoas quanto os Estados se comportem de maneiras que maximizem o valor de seu capital no presente e aumentem seu valor futuro, e tanto as pessoas quanto os Estados o fazem através de práticas de empreendedorismo, auto-investimento e / ou atraindo investidores. (p.22)

Tomando como pressuposta essa hegemonia da razão neoliberal em economias de mercado como o Brasil, parece-nos razoável relacionar a construção de perfis nas redes sociais e o engajamento em ações de webativismo enquanto gestos de autoempreendimento de um sujeito que se pretende incluir nos saberes e práticas visando aumentar seu valor, atraindo para si o maior número possível de conexões em uma sociedade na qual o conceito de *networking* é fundamental para sua valoração.

Ancorados na perspectiva semântico-discursiva da linguagem, tomamos as Jornadas de Junho e sua repercussão nas redes a partir de sua multiplicidade social e ideológica que perpassa os sujeitos envolvidos bem como as particularidades da cena enunciativa, as quais, nos termos de Guimarães (2002), constituem-se com base na especificidade de modos de acesso à palavra.

As contribuições de pensadores como Foucault (1971 [2002]), Pêcheux (1983 [2006]) e Orlandi (1999 [2002]), aliadas àquelas da Semântica Histórica da Enunciação presentes nos estudos de Guimarães (1995; 2002) e Pinheiro-Passos (2006), constituirão as bases fundamentais do nosso trabalho analítico e reflexivo. A seguir, elencamos alguns dos conceitos que alicerçam nosso trabalho de pesquisa.

Tais conceitos e fundamentos teóricos da Análise de Discurso (AD) aos quais nosso estudo se filia estão inseridos numa vertente de análise de matriz francesa, a qual encontra nas reflexões de Pêcheux (1983 [2006]) a respeito da linguagem e sua materialidade suas principais referências e que, no Brasil, inaugura-se com os estudos de Orlandi (1983). Esses estudiosos apontam para a necessidade de uma transposição dos limites impostos pela linguística clássica e seu procedimento de abordagem no nível da sentença para se considerar o contexto sócio-histórico-econômico do dizer, ou seja, tomar a linguagem em sua materialidade como objeto de estudo, perpassada por descontinuidades, contradições e marcas de heterogeneidade, uma vez que é permeada pela história e pela ideologia, servindo de ponte entre o homem e a sociedade. Parte-se, portanto, de uma noção de linguagem enquanto “interação social em que o *Outro* desempenha papel fundamental na constituição do significado” (BRANDÃO, 2002 p.10), implicando a importância de se levar em conta o aspecto descentrado e de incompletude do sujeito que enuncia. Dada a natureza interdisciplinar dessa abordagem, vêm contribuir com a AD os conhecimentos advindos da sociologia, da história, da filosofia, da psicanálise e da linguística para auxiliar na procura por pistas dos possíveis efeitos de sentido implicados nos discursos e de seus processos de construção, não raro, objetos de embates e conflitos sempre perpassados pelas condições sociais e históricas de sua produção.

Almeja-se, assim, extrapolar os limites do dito, do literal, do transparente, questionando a crença na univocidade. Segundo essa perspectiva teórica, o sentido encontra-se não na linguagem em si, mas como *efeito* propiciado pelo contexto social e histórico da interação entre os interlocutores, ou seja, as *formações discursivas*, que acabam por regular o que pode ou não ser dito por este ou aquele membro de uma comunidade, levando-se em consideração o seu lugar na sociedade e as relações de poder envolvidas na produção dos discursos.

Essas considerações anteriormente expostas nos levam a dois aspectos acerca dos sentidos os enunciados podem adquirir:

1. O significado é definido de maneira contextual, ou seja, o enunciado insere-se no momento histórico para adquirir significação; o que equivale dizer, sob essa perspectiva, que o sentido não se encontra ensimesmado, mas se constitui no que Orlandi (1999 [2002]) caracteriza como *efeitos de sentido* resultantes da

interpretação de um indivíduo interpelado enquanto sujeito da linguagem e, portanto, *sujeito-da-ideologia*.

2. Por esse prisma, o entendimento de um determinado enunciado só pode se dar se levarmos em consideração a *formação discursiva* na qual este está inserido, bem como os meios de produção de tal enunciado.

Por *formação discursiva* a abordagem teórica da Análise de Discurso compreende um conjunto de dizeres pertencentes a determinada comunidade, os quais se entrecruzam formando uma teia de significações possíveis.

Podemos então entender o discurso como um fluxo de enunciados localizados no espaço e na história de cada sociedade. Assim, pode-se compreender os sentidos enquanto objeto em movimento de constante construção e reformulação, com vistas a atender às demandas de significação de uma sociedade, acompanhando o ritmo de suas mudanças ao longo da história.

Esse conjunto de considerações teóricas que remete ao caráter dinâmico dos sentidos nos leva a confrontar a noção da literalidade, da transparência da linguagem enquanto mero sistema de convenções onde o significado é atribuído pela comunidade de maneira arbitrária, tal qual pensava Saussure. Orlandi aponta que mesmo no silêncio há processos de significação, sejam eles decorrentes do que ela classifica como um *silêncio fundante* – necessário para a realização dos enunciados, evitando o “muito cheio” do discurso contínuo – ou de uma *política do silenciamento* da qual temos, a título de exemplo, a *censura* (ORLANDI, 1993) que, no caso das redes sociais, objeto de nossa pesquisa, pode se manifestar pelo poder do “proprietário” de um grupo no *Facebook*, com poderes de eliminar postagens e comentários que julgue inadequados, ou ainda, a partir do cerceamento de determinadas posições já na descrição do que deve ou não ser debatido em cada grupo, evidenciado a materialidade do próprio silêncio.

O entendimento entre os membros de uma comunidade que faz uso de um mesmo sistema de significação só se torna possível pela existência do *interdiscurso*, compreendido enquanto elemento constitutivo da interação social em determinada comunidade que, por sua vez, é dotada de uma *memória discursiva* que possibilita ao indivíduo se significar, apoiando-se no “saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído” (ORLANDI, 1999 [2002] p.31). Decorre desse conjunto de formulações teóricas a concepção do *interdiscurso* enquanto

resultante de uma gama de significados que são adquiridos e compartilhados por uma determinada comunidade e que estão baseados no já-dito que possibilita o dizível.

Com base nessa característica do discurso onde o que se diz baseia-se sempre numa memória *discursiva*, no já-dito, a AD busca confrontar a ilusão do sujeito enquanto origem do seu próprio discurso, problematizando o conceito de autoria e a crença do sujeito de ser a origem de seu próprio dizer. Segundo essa perspectiva, sendo nossas ideias adquiridas por intermédio do dispositivo social que é a linguagem, elas seriam, portanto, igualmente sociais, permeadas pela *ideologia*. Expressão e conteúdo já não se dão de forma separada, sendo percebidos como resultantes de condições materiais de produção e das relações de poder que envolvem os interlocutores. Faz-se necessária uma reflexão acerca do papel da *ideologia* no processo de significação linguística.

Para Orlandi (1999 [2002]), “o fato de que não há sentido sem interpretação, atesta a presença da ideologia” (p. 45), entendida como um fio condutor que atua na linguagem para organizar os sentidos, priorizando certos significados em detrimento de outros, de acordo com a realidade sócio-histórica de uma comunidade. É a ideologia que acaba por dotar o sujeito de uma ilusão de transparência do que é dito, tornando opacas as outras possíveis interpretações. É ainda por meio dela que se manifesta, no sujeito, a ilusão de estar situado na origem do próprio dizer. A ideologia, tal qual compreendida pela AD em sua relação com a linguagem, nos leva a interpretar determinado discurso desta e não daquela maneira, com vistas à eliminação da ambiguidade, operando para a rarefação de determinados sentidos em detrimento de outros.

É por meio da ideologia que o indivíduo é interpelado em sujeito, ou seja, ele é chamado à existência, assumindo esse (e não aquele) lugar na sociedade em determinado contexto. Esse sujeito, com o qual lida a AD, não é de natureza una, centrada, imutável. Ele adquire identidades diversas, por vezes conflitantes, contraditórias, podendo enunciar de diversas posições dependendo da formação discursiva onde encontra-se inserido no momento da enunciação. Isso significa dizer que, dada a diversidade das condições de produção do enunciado, um mesmo sujeito pode ocupar a posição do cidadão usuário do transporte coletivo, do contribuinte, do empreendedor, do mercado, de trabalhador, etc. para situar o seu enunciado, significando-se. A AD lida, portanto, com um sujeito “materialmente dividido desde sua

constituição” (ORLANDI, 1999 [2002] p.49), que determina e é determinado pela sua relação com o simbólico e que almeja, por meio da linguagem, sua *completude*.

É justamente esse caráter conflituoso e inacabado do sujeito em sua relação com a língua e as formas de representação por ela possibilitadas que nos mobilizam na investigação dos diversos modos de produzir de sentidos nas redes sociais acerca das Jornadas de Junho. Interessam-nos, ainda, os possíveis imbricamentos e conflitos entre formas distintas de representação afetadas por diferentes condições de produção e formações discursivas.

Visando elucidar nossas questões de pesquisa, que doravante passaremos a expor, procuramos articular as considerações teórico-metodológicas da Semântica Histórica da Enunciação e da Análise de Discurso com as contribuições dos estudos de Bourdieu (1982 [1996]; 1979 [2007]) e Brown (2015), dentre outros pensadores que debatem a questão do Estado em um momento histórico de crescente esvaziamento de instâncias coletivas e de representação firmadas em valores das democracias liberais em detrimento de uma racionalidade onde predomina a lógica do mercado, qual seja, o contexto da razão neoliberal.

### **Perguntas de Pesquisa**

Buscaremos, a partir da ancoragem nos pressupostos teórico-metodológicos aqui apresentados, tecer reflexões, com base na análise do corpus, a respeito dos processos de subjetivação nas redes sociais em seu uso para fins políticos no contexto brasileiro das Jornadas de Junho, tendo as seguintes questões como norte de nossa análise:

a) Como os sujeitos envolvidos no debate político das/sobre as Jornadas de Junho por meio dessas redes (sujeito-webativista) concebem a política tradicional e as instituições do Estado?

b) Como e em que medida podem-se estabelecer relações entre a razão neoliberal, hegemônica em economias de mercado como o Brasil, e os modos de subjetivação política por meio do webativismo?

c) Tendo em vista a heterogeneidade social e ideológica do sujeito webativista, quais formações discursivas contribuem para marcar seus lugares e

dizeres e, ainda, como elas contribuem para possíveis distanciamentos ou pontos de intersecção programática e/ou ideológica?

## Hipótese

Tomamos como pressuposto o argumento de Brown (2015) de que a razão neoliberal tem se configurado, nas últimas décadas, como uma normatividade hegemônica em economias de mercado como o Brasil. Para a autora, isso implica um contexto de desregulamentação de serviços públicos, a “economicização”<sup>12</sup> de amplos aspectos da vida e o estímulo ao individualismo, tomando como base a concepção de sujeitos e Estados como empreendedores de si mesmos, estimulando a competição e a perseguição constante da meta de aquisição de valor como forma de atrair investimentos e suceder dentro de uma lógica de mercado. Assim, o pensamento e as práticas do neoliberalismo têm contribuído para o enfraquecimento de instituições liberais consagradas pelas democracias representativas, tais quais os governos e parlamentos, movimentos da sociedade civil e associação profissionais, estudantis e de classe.

Buscamos, na presente Tese, sustentar a hipótese de que o uso das redes sociais para fins políticos (webativismo) se constitui como resultante das condições de produção implicadas pelo surgimento, para fins diversos, no contexto do neoliberalismo, da dilatação do espaço-tempo facilitada pelo processo de informatização. Desse cenário, decorre o investimento no individualismo (um dos pilares da razão neoliberal) e sua associação ao princípio de *networking* para a realização de tarefas, contribuindo para que esse *modus operandi* se converta em formas de debate e participação política. As premissas da competição e celebração do indivíduo parecem afetar também os processos de subjetivação em rede, uma vez que a construção dos perfis desses sujeitos nessa cena enunciativa, remete ao desejo por visibilidade e reconhecimento – número de *likes* e compartilhamentos.

Dessa relação que se estabelece entre as formas de subjetivação típicas das redes sociais e as Jornadas de Junho resultam deslocamentos cujos efeitos incidem

---

<sup>12</sup> O termo “economicização” é recorrente na literatura como equivalente do original em inglês “economization” utilizado por Wendy Brown (2015).

sobre os modos de dizer e os processos de subjetivação política. Com efeito, o protagonismo pioneiro, no contexto brasileiro, da utilização das redes sociais para fins políticos durante as Jornadas de Junho aponta para a configuração desse acontecimento histórico enquanto acontecimento discursivo (PÊCHEUX, 1983 [2006]) na medida em que contribui para reformatar os protestos de rua conferindo-lhes a aparência de novidade que desloca os sentidos preexistentes do/sobre o ativismo político-social, agora sob a modalidade de webativismo, estabelecendo novas formas de subjetivação política.

Seja pelo questionamento a respeito da condução dos serviços e políticas públicas – nomeadamente, a questão inicial da Jornadas de Junho acerca do transporte coletivo –, seja para reafirmar valores como eficiência e gestão, os sujeitos que se utilizam das redes sociais como forma de debate e participação política (transposta ou não para o âmbito presencial, nas marchas de rua) parecem-nos afetados por valores que remetem ao pensamento neoliberal, que coloca sob parâmetros econômicos amplos aspectos da vida cotidiana. É importante ressaltar que nem todo sujeito que se utiliza das redes como forma de intervenção política se percebe enquanto ativista digital uma vez que, para uma parcela significativa desses usuários, essa é só mais uma das muitas finalidades que esse contexto possibilita. Contudo, ao “curtir”, comentar e compartilhar postagens, esse sujeito atua como sujeito político multiplicador nas redes – e, às vezes, fora delas – desse tipo de ativismo.

É importante recordar que as Jornadas de Junho tiveram como motor de ignição uma pauta inicialmente econômica: o aumento de 20 centavos nas tarifas de transporte coletivo na cidade de São Paulo. Enunciados como “não é por vinte centavos” apareceram em abundância nas redes e nos cartazes levados às ruas, o que sugere uma busca dos sujeitos por transcender esse aspecto econômico. Seguindo essa mesma perspectiva, um editorial na mídia corporativa, ainda no início das manifestações, afirmou que aqueles ativistas nas ruas “não valem nem vinte centavos”.

Outro aspecto que dá sustentação ao nosso argumento a respeito da afetação do sujeito contemporâneo pelos dizeres e práticas do neoliberalismo diz respeito à forma como os sujeitos em rede lidam com a política institucional. Mais adiante em nossa tese, trataremos do que Doimo (1995) chamou de aspecto expressivo-

disruptivo dos movimentos sociais que consiste na negação da participação na institucionalidade e em uma postura de constante desconfiança e negação em relação aos desdobramentos do Estado e seus poderes, nomeadamente os partidos políticos, fortemente rechaçados durante as manifestações ocorridas em junho do 2013.

É importante ressaltar que, embora a cena enunciativa das redes sociais se constitua como um recurso relativamente novo e propício a novas formas de construção de sentidos, as mídias tradicionais – em especial a televisão e os grandes portais de notícias - imbuídas da legitimidade que lhes fora histórica e socialmente atribuída pelos ritos de instituição (BOURDIEU, 1996) constituem-se, ainda, como portadoras de uma linguagem autorizada, tendo exercido papel central na construção de narrativas que ecoam vozes, ideologias e formações discursivas que remetem aos discursos da globalização e do mercado. A presença das empresas de mídia corporativa no *Facebook* e no *Twitter*, disputando a legitimidade das narrativas a respeito desse processo de mobilização social, nos sugere que, para além das percepções mais otimistas que postulam um potencial revolucionário e imune às hierarquias, há um papel ainda central desempenhado pelas mídias tradicionais mesmo entre os setores da população que se informam e formam opinião, essencialmente, pela rede.

As considerações de Khondker (2011, 677 *apud* KARATZOGIANNI, 2015, p. 99) a respeito do papel desempenhado pela mídia corporativa durante a chamada Primavera Árabe nos parecem de grande utilidade para a reflexão a respeito dos eventos que se deram no contexto brasileiro:

Certamente, os sites de redes sociais e a Internet foram ferramentas úteis, mas a mídia convencional desempenhou um papel crucial na apresentação dos levantes para a comunidade global mais ampla que, por sua vez, apoiou as transformações<sup>13</sup>.

Levada em conta essa centralidade da mídia corporativa que, no contexto brasileiro, está marcada por seu aspecto corporativo, a heterogeneidade manifestada nas postagens que integram o *corpus* pode estar relacionada à amplitude de pautas e aos imbricamentos e disputas de concepções políticas e sociais (anarquistas,

---

<sup>13</sup> “Certainly, social network sites and the Internet were useful tools, but conventional media played a crucial role in presenting the uprisings to the larger global community who in turn supported the transformations. (Trad. Nossa)



liberais, estatistas, social-democratas) que emergiram nas redes e ruas para construir suas narrativas à medida em que as manifestações ampliavam-se e “viralizavam”.

## Objetivos

A presente tese tem como objetivo geral:

Analisar processos de subjetivação nas redes sociais no contexto brasileiro, tomando como base o estudo do caso das Jornadas de Junho, levando em conta o já mencionado caráter de multiplicidade social e ideológica que perpassa os sujeitos envolvidos bem como as particularidades da cena enunciativa, as quais, nos termos de Guimarães (2002), se constitui na especificidade de modos de acesso à palavra.

Considerando que as manifestações organizadas pelas redes sociais se mostraram recorrentes na contemporaneidade, especialmente desde os eventos iniciais da Primavera Árabe, em 2010, as Jornadas de Junho figuram, no contexto brasileiro, como primeiro processo de mobilização social de abrangência nacional, com papel de destaque para as redes sociais. Acreditamos a abordagem do estudo de caso poderá nos ajudar a melhor compreender algumas especificidades do contexto brasileiro. No que tange ao cenário político e econômico, por exemplo, diferentemente do quadro apresentado pelos países árabes, o Brasil vivia seu mais longo período democrático e seus indicadores sociais, tomados historicamente, eram positivos. Além disso, as particularidades da composição social, política e cultural do Brasil, além de suas peculiaridades históricas apontam para a necessidade de uma abordagem, enquanto caso, com vistas a melhor compreender esses processos de subjetivação política no contexto nacional.

Aliados ao objetivo geral, temos por objetivos específicos:

a) Apontar, no *corpus*, para pistas sobre o imaginário dos sujeitos que enunciam e como suas concepções sobre participação política em rede podem estar relacionadas às formações e práticas discursivas que remetem ao mercado e à racionalidade neoliberal, ora configuradas como forma de resistência às suas consequências sociais e políticas, ora reafirmando-as.

Acreditamos que a relevância de nossa proposta de pesquisa, dentre outros fatores, encontra respaldo na tentativa de confrontar a ilusão da transparência da

suposta “unidade” - por vezes desejada e enunciada pelos entusiastas de um suposto potencial mobilizador das redes sociais, tomadas em sua aparente horizontalidade e neutralidade.

Isto posto, cremos que a “avalanche” de postagens nas redes sociais, que constrói as narrativas das Jornadas de Junho, pode nos ajudar a:

b) Compreender melhor o papel das redes sociais e seus modos de dizer e fazer nesses eventos, uma vez que, em nossa história, eles foram os primeiros que contaram, de forma significativa, com o auxílio das redes para formulação de objetivos e organização de ações políticas.

### **Metodologia e *corpus* de pesquisa**

Para a realização da tarefa à qual nos propomos, tomamos como objeto de análise seis páginas coletadas no *Facebook* e selecionadas de acordo com as nomenclaturas sob a forma de *hashtag*<sup>14</sup> “#VEMPRARUA” e “#CHANGEBRAZIL”, bem como as postagens no *Twitter* que se inscrevem sob as mesmas *hashtags* e cujas ocorrências se deram de forma intensa durante as referidas manifestações nas ruas e redes.

Outros dois motivos pautaram a escolha por essas *hashtags*: A nomenclatura “VEMPRARUA”, bastante utilizada nas convocações de atos e passeatas nos grandes centros urbanos é, originalmente, um *slogan* que fez parte de um *jingle* de uma grande marca do setor automotivo, tendo passado por um processo de ressignificação bastante análogo ao conceito de *redesign* Cope & Kalantzis (2000). De modo intrigante, os usuários da rede se apropriam de um elemento publicitário, vinculado a discursos do mercado e do transporte individual, para levantar a bandeira do transporte coletivo, aspecto sobre o qual nos aprofundaremos ao longo da tese. Já as páginas designadas pela nomenclatura “CHANGEBRAZIL” nos chamaram a atenção pela sua grafia em língua inglesa, o que nos sugere uma possível tentativa de projeção

---

<sup>14</sup> Nas redes sociais as *hashtags* operam como indexadores de temas, permitindo a recuperação de enunciados que delas se utilizam. Até o mês de junho de 2013 apenas a rede *Twitter* oferecia esse recurso de modo plenamente funcional aos seus usuários. A implementação das *hashtags* no *Facebook* se deu em 12 de junho de 2013, período em que as Jornadas de Junho já estavam bastante consolidadas na ruas e redes.

e/ou diálogo junto à comunidade internacional. Esse efeito de busca pelo reconhecimento do outro (estrangeiro) é ainda reforçado pelas frequentes alusões aos sistemas político, tributário, social e econômico norte-americanos como modelos bem-sucedidos, o que pode nos fornecer pistas sobre o modo pelo qual os sujeitos que enunciam são perpassados pela razão neoliberal, apoiados em noções como eficiência, empreendedorismo e “gestão”.

Para contextualizar nosso interesse pelo estudo dos discursos oriundos de redes sociais, faremos um apanhado de sua evolução, com foco em suas especificidades no contexto brasileiro.

Pioneiro neste tipo de serviço no Brasil, com massiva adesão de usuários, em especial no biênio 2004-2005, a extinta rede social Orkut, de propriedade da empresa Google, prometia conectar “amigos” em comunidades, agrupando-os, portanto, com base na semelhança de gostos e convicções e tendo duas de suas ferramentas como as de uso mais recorrente: o *scrapbook* e as “comunidades”. O primeiro recurso de postagem era destinado ao contato direto entre dois usuários que se vinculavam pela “amizade” na rede. Já o segundo método de postagem era de caráter mais público (dentro do espaço privado de cada comunidade) em que um usuário da rede se reportava aos demais.

A partir da popularização das redes *Facebook* e *Twitter*, a Web 2.0 – com dispositivos mais integrados entre si e de caráter colaborativo no que diz respeito às questões de autoria – se consolida no cenário brasileiro. As formas distintas de estruturação dessas redes implicam também uma readequação dos modos de dizer, de sua temática e, por conseguinte, das possibilidades discursivas que estão postas por novas condições de produção e ferramentas disponíveis. Surge, inicialmente no *Twitter*, a possibilidade do uso de *hashtags*, que consistem em indexadores que agrupam todas as postagens na rede por assunto sem que, necessariamente, uma postagem seja em resposta direta a outra ou seus autores tenham algum tipo de vínculo na rede. As *hashtags* que eram uma exclusividade do *Twitter*, passaram a ser adotadas pelo *Facebook* em 12 de junho de 2013, coincidentemente, período do interesse de nossa pesquisa. Além das *hashtags*, as postagens públicas na chamada “Linha do Tempo” do *Facebook* se assemelham bastante à estrutura de microblog oferecida pelo *Twitter*, com o diferencial de não haver um limite do tamanho das

postagens, que no *Twitter* é, atualmente, de 280 caracteres, o que o torna uma mídia para postagens bastante breves e sucintas<sup>15</sup>.

Além disso, *Facebook* e *Twitter* podem ser tornadas, por meio de aplicativos e *scripts*, mídias convergentes entre si. As publicações da primeira podem ser incorporadas às da segunda e vice-versa, o que possibilitou, de certo modo, que ambas seguissem existindo sem que uma concorresse diretamente por público com a outra. Entender as especificidades e diferentes possibilidades abertas por cada uma dessas redes é de grande importância para compreender a própria multiplicidade dos usuários que a compõem e, conseqüentemente, seus modos de produzir sentido.

Conforme nosso interesse, justificado nas seções anteriores, pelas *hashtags* “#VemPraRua” e “ChangeBrazil”, a parte do *corpus* oriunda do *Facebook* é composta por 02 (duas) páginas (*fanpages*) e um grupo de discussão (denominado no *Facebook* apenas como “grupo”) para cada uma dessas nomenclaturas. Como o mecanismo interno de pesquisa dessa rede social nos retornou várias páginas e grupos homônimos, optamos por selecionar grupos abertos, nos quais os conteúdos produzidos podem ser visualizados por qualquer usuário do desta rede. O segundo critério de seleção foi o maior número de participantes.

Para a seleção das *fanpages* também nos pautamos pela questão numérica. Ou seja, o número de “curtidas” da página foi fator determinante, uma vez que quanto maior esse número, maior a abrangência das publicações lá produzidas, implicando maior potencial de interações (“curtidas”, compartilhamentos e comentários) para tais publicações. Abaixo apresentamos duas tabelas com as nomenclaturas dos grupos e páginas, siglas por nós atribuídas para identificação e a URL (endereço web) de cada constituinte do *corpus*, referente ao *Facebook*<sup>16</sup>:

---

<sup>15</sup> Atualmente o site disponibiliza a opção de acréscimo de novos *tweets* que seriam a continuação de um *tweet* inicial.

<sup>16</sup> Dados coletados em 13/08/2014.

Grupo / Sigla	url	Membros
#VemPraRua (FBVPR1)	<a href="https://www.facebook.com/groups/387337454704061/?ref=br_rs">https://www.facebook.com/groups/387337454704061/?ref=br_rs</a>	1515
ChangeBrazil (FBCB1)	<a href="https://www.facebook.com/groups/MudeBrasil/">https://www.facebook.com/groups/MudeBrasil/</a>	475

**Tabela 2:** Grupos do *Facebook* que constituem o *corpus*, suas URLs e quantidades de membros.

Página / Sigla	url	Curtidas
Vem Pra Rua (FBVPR2)	<a href="https://www.facebook.com/vempraruabrasil2014">https://www.facebook.com/vempraruabrasil2014</a>	23.815
Vemprarua (FBVPR3)	<a href="https://www.Facebook.com/pages/Vemprarua/144645932396960">https://www.Facebook.com/pages/Vemprarua/144645932396960</a>	5.479
Change Brazil (FBCB2)	<a href="https://www.facebook.com/ChangeBrazilOficial">https://www.facebook.com/ChangeBrazilOficial</a>	1.019
#changebrazil (FBCB3)	<a href="https://www.facebook.com/ChangeBrazil.0">https://www.facebook.com/ChangeBrazil.0</a>	542

**Tabela 3:** *Fanpages* do *Facebook* que constituem o *corpus*, suas URLs e quantidades de curtidas.

Quanto às publicações no *Twitter*, a seleção se deu com base em dois critérios: um que diz respeito ao uso das *hashtags* e outro que trata da data da publicação de cada postagem na rede. É da intersecção entre esses dois critérios que resulta a parte de nosso *corpus* de análise referente às produções no *Twitter*. Foi realizado procedimento de pesquisa avançada (usando a ferramenta disponibilizada pela própria rede social), para cada dia do mês de junho de 2013, tendo como critério de localização a ocorrência das *hashtags* #VemPraRua e #ChangeBrazil. Os resultados obtidos foram delimitados ao período compreendido pelos dias 01 de maio a 30 de junho de 2013. A abundância de postagens que obedeciam a esse critério de busca em determinados dias, especialmente do mês de junho, nos levou a adotar o procedimento de realização de um escrutínio por ocorrência diária, sendo que fora gerado um arquivo em formato PDF com todas as postagens encontradas entre os *top tweets* (aqueles de maior alcance na rede) para cada um desses dias. Esses arquivos individuais foram posteriormente fundidos em um único documento com a extensão PDF, resultando em dois arquivos, sendo a coletânea referente à *hashtag* #VemPraRua composta por 226 páginas e aquela, referente à *hashtag* #ChangeBrazil, por um total de 259 páginas.

Após o procedimento de coleta dos dados, os enunciados foram sistematizados, para fins de referência, a partir da rede e, no caso do *Facebook*, dos

grupos ou páginas em que ocorreram, levando-se também em consideração a data e ordem em que as postagens foram produzidas, da mais recente para a mais antiga.

Siglas foram atribuídas aos grupos e páginas, para fins de localização dos respectivos enunciados, conforme descrito na tabela 3, apresentada anteriormente. O padrão para a atribuição das siglas toma como parâmetro a rede em que foram produzidas as postagens (FB para *Facebook* e TW para *Twitter*). Às letras indicativas da rede de origem seguem-se outras que indicam a nomenclatura do grupo ou página em questão, no caso do *Facebook*. Por exemplo, páginas oriundas do *Facebook*, cuja nomenclatura é dada por *ChangeBrazil*, encontram-se descritas pela sigla FBCB. A este conjunto acrescentamos numerais, sendo o primeiro indicativo de distinção entre grupos e páginas homônimos. Adotamos o procedimento de distinguir os grupos e páginas (*fanpages*) atribuindo aos primeiros sempre o numeral 1. Desse modo, a sigla FBCB1-, por exemplo, indica o grupo cuja nomenclatura é dada por *ChangeBrazil* na rede *Facebook*. Já FBCB2 e FBCB3 designam *fanpages* homônimas naquela rede social. Para os grupos e páginas sob a nomenclatura *VemPraRua* adotamos FBVPR, seguido de numerais de acordo com os critérios acima explanados.

Por sua vez, cada postagem produzida também foi numerada, da mais recente para a mais antiga. Desse modo, os enunciados serão sempre referidos por: letras indicativas de rede social (FB ou TW), letras indicativas de grupo ou *fanpage* (CB ou VPR), número distintivo do grupo ou página (1 a 3) e numeração do enunciado, do mais recente para o mais antigo, de acordo com sua ocorrência no *corpus*. A título de exemplo, o enunciado FBCB1-05 é, portanto, o quinto enunciado a ocorrer na seção do corpus extraída do grupo da rede *Facebook*, designado sob a nomenclatura *ChangeBrazil* e o enunciado FBVPR2-10 constitui o décimo enunciado a figurar no corpus na seção extraída da *fanpage VemPraRua* à qual foi atribuído o numeral 2, sendo ela a que possui mais “seguidores” em relação à sua homônima.

No caso do *Twitter*, as siglas são sempre compostas por TW (indicativo da rede social onde o enunciado foi coletado), acrescentadas de CB (*#ChangeBrazil*) ou VPR (*#VemPraRua*) e sua numeração de postagem baseada em ordem decrescente de data de ocorrência.

Considerando a forma como as redes sociais se estruturam, tendo como possibilidades o compartilhamento de postagens e o uso de indexadores (*hashtags*), é possível que um mesmo enunciado (postagem) figure em duas seções diferentes do nosso *corpus*. Isso pode ocorrer, seja pelo uso de ambas as *hashtags* por nós

selecionadas para análise em determinada postagem, seja pelo compartilhamento de enunciados oriundos de um grupo/página em outro(a), etc. Estamos atentos a essa questão e, sempre que notado esse aspecto, referenciaremos todas as ocorrências caso isso se mostre relevante na tarefa analítica.

A coleta de dados no *Facebook* foi feita com o auxílio da ferramenta *Fireshot Pro*<sup>17</sup>, extensão para o navegador Mozilla Firefox que nos permitiu obter instantâneos (imagens em formato PNG) das páginas exibidas na tela. As imagens foram posteriormente processadas em arquivos PDF individuais para cada página ou grupo<sup>18</sup>. Este procedimento foi necessário devido a uma característica do *Facebook* que faz com que postagens mais antigas sejam ocultadas, tornando difícil (em muitos casos, impossíveis) a referência por meio de *hiperlinks*. Dentre as dificuldades metodológicas ocasionadas por esta limitação está a transformação de elementos textuais em imagem. Diferentemente do que ocorrera quando da coleta de dados no *Twitter*, para o qual foi adotado o procedimento de salvar as páginas diretamente em arquivo PDF, preservando-se assim os elementos em formato de texto, esse procedimento inicialmente tentado por nós se mostrou ineficaz para o *Facebook*, por conta da perda de formatação de elementos da página, quando exportada diretamente em PDF. Isso nos ocasiona alguma dificuldade, por exemplo, em procedimentos de busca textual na seção do corpus referente ao *Facebook*. No entanto, acreditamos ter feito a escolha mais adequada, visto que diversos elementos não textuais colaboram, em ambas as redes, para a construção multimodal dos sentidos que aqui nos propomos a analisar.

Com base na sistematização e comparação entre os dados obtidos para a constituição do *corpus* e no entrecruzamento de seus enunciados com nossa reflexão à luz da teoria à qual nos filiamos, procederemos às análises visando a atender aos objetivos e perguntas de pesquisa anteriormente expostos.

---

<sup>17</sup> <https://addons.mozilla.org/pt-br/firefox/addon/fireshot/>

<sup>18</sup> Diante da impossibilidade técnica de ocultação da identidade de todos os sujeitos de pesquisa optamos por não anexar os documentos referentes à coleta de dados.

## **Organização da Tese**

No Capítulo 1, intitulado “Um Histórico das Jornadas de Junho e suas Condições de Produção”, revisitamos o processo de mobilização social que se deu em junho de 2013, fazendo uma cronologia dos fatos mais importantes e recorrendo, sempre que oportuno, ao estabelecimento de pontes teóricas com a literatura sociológica e linguística, bem como às reflexões mais recentes acerca do webativismo e seu papel nos processos de mobilização social. Buscamos, ainda, subsídios em postagens produzidas pelo MPL-SP nas redes sociais e também em artigos e capítulos de livros com vistas a recuperar os contextos político, social e discursivo das Jornadas de Junho de 2013. As reflexões teórico-analíticas desse capítulo nos levam a considerar que as novas formas de participação e subjetivação política propiciadas pelas redes sociais abrem a possibilidade da rápida e ampla difusão de informações e práticas de atuação política, colocando em contato amplos setores da sociedade e promovendo, ora o diálogo e alianças pontuais em torno de determinadas pautas, ora conflitos entre vozes dissonantes.

O Capítulo 2 “Webativismo e Subjetividades na Contemporaneidade”, revisita as teorias acerca da pós-modernidade ou modernidade líquida, nos termos de Bauman (2001), intentando estabelecer diálogo teórico com os estudos sobre a constituição das subjetividades no âmbito do ciberespaço e do webativismo, mais especificamente, no que tange às redes sociais. A compreensão da importância dos aspectos sociais e políticos nos processos de subjetivação nos conduziu à necessária tarefa de resenhar um quadro teórico acerca da chamada razão neoliberal, parte do contexto sócio-histórico que possibilita e é possibilitado pelo ciberespaço. É nesse contexto de hegemonia da razão neoliberal que surge uma modalidade de ativismo em rede, o chamado webativismo ou webativismo sobre o qual também trazemos algumas teorias para reflexão. Por meio dessa exposição e debate intentamos pavimentar um caminho que possa sustentar a análise dos aspectos discursivos e dos processos de subjetivação política nas redes durante das Jornadas de Junho, tarefa à qual nos propomos no Capítulo 3.

No Capítulo 3 “O Caso do Webativismo nas Jornadas de Junho” nos ancoramos nas teorias revisitadas para propor reflexões de natureza analítica sobre os enunciados, visando apontar as principais características do funcionamento discursivo



e dos processos de subjetivação no contexto do webativismo, tomando o caso brasileiro das Jornadas de Junho em suas especificidades sócio-históricas.

Apresentaremos, por fim, um breve apanhado de nossas reflexões em torno de alguns modos de subjetivação política nas redes sociais, suas relações com o contexto de hegemonia mundial do neoliberalismo e como as práticas discursivas e identitárias do webativismo, tomadas a partir da especificidade das Jornadas de Junho, permitem-nos posicionar conceitualmente esse processo de mobilização social enquanto acontecimento discursivo, na medida em que ele contribui para o deslocamento dos sentidos sobre/do ativismo político, com implicações e desdobramentos subsequentes para o cenário social e marcadamente político do país.

## CAPÍTULO 1. UM HISTÓRICO DAS JORNADAS DE JUNHO E SUAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

A esperança não vem do mar  
 Nem das antenas de TV  
 (Os Paralamas do Sucesso, 1986)

No presente capítulo buscamos revisitar o processo de mobilização social que se deu em junho de 2013. De início, faz-se necessário um apanhado histórico acerca das origens do MPL, apresentando dados relevantes sobre seu percurso e as condições de produção que afetam esse movimento, culminando na ocorrência das Jornadas de Junho, no intuito de compreender como se dá o processo de subjetivação política nas redes sociais digitais no contexto brasileiro, a partir do estudo do caso desse acontecimento histórico particular. Em nosso percurso, intentamos descrever os principais acontecimentos por meio de uma breve cronologia daqueles dias de efervescência política e social, apanhando subsídios na literatura científica já produzida sobre as Jornadas de Junho e em postagens publicadas pelo Movimento Passe Livre (MPL) de São Paulo nas redes sociais<sup>19</sup>, em seu *website* oficial<sup>20</sup>, e em artigos de autoria do MPL.

As Jornadas de Junho se concentraram, inicialmente, em São Paulo e Rio de Janeiro, por iniciativa do Movimento Passe Livre (MPL), que se define como “um movimento social de transporte autônomo, horizontal e apartidário, cujos coletivos locais, federados, não se submetem a qualquer organização central” (MOVIMENTO PASSE LIVRE-SÃO PAULO, 2013, p.15)<sup>21</sup> e cujos espaços de definição de sua política “não possuem dirigentes, nem respondem a qualquer instância externa superior” (Ibid.). Os primeiros protestos tinham como pauta imediata a revogação dos aumentos das tarifas dos transportes coletivos naqueles centros urbanos e, como bandeira de referência, a implementação da tarifa zero, fundamentadas em considerações do MPL sobre o que designam como função social do transporte coletivo para o direito à cidade, em aparente confronto à lógica mercantil no gerenciamento dos serviços públicos. Este processo de mobilização logo tomou corpo, com ostensiva repercussão tanto na mídia corporativa (jornais televisivos e

---

<sup>19</sup> <<https://www.facebook.com/passelivresp/>> Acesso em 23 de jul. de 2015.

<sup>20</sup> <<http://www.mpl.org.br>>. Acesso em 23 de jul. de 2015.

<sup>21</sup> In. MARICATO, Ermínia *et. al.* Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1.ed. – São Paulo : Boitempo : Carta Maior, 2013.

impressos) quanto nas chamadas novas mídias, dentre as quais figuram as redes sociais, de onde extraímos o *corpus*. É nesse momento que, pela primeira vez no país, as redes sociais ocupam um papel de protagonismo em processos de mobilização, contribuindo para que o debate se estendesse das telas dos dispositivos eletrônicos para as ruas de mais de 300 cidades em todo o território nacional. Com a contribuição dos debates travados na rede e dos atos convocados e organizados, primordialmente, por meio dessas tecnologias, as ocupações de vias públicas e atos de protesto foram ganhando adeptos e, juntamente com eles, segundo Rolnik (2013), uma multiplicidade de outras pautas e formas de organização.

A respeito desse aspecto social e ideologicamente heterogêneo dos movimentos que se inserem no contexto do webativismo, Karatzogianni (2015, p. 68) aponta que

O movimento de cultura livre e a cultura *hacker* abrangem diferentes tipos de ideologias: algumas políticas, outras apolíticas, algumas verdadeiramente revolucionárias tanto em sua filosofia quanto sua prática e outras nem tanto...

As pautas fizeram parte das Jornadas de Junho, tais como a mobilidade urbana, os investimentos públicos feitos para a realização da Copa do Mundo, a temática do combate à corrupção e o próprio questionamento da capacidade da política institucional em representar os cidadãos, enunciada em palavras de ordem do tipo “X não me representa”, passaram a ocupar espaço considerável na agenda política nacional, dialogando com elementos do que Brown (2015) denomina como razão neoliberal, sobre a qual trataremos adiante. Com frequência, a necessidade de os representantes políticos e suas instâncias partidárias e estatais dialogarem com a chamada “voz das ruas” foi enunciada durante os pleitos federal e estaduais de 2014. Assim, os sentidos construídos no debate político posterior às Jornadas de Junho passaram a ser afetados pela sua própria ocorrência enquanto processo de mobilização social, tendo sido objeto de referência e disputa das mais distintas correntes políticas e ideológicas que (re)interpretaram e reivindicaram seus sentidos.

Embora o país experimentasse naquele ano o mais longo período democrático de sua história, 25 anos após a redemocratização que culminou na promulgação da chamada Constituição Cidadã de 1988, as palavras de ordem nas ruas denunciavam uma crise de representatividade das instâncias do Estado e das formas de organização coletivas consolidadas nas democracias liberais, tais quais o parlamento,

partidos políticos, sindicatos e entidades da sociedade civil. Doimo (1995) trata, ainda no contexto do final dos anos 1980 e início da década de 1990, a respeito do processo que denomina como erosão dos movimentos populares. Para a autora, à medida em que setores dos movimentos populares começam a ocupar espaços da política institucional, elegendo representantes que passam a ocupar postos no aparelho burocrático estatal, parte dos movimentos populares são submetidos a um processo de cooptação que acaba esvaziando algumas organizações e privando-as de suas lideranças e de autonomia em relação ao poder público. Além dos fatores apontados por Doimo para explicar a erosão dos movimentos populares, é relevante mencionar as consequências da hegemonia da razão neoliberal (que começa a se estabelecer globalmente a partir dos anos 1980) sobre as formas de organização política social, tendo sido, portanto, uma influência permanente em toda a história da chamada “Nova República” no Brasil. Brown (2015) postula que a razão neoliberal, globalmente hegemônica, desencadeou um processo de reconstituição do sujeito e do Estado, pautados pelos valores do mercado, tais quais eficiência, competição e auto-empresendedorismo, contribuindo para o que a autora classifica como um processo de desregulamentação de serviços públicos e das teias de proteção social, tornando os elementos constituintes das chamadas democracias liberais redutíveis às questões econômicas, fazendo dessas questões o ponto central da atuação política. Nesse sentido a política é esvaziada de seu sentido político sendo concebida como uma questão de aplicação de “boas práticas” (DARDOT & LAVAL, 2013) de gestão, nos moldes de um empreendimento privado, com vistas ao lucro, em detrimento de uma concepção da institucionalidade política como lugar da garantia de direitos de cidadania, visando equilibrar as assimetrias entre o mercado e os cidadãos.

É nesse cenário de erosão dos movimentos populares (DOIMO, 1995), e fortemente afetado pela razão neoliberal (DARDOT & LAVAL, 2013; Doimo, 2015), que Movimento Passa Livre surge como instância de atuação política. Dedicar-nos-emos, na sequência do presente capítulo, à construção de um relato histórico a respeito desse coletivo que convocou os primeiros protestos das Jornadas de Junho de 2013.

Na seção 1.1 “*O Movimento Passe Livre, suas bandeiras e formas de organização*”, apresentamos um breve relato de como este movimento se formou e se consolidou pela via da intervenção política de jovens estudantes em torno da questão do transporte coletivo, tendo passado por uma série de ajustes programáticos

decorrentes do contato com outros movimentos sociais, culminando no deslocamento de sua bandeira inicial pelo “Passe Livre Estudantil” para o “Passe Livre” como direito a ser garantido a toda a população das cidades.

Já na seção 1.2, “*As Jornadas de Junho nas Redes Sociais*”, concentramos nosso esforço em, com base no *corpus* e em postagens do MPL nas redes sociais, traçar uma cronologia daquele momento de efervescência político-social, que reverberou em todo o território nacional, culminando em diversas manifestações de rua.

Por fim, na seção 1.3 intitulada “*Narrativas em disputa*”, buscaremos, fundamentados no aporte teórico dos estudos semântico-discursivos da linguagem (PÊCHEUX, 1983 [2006]; ORLANDI, 1999 [2002]; GUIMARÃES, 2002) e, sempre que possível, no diálogo com as teorias sobre os movimentos sociais, produzir uma reflexão sobre os discursos oriundos das/sobre as Jornadas de Junho nas redes sociais, que possa nos ajudar a compor um quadro interpretativo a respeito das relações estabelecidas entre o MPL, impulsionador primeiro das Jornadas de Junho, e os demais segmentos sociais que a ele se somaram em virtude das convocações feitas nas redes, visando compreender os movimentos de aproximação e ruptura (programática e metodológica) entre setores heterogêneos da sociedade em torno de determinadas questões do cenário político e social.

### **1.1 O Movimento Passe Livre, suas bandeiras e formas de organização**

Para esta reflexão sobre o MPL, ancoramo-nos, essencialmente, no texto/manifesto do próprio movimento, publicado sob a forma de capítulo do livro *Cidades Rebeldes* (MARICATO et. al., 2013) e em excertos do *website* do MPL<sup>22</sup>, das diversas atualizações de sua “Carta de Princípios”<sup>23</sup> e nas resoluções de seus Encontros Nacionais<sup>24</sup>.

O MPL foi formalmente criado e nomeado durante o Fórum Social Mundial, em janeiro de 2005, em plenária na cidade de Porto Alegre, no âmbito da quinta edição do Fórum Social mundial. Na seção “sobre” de seu *website* o MPL se define enquanto  
um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e

---

<sup>22</sup> <http://mpl.org.br/>, visitado em 23/07/2015.

<sup>23</sup> <http://mpl.org.br/?q=node/2>

<sup>24</sup> <http://brasil.indymedia.org/media/2013/06//520894.pdf>

independente, que luta por um transporte público de verdade, gratuito para o conjunto da população e fora da iniciativa privada. (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2015)

Apesar de sua formalização como movimento de caráter nacional datar de 2005, nos anos de 2003 e 2004 o coletivo que originou o MPL já possuía uma articulação nacional que logrou barrar o aumento das tarifas de transporte coletivo em algumas importantes cidades do país, o que subsidiou e favoreceu sua formação e organização enquanto movimento social autônomo. Destacam-se, nesse sentido, a *Revolta do Buzu*, que ocorreu na cidade de Salvador em 2003 e a *Revolta da Catraca*, em Florianópolis, no ano de 2004 (Cf. MOVIMENTO PASSE LIVRE-SÃO PAULO, 2013).

Mesmo antes das supracitadas “revoltas”, a bandeira do passe-livre estudantil já se fazia presente como pauta de atuação dos movimentos da juventude, sobretudo, o estudantil. Em entrevista ao site “Brasil de Fato” (2013), Marcelo Pomar, um dos fundadores do MPL, quando questionado sobre o aspecto histórico da bandeira do passe-livre, afirma:

“Na realidade, temos que voltar um pouco no tempo para entender como se chegou à fundação do MPL. O passe livre é uma reivindicação histórica do movimento estudantil. Desde pelo menos o final dos anos 80 no Rio de Janeiro há movimentos desse tipo, com inclusive uma movimentação histórica quando o Brizola já era governador do estado. Os estudantes conseguiram garantir esse direito no Rio, e até hoje esse direito existe, de forma meio capenga, por conta de liminares de empresas de ônibus – vira e mexe esse direito é contestado. Então, depois da abertura política de 1985, o passe livre passou a fazer parte do ideário do conjunto de reivindicações históricas do movimento estudantil brasileiro, em especial o secundarista. Nós não inventamos essa história.” (BRASIL DE FATO, 2013)

Tendo como um de seus nascedouros a cidade de Florianópolis, as origens do MPL estão atreladas a jovens mobilizados, inicialmente, no seio do movimento estudantil, sobretudo o secundarista, e alguns jovens militantes partidários, conforme relata Marcelo Pomar

“O que ocorre é que em 2000 nós tínhamos um grupo aqui em Florianópolis relativamente organizado que fazia parte de uma organização de juventude ligada ao PT chamada Juventude Revolução. Nós resolvemos em um grupo relativamente pequeno à época tocar uma campanha pelo passe livre aqui na cidade. Essa campanha acabou tomando corpo. À época nós tínhamos muito tempo livre, já que o movimento estudantil tem essa vantagem da a gente poder fazer bastante atividade. Nós mapeamos as escolas da cidade,

fizemos um bom trabalho de base levando esse debate do passe livre, e realizamos uma série de manifestações de pequeno e médio porte entre os anos 2000 e 2004 que eu considero que criou um conjunto de condições subjetivas pra que em 2004 nós tivéssemos uma grande movimentação em Florianópolis, que ficou conhecida como a Revolta da Catraca. Essa revolta abrange os anos de 2004 e 2005 em que ocorreram dois movimentos grandiosos, movimentos de massa em Florianópolis, com cerca de 15 a 20 mil pessoas, o que para uma cidade de 400 mil habitantes é um negócio bastante significativo. Foram movimentos que por dois anos seguidos barraram o aumento das tarifas, em 2004 e 2005.” (BRASIL DE FATO, 2013)

Apesar de sua origem estar inicialmente ligada ao movimento estudantil, incluindo também jovens militantes com vivência partidária, à medida que a reivindicação e o grupo foram ganhando adeptos e estrutura organizacional própria, a necessidade de autonomia em relação às questões partidárias perpassou o contexto desse movimento, culminando na expulsão de parte do coletivo de Juventude Revolução<sup>25</sup>, conforme declara Marcelo Pomar.

“Em 2004 nós já somos um grupo completamente distinto do grupo que começou essas movimentações em 2000. Isso porque em 2002 nós rompemos com a Juventude Revolução. Na verdade nós somos expulsos dela porque a gente começou a desenvolver uma tese de que a juventude deveria ser independente, quer dizer, deveria fazer suas próprias experiências e não deveria estar tutelada por uma organização adulta, fosse ela vinculada a um partido ou não. Em 2004 nós já éramos um grupo amplo, de frente única, que reunia várias organizações partidárias e muitos jovens independentes. E foram basicamente esses jovens independentes que acabaram tocando a coisa a partir de 2002 junto com esse grupo que foi expulso da Juventude Revolução. Não dá pra negar a importância da Juventude Revolução na gênese desse processo. Mas o que se tinha já em 2002, 2003, era um negócio muito mais amplo, que não tinha mais relação propriamente com a Juventude Revolução, e que era a campanha pelo passe livre, que reunia diversos jovens de grêmios, muitos deles sem nenhum tipo de vinculação a organização, a instituição ou partido político. Já era um processo genuíno, um processo diferente e singular.” (Ibid.)

Com uma estrutura organizacional e deliberativa do MPL fundamentada, essencialmente, em “assembleias horizontais”, esse grupo manifesta forte resistência frente às formas tradicionais de organização e ao que parecem representar como certo oportunismo de “entidades estudantis aparelhadas por grupos partidários [que] se

---

<sup>25</sup> Embora se defina como autônoma, a Juventude Revolução é composta majoritariamente por jovens militantes vinculados à tendência “O Trabalho”, que atua internamente no Partido do Trabalhadores (PT). Fontes: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Juventude\\_Revolucao](https://pt.wikipedia.org/wiki/Juventude_Revolucao)>; <<https://juventuderevolucao.com.br/tag/jornal-o-trabalho/>>

colocaram como lideranças e passaram a negociar com o poder público em nome dos manifestantes” (MOVIMENTO PASSE LIVRE-SÃO PAULO, 2013, p. 14). Foi visando a escapar desse “aparelhamento” que o movimento privilegiou o método da “ação direta da população”, organizando-se em “comitês pelo passe livre estudantil” (*Ibid.* p.15).

Apesar de seu caráter apartidário o MPL, em sua Carta de Princípios, estabelece uma distinção entre seu ideário de autonomia e o antipartidarismo.

O Movimento Passe Livre é um movimento **horizontal, autônomo, independente e apartidário, mas não antipartidário**. A independência do MPL se faz não somente em relação a partidos, mas também a ONGs, instituições religiosas, financeiras etc. Nossa disposição é de Frente Única, mas com os setores reconhecidamente dispostos à luta pelo Passe Livre estudantil e pelas nossas perspectivas estratégicas. Os documentos assinados pelo movimento devem conter o nome Movimento Passe Livre, **evitando, assim, as disputas de projeção de partidos, entidades e organizações**.<sup>26</sup> (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2006)

Além do ideário apartidário, destacamos os princípios de horizontalidade, autonomia e independência como traços importantes para que possamos compreender como esses jovens fundadores do MPL representavam as instâncias de organização política e social de juventude àquela época.

Outra importante característica que norteia a atuação do MPL diz respeito à forma como as decisões sobre pautas, táticas e estratégias são conduzidas. Em sua Carta de Princípios (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2006) é explicitado que “nas deliberações não referentes a princípios, deve-se buscar propostas consensuais, na impossibilidade, deve-se ter previsto o recurso à votação”. Essa forma de tomada de decisões se configura como importante traço distintivo entre o MPL e outras formas de organização da juventude, como grêmios, diretórios, centros acadêmicos e demais formas de organização cristalizadas do movimento estudantil, bem como dos partidos políticos, nas quais predomina a decisão por meio de votações.

Tanto a Carta de Princípios (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2006) quanto outros relatos dos primeiros momentos desse movimento social, fornecidos pelo próprio MPL em seus manifestos disponíveis em seu *website*<sup>27</sup>, apontam para elementos relacionáveis ao que Doimo (1995), ao analisar os movimentos pós-1970 até meados

---

<sup>26</sup> Grifos nossos.

<sup>27</sup> <https://www.mpl.org.br/>



dos anos 1990 no país, denominou uma “face expressivo-disruptiva”, que tem como característica a negação do burocratismo representado pelo Estado e pela via conselhistas, bem como pelos argumentos de cunho meramente econômico, privilegiando, como seu contraponto, o exercício do “poder popular” pelo método da ação direta. Pode-se ainda notar, nos manifestos, que o MPL aposta em uma concepção de movimento social e de seus integrantes enquanto “sujeitos políticos” capazes de tomar em suas mãos os processos de transformação social, como sugere o seguinte excerto:

Se a retomada do espaço urbano aparece como objetivo dos protestos contra a tarifa, também se realiza como método, na prática dos manifestantes, que ocupam as ruas determinando diretamente seus fluxos e usos...É assim, na ação direta da população sobre sua vida – e não a portas fechadas nos conselhos municipais engenhosamente instituídos pelas prefeituras ou em qualquer uma das outras artimanhas institucionais -, que se dá a verdadeira gestão popular. (MOVIMENTO PASSE LIVRE-SÃO PAULO, 2013, p. 16)

É oportuno observar que o surgimento das chamadas “revoltas” que vieram a, posteriormente, originar o MPL, tem como pano de fundo o neoliberalismo como racionalidade hegemônica e um cenário que Doimo (1995) classifica enquanto uma “erosão do campo popular”, em alternativa às visões que postulavam uma crise dos movimentos sociais e à ideia de refluxo, como se os movimentos estivessem adormecidos, esperando a oportunidade de novamente se fazerem presentes. Ainda, a chegada ao poder por parte de setores da dita esquerda por meio de coalizões de, quase sempre de centro-esquerda, nos âmbitos municipal e estaduais, culminando com a eleição de Luis Inácio Lula da Silva, em 2002, com o apoio de diversos movimentos populares, coloca em destaque a questão da autonomia desses movimentos em relação ao poder institucional do Estado e o risco de “cooptação” de militantes de movimentos sociais, acarretando conflito de interesses. Essa preocupação é expressa por um dos fundadores do MPL, Marcelo Pomar, em sua entrevista ao site Brasil de Fato quando relata sua experiência como assessor no poder estatal:

“Desde fevereiro de 2011, eu contribuo de maneira mais distante com o MPL. Como fui prestar assessoria política para um mandato da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, tomei a decisão de não ter uma relação orgânica, cotidiana com o movimento, porque eu achava que isso de certa forma também não seria bom, não seria produtivo”. (BRASIL DE FATO, 2013)

Nesse sentido, podemos interpretar o surgimento desse movimento como gesto

de resistência tanto à burocratização por ele representada na figura do poder do Estado quanto ao processo de economicização da política que se dá sob a predominância da razão neoliberal no contexto brasileiro.

Em relação aos movimentos ligados à juventude, o quadro do final dos anos 1990 e início dos anos 2000 é de crescente enfraquecimento e perda de influência e representatividade por parte do Movimento Estudantil tradicional<sup>28</sup>, marcado por estruturas de representação verticalizadas sob o comando de “dirigentes” eleitos a quem são delegados poderes de negociação em nome do coletivo. É nesse quadro de “erosão” que a questão urbana ganha destaque entre os movimentos autônomos da juventude, favorecendo o diálogo com outros segmentos das populações de cidades cada vez mais marcadas pelo processo de espraiamento para as periferias (SARAIVA & MARQUES, 2011). É, sobretudo, para esta fatia representativa da população, que vive sob a sombra da precariedade (SOUZA, 2003), que o debate sobre o direito ao transporte terá forte apelo, na medida em que o acesso a esse serviço público (ou a falta dele) implica o (não) direito à cidade como determinante para o (não) reconhecimento do *status* de cidadão.

Como o próprio MPL afirma, “o acesso do trabalhador à riqueza do espaço urbano, que é produto de seu próprio trabalho, está invariavelmente condicionado ao uso do transporte coletivo” (MOVIMENTO PASSE LIVRE-SÃO PAULO, 2013, p.15). Com base nesta percepção, parecem estar dadas as condições para que o MPL possa instaurar um processo de diálogo com outros movimentos sociais no sentido de dar mais amplitude e visibilidade à questão da gratuidade dos transportes coletivos não mais como uma causa estritamente estudantil ou da juventude, mas como uma reivindicação que concebe o transporte coletivo enquanto algo que esse movimento compreende como um direito comum a todos os habitantes da cidade.

Para a maior parte da população explorada nos ônibus, o dinheiro para a condução não é suficiente para pagar mais do que as viagens entre a casa, na periferia, e o trabalho, no centro: a circulação do trabalhador é limitada, portanto, à sua condição de mercadoria, de força de trabalho.

A luta de reapropriação do espaço urbano produzido pelos trabalhadores supera, na prática, a bandeira do MPL em seus primeiros anos, que era o passe livre estudantil. Quando as tarifas

---

<sup>28</sup> Quando nos referimos no texto ao movimento estudantil tradicional fazemos alusão àquele que se dá no âmbito das instâncias eleitas de representação estudantil, tais quais, gêmios, centros e diretórios acadêmicos, entidades nacionais como UNE, UEEs, UBEs, ANEL, etc.

aumentam, evidenciam-se contradições que afetam a todos, não somente os estudantes, e então deixa de fazer sentido ter em vista apenas um recorte da população. A luta por transporte tem a dimensão da cidade e não desta ou daquela categoria. (MOVIMENTO PASSE LIVRE-SÃO PAULO, 2013 p.15)

Deste modo, concebe-se o acesso pleno ao transporte coletivo - implicado nas palavras do MPL pela gratuidade do serviço - enquanto requisito à própria cidadania, sem o qual uma grande parcela da população, limitada pelas grandes distâncias e elevadas tarifas, teria dificultado (quando não impedido) seu direito de acesso à cidade e suas facilidades, o que constitui um traço do que Souza (2003) denomina subcidadania.

Segundo relato de um de seus fundadores, Marcelo Pomar,

“O MPL para de discutir passe livre dos estudantes, ou a reivindicação pequena, menor, e começa a entender o contexto do direito à cidade. Quer dizer, a gente tem uma transição para o Tarifa Zero. Porque o passe livre é reivindicação historicamente ligada ao movimento estudantil. E o Tarifa Zero passa a ser o entendimento de que a cidade, por concentrar as grandes conquistas tecnológicas, científicas, culturais da humanidade, precisa ser então democratizada. E a democratização ao acesso à cidade passa necessariamente pela garantia do acesso e da chegada aos equipamentos públicos e privados que na cidade estão espalhados. Então nesse período nós ampliamos a concepção. Foi ali que tive a oportunidade de conhecer o Lúcio Gregori, que foi secretário de transportes da gestão da Erundina em São Paulo, e ele nos ajuda muito”. (BRASIL DE FATO, 2013)

Olhando por este ângulo, podemos novamente recorrer a Doimo (1995) para apontar a defesa dos direitos de cidadania com uma face do MPL que se assemelha ao que a autora denominou como integrativo-corporativa, visto que a contestação da lógica meramente mercadológica sobre os transportes tem por objetivo final a ampliação de direitos que somente podem ser garantidos por um Estado que se faça presente ao conjunto de seus cidadãos. A adesão do MPL ao projeto Tarifa Zero, liderado por um ex-secretário da administração municipal de São Paulo parece-nos sugestiva desse reconhecimento da importância de uma intervenção também institucional, além da ação direta prevista na Carta de Princípios do movimento, conferindo a este grupo o que Peschanski (2013) designa como um aspecto propositivo. Esse autor segue argumentando que, ao seu ver, as mobilizações iniciadas sob a pauta fornecida pelo MPL estão marcadas por um caráter propositivo, na medida em que se colocam “a favor de algo”, reunindo “valores desejáveis a uma

alternativa social ao capitalismo: sustentabilidade, solidariedade, eficiência, democracia e comunidade”. Para o autor esta pode ser uma pista importante para compreendermos o êxito do movimento na conquista da adesão popular aos protestos, apesar de tentativas de criminalização do movimento, por parte da cobertura da mídia corporativa.

A proposta da gratuidade do transporte coletivo procurava respaldo em estudos que atestavam a viabilidade dessa demanda. Para atingir o objetivo da gratuidade, segundo Peschanski (2013, p. 61),

O imposto deveria aumentar sobre as montadoras [de automóveis] que lucram com a produção de um bem com alto custo social, como acontece com outros produtos nocivos. Mas também deveria aumentar, paulatinamente, sobre o consumidor, à medida que se consolide um sistema de transporte público funcional. A prestação pública e gratuita do transporte deveria ser sem fins lucrativos<sup>29</sup> e fundamentada em impostos progressivos<sup>30,31</sup>

Nesse sentido, a reivindicação do MPL se entrecruza com outros aspectos da vida política e social do país como, por exemplo, a reforma tributária. A questão de como os impostos são cobrados da população e do destino que lhes é dado, como veremos, foi alvo de diversas postagens nas redes sociais, suscitando debates.

Ao longo de sua história à frente de mobilizações na questão do transporte coletivo o movimento passe livre logrou não apenas interromper ou minimizar aumentos nas tarifas. Em 2004 a Câmara de Vereadores de Florianópolis aprovou por 10 votos a 1 o projeto de lei que instituía o passe livre estudantil naquela capital<sup>32</sup>. Após esse êxito o movimento instituiu a data de 26 de outubro (data em que o projeto de lei foi votado pela Câmara de Vereadores de Florianópolis) como o Dia Nacional de Luta pelo Passe Livre. Anos mais tarde, em fevereiro de 2011, o então governador

---

<sup>29</sup> A concessão da prestação do serviço de transporte coletivo a empresas privadas é uma das ineficiências do modelo de transporte público no Brasil, na medida em que, para incentivar o setor privado, é preciso oferecer taxas de retorno em média mais elevadas do que eventuais ganhos em especulação financeira. Sobre os lucros líquidos das empresas concessionárias, que equivaleram para 2012 a R\$ 406,8 milhões na cidade de São Paulo, ver Mario Cesar Carvalho, “Empresas de ônibus em São Paulo registram lucro acima da média”, *Folha de S. Paulo*, 30 jun. 2010. (Nota do Autor)

<sup>30</sup> Sobre os mecanismos progressivos de arrecadação no caso brasileiro, ver Caio Sarack, “A defesa do IPTU progressivos por Haddad”, *Carta Maior*, 24 jun. 2013. (Nota do Autor)

<sup>31</sup> Veremos, mais adiante, como a fundamentação original da gratuidade dos transportes coletivos a partir da aplicação da progressividade de impostos se encontrará em conflito com alguns discursos, especialmente do segundo momento das jornadas que, perpassados por formações discursivas do mercado, que pleiteiam a redução (quando não a eliminação) dos tributos, sob a alegação da ineficiência do Estado para sua aplicação.

<sup>32</sup> <https://midiaindependente.org/pt/blue/2004/11/293675.shtml>

do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, atendendo a uma reivindicação desse movimento, sancionou lei que assegurava o passe livre estudantil em todos os níveis de educação.

Com relação à sua forma de organização nacional, o MPL incluiu em seu Encontro Nacional (ENMPL) de julho de 2006 o chamado pacto federativo. Isso implica em uma aliança na qual os coletivos em níveis regionais têm preservada sua autonomia de organização, obrigando-se, contudo, a seguir os princípios federais do movimento. A articulação nacional dos componentes regionais do MPL se dá por meio de Grupos de Trabalho Nacionais (GTNs), de acordo com temas pré-estabelecidos. Há ainda a realização de Encontros Nacionais e divulgação impressa e em mídias digitais como o *site* oficial do MPL e os perfis regionais do movimento inseridos nas redes sociais.

É importante salientar que a defesa pela gratuidade do transporte coletivo não é a única bandeira ou sequer a reivindicação central do MPL. Em sua Carta de Princípios de 2006, o item 2.2 afirma que “O MPL pautará a luta pelo passe livre universal para desempregados e desempregadas e um transporte livre da iniciativa privada, com controle público”, o que nos dá o tom do viés anticapitalista do movimento. Além disso, alianças com amplos setores da sociedade são previstas na mesma Carta de Princípios. Essas alianças devem estar pautadas, contudo, na perspectiva anticapitalista, conforme depreendemos do item 3:

### 3. das alianças:

3.1. Construir o debate sobre a concepção de transporte público de verdade com os diversos setores da sociedade: estudantes secundaristas, estudantes universitários/as, professores/as, motoristas, cobradores/as, população em geral, militantes etc.

3.2. Que o MPL busque se aproximar dos movimentos urbanos e rurais que possuam uma crítica anticapitalista. O movimento deve buscar articulação com movimentos de juventude da periferia urbana, e ampliar aliança com movimentos culturais, tais como escolas de samba, movimento Hip Hop, entre outros (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2006).

Embora não se trate, em essência, de um movimento de webativismo, o MPL contou com a contribuição das tecnologias mediadas pelos dispositivos eletrônicos para a divulgação de suas bandeiras e sua projeção nacional. Nesse contexto a cooperação com o Centro de Mídia Independente é relatada por Marcelo Pomar como tendo contribuído nesse processo inicial do movimento.

“Fomos incentivados principalmente por Florianópolis por conta da experiência que nós tivemos, e por alguns contatos que nós tínhamos – e aí entra em particular uma outra organização que nos ajudou,

sobretudo do ponto de vista de comunicação nacional, que foi o CMI (Centro de Mídia Independente). E por isso, nesse processo embrionário do MPL, o CMI deu uma ajuda principalmente no que diz respeito à comunicação entre esses grupos. Assim, em janeiro de 2005, é fundado oficialmente o Movimento Passe Livre nacional”. (BRASIL DE FATO, 2013)

Ainda no que tange às questões de comunicação do MPL, sua Carta de Princípios postula que, dentre suas tarefas, deve-se buscar “relacionamento e aproximação com a mídia dissidente”. O site do MPL (2018) é ainda mais explícito em estabelecer uma dicotomia entre aquilo que denomina “mídia dissidente” e os meios de comunicação corporativos.

O MPL deve utilizar mídias alternativas para a divulgação de ações e fomentar a criação e expansão destes meios. Já o contato com a mídia corporativa deve ser cauteloso, entendendo que estes meios estão diretamente atrelados às oligarquias do transporte e do Poder Público. (MPL, 2018)

Quanto às Jornadas de Junho, das quais o MPL foi o indutor, embora as redes sociais digitais não tivessem sido a única ferramenta de divulgação e comunicação desse movimento, elas tiveram grande importância para dar amplitude aos protestos. As características das redes sociais da Web 2.0 em que o internauta se situa num lugar ambivalente de consumidor e, ao mesmo tempo, produtor de informação, possibilitou um efeito “viral” dos protestos. Algo que, até então, ainda não havia sido experimentado no cenário político e social brasileiro.

Feito nosso relato histórico, esperamos ter cumprido com o propósito anunciado para essa seção, qual seja: descrever o MPL, suas origens, o contexto social e político de seu surgimento e seu percurso histórico, desde as revoltas iniciais em Salvador e Florianópolis, entre 2003 e 2004, até o momento em que este “deixa de se limitar às escolas, para adentrar em bairros, comunidades e ocupações, numa estratégia de aliança com outros movimentos sociais – de moradia, cultura e saúde, entre outros” (MPL, 2013 p. 16). Esperamos ainda ter logrado apresentar, a partir da apropriação, para nossos fins, das observações de Doimo (1995) sobre os movimentos sociais dos anos 1980-90, como esse movimento é marcado por duas faces que a autora denomina expressivo-disruptiva e integrativo-corporativa, na medida em que, ao mesmo tempo que se recusa às “armadilhas da via conselhistas”, reafirmando sua autonomia frente ao Estado e aos seus desdobramentos, como, por exemplo, os partidos políticos, o MPL é marcado pela atitude propositiva,

fundamentada em estudos de viabilidade técnica e pautado por valores que não negam o Estado mas, ao contrário, o reafirmam em seu potencial como instância para a garantia do direito à cidadania.

## 1.2 As Jornadas de Junho nas Redes Sociais

Nesta seção, revisitamos o percurso das Jornadas de Junho através de sua repercussão nas redes sociais, por meio das postagens que figuram no *corpus* de pesquisa. Recorremos também à *fanpage* do MPL-SP, uma vez que as convocatórias para os primeiros atos de rua na capital paulista foram veiculadas por esse meio, que teve papel de destaque tanto para fins de divulgação dos atos quanto para sua organização.

Salientamos que, embora o MPL não seja, em sua essência, um movimento de webativismo, sua Carta de Princípios (2006) aponta para a necessidade de ampliação e diálogo com amplos setores da sociedade sob a perspectiva anticapitalista. Desse modo, as redes sociais parecem ter cumprido um importante papel na busca pelo estabelecimento desse diálogo desejado, agregando diferentes segmentos de ativistas e cidadãos “comuns” simpáticos às causas do movimento. Mesmo tendo sido induzidas e catalisadas pelo MPL, as Jornadas de Junho extrapolam esse movimento, seja nas manifestações de rua ou na atuação em rede, constituindo-se do ponto de vista programático, tático e estratégico como um evento histórico social e politicamente heterogêneo como observou Rolnik (2013). O uso das ferramentas digitais, mais especificamente das redes sociais, portanto, não ficou restrito ao MPL. Outros grupos aderiram às Jornadas de Junho lançando mão dos canais constituídos no/pelo ciberespaço e de suas respectivas técnicas para tomar parte na formulação e nas ações práticas que se deram naquele contexto. Uma das particularidades desse processo histórico de mobilização social reside justamente no pioneirismo do uso da web com fins de mobilização e organização para intervenção política no cenário brasileiro.

Uma visita à *fanpage* MPL de São Paulo no *Facebook* nos coloca diante do fato de que a oposição aos aumentos de tarifas de transportes coletivos por parte daquele movimento não está circunscrita ao ano de 2013. A observação das postagens, desde a criação da página do movimento, nos indica um permanente estado de contestação, a cada anúncio de possíveis aumentos de tarifas. No entanto, dado o recorte

metodológico de nossa pesquisa, ater-nos-emos aos enunciados daquele mês de junho. Esse período foi fundamental para a visibilidade do movimento, por conta do êxito que este viria a obter, ao conseguir a revogação dos aumentos anunciados, não apenas em São Paulo mas também em outras grandes cidades.

As convocações iniciais no *Facebook* para o primeiro ato contra o aumento de vinte centavos na tarifa, ocorrido no dia 06 de junho de 2013, se deram com pouco mais de 20 dias de antecedência, conforme figura 6.



**Fig. 6** Primeira ocorrência de convocação para ato de rua contra o aumento das passagens, em frente ao Teatro Municipal.

O que inicialmente seria um ato de rua em frente ao Teatro Municipal, acabou se espalhando por outras avenidas da cidade, incluindo a Avenida Paulista (cenário histórico de manifestações populares na cidade) e o cruzamento das avenidas Vinte e Três de Maio e Nove de Julho, que tiveram seu trânsito interrompido por cerca de 2 a 4 mil manifestantes<sup>33</sup>. Houve confronto com as forças policiais, que reprimiram o movimento com balas de borracha e gás lacrimogêneo. Atos simultâneos também foram observados no Rio de Janeiro, Goiânia e Natal, sob a mesma bandeira de oposição ao aumento de tarifas de transportes naqueles centros urbanos.

No dia seguinte, o MPL já repercutia em sua *fanpage* os relatos a respeito do

<sup>33</sup> Os números aqui referidos são do portal de notícias G1 em sua “Linha do Tempo das Manifestações de 2013”, disponível em <<http://g1.globo.com/brasil/linha-tempo-manifestacoes-2013/platb/>>. É importante ressaltar que esses números sempre apresentam grande oscilação, dependendo da fonte das estimativas.



primeiro ato, por meio do compartilhamento de matérias dos portais de notícia (fig. 7) e de uma reportagem do telejornal “Bom Dia São Paulo” da TV Globo local em que divulgam o tom “polêmico” da afirmação feita pelo jornalista Rodrigo Boccardi de que “Alguns deles [manifestantes] não tem R\$ 3,20, ou 20 centavos a mais, para pagar a passagem de ônibus, mas têm R\$ 3 mil para pagar a fiança”, referindo-se aos manifestantes presos sob a alegação de prática de vandalismo e depredação de patrimônio público (fig. 8), tônica que iria pautar grande parte da linha editorial dos canais de televisão e portais de internet comerciais. Nestas mesmas postagens, o MPL insere link para um evento<sup>34</sup> convocando o segundo ato, na estação de metrô Faria Lima.



**Fig. 7** Compartilhamento de cobertura do portal Terra sobre ato do dia 06 de junho e convocação para o segundo ato, no metrô Faria Lima.

<sup>34</sup> Os “eventos” se constituem como uma das possibilidades de funcionamento do *Facebook*. Por meio desta ferramenta, é possível agendar eventos que podem ser compartilhados nos perfis de usuários e *fanpages*, convidando-os a participar. Ao aceitar a participação, os usuários passam, automaticamente, a ser notificados das publicações na página do referido evento, podendo comenta-las. Note-se que a convocação do primeiro ato, contou com 41 compartilhamentos, ao passo que a somatória das duas postagens que convocam o segundo ato resulta em 419 compartilhamentos. Um aumento considerável no alcance (visibilidade) na rede social.



**Fig. 8** Compartilhamento de matéria do portal UOL sobre o comentário do Jornalista Rodrigo Boccardi no “Bom Dia São Paulo” da TV Globo.

Na postagem ilustrada pela figura 7, a faixa segurada pelos manifestantes na foto sugere a tática do MPL de usar a cidade “como arma para sua própria retomada”. Assim, segundo o MPL, “a população lança contra si mesma o sistema de transporte caótico das metrópoles, que prioriza o transporte individual e as deixa à beira de um colapso” (p. 16).

O segundo ato convocado pelo MPL, em 7 de junho, reúne, segundo postagem do próprio movimento, “mais de 5 mil pessoas” que inicialmente se concentraram na estação de metrô Faria Lima e saíram em marcha, fechando as pistas expressa e local da Marginal Pinheiros, em caminhada até o Largo da Batata causando, segundo postagem do próprio MPL, duzentos e vinte e seis quilômetros de congestionamento (fig. 9).



**Fig. 9** MPL informa mais de 5 mil pessoas nas ruas de São Paulo e convoca terceiro ato para o dia 11 de junho, no cruzamento das Avenidas Paulista e Consolação.

Este segundo ato, em 7 de junho, resultou na detenção de cerca de 15 manifestantes, segundo reportagem do jornal *O Globo*<sup>35</sup>. Destacamos, na mesma matéria de *O Globo*, a fala do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, que afirma:

Uma coisa é manifestação, que se respeita. Outra coisa é vandalismo. Isso é inaceitável. Você destruir um patrimônio público, estações do Metrô, impedir as pessoas de terem acesso. Prejudicar o trânsito, interromper avenidas em região com grandes números de hospitais. Isso é vandalismo, não é manifestação. A Polícia tem que tratar como tem que ser tratado, vandalismo. Não é possível aceitar a depredação de patrimônio público e prejuízo para a população. (O GLOBO, 07 de junho de 2013)

A fala do governador de São Paulo coloca em oposição os termos “manifestação” e “vandalismo”, sendo a primeira designada uma manifestação “que se respeita” e a segunda algo que “não é possível aceitar”. Na fala do governador, a primeira forma de representar os atos exclui a segunda e vice-versa de modo que seu dizer, assim como ocorre com a cobertura da mídia corporativa, na fase inicial das manifestações, tratará de designar as táticas adotadas pelo MPL de uso da “cidade como arma” enquanto vandalismo, depredação do patrimônio público e privado e cerceamento do direito de ir e vir. Essa designação viria a permear, como veremos adiante, não apenas o imaginário da audiência desses meios de comunicação, mas afetaria as próprias discussões e formas de representação daqueles que tomaram parte nas Jornadas de Junho, seja por uma atuação restrita ao contexto *online* ou na

<sup>35</sup> <<http://oglobo.globo.com/brasil/protesto-contr-aumento-da-passagem-tem-principio-de-confronto-em-sp-8622437>>. Acessado em 27 de jul. de 2015.

participação dos atos de rua.

A realização do terceiro ato convocado pelo MPL se dá com a presença de cerca de 12 mil manifestantes, segundo o jornal O Estado de São Paulo<sup>36</sup>. A somatória de compartilhamentos das postagens na *fanpage* do MPL convocando para este ato chegou a 2674, um crescimento considerável em relação às convocações para o ato anterior. Postagens como a da figura 10 também estimulavam a organização de atos locais em comunidades e escolas, apostando no ganho de amplitude territorial dos atos e em sua descentralização. Vale lembrar que a organização e autonomia de coletivos locais, descentralizados, é algo que consta dos princípios registrados pelo movimento em seus documentos, nomeadamente, sua Carta de Princípios (2006). O cartaz da figura 10 aponta para outro princípio programático do MPL, qual seja, a sua posição anticapitalista materializada na oposição entre transporte público e mercadoria. Conforme já exposto na seção anterior do capítulo, o MPL parte da concepção de que o transporte coletivo deve ser pensado fora da lógica de mercado, “livre da iniciativa privada, com controle público” (MPL, 2006, p. 1).



Fig. 10

<sup>36</sup> <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,publico-em-manifestacao-chega-a-12-mil-diz-policia,1041290>>. Acessado em 07 de abr. de 2018.

Naquele mesmo 11 de junho, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, em entrevista à rádio francesa RFI, afirmou que os bloqueios de vias importantes da metrópole constituíam “caso de polícia” e novamente recorreu à dicotomia entre o que designou como “movimento” que “tem que ser respeitado, ouvido, dialogado” em contraposição ao termo “vandalismo” que, nas palavras do governador,

é você interromper artérias importantes da cidade, tirar o direito de ir e vir das pessoas, depredar o patrimônio público que é de todos. Isso não é possível, aí é caso de polícia e a polícia tem o dever de garantir a segurança das pessoas.<sup>37</sup>

O então prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, havia também se pronunciado no dia anterior sobre as manifestações. Segundo matéria da Folha de S. Paulo do dia 10 de junho de 2013, Haddad estabeleceu, como condição para dar sequência às negociações com os manifestantes, que eles “renunciassem à violência”, enunciando tal renúncia como uma “mudança de estratégia” do movimento. Ora, dizer que a renúncia à violência configura uma mudança de estratégia implica, no discurso do prefeito, que a estratégia adotada pelo MPL até então era marcada pelo caráter violento. Podemos perceber que há uma sintonia no discurso do poder público, tanto na fala do prefeito quanto na do governador do estado no sentido de criminalizar esse movimento social como “caso de polícia”. Amparando-se, mais uma vez no “direito de ir e vir”, Haddad afirma, em entrevista na Folha de S. Paulo<sup>38</sup>, que

o problema é que a polícia militar tem que seguir protocolos e um deles é manter vias expressas desimpedidas porque isso coloca pessoas que estão circulando em risco... A [região da] Paulista tem hospitais que atendem boa parte da população. Se estiver obstruída, haverá risco. Se amanhã alguém morre numa ambulância, vão dizer que a PM não agiu conforme o protocolo.

Por meio do compartilhamento, em sua *fanpage*, da referida matéria (originalmente distribuída no perfil do jornal Folha de São Paulo no *Facebook*), o MPL fez sua contestação dessas afirmações: “Que violência, sr. prefeito? As pessoas que ficaram feridas foram em decorrência das bombas e balas de borracha da PM.”

Trata-se de um caso específico no qual o compartilhamento de uma matéria produzida na mídia corporativa é acrescido de outros dizeres (do próprio movimento)

---

<sup>37</sup> <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/em-entrevista-radio-alcmin-diz-que-bloquear-vias-e-caso-de-policia.html>>. Acessado em 07 de abr. de 2018

<sup>38</sup> <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1292474-haddad-defende-acao-da-pm-para-retirar-protestos-de-vias-em-sp.shtml>>. Acessado em 07 de abr. de 2018



que almejam “agir sobre a notícia” notícia (LOVINK, 2011), para conferir-lhe novos sentidos.

Fundamentando-se no questionamento do discurso oficial, o MPL faz seu contraponto sobre a “violência” nas ruas, trazendo a ambiguidade do termo e de seus supostos praticantes para a discussão. Trata-se da primeira postagem daquele mês de junho em que o MPL efetivamente dirige seu discurso à figura de um gestor público para questionar aquilo que representa como violência “de estado” contra aqueles que esse movimento considera cidadãos que reivindicam seu direito. Manifesta-se aqui o caráter antiestado de natureza expressivo-disruptiva (DOIMO, 1995), que nega e confronta a institucionalidade e “racionalidade” representada pelo Estado e suas instâncias, sejam de repressão (Polícia Militar) ou de negociação. Estas últimas, designadas pelo próprio Movimento Passe Livre como “artimanhas institucionais” (MPL, 2013, p. 16) da burocracia estatal. A recusa do MPL às instâncias formais do Estado expressa na postagem apresenta-se em consonância com o que consta do item 1.1 de sua Carta de Princípios na qual é afirmado que “A via parlamentar não deve ser o sustentáculo do MPL, ao contrário, a força deve vir das ruas” (MPL, 2006, p.1).

À postagem de contestação à fala de Haddad, soma-se uma imagem com convocatória para o ato de 11 de junho, prometendo que “Amanhã [o ato] vai ser maior” (Cf. fig. 11) e, de fato, foi.



Fig. 11

A cobertura do terceiro ato de rua convocado pelo MPL, feita pelo jornal O Globo, segue a mesma linha de discurso dos gestores públicos e de alguns

enunciados que já circulavam na rede acerca da oposição e distinção entre processos ditos pacíficos de manifestação em contraste com o uso do que se designou como “violência”, descrevendo parte das ações de rua como típicas de uma “praça de guerra”<sup>39</sup>, naquele que fora, até então, segundo a reportagem, o “confronto mais violento” contra o aumento da tarifa.

Sobre os efeitos das manifestações no Rio de Janeiro, o Jornal enfatiza as “marcas do vandalismo” deixadas após os protestos<sup>40</sup> contra patrimônio público e privado, além de igrejas. A matéria traz ainda relatos de um trabalhador de uma banca de jornal que afirma ter sido “muito triste assistir a esses garotos destruindo tudo que encontravam pela frente”. Na sequência, depoimentos de participantes do ato no RJ são apresentados, com menção às filiações em redes movimentalistas ou partidos ditos de esquerda, como é o caso do jovem PH, filiado ao PSOL.

Ainda no dia 10 de Junho, o MPL-SP publica a primeira nota em sua *fanpage* no *Facebook*, defendendo-se das acusações de vandalismo feitas “pela Polícia Militar de São Paulo e por parte da imprensa”. A nota apresenta o ocorrido como um “revide” à “agressão dos policiais” por parte de uma população “revoltada com o abusivo aumento das tarifas” (fig. 12).

---

<sup>39</sup> <<http://oglobo.globo.com/brasil/sao-paulo-vira-praca-de-guerra-no-confronto-mais-violento-em-ato-contr-aumento-de-tarifa-8656180>>. Acessado em 07 de abr. de 2018.

<sup>40</sup> <<http://oglobo.globo.com/rio/apos-protesto-contr-aumento-das-passagens-cidade-exibe-marcas-do-vandalismo-8649373>>. Acessado em 07 de abr. de 2018.



**Fig. 12** Nota do Movimento Passe Livre São Paulo acerca dos protestos de 11 de junho de 2013.

É válido destacar algumas questões sobre a materialidade linguística da nota pública apresentada na fig. 12: no segundo parágrafo da nota o MPL-SP (2013)<sup>41</sup> afirma que “exercendo seu legítimo direito de se manifestar, **as pessoas** ocuparam importantes vias da capital e em seguida sofreram diversos momentos de repressão violenta por parte da Polícia Militar”<sup>42</sup>. Ao optar pelo uso de “as pessoas” como agentes da ação de ocupar as ruas o MPL parece minimizar seu papel como agente aglutinador do ato. A violência inicial é atribuída à Polícia Militar, de modo que a ação dita “violenta” por parte dos manifestantes é representada como “reação” não do movimento em si, mas da “população (...) revoltada com o aumento”, conferindo ao agente da oração uma noção de totalidade que extrapola os domínios organizacionais do MPL. Assim, o movimento tenta se isentar de qualquer responsabilidade sobre a dita “violência” praticada alegando que “o Movimento Passe Livre **não incentiva a violência** em momento algum de **suas manifestações**, mas é impossível **controlar a frustração e a revolta de milhares de pessoas** com o poder público e com a violência da Polícia Militar”.<sup>43</sup>

<sup>41</sup> <<https://www.facebook.com/notes/passe-livre-s%C3%A3o-paulo/nota-n%C2%BA-01-sobre-a-manifesta%C3%A7%C3%A3o-do-dia-0606/528654787190777/>>. Acessado em 07 de abr. de 2018.

<sup>42</sup> Grifos nossos.

<sup>43</sup> Grifos nossos.



Embora o excerto mostre que o MPL assume a autoria da convocação de “suas manifestações”, são “as pessoas” que tomam parte delas nas ruas que “agem”, movidas pelos sentimentos de “revolta” e “frustração”, de cunho individual e que isso escapa ao “controle” do movimento, sugerindo seu caráter descentralizado, uma vez que nem todos que vão às ruas estão organicamente envolvidos no MPL, que “não incentiva a violência” sendo, contudo, impossibilitado de controlá-la. Os dizeres na nota nos parecem bastante significativos, portanto, da forma como o MPL se organiza e procura estabelecer as alianças previstas em seus documentos oficiais: está sugerida uma ausência de autoridades centralizadoras (entidade e/ou dirigentes) que chamem para si a responsabilidade das ações tomadas. Ao movimento, cabe convocar os atos sem, contudo, estar prevista qualquer instância de controle ou repreensão de decisões e ações, sejam elas de caráter individual, de coletivos locais ou aliados.

O uso do termo “revide” sugere ainda a remissão ao princípio do direito à defesa diante do que é designado como “truculência” policial, retirando das “pessoas” a culpabilidade pelo início da dita “violência”, conforme sugere o seguinte trecho extraído da já referida nota pública:

As imagens dessa repressão brutal podem ser vistas em toda a mídia impressa (SIC) e de vídeo **nas redes sociais**. A truculência da PM é um fato conhecido **até mesmo pela imprensa**, que diversas vezes tem seus cinegrafistas e repórteres vítimas dessa violência (MOVIMENTO PASSE LIVRE-SÃO PAULO, 2013)<sup>44</sup>.

Com base no que argumenta o MPL-SP, podemos depreender um pouco de sua relação com a cobertura jornalística dos atos. Ao sugerir que as imagens da repressão policial são “um fato conhecido **até mesmo pela imprensa**” o movimento parece indicar, por meio do uso da locução “até mesmo”, certa ausência de imparcialidade dos meios de comunicação na cobertura dos eventos de rua. Percebemos ainda que o movimento aponta para a existência de material documental em vídeo dessa alegada repressão policial “nas redes sociais”. O enunciado nos permite inferir que ou não existe esse tipo de material em outras mídias ou, ainda, que ele não é amplamente difundido de modo fidedigno, por exemplo, na televisão. Desse modo, as redes sociais parecem ser colocadas em um patamar mais “isento” para a aquisição de informações e materiais que documentam a alegada “truculência do

---

<sup>44</sup> Grifos nossos.

Polícia Militar.

Neste estágio das Jornadas de Junho, a cobertura da mídia corporativa não pouco frequente designou os protestos como atos de vandalismo. Esse processo foi crescente até o ato do dia 12 de junho, tendo culminado no editorial do comentarista de política, Arnaldo Jabor, no Jornal da Globo. Nesse editorial os eventos que se dão nas ruas de São Paulo, Rio e outras capitais do país são tratados sob uma perspectiva que os marginaliza, igualando-os aos ataques cometidos pela facção criminosa Primeiro Comando da Capital, ocorridos em 2006 na cidade de São Paulo.

Apesar do tom negativo da cobertura dos atos, os setores mobilizados a partir do MPL conseguem manter (e até ampliar) a empatia e a identificação popular. O discurso governamental com ares de criminalização dos movimentos de rua e seu ecoar na grande imprensa não pareciam afetar o potencial mobilizador das manifestações.

É possível especular que o fato de não possuir líderes identificáveis em um sujeito jurídico (um indivíduo ou entidade civilmente reconhecida), com estruturas de poder e hierarquia difusas bastante assemelhadas àquelas das redes sociais digitais, contribui para dotar os atos de um efeito de ação coletiva espontânea exercida “pela população”, genericamente designada, o que favoreceria um efeito de identificação em parte considerável dos telespectadores, levando-os a recusar o viés de criminalização do discurso até então adotado pela mídia corporativa. A respeito da capacidade de aglutinação de movimentos de liderança difusa, por vezes autodeclarada inexistente, Bauman, em entrevista ao jornal espanhol El País, afirma que

Os líderes são tipos duros, que têm ideias e ideologias, o que faria desaparecer a visibilidade e a esperança de unidade. Precisamente porque não tem líderes o movimento pode sobreviver. Mas precisamente porque não tem líderes não podem transformar sua unidade em uma ação prática. (BAUMAN, 2016)<sup>45</sup>

As considerações de Bauman podem dialogar com a análise que Lovink (2011) faz do webativismo que se dá por meio de redes sociais comerciais previamente existentes. Para Lovink, esse tipo de ativismo logra unir pontualmente grupos heterogêneos de usuários da rede cujas trocas se dão, basicamente, pelo

---

<sup>45</sup> Entrevista disponível em <[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/30/cultura/1451504427\\_675885.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/30/cultura/1451504427_675885.html)>, acesso em 12 de maio de 2018.

estabelecimento de unidades pontuais em relações do tipo “laços fracos”. É da reflexão sobre essa dificuldade em manter unidos e mobilizados os webativistas que Lovink propõe, como alternativa a esse uso que se faz de redes sociais de caráter comercial já existentes (*network organizations*), o modelo de *orgnets* (*organized networks*) que, basicamente, consistiria na criação de redes centradas na realização de tarefas e restritas a um grupo limitado de ativistas, exigindo de seus participantes maior grau de comprometimento, perspectivas de longo prazo e laços mais duradouros.

Acerca da repercussão da cobertura jornalística feita pelas emissoras de Rádio, TV e grandes portais de notícias e sua repercussão nas redes sociais, é importante termos em mente que, embora a mídia corporativa cumpra um papel como formadora da chamada opinião pública, sendo portadora de um discurso autorizado por ritos de instituição (BOURDIEU, 1982 [1996]), o espectador, segundo a perspectiva de Martín-Barbero (1987 [1997]), não se configura como elemento passivo no processo de comunicação. Para este estudioso das comunicações, a televisão, o rádio, os jornais e, mais recentemente, os portais da internet e as redes sociais funcionam como mediações. Nessa abordagem da recepção de produtos culturais midiáticos, a notícia – um desses produtos - é sempre selecionada e ressignificada pelo espectador de acordo com sua própria experiência. A perspectiva de Martín-Barbero pode nos auxiliar na compreensão do malogro do discurso oficial estatal, de viés criminalizante do processo de mobilização e suas táticas, ecoado na mídia corporativa. Embora termos como “vandalismo”, “baderna” e afins tenham sido largamente empregados pela mídia corporativa para designar a estratégia adotada pelos manifestantes, uma imensa cadeia de solidariedade aos protestos se formou nas redes sociais, tendo implicações para o incremento em número de participantes nas manifestações de rua que se seguiram.

É preciso compreender, no entanto, que essa forma de representar as manifestações encontrou respaldo também nas redes sociais. Os termos “baderna” e “vandalismo” foram usados com frequência nas postagens das redes sociais para discutir a maneira como se deram aos protestos, cooperando para criar um ambiente de divisão entre “nós” (manifestantes ordeiros) e “eles” (vândalos).

Os protestos ocorridos no quarto e no quinto atos convocados pelo Movimento Passe Livre, respectivamente, para os dias 13 e 17 de junho de 2013 constituem, para nossos propósitos de pesquisa, momentos de ainda maior interesse. Exatamente dois

dias após o quarto ato, surge no *Facebook* o grupo de discussão nomeado #ChangeBrazil. No dia 17 de junho, a *hashtag*<sup>46</sup> #vemprarua esteve entre os *trending topics*<sup>47</sup> no *Twitter*.

É importante levar em conta que o processo de “viralização” das supracitadas *hashtags* e a massificação dos protestos se dá no contexto de um grande evento esportivo, preparatório para a Copa do Mundo de futebol que se realizaria no país no ano seguinte. Acreditamos que a visibilidade desse evento na mídia nacional e internacional afeta as condições de produção dos dizeres e favorece a projeção do próprio movimento que, juntamente à pauta central da revogação do aumento de tarifas e da meta da gratuidade, começou também a questionar as prioridades dos investimentos públicos, com destaque para a oposição à realização da Copa do Mundo. (Cf. fig. 13).



**Fig. 13** Convocação do ato “Copa pra quem?” na *fanpage* do MPL, com 1409 interações, sendo 503 compartilhamentos e 906 curtidas.

O processo de questionamento que se dá tanto nas ruas quanto nas redes passa a disputar o espaço na produção televisiva e os “cliques” na internet com a própria Copa das Confederações. A partir desse estágio das Jornadas de Junho, vídeos e postagens em língua inglesa começam a se espalhar rapidamente (“viralizar”) nas redes e, cada uma a seu modo, parece se constituir na procura pelo diálogo com o *outro* (o estrangeiro, falante da língua inglesa) almejando

<sup>46</sup> *Hashtag* é um termo usado em redes sociais para designar uma forma de identificação e organização dos assuntos, sendo seu uso facultado aos autores das postagens. As *hashtags* também funcionam, para analistas de mídias sociais, enquanto elemento fornecedor de métricas de popularidade de um determinado assunto na rede.

<sup>47</sup> Os *Trending Topics* são exibidos na rede social *Twitter* com base em estatísticas a respeito dos assuntos mais debatidos naquele momento.

reconhecimento e autorização/autoridade para os sentidos que constroem. É ainda por volta desse período que ganha visibilidade a *hashtag* #ChangeBrazil, fator que sugere certa procura pelo reconhecimento internacional das Jornadas de Junho por uma parcela dos usuários das redes sociais. Esse desejo pela alteridade representada pelo estrangeiro nos remete ao que Bourdieu (1982 [1996]) denomina rito de instituição, fundamental para a validação e autorização dos sentidos construídos a respeito do processo de mobilização local e sobre o que compreendem serem prioridades enquanto política de Estado. Adotando a perspectiva Bourdieusiana da teoria dos capitais, esse processo de validação e autorização dos sentidos estabelecido pelos ritos de instituição contribui para o incremento de valor de enunciados e enunciadores enquanto capitais social e cultural. Sobre os ritos de instituição, Bourdieu esclarece que:

[...] a oficialização encontra sua plena realização na *manifestação*, ato tipicamente mágico (o que não quer dizer desprovido de eficácia) através do qual o grupo prático, virtual, ignorado, negado, reprimido, torna-se visível, manifesto, tanto para outros grupos como *para si mesmo*, atestando sua existência enquanto grupo conhecido e reconhecido, e afirmando sua pretensão à institucionalização. O mundo social é também representação e vontade; existir socialmente é também ser percebido, aliás, percebido como distinto” (p. 122)

Uma ampla gama de postagens e comentários produzidos nas redes naquele período remetem, em grande medida, a um aspecto questionador da realização de mega-eventos esportivos como o que então ocorria, bem como aos dois já programados: a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas no Rio, em 2016.

Tendo em mente esse aspecto particular das condições de produção das Jornadas de Junho, o fortalecimento de um sentimento de fundo patriótico e nacionalista parece colaborar para que mais e mais vozes (ainda que dissonantes) se somem àquelas que já se encontravam nas ruas desde o início de junho. Os protestos durante a abertura da Copa das Confederações, no dia 15 de junho, na qual a então Presidenta Dilma Rousseff fora vaiada pelas arquibancadas do Estádio Mané Garrincha, em Brasília, marcam também o processo de federalização das Jornadas de Junho. Se, em um primeiro momento, a pauta contra o aumento das tarifas e a exigência do direito à cidade colocam-se como questões locais (ainda que com similitudes entre os problemas de um e outro centro urbano), agora, por meio do questionamento aos investimentos feitos por todas as esferas de governo para a Copa

do Mundo, os sentidos são deslizados e a pauta se amplia para reivindicar a garantia de serviços públicos (saúde, educação são os mais frequentemente enunciados) e valores como o combate à corrupção e a redução da carga tributária visando um modelo de Estado pautado pela noção de eficiência, em aparente consonância com preceitos que Brown (2015) aponta como fundamentos da razão neoliberal. Essa eficiência é enunciada em postagens e cartazes levados à ruas exigindo dos governos serviço com o que denominaram “Padrão FIFA!”, em alusão aos investimentos feitos para a realização da Copa do Mundo. O combate à corrupção, enunciado quase que exclusivamente como um mal que assola os poderes constituintes do Estado (judiciário, executivo e legislativo), possui grande apelo em todas as camadas sociais, como um valor sobre o qual, aparentemente, não há “contraindicação”.

Sobre essa percepção da corrupção como um mal apenas estatal, Souza (2015) advoga a tese de que

[...]não existe outra saída para o liberalismo conservador brasileiro a não ser repetir o mesmo discurso populista e manipulador da corrupção, supostamente apenas estatal, já que esta foi a forma – que a falsa generalização dos interesses particulares do lucro e do juro fáceis encontrou e construiu cuidadosamente desde os anos 1930 – de encontrar algum eco nos setores populares. (Locais do Kindle 1661-1663)

Desse modo, o Estado - e a corrupção a ele supostamente intrínseca – é culpabilizado pela totalidade dos problemas sociais. Trata-se, segundo o autor de

[...] uma violência simbólica que “pegou” –graças a intenso trabalho, que inclui toda a mídia dominante que a renova todos os dias – e permite que seus defensores posem de críticos, exibindo um “charminho crítico” (afinal, o combate à corrupção seria da vontade de todos – possibilitando universalizar o tipo mais mesquinho e particular de interesse: a percepção da reprodução social como mera reprodução do mercado). (SOUZA, 2015, Locais do Kindle 1673-1675)

A essa altura das Jornadas de Junho, a ampliação das pautas e o processo de federalização se apresentam como indicativos de um processo de *redesign* que confere outra amplitude (o que era da municipal agora ganha dimensões nacionais) a esse processo histórico, abrindo espaços para novas bandeiras e formas de construção de sentidos que inicialmente não estavam postas. Inicialmente gestado no interior da dita esquerda, fundado por estudantes de periferias e militantes até então ligados ao pensamento trotskista (Juventude Revolução), o MPL, como consequência

de sua busca por ampliação de apoios, agora coabita os espaços de manifestação (*online* ou não) com uma vasta gama de aderentes que, não necessariamente, partilham suas percepções políticas, ainda que simpáticos à sua causa primeira de impedir o aumento das tarifas de transporte coletivo. É nesse clima de “caldeirão” cultural e político que vem a ocorrer o quinto ato, convocado pelo MPL para o dia 17 de junho, o maior até então.

Na *fanpage* do MPL, a convocação para tal ato conta com 2505 compartilhamentos e se dá sob a forma de esclarecimento a respeito da inexistência de suposto chamado desse movimento para uma manifestação na região da Av. Eng. Carlos Berrini, zona sul da capital paulista (Cf. fig. 14). A postagem reitera a data e local do quinto ato (17 de junho, no Largo da Batata) e afirma que o evento inicialmente planejado para a Berrini era convocado por “outras pessoas”. Ainda segundo o MPL, os organizadores desse evento concordaram em adiá-lo para que ambos os atos coincidissem, de modo que mantivessem “a luta unida”. Ressalte-se que o MPL se refere, na postagem, ao perfil “O Gigante Acordou”<sup>48</sup>, por meio do dispositivo de marcação de fotos<sup>49</sup>, disponível nessa rede.



**Fig. 14** Negativa de autoria da convocatória de suposta manifestação na Berrini e convocação do quinto ato pelo MPL

A postagem sugere que o MPL tem de lidar, agora, com dificuldades que parecem resultantes de suas próprias escolhas organizacionais e das estratégias de

<sup>48</sup> Não podemos afirmar se este perfil se trata de uma *fanpage* ou de um usuário comum do *Facebook*, pois ele já havia sido removido em 29 de julho de 2015, data em que acessamos a postagem.

<sup>49</sup> A marcação de fotos e postagens é uma das ferramentas disponíveis no *Facebook*. Por meio desse recurso é possível publicar conteúdos em páginas (chamadas de Linha do Tempo) de terceiros e, mediante a aprovação do perfil marcado, a postagem passa a ser exibida tanto na página do usuário que assume sua autoria quanto daquele que foi mencionado.

comunicação em rede das quais faz uso. Sendo um movimento de caráter descentralizado, organizado essencialmente em torno de “assembleias horizontais” e sem a figura do “dirigente”, abre-se espaço para o surgimento de atos difusos, alheios a possíveis tentativas de controle por parte dos atores iniciais do processo de mobilização, bem como de outras bandeiras e formas de intervenção política e social que, inicialmente, não estavam postas. A tentativa de dialogar para a manutenção da “luta unida”, no trecho final da postagem (fig. 14), sugere a própria possibilidade de sua dispersão e fragmentação que, mais tarde, viria a se confirmar. Além disso, é preciso agora lidar com uma característica comum na internet e que se intensificou com as possibilidades discursivas oferecidas pelas redes sociais: a proliferação dos chamados *hoaxes* e *Fake News*, ou seja, boatos plantados na rede que se espalham e assumem valor de “verdade” entre alguns internautas menos preocupados com a verificação das fontes de informação. Se, por um lado, as redes sociais se colocaram como uma alternativa de comunicação do movimento com a população, dando-lhe visibilidade e capacidade de organização, por outro, esse efeito de horizontalidade mina a organicidade do movimento podendo se colocar como barreira à própria manutenção de uma unidade de ação que inicialmente se pretendia, uma vez que seus usuários estão inseridos em um contexto social, político e ideológico diverso. Como bem observa Sakamoto (2013, p. 95), nas redes sociais estão configuradas as possibilidades de uma “plataforma de construção política, onde vozes dissonantes ganham escala”. Assim, à medida que conquistam mais adesões nas ruas, as manifestações se ampliam também em diversidade social e ideológica. Para Sakamoto (2013, p. 97),

O chamado, feito via redes sociais, trouxe as próprias redes sociais para a rua. Quem andou pela Avenida Paulista percebeu que boa parte dos cartazes eram comentários tirados do Facebook e do Twitter. Contudo, apesar de as manifestações terem uma clara origem de esquerda, nem todos os que foram às ruas eram exatamente progressistas. Aliás, vale lembrar que o Brasil é bem conservador – da “elite branca” paulistana à chamada “nova classe média” que ascendeu socialmente, tendo como referências símbolos de consumo (e a ausência deles como depressão).

A menção feita por Leonardo Sakamoto às referências essencialmente pautadas pelos “símbolos de consumo” dialoga com as considerações de Brown (2015) a respeito da razão neoliberal e como esta tem contribuído para refazer as subjetividades inscritas no contexto de sua atual hegemonia. Trataremos, no capítulo



2, a respeito da razão neoliberal e sobre como ela tem afetado a constituição das subjetividades, com enfoque nas questões que envolvem o sujeito em rede.

O quinto ato de rua das Jornadas de Junho contou com mais de 250 mil manifestantes<sup>50</sup> que, empunhando faixas e cartazes que, entre uma pauta e outra (alguns reivindicando um Estado mais presente e eficiente, enquanto outros pediam menos intervenção e mais liberdade aos mercados), postulavam: “saímos do Facebook, entramos para a história” (fig. 15)<sup>51</sup>, enunciado parcialmente encontrado em nosso *corpus* em FBVPR1-150 e FBVPR1-352 (figs. 16 e 17) associando as mobilizações brasileiras à noção de “primavera” em seu sentido político, pela citação do militante socialista e guerrilheiro argentino Ernesto “Che” Guevara e remetendo-nos, ainda, à memória discursiva das revoltas nos países árabes, expressando sua vontade de “formatar o Brasil” em reação ao que se considera um “erro de sistema”, conforme enunciado em FBCB2-03 (fig. 18), enunciado sugestivo de que o “erro” encontra-se alojado justamente no aparelho estatal, designado pelo substantivo próprio Brasil.



**Fig. 15** Cartaz exibido por manifestante durante passeata (fonte: <http://imagensdemarca.sapo.pt/entrevistas-e-opiniao/opiniao-1/as-marcas-e-os-protestos-com-as-devidas-apropriacoes/>)

<sup>50</sup> <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/protestos-pelo-pais-reunem-mais-de-250-mil-pessoas.html>>. Acessado em 27 de abr. de 2016.

<sup>51</sup> A figura 15 não consta das postagens que compõem o *corpus* de nossa pesquisa. Acharmos conveniente, porém o seu uso a título de ilustração de nosso argumento. A fonte do *site* de onde a extraímos é mencionada na legenda. Sempre que não houver alusão à fonte, subentenda-se que as postagens e imagens são oriundas de nosso *corpus*.



Fig. 16 FBVPR1-150



Fig. 17 FBVPR1-352



Fig. 18 FBCB2-03

Tendo em mente os diferentes perfis de manifestantes que foram às ruas em junho de 2013, os diferentes espaços que ocupam no campo social e o conflito de vozes e interpretações já mencionado ao longo de nossa exposição, nos enunciados ilustrados pelas figuras 14 a 17, parecem operar os efeitos ideológicos de unicidade, por meio da organicidade em uma causa/grupo, e de naturalização, na medida em que diferenças sociais e de concepções políticas são (ainda que aparentemente) apaziguadas ou suspensas, dando lugar ao investimento em um grande “nós” (só) aparentemente homogêneo e de caráter pontual, em muito semelhante àquele que encontramos nos “grupos” ou “comunidades” que se formam nas redes sociais. Sobre os processos de naturalização das diferenças e hierarquias no campo social, Bourdieu (1982 [1996]) postula que

Qualquer tentativa de instituir uma nova divisão deve contar com a resistência daqueles ocupantes de posições dominantes nesses espaços que são também os maiores interessados na perpetuação de uma relação dóxica com o mundo social, tendente a aceitar como naturais as divisões estabelecidas ou a negá-las simbolicamente pela afirmação de uma unidade (nacional, familiar etc.) mais alta. Em outros termos, os dominantes tomam o partido do consenso, acordo fundamental sobre o sentido do mundo social (assim convertido em mundo natural, dóxico) cujo fundamento se encontra no acordo em torno dos princípios de di-visão. (p. 120-121)

O processo de naturalização de diferenças parece recorrer a variadas concepções de grupo, não se restringindo a enunciar as manifestações a partir da evocação ao coletivo oriundo das redes sociais. A própria nomenclatura do usuário do *Facebook* “O Gigante Acordou”, mencionado pelo MPL em sua publicação (Cf. fig. 13), apresenta marcas discursivas que recorrem tanto à memória dos símbolos

nacionais quanto ao contexto de patriotismo que se dá por motivação dos eventos esportivos que acontecem no país, em mais um movimento de reapropriação de dizeres oriundos do contexto publicitário e, por conseguinte, com referenciais de mercado. Essas características serão oportunamente discutidas nos capítulos seguintes desta Tese.

Em 17 de junho, por volta das 17h, momento em que o quinto ato convocado pelo MPL começa a se consumir em nas grandes cidades do país, a *hashtag* #OGiganteAcordou figura entre os 10 assuntos mais comentados no *Twitter* (*trending topics*), em métricas específicas para São Paulo e Rio de Janeiro.<sup>52, 53</sup>

A liderança do termo #ForaDilma entre os assuntos mais mencionados no *Twitter*, além de corroborar a percepção de que a pauta local fora federalizada, ilustra também, pela via da associação aos demais termos dos *trending topics* (Cf. Nota 52), o caráter expressivo-disruptivo (DOIMO, 1995) de rejeição à institucionalidade estatal representada pela política institucional e seus representantes, tidos como intrinsecamente ineficazes e corruptos e, ainda, únicos responsáveis pelas mazelas sociais, como nos sugere a leitura de Souza (2015). Para esse sociólogo,

a tese do patrimonialismo e da corrupção apenas estatal resolve toda essa complexidade em uma só tacada – produzindo a ilusão de que se compreende o mundo e as causas das misérias sociais –, ao criar o “culpado” pessoalizado e materializado no Estado. Todos os problemas sociais acontecem devido à corrupção supostamente estatal. Mas o “golpe de mestre” dessa tese é o “ganho afetivo” conseguido ao tornar a “sociedade” – ou seja, nós todos a quem essa ideologia se dirige – tão virtuosa quanto o mercado, expulsando todo o mal em um “outro” bem identificado, uma elite estatal que ninguém define e localiza precisamente. Ela pode ser todos e ninguém. Assim, a tese do patrimonialismo oferece “boa consciência” a todos que podem se imaginar perfeitos e sem mácula, sem participação nenhuma em uma sociedade que humilha, desqualifica e não reconhece grande parte de sua população, já que “todo o mal” já tem endereço certo. (Locais do Kindle 1666-1672).

Gradativamente, o tom inicialmente apartidário das jornadas parece ter sido

---

<sup>52</sup> O termo #ForaDilma ocupa a liderança dos tópicos nas duas capitais mencionadas. Figuras ainda entre os *trending topics*, neste mesmo momento, os termos #GritaSemTerMedoBrasil, “Alerj”, #protestorj, #vemprarua, “Paço Imperial”, #VerásQueUmFilhoTeuNãoFogeALuta, “Fiat” e “Praça da Sé” (no caso do RJ), “Cura Gay”, #GritaSemTerMedoBrasil, “Palácio”, #vemprarua, #OGiganteAcordou e “Feliciano” (no caso de SP). Todos esses termos, de algum modo, faziam referência àquele momento de efervescência política que tomava as ruas dos centros urbanos.

<sup>53</sup> O detalhamento dessas métricas, bem como uma explicação de seus assuntos relacionados pode ser consultado em <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2013/06/assuntos-no-twitter-terca-feira-18062013.html>>. Acessado em 28 de jul. de 2017.

deslizado semanticamente para um sentimento antipartidário, rejeitado pelo MPL em sua Carta de Princípios (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2006).

Esse processo culminou na expulsão e destruição de bandeiras de militantes ligados a partidos políticos ditos de esquerda que tentavam participar do ato em São Paulo, no dia 20 de junho. Com relação aos dizeres marcados pelo aspecto de negação da política e às formas de lidar com a diferença representada, nesse caso específico, pelos partidos políticos, Bourdieu (1982 [1996], p. 121) nos lembra que

tendo interesse no *laissez-faire*, eles [os dominantes] trabalham para anular a política num discurso político despolitizado, produto de um trabalho de neutralização (ou melhor, de degeneração) que visa restaurar o estado de inocência originário da doxa, e que, estando orientado para a naturalização da ordem social, sempre acaba tomando de empréstimo a linguagem da natureza

As considerações sobre as características discursivas que levantamos até aqui sugerem que as vozes dissonantes que coabitaram as ruas e redes sociais, desde o primeiro ato convocado pelo MPL, aparentam ser perpassadas por formações discursivas que oscilam ora entre uma percepção de Estado presente e garantidor de direitos sociais – especialmente durante a primeira metade das Jornadas de Junho -, ora relacionadas a valores do mercado procurando por respaldo na alteridade internacional, nas quais ancoram-se para enunciar suas concepções sobre política e serviços públicos, tomando como referência elementos da razão neoliberal hegemônica no contexto do capitalismo global, e buscando a solidariedade da comunidade internacional, em especial de países do norte e da Europa, como sugere a escolha pela modalidade bilíngue das postagens da página “Change Brazil”.

Para o sociólogo Jessé de Souza (2015), essa tendência à representação dos valores do mercado como o lugar da virtude e do Estado como “vilão” ineficiente e corrupto se constitui há décadas como uma tradição na sociedade brasileira, em muito sustentada pelas teses do culturalismo e do patrimonialismo fundadas nas teorias sociológicas de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, e Roberto DaMatta.

Qual é a ideia-força que domina a vida política brasileira contemporânea? Minha tese é a de que essa ideia-força é uma espécie muito peculiar de percepção da relação entre mercado, Estado e sociedade, onde o Estado é visto, a priori, como incompetente e inconfiável e o mercado como local da racionalidade e da virtude. O grande sistematizador dessa ideia foi precisamente Sérgio Buarque de Holanda. Buarque toma de Gilberto Freyre a ideia de que o Brasil produziu uma “civilização singular” e “inverte” o

diagnóstico positivo de Freyre, defendendo que essa “civilização” e seu “tipo humano”, o “homem cordial”, são, na verdade, ao contrário de nossa maior virtude, nosso maior problema social e político. (Locais do Kindle 392-398)

Quanto às postagens bilíngues - ou mesmo, exclusivamente em língua inglesa – sugestivas de desejo pela projeção, diálogo, reconhecimento e solidariedade internacional dos países centrais do capitalismo, em especial os Estados Unidos, é importante ter em mente as considerações de Souza ao afirmar que

A relação com os Estados Unidos é tão importante para o entendimento da interpretação que os brasileiros fazem de si mesmos que vale a pena reconstruir sua genealogia. Ela é central, por exemplo, para a própria versão dominante do mito nacional elaborada por Freyre. Como um mito nacional bem-sucedido necessita não apenas superar os inimigos internos – como as solidariedades de sangue e local –, mas também os inimigos “externos”, Freyre jogou todas as cartas contra o fantasma presente, de modo implícito ou explícito, na obra de todo intelectual brasileiro dos últimos duzentos anos: a comparação com os Estados Unidos. Tendo tamanho territorial e populacional similares aos do Brasil, com história colonial e escravista também semelhante, os Estados Unidos foram e continuam sendo o êmulo de todo brasileiro à procura de um modelo. [...] A imagem idealizada dos Estados Unidos como terra da justiça social e da igualdade de oportunidades é o panorama de literalmente todas as ideias-força dos liberais brasileiros. (SOUZA, 2015. Locais do Kindle 652-744).

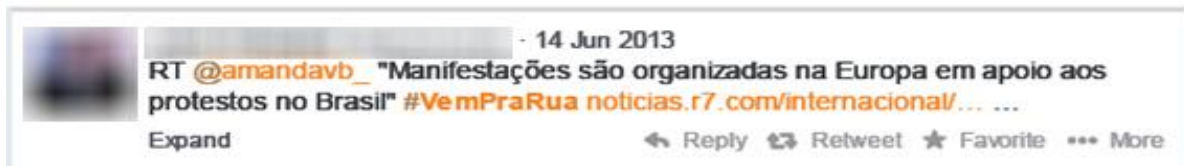
Defensor do ideário neoliberal para as economias mundiais (em que pese a frequente adoção de medidas protecionistas para blindar seus mercados), os Estados Unidos vêm sendo representados, segundo Souza (Ibid.), ao longo de toda a trajetória científica dominante no Brasil como uma espécie de “paraíso na terra”, um país supostamente sem corrupção, sem “jeitinhos” criados a partir de relações pessoais privilegiadas e, talvez o mais incrível, o exemplo de “igualdade social!”<sup>54</sup> (Locais do Kindle 1204-1206). Sendo essa a forma dominante de representação dos EUA em nossa ciência e, por conseguinte, em nossa educação desde os níveis mais básicos e na mídia, por meio da fala de especialistas, é de se supor que ela perpassasse o imaginário de toda a sociedade brasileira, inclusive da parcela que protestou *online*

---

<sup>54</sup> Qualquer leitor que tenha viajado aos Estados Unidos e visitado os subúrbios pobres de Nova York, Chicago ou Los Angeles, cuja pobreza e violência são inauditas em qualquer país rico, não deixará de estranhar tamanha distorção da realidade. (Nota do Autor)

e/ou nas ruas ao longo daquele mês de junho de 2013, afetando assim suas representações sobre a política, o papel do Estado e do mercado.

Essa busca pela alteridade e/ou autoridade, que dá validade aos sentidos pelo reconhecimento pelo *outro*, é sugerida em postagens, nas quais internautas divulgam a organização de atos em cidades do exterior em apoio aos movimentos que ocorrem no Brasil, como no caso de TWVPR-63, repercutindo notícia do portal R7, pertencente ao grupo Record de comunicação. (fig. 19).



**Fig. 19** TWVPR-63

Corroboramos a percepção de Souza (2015) de que, após o quinto ato de rua convocado pelo MPL, foi consolidado um câmbio hegemônico e, conseqüentemente, programático e tático das Jornadas de Junho. Segundo Souza,

É certo que, no início das manifestações em São Paulo e outras capitais do Brasil, o tema da mobilidade urbana associado às demandas de melhor educação e saúde, sob a pressão de estudantes tanto da classe média quanto da periferia das capitais, dominou a pauta de reivindicações. É certo também que as manifestações se irradiaram, de modo tópico e passageiro, para favelas e para a periferia não estudantil. Nos primeiros dias, uma aliança entre estudantes e “batalhadores” da classe trabalhadora precária, dos quais tratamos aqui anteriormente, foi a grande responsável por uma pauta de reivindicações em consonância com os interesses das classes populares. No entanto, o dia 19 de junho – fato comprovado pelas pesquisas do IBOPE feitas com os manifestantes em dimensão nacional<sup>55</sup> – foi um ponto de inflexão fundamental que ajuda a esclarecer a força narrativa e institucional do pacto conservador brasileiro contemporâneo. Foi a partir deste dia que as manifestações se tornaram massificadas e ganharam todo o apoio da mídia nacional, assumindo a “classe média verdadeira” – os 20% mais escolarizados e de maior renda segundo a pesquisa – de modo claro e incontestado o protagonismo do movimento. (SOUZA, 2015. Locais do Kindle 4557-4567).

Do ponto de vista discursivo, procuramos sustentar, pela análise do *corpus*, nos capítulos que se seguem, nossa percepção do quinto ato convocado pelo MPL

---

<sup>55</sup> Pesquisa IBOPE, setembro de 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-manifestantes.html>. (Nota do Autor)



enquanto marco desse ponto de inflexão<sup>56</sup> da chamada “voz das ruas”, que ecoou nas redes. Desse momento em diante tornam-se mais perceptíveis mudanças nas formas de representação sobre política e formas de organização e reivindicação predominantes nas redes sociais.

Uma das características para as quais nosso *corpus* aponta é, justamente, a ampliação e o surgimento de novos grupos, páginas e *hashtags* nas redes a partir desse estágio do acontecimento político-social. Os dois grupos selecionados para compor o *corpus*, pelo critério da maior quantidade de participantes - conforme já explicamos ao tratar de nossa metodologia de trabalho -, designados como FBVPR1 e FBCB1<sup>57</sup>, têm suas postagens iniciais datadas, respectivamente, de 17 de junho e 21 de junho de 2013 (figs. 20 e 21).



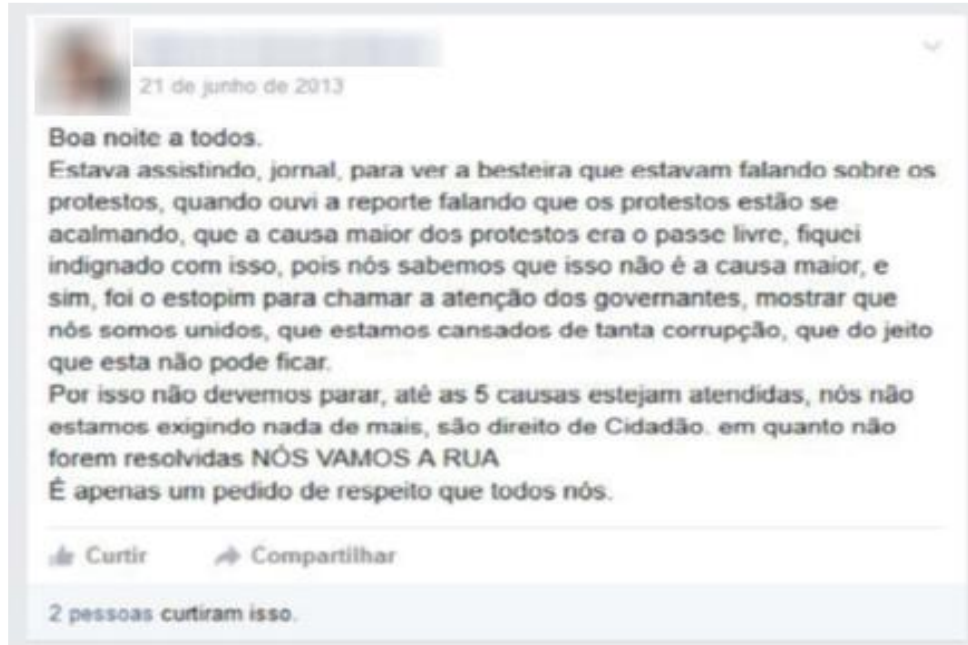
**Fig. 20** Atividade inicial em FBVPR1

---

<sup>56</sup> Desenvolvemos a noção de “inflexão discursiva”, com base nas considerações de natureza sociológica de Souza (2015), para designar o processo de deslizamento de formas de representação que, se em um primeiro momento tinham sua regularidade apontando para a predominância de dizeres que representam o Estado como instância garantidora de direitos e de cidadania, em um segundo momento, tomam os desdobramentos institucionais estatais (política, partidos, os três poderes da república) como essencialmente corruptos, com alguma exceção para o poder judiciário, por vezes representado como redentor da política, conforme argumentaremos no Capítulo 3.

<sup>57</sup> Apesar de, dentre os grupos sob a nomenclatura #ChangeBrazil, FBCB1 ser o grupo mais numeroso em termos de participantes, esse fator não se reverteu em números significativos de postagens. O grupo apresenta apenas uma postagem para todo o mês de junho de 2013. Para nos manter fieis aos nossos critérios de composição do *corpus*, no entanto, optamos por manter esse grupo como parte integrante do *corpus*.





**Fig. 21** Atividade inicial em FBCB1

No *Twitter*, as menções anteriores da *hashtag* #vemprarua remetiam, majoritariamente, à campanha publicitária produzida pela marca de automóveis FIAT e ao seu respectivo *jingle*, que remetia à Copa das Confederações, realizada naquele ano, e à Copa do Mundo de futebol a ocorrer em 2014. A primeira ocorrência com viés de contestação política desta *hashtag* localizada no *corpus* (TWVPR-35) data de 03 de Junho de 2013 e consiste em um *retweet* (no *Twitter*, o equivalente ao compartilhamento para o *Facebook*) de postagem do perfil @UOL esporte (fig. 22), com link para uma matéria do portal UOL que trata da questão de despesas estatais (no caso, do governo goiano) com a Copa do Mundo de 2014 – que se constituiu como parte do repertório de questionamentos das Jornadas de Junho, especialmente, durante a segunda quinzena daquele mês<sup>58</sup>.

<sup>58</sup> No caso específico de TWVPR-35 é importante salientar que, até então, nenhum dos atos de rua havia sido convocado pelo MPL.



**Fig. 22** TWVPR-35. Primeira ocorrência da *hashtag* #vemprarua com viés de questionamento político.

O caso de TWVPR-35, no entanto, não diz respeito apenas a um *retweet*, *ipsis literis*, de uma publicação: à postagem original o usuário acrescenta a *hashtag* #ImaginaaFesta e, em seguida, #vemprarua. Ao fazer esses acréscimos, o sujeito que enuncia assume um lugar ambivalente que lhe é possibilitado pelas características do funcionamento das redes sociais da web 2.0 – conforme já apontamos na seção inicial do presente capítulo. Desse modo, ocupa-se simultaneamente as funções de consumidor e co-produtor de conteúdo. Para além do acréscimo de dois indexadores temáticos (*hashtags*), trata-se de um gesto de interpretação do sujeito acerca do que lê, seguido do compartilhamento de sua interpretação. Note-se que, a exemplo de #vemprarua, #ImaginaaFesta também tem sua origem no contexto publicitário e era, naquela época, *slogan* enunciado em um comercial da marca de cervejas Brahma, o qual também fazia alusão à Copa do Mundo a ser sediada no Brasil. Por que, novamente, pedimos a atenção do leitor para a origem publicitária dessas *hashtags*? Ora, se é fato que as redes sociais se constituem como um lugar para a co-produção e o compartilhamento de conteúdo diversos, nelas os sujeitos que enunciam sobre política estão também expostos aos discursos que circulam a partir da mídia corporativa, da publicidade, da economia, dos movimentos sociais e tantos outros. Ao compartilhar conteúdos (comentados ou não) ou produzir suas próprias postagens o

sujeito é afetado por essas formas de representação às quais é exposto nas redes e fora delas, resignificando-as.

Até o dia 13 de junho de 2013, a ocorrência de #vemprarua como forma de referir aos eventos das Jornadas de Junho segue mínima se comparada ao período posterior, especialmente após o quinto ato de rua, quando o processo de mobilização passa por seu período de maior adesão. A figura 23 ilustra a predominância (quase que uma exclusividade) do uso da *hashtag* em referência ao comercial da marca Fiat e sua relação com a Copa do Mundo de Futebol de 2014, mesmo no período posterior aos primeiros protestos do MPL na capital paulista, que datam do dia 06 de junho. A postagem TWVPR-37, que data de 11 de junho de 2013 (fig. 24), é a primeira (e ainda uma das raras até essa data) que encontramos na parte do *corpus* oriunda do *Twitter* dentre aquelas que fazem alusão explícita aos protestos de rua inicialmente convocados pelo MPL.

- 9 Jun 2013  
Vem, vamos com a gente  
Vem torcer bola pra frente  
[#VemPraRua](#) [pic.twitter.com/OrOQ83xEol](http://pic.twitter.com/OrOQ83xEol)



Expand Reply Retweet Favorite More

- 8 Jun 2013  
Essa propaganda da [#Fiat](#), [#VemPraRua](#) é muito boa! Colocou O Rappa pra cantar, anima demais. Alcançou o objetivo.

Expand Reply Retweet Favorite More

- 7 Jun 2013  
Esse jingle da propaganda da Fiat não sai da minha cabeça [#VemPraRua](#)  
[#CopaDasConfederações](#) [#Falcão](#) [#ORappa](#) [#FIAT](#) ta de parabéns  
[#publicidade](#)

Expand Reply Retweet Favorite More

- 7 Jun 2013  
[#VemPraRua](#) - HD: [i.imgur.com/02EE57e.jpg](http://i.imgur.com/02EE57e.jpg)

Expand Reply Retweet Favorite More

- 7 Jun 2013  
a [@FiatBR](#) acertou nessa campanha. impossível não cantar junto.  
[#VemPraRua](#). [youtu.be/ERDj5OKH0eI](http://youtu.be/ERDj5OKH0eI)

Expand Reply Retweet Favorite More

- 7 Jun 2013  
Polícia Civil de MG anuncia greve a partir de 2ª-feira. Efetivo de 30% atendendo só ocorrências de urgência. [#VemPraRua](#) [#ImaginaAFesta](#)

Expand Reply Retweet Favorite More

 **Poligono\_Fiat** @Poligono\_Fiat · 6 Jun 2013  
[#vempraru](#) [#brasil](#) [#torcida](#) [fb.me/GYPHmJxh](http://fb.me/GYPHmJxh)

Expand Reply Retweet Favorite More

- 5 Jun 2013  
"vem pra ruua pq a ruua eh a maior arquibancada do braasiilll" gammoo mt  
nessa musicaa [#vempraru](#)

Expand Reply Retweet Favorite More

- 5 Jun 2013  
[#VemPraRua](#)

Expand Reply Retweet Favorite More

Fig. 23 Postagens que utilizam a *hashtag* [#vempraru](#) no *Twitter* até 09 de Junho de 2013.

- 11 Jun 2013  
Cheguei [#ensopada](#) da [#manifestacao](#) contra o aumento!! [#vempraru](#)  
[instagram.com/vp/ab\\_msJsRcE/](http://instagram.com/vp/ab_msJsRcE/)

Expand Reply Retweet Favorite More

Fig. 24 TWVPR-37 primeira ocorrência de [#vempraru](#) verificada na parte do *corpus* referente ao *Twitter* em alusão aos protestos contra o aumento das tarifas de transporte coletivo.

Embora, a partir de 11 de junho, o uso de #vemprarua como forma de referir aos protestos tenha passado a dividir espaço no *Twitter* com postagens relacionadas ao comercial da Fiat e/ou à Copa de Mundo, o segundo tipo de uso predomina no *corpus* até o dia 13 de junho, dia em que se deu o quarto ato de rua em São Paulo, na Praça Ramos de Azevedo. Esse ato foi marcado pela prisão de cerca de 200 manifestantes e denúncias de truculência policial. Segundo infográfico disponível do portal de O Estado de São Paulo,

Cerca de 50 pessoas são detidas antes mesmo de a passeata começar. Quando tem início, na Praça Ramos de Azevedo, no centro, a PM impede a marcha de chegar à Avenida Paulista atacando a passeata na Rua da Consolação, antes de qualquer ato de vandalismo. Jornalistas, manifestantes e pedestres são atingidos no rosto com balas de borracha. Carros da polícia perseguem e atiram em pessoas nas ruas do centro; 105 pessoas ficam feridas. Policiais agridem até pessoas sentadas em bares ou tentando fugir pelo metrô. As imagens da repressão policial correm o mundo. O governador Geraldo Alckmin (PSDB) defende a ação. O prefeito Fernando Haddad (PT) critica a PM. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2014)<sup>59</sup>

Desde então o uso de #vemprarua como forma de referência aos protestos começa a se destacar, com várias denúncias a respeito da violência policial e convocando as pessoas a tomar parte nos protestos. Não pouco frequente essa *hashtag* foi usada em associação a outras como #mpl e #contraoamento. O termo “occupy”- uma referência ao movimento anticapitalista norte-americano Occupy Wall Street - também foi associado às *hashtags* como podemos ver nos excertos TWVPR-42 a TWVPR-57, a seguir (fig. 25).

---

<sup>59</sup> <http://infograficos.estadao.com.br/public/cidades/protestos-de-junho/>

Results for #vemprarua since:2013-06-1.. Save

Top / All

13 Jun 2013  
 #sp13j RT @CATPOWER 1 h BRAZIL BRASIL OCCUPY #vemprarua  
 instagram.com/p/ahAqOUm3XO/  
 Expand Reply Retweet Favorite More

13 Jun 2013  
 Desliga essa tv e #vemprarua!  
 Expand Reply Retweet Favorite More

13 Jun 2013  
 A mudança parte de você! #vemprarua  
 Expand Reply Retweet Favorite More

13 Jun 2013  
 até a Cat Power #passelivre RT @CATPOWER BRAZIL BRASIL  
 CCUPY #vemprarua instagram.com/p/ahAqOUm3XO/  
 Expand Reply Retweet Favorite More

13 Jun 2013  
 @CATPOWER: BRAZIL BRASIL  
 CCUPY #vemprarua  
 View conversation Reply Retweet Favorite More

13 Jun 2013  
 KKKK > Outro furo no Globo News. A âncora chama a repórter "que hoje já teve  
 até que correr da polícia". #contraoamento #vemprarua  
 Expand Reply Retweet Favorite More

13 Jun 2013  
 Fumaça #pm #occupybrasil #vemprarua instagram.com/p/ahBdV3tXWL/  
 Expand Reply Retweet Favorite More

13 Jun 2013  
 São Paulo: PM começa a violência na Consolação #vemprarua #occupybrasil  
 instagram.com/p/ag\_gqmNXS0/  
 Expand Reply Retweet Favorite More

Me 13 Jun 2013  
 #mpl #vemprarua #contraoamento  
 instagram.com/p/ag7cTNjWYz/  
 Expand Reply Retweet Favorite More

13 Jun 2013  
 O POVO ACORDOU #mpl #vemprarua #contraoamento  
 instagram.com/p/ag7cTNjWYz/  
 Expand Reply Retweet Favorite More

13 Jun 2013  
 São Paulo, 2013 #vemprarua #occupybrasil instagram.com/p/ag6VgdNXa1/  
 Expand Reply Retweet Favorite More

13 Jun 2013  
 SEU DIREITO DE IR E VIR CUSTA 6,40 #mpl #vemprarua #contraoamento  
 instagram.com/p/ag5b0cjWVvo/  
 Expand Reply Retweet Favorite More

13 Jun 2013  
 [foto] De todas as ruas, de todos os lugares eles vêm chegando #mpl  
 #contraoamento #vemprarua instagram.com/p/ag1dqHDWeg/ via @magnesio  
 Expand Reply Retweet Favorite More

13 Jun 2013  
 Sem querer fazer piada pq a situação está feia, vão ter que fazer um novo  
 jingle pra São Paulo, trocar o #VemPraRua por #SaiDaRua. :-)))  
 Expand Reply Retweet Favorite More

13 Jun 2013  
 #VemPraRua #Estarcomvoceéseameihorcoisa  
 #meusamigossemprereserameusamigos ! #EvelinBoechat #JuanMedeiros...  
 instagram.com/p/agZpa2P-nx/  
 Expand Reply Retweet Favorite More

13 Jun 2013  
 #VemPraRua educacao.sp.gov.br #ContraOAumento #IssomudaOMundo #RT  
 #Compartilhe #AcordaBrasil  
 Expand Reply Retweet Favorite More

You've reached the end of the Top Tweets for #vemprarua since:2013-06-13  
 until:2013-06-14.

Fig. 25 Íntegra do corpus referente ao Twitter para o dia 13 de junho de 2013 (TWWPR-42 a TWWPR-47).

O uso no termo “occupy” novamente nos remete à busca pela alteridade que se manifesta pela alusão a movimentos que se deram ou ainda se dão em âmbito internacional. Nesse primeiro momento, a referência aponta para as manifestações anticapitalistas, com as quais o MPL explicitamente estabelece identificação e sua Carta de Princípios (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2006).

As primeiras referências que apontam para o processo de federalização das Jornadas de Junho, ao qual já aludimos anteriormente no presente capítulo, datam de 14 e 15 de junho. Desse momento em diante tornam-se mais frequentes postagens bilíngues (inglês/português) ou exclusivamente em inglês. A temática anticorrupção (quase que exclusivamente com referência à corrupção com algo exclusivo das instituições do Estado) também começa a se tornar mais proeminente a partir dessa data, conforme apontam os excertos representados pelas figuras 26-32.



Fig. 26 TWVPR-110

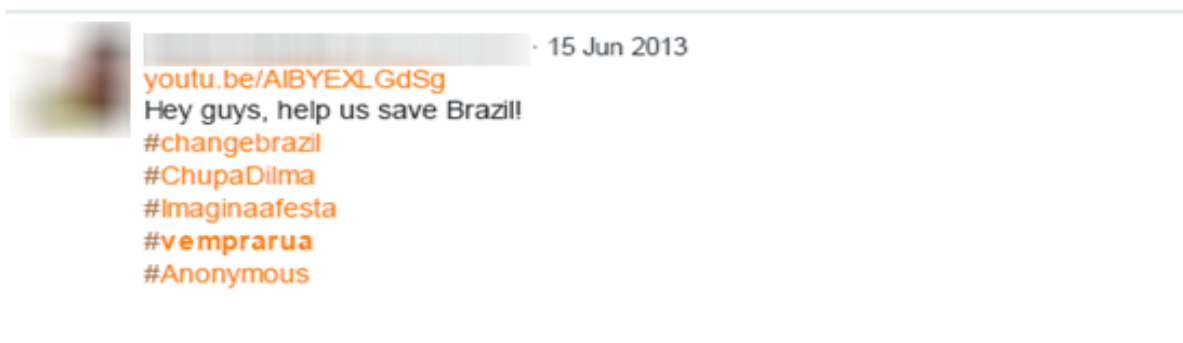


Fig. 27 TWVPR-111



Fig. 28 TWVPR-112



Fig. 29 TWVPR-114





Fig. 30 TWVPR-115



Fig. 31 TWVPR-118



Fig. 32 TWVPR-134

Foi nesse período que esse processo de mobilização social logrou alcançar seu objetivo mais imediato: a revogação do aumento das tarifas de transporte coletivo foi anunciada em 19 de junho. Apesar do êxito concreto obtido em sua reivindicação e do ganho numérico nas ruas, a partir desse momento as Jornadas de Junho passariam por seu período de maior fragmentação.

As postagens nas redes sociais sugerem a acentuação da dicotomia entre duas formas de representar as manifestações e seus participantes: a imagem do “manifestante pacífico” é frequentemente colocada em oposição à do “vândalo”, conforme sugerem FBVPR1-205 (fig. 33) e FBVPR3-60 (fig. 34), contribuindo para realçar e hipertrofiar dois *habitus* (entre tantos outros que se fizeram perceber nas ruas), operando na produção da distinção (BOURDIEU, 1979 [2007]) entre dois setores enunciados como antagônicos, a saber: um mais alinhado às táticas e aos métodos de ação direta defendidos pelo MPL; e outro mais permeado por valores como o orgulho cívico, com forte apelo a setores mais conservadores da classe média, com seu patriotismo à flor da pele por conta dos jogos da seleção brasileira.





Fig. 33 FBVPR1-205



Fig. 34 FBVPR3-60

A essa altura da manifestações, a *hashtag* #vemprarua se consolida como uma das mais usadas no *Twitter* e seu respectivo *jingle*, inicialmente pensado com a finalidade de vender automóveis – o que não deixa de soar irônico –, se torna uma espécie de *hit* dos manifestantes.

A partir de então, enunciados perpassados por formações discursivas que remetem ao tom moralizante de combate à corrupção, representada quase que exclusivamente como uma mazela do aparato estatal (SOUZA, 2015) e a um discurso crítico aos governos com um viés antiestado e antipolítica se intensificam nas redes. Neles, representa-se a política e, conseqüentemente, o Estado sob uma perspectiva homogeneizante e moralizante, questionando o que consideram ser uma excessiva carga de impostos (TWVPR-585, figs. 35 e 36), de forma a configurar-se um discurso diametralmente oposto à própria argumentação do MPL sobre a viabilidade da concessão da tarifa zero pela aplicação da progressividade de tributos, especialmente sobre o consumo gerado pela indústria automobilística.



**Fig. 35** TWVPR-585, conforme exibido em nosso *corpus*.



**Fig. 36** Foto à qual remete o *link* em TWVPR-585. Ao fundo o “impostômetro”, elemento de campanha iniciada pela Associação Comercial de São Paulo que critica o que considera ser a alta carga tributária brasileira.

Os enunciados produzidos nas redes, especialmente na intensa massificação dos atos na segunda metade daquele mês de junho de 2013, mostram-se

progressivamente marcados por discursos de negação à institucionalidade representada pela política e por investimentos em processos de distinção e de oposição antagônica entre grupos e suas práticas nos protestos. Parece adequado recorrer novamente a Bourdieu (1982 [1996]), que nos alerta que

Esta linguagem política, destituída de uma pontuação política, caracteriza-se por uma retórica da imparcialidade, sinalizada pelos critérios de simetria, equilíbrio, justa medida, sustentada por um *ethos* da compostura e da decência, conforme atesta o fato de evitar formas mais violentas da polêmica, bem como pela discrição, pelo respeito alardeado ao adversário, em suma, por tudo o que manifesta a degeneração da luta política enquanto tal. Essa estratégia da neutralidade (ética) encontra sua realização natural na retórica da cientificidade. (p.121-122)

Reafirmamos nossa percepção de que a segunda metade das Jornadas de Junho, em especial após a imensa adesão quando do quinto ato de rua em solidariedade à violência policial sofrida no ato dia 13, traz para a cena atores políticos que, embora simpáticos ao fim estabelecido pelos manifestantes que deram início ao processo (serviços de transporte, educação e saúde mais eficientes), não partilham com eles a mesma percepção sobre os métodos de ação. Também, não necessariamente estão engajados na causa anticapitalista defendida pelo MPL.

Importante ainda é lembrar que, por se tratar de um processo de mobilização que teve no ciberespaço um de seus meios centrais de atuação e divulgação, esse movimento não atingiu a população de maneira homogênea. Apesar da popularização pela qual o acesso à internet passou nos últimos anos, tanto o acesso à *web* quanto sua qualidade encontram-se desigualmente distribuídos tanto em função do poder aquisitivo de cada indivíduo quanto em função de questões regionais. O que queremos dizer com essa ponderação é que o movimento não atingiu igualmente os centros e as periferias das capitais onde se deu. Igualmente, na *web*, o debate era possibilitado ou impedido de acordo com a quantidade de dados aos quais cada usuário tinha direito de acordo com seu plano de acesso e, conseqüentemente, com as posses de que dispunha para adquiri-lo. Materiais como vídeos e fotografias exigem uma franquia considerável de dados e boa velocidade de conexão para se tornarem viáveis. Segundo dados da edição de 2013 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2015), o acesso à internet segue muito assimétrico no país. Enquanto 89,9% dos entrevistados que ganhavam até 10 salários mínimos utilizavam algum tipo de acesso, os números caem para 23,9% em famílias cuja renda

é igual ou inferior a um quarto de salário mínimo *per-capita*<sup>60</sup>.

Em suma, o ativismo que se dá por meio da *web* no Brasil ainda é assimetricamente distribuído, uma vez que o acesso à rede é notadamente desigual tanto em termos econômicos quanto em relação à faixa etária e escolaridade. Portanto, problematizamos aqui a noção totalizante de coletividade de um “nós” expressado em algumas postagens das redes sociais sobre as Jornadas de Junho enquanto o conjunto da população brasileira.

Apesar da busca do MPL pelo diálogo com os movimentos estudantis e das periferias, recorreremos às considerações de Souza (2015) para sustentar que a maioria daqueles que participaram nas Jornadas de Junho por meio das redes sociais fazem parte de um percentual ainda pequeno da população brasileira. Souza (2015) descreve essa parcela da população como

[...]a “classe média verdadeira” – os 20% mais escolarizados e de maior renda segundo a pesquisa [do IBOPE sobre o perfil dos manifestantes]– [que assume] de modo claro e incontestado o protagonismo do movimento. Quem são as classes médias e o que querem? Essa simples pergunta já muda todo o horizonte dominante das questões associadas às manifestações. As classes médias são certamente segmentadas, ou seja, possuem grupos com interesses e ideias distintas, mas os segmentos mais numerosos e importantes das classes médias brasileiras defendem com paixão incomum um núcleo de ideias comuns. (Locais do Kindle 4573).

Souza segue sua crítica do papel desse setor da sociedade brasileira, em relação às mobilizações de Junho de 2013, afirmando que

A classe média que foi em massa às ruas a partir do dia 19 de junho e que foi a responsável pela mudança de pauta das demandas por melhor transporte, escolas e saúde, típicas das classes populares, em favor das suas demandas centralizadas nas denúncias de corrupção – sempre estatal e personalizada –, na verdade agiu tanto como “tropa de choque” dos interesses dos endinheirados quanto em interesses próprios. O tema da corrupção, lá longe em Brasília, ajuda a reproduzir também seus próprios privilégios de classe. (Ibid. Locais do Kindle 4640-4648).

Apesar da solidariedade expressa por parte dos usuários das redes sociais em relação aos manifestantes que sofreram repressão policial na primeira metade das Jornadas de Junho, os enunciados do *corpus* sugerem que uma parcela considerável desses internautas condena determinadas formas de ação como “vandalismo”,

---

<sup>60</sup> <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv93373.pdf>>, acessado em 28 de junho de 2016.

procurando se distanciar dessa tática e se distinguir em relação a ela, conforme sugere a postagem FBVPR3-60 que afirma que “quem está perto de vagabundo pode ser confundido com um”. Novamente, recorremos ao conceito bourdieusiano de *habitus* para argumentar que, pela necessidade de distinção em relação a essa tática, investe-se nas postagens no perfil do “manifestante ordeiro” que luta por “um país melhor” e que compreende que o policial que reprime a manifestação está “apenas fazendo seu trabalho”.

### 1.3 Narrativas em disputa

Com a massificação das Jornadas de Junho em sua segunda metade, as dicotomias que apontamos na seção anterior deste capítulo ocuparam grande parte do debate nas redes sociais. As pautas foram dilatadas de modo que o combate à corrupção, fundamentalmente percebida como intrínseca ao Estado e, por conseguinte, aos partidos políticos, passou a ocupar um lugar central, juntamente com a questão da categorização das formas de protesto entre o “pacífico” e o que se designou como atos de “vandalismo”.

Lembremos que as primeiras designações dos protestos enquanto “baderna” e “vandalismo” foram proferidas pelos representantes do poder público. Essa forma de representar os atos de rua ressoou na mídia corporativa e encontrou eco também nas redes sociais. Muitos dos sujeitos envolvidos nos debates em rede, como já exemplificamos anteriormente, manifestaram sua preocupação em serem enquadrados como “vândalos”, promotores de depredação, como nos sugere a enquete a seguir, extraída do *corpus* (fig. 37).



**Fig. 37** Enquete sobre “depredação” nas manifestações. FBVPR2-50

A enquete, criada por uma das *fanpages* do Facebook sob a nomenclatura #vemprarua e que compõe o *corpus* desta pesquisa, data de 18 de junho de 2013 e expressa uma suposta unanimidade (80 votos em um universo de mais de 23.000 seguidores da página) contra a “depredação” nas manifestações. No comentário que destacamos em vermelho, um dos participantes do grupo alerta para o fato de que só há a opção “contra” como possibilidade de voto. A enquete, contudo, é de natureza aberta, o que implica que qualquer usuário que decida responder à pergunta feita tem a possibilidade de inserir uma resposta além das pré-existentes, o que não foi feito. Considerando-se a grande diferença numérica entre a quantidade de votos e a de seguidores da página, percebemos que aqueles que não se manifestaram contrários ao que foi denominado “depredação” não acrescentaram à enquete – ainda que isso seja possível do ponto de vista do funcionamento da rede - a posição “a favor” ou sequer qualquer tipo de relativização à única opção posta, o que sugere um efeito de silenciamento (ORLANDI, 1993) de certos dizeres. Aparentemente está configurada uma zona de interdição do discurso que, ao denominar determinado método de intervenção política como “depredação”, faz emergir certos sentidos que relegam outros à interdição. Essa dimensão política do silêncio, segundo Orlandi, faz “dizer ‘uma’ coisa, para não deixar dizer ‘outras’” (p. 53).

Outra enquete semelhante, porém, com escolha lexical distinta, foi lançada pela página no dia 23 de junho de 2013 (FBVPR2-23), conforme observamos na fig. 38.

Apesar de constar com diversas opções de votação, a característica de interdição a posturas favoráveis aos métodos denominados na enquete anterior como “depredação” se mantém.



Fig. 38 FBVPR2-23

A charge publicada em FBVPR2-24 nos ajuda a compreender melhor como foi se constituindo o *habitus* do “manifestante ordeiro” em oposição ao “vândalo” “depredador” (fig. 39).



Fig. 39 FBVPR2-24



É relevante apontar que nos dois cenários representados pela charge, tanto o manifestante que está no “protesto” quanto o “bandido” que se utiliza do “pretexto” encontram-se com o rosto encoberto. Há, porém diferenças importantes para as quais já apontamos em nosso texto a respeito dos dois *habitus* que vieram a se constituir a desde a segunda metade das Jornadas de Junho. Uma dessas diferenças diz respeito ao uso dos símbolos nacionais que apontam para o desejado civismo dos manifestantes. Percebe-se, na imagem da esquerda, que a camiseta usada pelo manifestante remonta à bandeira brasileira, enquanto na imagem da direita a camiseta serve como instrumento para encobrir o rosto do “bandido”, que aparentemente saqueia um estabelecimento. Embora o “manifestante”, representado na imagem da esquerda, também tenha seu rosto encoberto, impossibilitando sua identificação individual, ele se utiliza de uma máscara do personagem V, do filme V de Vingança. Essa máscara ficou caracterizada a partir da segunda metade das Jornadas de Junho como um símbolo coletivo de identificação de uma parcela dos manifestantes<sup>61,62</sup>.

Durante a segunda metade das Jornadas de Junho tornam-se mais frequentes, nas redes sociais (e também nas ruas), enunciados que expressam recusa a qualquer tipo de institucionalidade estatal – representada como corrompida, conforme já discutido anteriormente. Essa recusa recaiu, principalmente sobre os partidos políticos, parte integrante dessa institucionalidade, juntamente com o parlamento, como podemos depreender dos excertos que se seguem (figs. 40, 41 e 42).



**Fig. 40** Comentário em FBVPR2-40, postagem que convocava ato para a quinta-feira dia 20 de junho na Candelária-RJ.

<sup>61</sup> Na sinopse do Filme V de Vingança, temos a seguinte descrição do personagem: “Após uma guerra mundial, a Inglaterra é ocupada por um governo fascista e vive sob um regime totalitário. Na luta pela liberdade, um vigilante, conhecido apenas por V, utiliza-se de táticas terroristas para enfrentar os opressores da sociedade”. Disponível em <<https://www.papodecinema.com.br/filmes/v-de-vinganca/>>, acessado em 06 de junho de 2019.

<sup>62</sup> Mesmo o personagem sendo associado, no referido filme, ao uso de métodos violentos, a charge não o representa como alguém que rompe com a lei e com a ordem.





**Fig. 41** FBVPR2-41, sobre abertura de CPI dos ônibus no Rio de Janeiro.

Os enunciados destacados em vermelho na postagem FBVPR2-41 (fig. 41) são sugestivos da forma pela qual o poder público é representado naquilo que se percebe como sua ineficiência, operando de modo considerado tardio, apenas após sofrer pressão popular por meio de manifestações. Essa ineficiência – lembremos que “boas práticas” e “eficiência” são valores propagados pela razão neoliberal, sobre a qual trataremos no Capítulo 2 desta Tese – parece ser representada no excerto presente na fig. 42 sob uma forma de representação que equipara a relação do cidadão com o Estado e a política à lógica do consumo, uma vez que recorre ao termo “propaganda enganosa” para expressar sua insatisfação.



Fig. 42 FBVPR2-37

Apesar da crítica e desconfiança em relação ao Estado e suas instituições, o poder judiciário parece ter sido aquele que menos sofreu essa recusa. Talvez, por não estar identificado à questão política, sendo considerado um poder “técnico” e exclusivamente “jurídico”, embora suas decisões afetem a vida política. A essa altura dos protestos, diversas manifestações contrárias à Proposta de Emenda Constitucional 37/2011 (PEC 37), que limitava poderes do Ministério Público Federal - e que ficou conhecida como “PEC da impunidade” -, surgiram nas redes (ver figs. 43 e 44) sendo também levadas às ruas em faixas e cartazes.



Fig. 43 FBVPR1-410

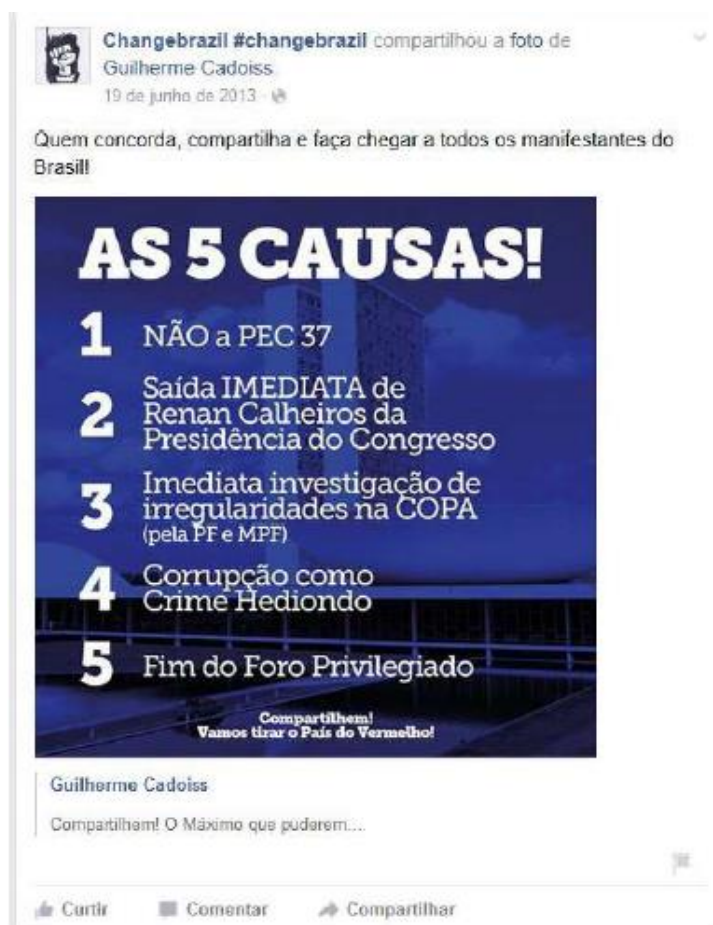


Fig. 44 FBCB3-40

O combate à PEC37 foi uma das pautas sugeridas pelo comentarista de política Arnaldo Jabor, em seu segundo editorial acerca das manifestações na noite de 18 de junho de 2013 no Jornal da Globo, como uma das formas de evitar que o movimento se tornasse “uma coisa dispersa”. A retirada da PEC 37 da pauta do Congresso Nacional foi uma das “cinco causas” reivindicadas em um vídeo que “viralizou” nas redes sociais, publicado pelo canal de *Youtube* “Anonymous Brasil”. Essa e outras reivindicações - como o fim do voto secreto parlamentar e maiores investimentos em saúde e educação - foram protocoladas junto ao Congresso Nacional por uma comissão de manifestantes (fig. 45) no dia 20 de junho de 2013.



**Fig. 45** FBCB3-27 – Pauta de reivindicações protocolada por comissão de manifestantes junto ao Senado Federal

É importante ainda considerar que, naquele momento histórico, o poder judiciário gozava de certo prestígio perante a população, pela intensa repercussão que o julgamento da Ação Penal 470 – o “Mensalão” - ganhou nas mídias (corporativa e digital) desde agosto de 2012. Neste julgamento, diversas lideranças da política institucional foram condenadas à prisão pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

O comentário publicado em FBVPR3-47 (fig. 46), que consiste em um compartilhamento de um abaixo-assinado no site Avaaz<sup>63</sup> que pedia a substituição da Presidenta da República à época pelo então presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Joaquim Barbosa, dá o tom do processo de rejeição, criminalização e judicialização pelo qual passava a política brasileira naquele momento histórico.



Fig. 46 FBVPR3-47

É nesse clima de rejeição da institucionalidade e de criminalização da política nacional que a disputa pela hegemonia do discurso das/nas Jornadas de Junho se intensifica, à medida que pautas não gestadas nos fóruns do MPL começam a ganhar não apenas as redes, mas também as ruas. Na noite de 20 de junho, em ato na

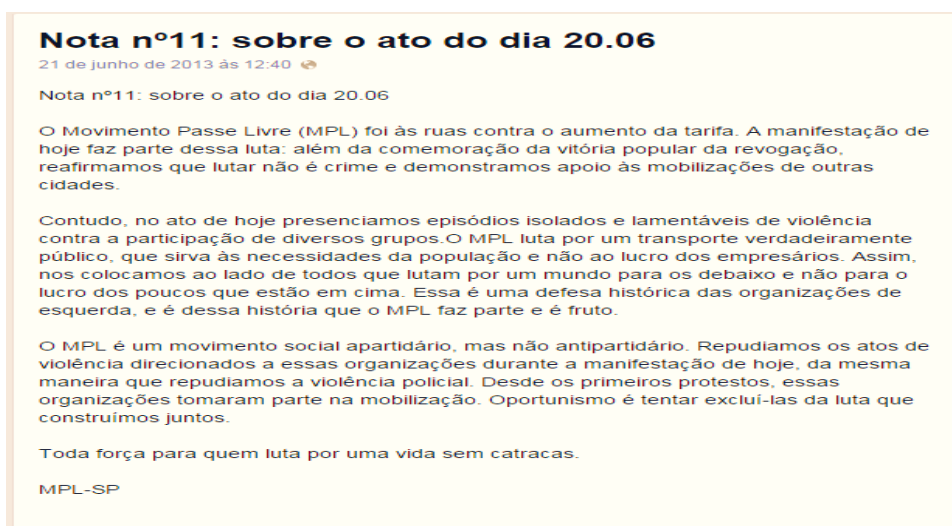
<sup>63</sup> www.avaaz.org.



Avenida Paulista, previamente convocado pelo MPL<sup>64</sup>, militantes de partidos foram agredidos e tiveram bandeiras tomadas, rasgadas e queimadas por uma parte dos manifestantes.

Diante desse quadro, o MPL-SP emite, no dia 21 de junho, nota pública (fig. 47), reafirmando sua autonomia, mas refutando o antipartidarismo, em consonância com sua Carta de Princípios (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2006), afirmando que

O MPL é um movimento social apartidário, mas não antipartidário. Repudiamos os atos de violência direcionados a essas organizações durante a manifestação de hoje, da mesma maneira que repudiamos a violência policial. Desde os primeiros protestos, essas organizações tomaram parte na mobilização. Oportunismo é tentar excluí-las da luta que construímos juntos. (MOVIMENTO PASSE LIVRE-SÃO PAULO, 2013)<sup>65</sup>



**Fig. 47** Nota emitida pelo MPL-SP sobre violência contra militantes partidários em 20/06/13

Esperamos ter logrado, ao longo de nossa exposição histórica sobre os eventos do processo de mobilização social que se deu no Brasil em junho de 2013 e das nossas considerações teóricas e analíticas expostas nesse capítulo, exemplificar algumas das muitas características discursivas que marcam o conflito entre vozes dissonantes e consequentes formas heterogêneas de produção de sentidos nas postagens das/sobre as Jornadas de Junho nas redes sociais.

Embora o espaço de enunciação possibilitado pelas redes sociais se constitua

<sup>64</sup> Segundo infográfico feito pelo jornal O Estado de São Paulo, “o MPL mantém a manifestação marcada para o dia seguinte [20 de junho], mas afirma que será um protesto festivo”. Fonte: <<http://infograficos.estadao.com.br/public/cidades/protestos-de-junho/>>. Acessado em 07 de jul. de 2016.

<sup>65</sup> <<https://www.facebook.com/notes/passe-livre-s%C3%A3o-paulo/nota-n%C2%BA11-sobre-o-ato-do-dia-2006/533367663386156>>. Acessado em 07 de jul. de 2016.

como um recurso propício para a organização coletiva, abrindo a muitos indivíduos e segmentos da sociedade a possibilidade do dizer, uma vez que seus usuários são, ao mesmo tempo, audiência e produtores de conteúdo, é importante esclarecermos que a *web* não está imune às assimetrias que vão desde fatores econômicos (acesso) aos sociais (autoridade para enunciar). É válido, ainda, salientar que os enunciados produzidos no âmbito das redes sociais são produzidos por sujeitos afetados por discursos diversos que circulam nesta e em outras mídias, perpassados pelos discursos e ideologias das instituições do Estado, do mercado, da mídia (corporativa ou não) e por diferentes representações acerca da política e formas de intervenção social.

Exemplo disso são os processos de *redesign* que apontamos anteriormente em nossa exposição, os quais têm, em grande parte, como sua fonte, peças publicitárias produzidas originalmente para a TV, com fins comerciais que foram ressignificados para fins políticos. É razoável, portanto, a percepção de uma interface entre os discursos das/sobre as Jornadas de Junho e elementos da razão neoliberal que, segundo Brown (2015), tem promovido um processo de recriação das subjetividades na contemporaneidade.

Essa racionalidade - que coloca o mercado no centro da vida cotidiana - parece afetar as práticas e discursos no contexto das redes sociais, mantendo e disputando a validade de suas formas de construir sentidos, mesmo entre os setores que reivindicam para si a bandeira anticapitalista, na medida em que recusam a institucionalidade do Estado e negam a política representativa, um dos fundamentos das democracias liberais.

O viés expressivo-disruptivo das Jornadas de Junho expõe a suposta ineficiência do aparelho estatal e sua estrutura percebida como corrompida. Deriva daí a rejeição às instâncias representativas como, por exemplo, os partidos e o parlamento, as organizações estudantis eleitas (União Nacional dos Estudantes, Uniões Estaduais de Estudantes, etc.) expressados linguisticamente pelo lexema “X não me representa”. Trata-se, portanto de um sujeito entre lugares que, embora busque agir coletivamente, reivindicando um “nós” como totalidade homogeneizante, acolhedora e comunitária, desconfia de qualquer institucionalidade representativa, não estando disposto a fazer concessões em relação à sua suposta liberdade individual – uma das pedras de toque do neoliberalismo - tomando para si a tarefa de agir (presencial ou virtualmente) sobre as condições políticas e sociais com as quais

se percebe insatisfeito e/ou precariamente representado.

No capítulo 2, dedicar-nos-emos a considerações teóricas, tanto a respeito das subjetividades no contexto da hegemonia da razão neoliberal, quanto acerca das formas de subjetivação em rede e do webativismo na contemporaneidade. Visamos, desse modo, pavimentar o caminho teórico que nos permitirá, por meio da análise do *corpus*, ponderar sobre como os sujeitos que enunciam se inscrevem politicamente nas redes, seja para sua conformidade em um quadro político-social ou como gesto de resistência.



## CAPÍTULO 2. WEBATIVISMO E SUBJETIVIDADES NA CONTEMPORANEIDADE

Você só pensa em grana  
Meu amor!  
Você só quer saber  
Quanto custou a minha roupa  
Custou a minha roupa...  
Você só quer saber  
Quando que eu vou  
Trocar meu carro novo  
Por um novo carro novo  
Um novo carro novo  
Meu amor!...  
(Você Só Pensa em Grana – Zeca Baleiro, 2000)

O presente capítulo se destina a uma discussão teórica acerca da constituição das subjetividades no âmbito do ciberespaço e do webativismo, mais especificamente, no que tange às redes sociais. Apresentamos e debatemos quadros teóricos que tratam dos processos de subjetivação no ciberespaço, levando em conta os aspectos sociais, políticos e econômicos que fazem parte do contexto de surgimento e a massificação dessa cena enunciativa. Com suporte nessa exposição e debate intentamos pavimentar um caminho que possa sustentar a análise dos aspectos discursivos e dos processos de subjetivação política nas redes durante das Jornadas de Junho. O presente capítulo encontra-se subdividido em três seções:

Na seção 2.1 “*Diferentes olhares sobre o ciberespaço e as redes sociais*”, busca-se estabelecer um quadro teórico que dê conta de duas vertentes do pensamento acadêmico acerca do *ciberespaço* e das redes sociais: uma primeira que toma esse tipo de interação em rede como resultante de um processo de crescente individualização, descrédito nas instituições consagradas durante as democracias liberais em uma sociedade marcada pelo consumismo e pela superexposição identitária, visto que as identidades são também percebidas como objetos de consumo, perspectiva que encontra sua ancoragem nos escritos de Bauman (2001; 2004; 2008), Bauman & Donskis (2013) e Žižek (2013); e uma segunda vertente, na qual podemos destacar os estudos de Castells (2000; 2003; 2017) sobre as formas de organização e interação no que o autor denomina sociedade em rede. Ainda, nos serão caras as considerações de Lankshear & Knobel (2008) sobre os letramentos digitais e os processos de subjetivação imersos nesse contexto. Essa segunda vertente dos estudos sobre o ciberespaço compreende que as tecnologias digitais e as cenas enunciativas que elas propiciam não são apenas ferramentas disponíveis na

mão de indivíduos. Nessa perspectiva, as tecnologias digitais (assim como outras que a antecederam) são tomadas como algo que se constitui, simultaneamente, enquanto “ferramenta, meio e o reflexo” (LANKSHEAR & KNOBEL, 2008 p.154) dos processos de mudança pelos quais a sociedade contemporânea tem passado.

Ambas abordagens sobre o ciberespaço e suas formas de subjetivação em/na rede têm compreensão semelhante, no que diz respeito à necessidade de tomar o objeto de sua reflexão em sua historicidade, compreendendo que o ciberespaço afeta e é afetado por um contexto político-econômico-social marcado por uma racionalidade centrada no individualismo, na competitividade e na desregulamentação que visa o livre fluxo de capitais e informações, hegemonicamente em voga, que Brown (2015) denomina razão neoliberal.

No intuito de situar historicamente nossa análise, a seção 2.2, intitulada “*O Neoliberalismo como Cenário Político-Econômico do Webativismo*”, visa a compreender, com suporte nos estudos de Dardot & Laval (2013) e Brown (2015), como essa razão hegemônica tem contribuído para a constituição das identidades na contemporaneidade e quais as suas implicações para os processos de subjetivação em redes e para o webativismo.

Posteriormente, em 2.3 “*O Webativismo: as redes Sociais na Primavera Árabe*”, fazemos uma revisitação das primeiras grandes mobilizações organizadas e difundidas por meio do *Facebook* e do *Twitter* ocorridas no período de 2010 a 2013, nos países do chamado “mundo árabe”, e que ficou conhecida como “Primavera Árabe”. Tomamos como foco os casos de Tunísia e Egito, berços desse processo de ebulição social naquela região, visando compreender os processos de uso das redes sociais para fins de webativismo, visando possíveis analogias e/ou contrastes com o webativismo que se deu no contexto brasileiro das Jornadas de Junho.

## **2.1 Diferentes olhares sobre o ciberespaço e as redes sociais**

Temporalmente simultâneo ao advento político e econômico mais amplamente conhecido como globalização, a difusão do acesso ao *ciberespaço* tem ocupado os teóricos desde o final dos anos 1990, sendo Pierre Lévy (1993; 1996) um dos precursores dos estudos acadêmicos a esse respeito.

A primeira década dos anos 2000 marca um acelerado processo de desenvolvimento, popularização e convergência entre tecnologias e dispositivos que

viabilizaram e ampliaram as possibilidades de acesso ao *ciberespaço*. A ampliação das redes de transmissão sem fio, possibilitadas por tecnologias como a quarta geração de telefonia móvel (4G) e a popularização das redes sem fio, hoje disponíveis em diversos locais de visitação pública, contribuíram também para a expansão e popularização do *ciberespaço* como lugar de interação social. Os dispositivos portáteis foram ganhando cada vez mais espaço em relação ao computador pessoal (PC) e tecnologias que, literalmente, cabiam no bolso, passaram a possibilitar aos usuários da internet um acesso progressivamente mais integrado e de natureza com tendência à ubiquidade. Ainda em seus primeiros escritos sobre o ciberespaço, Lévy (1996, p. 89) já apontava para uma redução cada vez mais acentuada das distâncias físicas e culturais entre os habitantes do globo.

Os movimentos de desterritorialização, mundialização e padronização de elementos de base recombinaíveis contribuem para uma compatibilidade entre sistemas de informação, econômicos e de transportes distintos. Assim como o ciberespaço implica a fusão de muitos computadores em um único computador de dimensões gigantescas também os meios de transporte e as moedas, por exemplo, tendem a uniformizar-se, sendo instrumentos de um sistema maior e coordenado virtualmente.

O processo de desterritorialização descrito por Lévy se dá em um contexto social, econômico e político que, para Bauman (2001), é marcado pelo enfraquecimento das fronteiras físicas dos Estados-nação, processo fortemente perpassado pela razão neoliberal que se fundamenta na livre circulação de mercadorias e capitais, como nos sugere Bauman (2001, p. 137):

A quase instantaneidade do tempo do software anuncia a desvalorização do espaço. [...] como todas as partes do espaço podem ser atingidas no mesmo período de tempo (isto é, em “tempo nenhum”), nenhuma parte do espaço é privilegiada, nenhuma tem “valor especial”.

Enquanto o olhar de Lévy, em seus primeiros gestos de teorização do ciberespaço, apontava de maneira otimista para a *Web* como uma possibilidade para o desenvolvimento do que designou como “*inteligência coletiva*” - com a possibilidade de reintegrar a humanidade com base na troca de informações - Bauman toma a virtualização enquanto possível resultante do enfraquecimento de vínculos sociais “sólidos” do que denomina “comunidade”, em oposição à ideia de interação em rede (*networking*). Em uma de suas entrevistas mais recentes, ao jornal El País, Bauman estabelece a distinção entre esses dois conceitos:

[...] não se cria uma comunidade, você tem uma ou não; o que as redes sociais podem gerar é um substituto. A diferença entre a comunidade e a rede é que você pertence à comunidade, mas a rede pertence a você. É possível adicionar e deletar amigos, e controlar as pessoas com quem você se relaciona. Isso faz com que os indivíduos se sintam um pouco melhor, porque a solidão é a grande ameaça nesses tempos individualistas. Mas, nas redes, é tão fácil adicionar e deletar amigos que as habilidades sociais não são necessárias. Elas são desenvolvidas na rua, ou no trabalho, ao encontrar gente com quem se precisa ter uma interação razoável. Aí você tem que enfrentar as dificuldades, se envolver em um diálogo. [...] As redes sociais não ensinam a dialogar porque é muito fácil evitar a controvérsia... Muita gente as usa não para unir, não para ampliar seus horizontes, mas ao contrário, para se fechar no que eu chamo de zonas de conforto, onde o único som que escutam é o eco de suas próprias vozes, onde o único que veem são os reflexos de suas próprias caras. As redes são muito úteis, oferecem serviços muito prazerosos, mas são uma armadilha. (BAUMAN, 2016)

A crítica de Bauman se choca, portanto, com uma visão do ciberespaço enquanto espaço em que

Ricos e pobres, habitantes de grandes centros ou de minúsculas cidades, todos podem receber as mesmas informações à mesma hora, existindo, assim, a possibilidade de partilhar democraticamente do poder das modernas tecnologias, desde que os equipamentos adequados estejam disponíveis, e os usuários capacitados a usá-los. (KLEIMAN & VIERA, 2006 p. 120)

Visto sob essa perspectiva, a subjetivação nas redes sociais está fundamentada no pontual, no efêmero, no “estamos juntos até segundo aviso”, nas comunidades e identidades do tipo “guarda-roupa” (BAUMAN, 2001), resultando em exigência diminuta de habilidades para a negociação e compromissos de longo prazo. O outro lado desse processo de individualização “parece ser a corrosão e a lenta desintegração da cidadania” (BAUMAN, 2001, p. 46). Nos termos do próprio Bauman,

O 'público' é colonizado pelo 'privado', o 'interesse público' é reduzido à curiosidade sobre as vidas privadas de figuras públicas e a arte da vida pública é reduzida à exposição pública das questões privadas e a confissões de sentimentos privados (quanto mais íntimos, melhor). (Ibid. p. 46)

Com a desterritorialização, possibilitada pelo livre fluxo do capital e da informação em rede, as amarras sociais, religiosas, étnicas, locais são, senão desfeitas, afrouxadas de modo que o sujeito contemporâneo que habita o ciberespaço é investido de (ilusão de) superpoderes em um paraíso cibernético (KLEIMAN & VIEIRA, 2006), podendo filiar-se e desfilar-se em redes de pertencimento de acordo

com a sua vontade e conveniência, construindo um perfil de modo planejado e supostamente racional através da tela do dispositivo eletrônico, como se esse constituísse um desmembramento aparentemente consciente de si mesmo, o que Turkle (1984 [2005], p. 18) denominou o segundo *self*.

Essa espécie de Éden cibernético em que o sujeito parece ter a possibilidade de se (re)inventar de maneira quase que narcísica aparenta ser favorável a um modo de subjetivação de um sujeito com traços super-humanos, (só) aparentemente sem lacunas ou falta, ou, nos termos de Coracini (2006, p. 150), um “sujeito do gozo, sujeito do imaginário, sujeito da pulsão ou, ainda, sujeito do consumo”. Esse sujeito, de natureza hedônica, detalha Coracini

desconhece a falta, acredita tudo poder porque o dinheiro pode comprar tudo; simboliza muito pouco ou quase nada, justamente porque vive na concretude dos objetos; por isso só consegue definir sua felicidade, por exemplo, a partir da posse de objetos ou de pessoas objetificadas (Ibid.)

Esse hedonismo, contudo, não parece ser uma exclusividade dos modos de subjetivação no ciberespaço, ainda que encontre nele um ambiente propício para a (re)invenção e (auto)contemplação do sujeito. Como sustenta Coracini (2006 p. 135), sobre as características do sujeito que emerge em tempos de modernidade líquida,

É o hedonismo a mola mestra dos tempos atuais: a vida é curta, precisamos aproveitar; o importante é curtir o momento presente, sem grandes compromissos com o futuro, sobretudo se eles puderem trazer riscos para a garantia de felicidade, ainda que efêmera.

Ao tratar da questão específica das Jornadas de Junho, Slavoj Žižek (2013) aponta para essas características de individualismo, narcisismo e hedonismo de caráter imediatista de nossa sociedade contemporânea. Tomando como base a fala de um dos manifestantes, Žižek apontou as possibilidades daquilo que designou como “perigo” de que os manifestantes que tomaram assento no processo de mobilização social desencadeado no Brasil pudessem “se apaixonar por si mesmos, pelo momento agradável que estão tendo nas ruas. ‘Estão nos perguntando qual é o nosso programa. Não temos programa. Estamos aqui para curtir o momento’, dizem”. (ŽIŽEK, 2013 p. 107)

Há contudo, um movimento aparentemente contraditório a ser pensado: se o individualismo, o narcisismo e o hedonismo são a pedra de toque da sociedade contemporânea, o que explicaria seu engajamento em causas coletivas? Coracini

(2006 p. 135) aponta tais contradições como características de uma sociedade que vive em meio ao

imbricamento entre a vontade de liberdade e o aumento do controle e da dependência, pela exacerbação do individualismo egoísta e, paradoxalmente, pelo crescimento de movimentos solidários que lutam em defesa da pobreza, contra a discriminação e contra toda a injustiça.

Aparentemente, o investimento em uma identidade engajada no combate às desigualdades, resultantes de uma cultura voltada para o individualismo e o consumo, parece ser mais uma das possibilidades identitárias efêmeras (“curtir o momento”) dessa própria cultura na qual tudo, inclusive as identidades, podem ser convertidas em objetos de consumo.

Ao selecionar e ordenar características suas (ou que deseja possuir) para construir, de modo aparentemente racional, um perfil nas redes sociais digitais, esperando que este adquira notoriedade e, conseqüentemente, valor, com base no número de amigos, “curtidas” e compartilhamentos, esse sujeito cria uma ficção desejada de si. Ele se filia a grupos na rede, estabelecendo conexões com outros usuários em uma relação de ordem análoga à do consumo (BAUMAN, 2008), na qual pode-se cobrar aquilo pelo que se construiu alguma expectativa, sob pena de rompimento do contrato, ou seja, a desfiliação imediata em relação ao grupo ou o rompimento da conexão (amizade) com outro sujeito em rede.

Na perspectiva interpretativa de Bauman (2001, p. 40) acerca da modernidade líquida, a tarefa de construir nossa identidade não é exclusiva dos serviços de conexão interpessoal ofertados pelas redes sociais, mas uma característica própria de nosso tempo.

Resumidamente, a individualização consiste em transformar a 'identidade' humana de um 'dado' em uma tarefa e encarregar os atores da responsabilidade de realizar essa tarefa e das conseqüências (assim como dos efeitos colaterais) de sua realização. Em outras palavras, consiste no estabelecimento de uma autonomia *de jure* (independente de a autonomia *de facto* também ter sido estabelecida).

Em nossa dissertação de mestrado (UCHÔA-FERNANDES, 2008) apontamos para uma tendência nesse processo de subjetivação que se caracteriza por um tom hiperbólico dos enunciados produzidos nas redes sociais. As características de natureza hedônica e narcísica desse sujeito que inscreve seu dizer na cena

enunciativa das redes sociais aparenta pouca disposição a negociar seus pontos de vista, estabelecendo um tipo de recorte de suas relações que divide o mundo entre um “eu” com suas interconexões, ou seja, uma comunidade composta por muitos “eus”, frequentemente enunciada como um “nós”, em oposição a toda diferença que “eles” acarreta. É a esse conglomerado de “eus” que o sujeito das redes sociais parece buscar se filiar para investir na crença do pertencimento, criando, nos termos de Bauman<sup>66</sup>, uma zona de conforto que o abriga do conflito estabelecido pela incômoda e indesejável possibilidade de presença da alteridade representada por “eles”. Algumas dicotomias que emergiram nas redes sociais durante as Jornadas de Junho como, por exemplo, aquela que estabelece a distinção entre “vândalos” e “manifestantes pacíficos” (Cf. Capítulo 1), ilustram essa tendência ao fechamento no interior do grupo, com pouca ou nenhuma margem de negociação. A relação identitária que se apresenta é do tipo “ou você é ‘x’ ou você é ‘y’”. É preciso se enquadrar e “consumir” uma das identidades disponíveis, refutando a outra, diametralmente oposta, muitas vezes pela via de uma modalidade hiperbólica ou mesmo violenta do dizer, dado seu caráter de vigilância mais difuso, que ocasiona certo efeito de liberdade que traz a possibilidade de um dizer que, em contextos presenciais, permaneceriam interditados. Como aponta Coracini, uma vez que, no ciberespaço, o sujeito não se encontra diante do interlocutor, em termos físicos, lhe é possibilitado “dizer o que quiser, sem censura nem preocupação com o que o outro possa pensar” (CORACINI, 2006 p. 139).

A análise de viés semântico-discursivo dos enunciados à qual nos propomos nessa Tese, que toma a linguagem como intrinsecamente equívoca, contraditória e incompleta, assim como o sujeito que nela se constitui, nos auxilia na tarefa de confrontar essa ilusão de um sujeito aparentemente centrado, transparente e idêntico a si mesmo que, por meio de seu pertencimento a um (e somente um) desses traços identitários ou *habitus*, nos termos de Bourdieu (1979 [2007]), investe em uma imagem inequívoca e coerente de si.

Conforme já argumentamos na introdução da presente Tese, o sujeito que se utiliza das redes sociais, enquanto sujeito da linguagem, é afetado pela diversidade de formações discursivas e ideologias que circulam. Esse processo de inscrição

---

<sup>66</sup> Entrevista concedida à TV Brasil, disponível em <[https://www.youtube.com/watch?time\\_continue=3&v=kM5p8DqgG80](https://www.youtube.com/watch?time_continue=3&v=kM5p8DqgG80)>. Acessado em 14 de nov. de 2018.

na/pelo linguagem se dá em um sujeito descentrado, heterogeneamente constituído, cujo dizer transita por uma e outra(s) formação(ões) discursiva(s) em seu processo de construção. Os sentidos não são sempre garantidos e, em seu fluxo, podem deixar escapar pistas acerca das diversas formações discursivas mobilizadas, de modo que ao invés de ocupar um único lugar para estruturar seu dizer, esse sujeito pode (e, frequentemente, o faz) ocupar diversos lugares. Em outros termos, ao falar e se responsabilizar pelo seu dizer, há, nesse dito um outro (ou outros) que também falam, configurando um sujeito entre-lugares. Por exemplo, para se filiar à defesa de uma representação de Estado enquanto garantidor de direitos e ator social com potencial para equilibrar as assimetrias entre o interesse dos cidadãos e aqueles do mercado o sujeito pode percorrer um repertório amplo, no qual se incluem formações discursivas do próprio mercado e da razão neoliberal. Ao longo das análises propostas no Capítulo 3, retornaremos a essa questão para exemplificá-la a partir dos enunciados do *corpus*.

No processo de constituição da subjetividade, para se perceber como único, centrado e responsável pelo seu dizer e pelo seu fazer, o sujeito parece se utilizar das possibilidades discursivas das redes sociais digitais para construir uma imagem (só aparentemente) coerente de si. Por mais que o meio propicie a construção supostamente calculada, racional e coerente de um perfil nas redes do ciberespaço, sua heterogeneidade que lhe é constitutiva (ALTHIER-REVUZ, 2004), suas incongruências, suas lacunas e contradições podem, em algum momento do dizer, escapar ao sujeito, como é próprio de toda a linguagem.

Apesar de sua natureza cindida, o sujeito se constitui na busca da completude, da coerência e univocidade de seu dizer para construir seu perfil na rede e atrair seguidores, fazer conexões, almejando destaque que lhe confere a validade do dizer. Vivemos, segundo Bauman (2016), tempos que valorizam a superexposição, nos quais as pessoas procuram se tornar, de um modo ou de outro, reconhecidas, perceptíveis e as redes sociais se configuram como um meio favorável à exposição pública da identidade. A respeito da validação dos sentidos na contemporaneidade e a necessidade de sua exposição pública para tal, Coracini (2006) nos alerta para o fato de que a nossa sociedade contemporânea tem dado à internet um aspecto totalizante como se a rede mundial de computadores fosse um imenso repositório de “tudo”. Ora, se “tudo” está na internet, então o que está fora dela não possui existência? No mesmo sentido, Bauman & Donskis (2013, p. 45) chamam a atenção para o fato de que



Em nossa era narcisista, obcecada com consumo, intensidade, busca de atenção, autoexposição e sensacionalismo, é difícil que um indivíduo intelectual consiga deixar de cair no esquecimento sem se tornar vítima ou celebridade.

Em suma, o lema parece ser do tipo “devo ser reconhecido e, para tal, disponho da possibilidade de estar online”, somada a “se posso estar *online*, devo fazê-lo”. Como afirma Carmagnani (2006, p. 159), “a ideia de rede penetra cada vez mais profundamente na própria concepção de sociedade. Para a autora,

A concepção abstrata da rede e sua utilização como explicação da realidade sem grandes contestações sobre o funcionamento efetivo dessas redes é já em si um excelente indício de que há algo mais do que mera tecnologia material nas redes abertas de interconexão.

Se não quisermos utilizá-las [novas tecnologias], deixamos de participar de parte de nossa cultura e, como sujeitos, de nos posicionarmos fora dessa ordem. Poucos resistem a essa pressão. A maioria, ao contrário, busca familiarizar-se, num desejo incessante de suprir essa “falta” que, acreditam, pode ser preenchida pela tecnologia. (Ibid., p. 168)

Mais de uma década se passou desde que Kleiman & Vieira (2006), Carmagnani (2006) e Coracini (2006) elaboraram sua crítica sobre a possível afetação das redes para a constituição das subjetividades. Uma nova geração cresceu, familiarizada aos *notebooks*, *tablets* e *smartphones*: a chamada “geração Y”, cujo letramento (LANKSHEAR & KNOBEL, 2008), se dá tomando essa tecnologia e a cena enunciativa que ela acarreta como um dado “já lá”. Trata-se de uma geração que Bauman & Donskis (2013, p. 137) descreve como “uma geração questionadora, em outras palavras, uma formação que não aceita nada sem questionamento”. No entanto, em seu diálogo, os autores seguem problematizando que

as perguntas que essa geração tem por hábito apresentar são amplamente dirigidas aos autores anônimos da Wikipédia ou aos amigos do Facebook e viciados no Twitter – mas não a seus pais, chefes ou “autoridades públicas”, dos quais não parecem esperar respostas relevantes, muito menos legítimas, confiáveis e, portanto, dignas de atenção. A profusão de perguntas, creio eu, como ocorre com tantos outros aspectos da sociedade consumista, é uma demanda guiada pela oferta; com um iPhone tão bom que parece implantado no corpo, há montes de respostas rodando 24 horas por dia, sete dias por semana, à procura febril de perguntas, assim como multidões de mascates em busca de uma demanda para seus serviços. (BAUMAN & DONSKIS, 2013 p. 137)

O quadro apresentado por Kleiman & Vieira (2006), Carmagnani (2006) e

Coracini (2006), no qual as autoras argumentam no sentido de que a internet é representada por seus usuários sob uma perspectiva totalizante enquanto concentradora de “tudo”, não parece ter retrocedido, como nos sugerem as considerações de Bauman & Donskis (2013, p. 45).

Se você for a público, só pode se fazer audível e visível por meio de novidades da TI e da comunicação pública ou pelos talk-shows da TV. O resto é coisa do passado. Em geral, a tecnologia ultrapassou a política. Ou você se envolve ativamente no mundo da TI ou não existe mais. Você pode, logo deve. Você pode estar on-line, logo, deve estar on-line. Se estiver off-line, deixa de participar da realidade. Ponto-final.

O reconhecimento perseguido nas redes sociais, contudo, pode ser (e frequentemente o é!) de caráter efêmero. Os laços nas comunidades virtuais (*networks*) são do tipo fracos (GRANOVETTER, 1973, *apud* SHEHABAT, 2015)<sup>67</sup>, e pontuais. Assim como a razão neoliberal predominante na contemporaneidade postula que os capitais devem se mover livremente por todo o globo, a mobilidade é também o que fundamenta o sujeito de uma modernidade na qual “fixar-se ao solo não é tão importante se o solo pode ser alcançado e abandonado à vontade, imediatamente ou em pouquíssimo tempo” (BAUMAN, 2001, p. 21). Assim, as identidades são móveis, estão em constante mudança, evolução e intercâmbio. Elas se interconectam e desconectam para cumprir fins práticos e pontuais pelo tempo necessário a não gerar compromissos posteriores. Algo como, estamos juntos “enquanto durar o espetáculo”, como elucida Bauman (2001; 2004) em sua análise das relações sociais na contemporaneidade. Nessa perspectiva, o potencial das redes sociais cibernéticas para colocar no mesmo (não)lugar (AUGÉ, 1992 [2005]), os indignados globais (CASTELLS, 2017) não parece definitivamente eficaz para mantê-los unidos pelo tempo suficiente de elaboração de um programa alternativo ao que lhes indigna. Parafraseando o título da obra de Castells (2017), as “redes de indignação” se interconectam, mas seu caráter efêmero dificulta, segundo a percepção de Bauman, a constituição de efetivas “redes de esperança”. Nos termos do autor,

[...] as novíssimas rotinas (que provavelmente não durarão o suficiente para se tornarem hábitos) não poderão ser mais que muletas, artifícios do engenho humano que só parecem a coisa em si se nos abstermos de examiná-las muito de perto (BAUMAN, 2001 p. 29)

[o] sonho comunitário de "reacomodar os desacomodados", nada

---

<sup>67</sup> Granovetter, Mark. (2011). The Strength of Weak Ties. *American Journal of Sociology*, 78(6), 1360-1380.

pode mudar o fato de que o que está disponível para a acomodação são somente camas de motel, sacos de dormir e divãs de analistas, e que de agora em diante as comunidades - mais postuladas que "imaginadas" - podem ser apenas artefatos efêmeros da peça da individualidade em curso, e não mais as forças determinantes e definidoras das identidades (BAUMAN, 2001 p. 30)

A política, de modo geral, e mais especificamente os ditos novos movimentos sociais, enquanto instâncias da vida social que exigem do sujeito habilidades para construir seus sentidos e, com eles, estabelecer laços (cada vez menos duradouros e mais pontuais) se mostram, na percepção de Bauman, afetados por esse aspecto de desengajamento fundamentado em laços fracos, ou, para usar uma expressão do autor, em relações do tipo líquidas.

[as redes sociais] podem ser úteis na moldagem de novos movimentos sociais, o que se torna óbvio na era do Facebook. Os movimentos sociais, por sua vez, podem remodelar nossa vida política deixando pouco daquilo que até agora concebíamos como política convencional. (BAUMAN & DONSKIS, 2013 p.46)

Assim, o *Facebook* – e também redes sociais comerciais análogas como o *Twitter* – são vistas por esses autores como “a encarnação da amizade líquida, a fragilização dos vínculos humanos, e [...] uma nova política de inclusão e exclusão” (Ibid. p. 111), confrontando o mito da (quase) inexistência de hierarquias a partir de uma plataforma fundamentada em supostos princípios de horizontalidade e democracia (quase que absoluta).

Morozov (2013) é um dos principais questionadores do que considera ser o mito de um manto de horizontalidade e democracia que reveste algumas considerações mais otimistas a respeito da internet e suas formas de sociabilidade em rede. Segundo esse autor, “alguns regimes autoritários descobriram sua própria maneira de lucrar com as tecnologias digitais” (p. 10). Em sua empreitada por confrontar uma visão otimista acerca da internet enquanto um território, ao mesmo tempo de todos e de ninguém, o autor expõe sua crítica ao que denomina de um esforço do “Vale do Silício” para inserir a população no que ele denomina uma “camisa de força” das tecnologias digitais.

A busca do Vale do Silício para nos adequar a todos em uma camisa de força digital promovendo eficiência, transparência, certeza e perfeição - e, por extensão, eliminando seus gêmeos malignos de atrito, opacidade, ambiguidade e imperfeição - se mostrará proibitivamente cara a longo prazo.[...] esse alto custo permanece escondido da visão pública e permanecerá assim enquanto nós, em

nossa busca irracional deste Éden de silício, não questionarmos radicalmente nossa paixão por um conjunto de tecnologias que muitas vezes são agrupadas sob o rótulo enganoso de "Internet". (MOROZOV, 2013 p. 10)<sup>68</sup>

Crítico de uma visão que celebra e advoga a internet como mero fim para se atingir um meio que, no caso do ativismo político em rede, se constituiria num processo de engenharia reversa dos governos, Morozov argumenta sobre a dificuldade – quase uma condição de impossibilidade – de se produzir algum tipo de mudança ou deslocamento social efetivo pela via de grupos conectados no ciberespaço (*networks*).

O mais provável é que a centralidade da Internet seja responsável por grande parte desse fascínio por estruturas em rede, descentralizadas e sem líder - e sua suposta superioridade sobre hierarquias centralizadas e seus líderes (dos quais o partido político é apenas um tipo). Grande parte desse fetiche da rede pode ser explicado pela excitação indevida sobre a facilidade e a velocidade com que essas redes podem ser formadas. O fato de que essas redes podem ser inferiores às hierarquias quando se trata de fazer as coisas não incomoda nossos especialistas centrados na Internet; para eles, a tarefa é celebrar “a Internet” em todos os lugares que eles a veem, não se engajar na análise de que tipos de estruturas organizacionais seriam mais apropriadas para uma dada agenda de reformas. (MOROZOV, 2013 p. 125-126)<sup>69</sup>

Sobre os aspectos pontuais dos vínculos feitos por meio das redes sociais do ciberespaço e seu caráter intrinsecamente heterogêneo, Žižek (2013), ao analisar o processo de mobilização das Jornadas de Junho e as redes de solidariedade que se constituíram naquele contexto, nos alerta que essa aproximação e aliança pontual de diversos segmentos da sociedade se dá, mas o distanciamento parece, em alguma medida e em algum momento posterior inevitável nesse tipo de mobilização.

[...] quando uma revolta começa contra um regime semidemocrático

---

<sup>68</sup> “And yet I feel that such questioning is necessary. Hence the premise of this book: Silicon Valley’s quest to fit us all into a digital straightjacket by promoting efficiency, transparency, certitude, and perfection — and, by extension, eliminating their evil twins of friction, opacity, ambiguity, and imperfection — will prove to be prohibitively expensive in the long run.[...] this high cost remains hidden from public view and will remain so as long as we, in our mindless pursuit of this silicon Eden, fail to radically question our infatuation with a set of technologies that are often lumped together under the deceptive label of “the Internet.” (Trad. Nossa)

<sup>69</sup> “Most likely, Internet-centrism accounts for much of this fascination with networked, decentralized, and leaderless structures—and their supposed superiority over centralized hierarchies and their leaders (of which the political party is just one type). Much of this network fetish can be explained by undue excitement over the ease and speed with which such networks can be formed. That networks might be inferior to hierarchies when it comes to getting things done doesn’t bother our Internet-centric pundits; for them, the task is to celebrate “the Internet” everywhere they see it, not to more appropriate for a given reform agenda.” (Trad. Nossa)

opressivo, como foi o caso do Oriente Médio em 2011, é fácil mobilizar grandes multidões com palavras de ordem que facilmente agradam ("pela democracia", "contra a corrupção" etc.). Mas então surgem gradualmente escolhas mais difíceis: quando a nossa revolta é vitoriosa em seu objetivo direto, percebemos que o que realmente nos incomodou (nossa falta de liberdade, a corrupção social, a falta de perspectiva de uma vida decente) toma uma nova forma e precisamos então admitir que há uma falha em nosso objetivo em si (por exemplo, de que a democracia "normal" também pode ser uma forma de falta de liberdade), ou que devemos exigir mais do que apenas a democracia política - pois a vida social e econômica também devem ser democratizadas. (ŽIŽEK, 2013 p. 106)

É importante percebermos que, para além das visões meramente instrumentais que tomam os sites de redes sociais (*Social Networking Sites*, doravante SNS), enquanto zonas livres de valores e hierarquias (MOROZOV, 2013; KIMMONS, 2014) e, conseqüentemente, livres de poder, nas quais as pessoas que participam gozam de liberdade plena para enunciar, essas redes possuem sua gramática própria, suas zonas de interdição típicas de cada nó dessa teia, como tratamos de demonstrar pela análise da enquete FBVPR2-50, no primeiro capítulo desta Tese. Os algoritmos da rede, seu *design*, criam zonas de possibilidades e impossibilidades do dizer, estruturando a própria maneira como as pessoas nelas se subjetivam por meio da linguagem.

A perspectiva corroborada por Bauman (2001), que toma as redes sociais enquanto espaço de autoexposição e conexões do tipo pontual entre individualidades agregadas por semelhanças identitárias na busca pela identificação e pertencimento, em um mundo no qual os laços comunitários estão cada vez mais fragilizados, encontra complementaridade (e, não necessariamente, sua invalidação!) em teorias como a dos letramentos digitais (TURKLE, 1996; MARTIN, 2008; LANKSHEAR & KNOBEL, 2008), que as tomam não como meramente substitutas das comunidades físicas (étnicas, religiosas, políticas) da modernidade implicada pelo capitalismo industrial e das democracias liberais do Sec. XX, mas como uma forma emergente de sociabilidade de nossos tempos de convergência tecnológica totalizante.

Essa convergência e popularização de dispositivos portáteis e canais de comunicação cibernética seria, segundo essa perspectiva, ao mesmo tempo, facilitadora e facilitada pela globalização. Não se trata, portanto, de uma questão de substituição de uma forma de interação social pela outra, mas de uma forma de organização que se dá em consonância com as condições de produção de uma

geração para a qual os computadores, *smartphones* e demais dispositivos de acesso já não constituem novidades, mas uma realidade com a qual se convive desde sempre.

Dados do Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística (IBOPE), coletados durante as manifestações, mostram que as multidões que ocuparam as ruas durante as Jornadas de Junho, por exemplo, foram essencialmente compostas por jovens entre 14 e 29 anos de idade<sup>70</sup>, que cresceram envoltos nesse contexto totalizante da *web*, facilitado pela ampliação dos serviços sem fio e 4G e pela massificação do uso dos dispositivos eletrônicos que possibilitam o acesso à *web* (Cf. IBGE, 2013), com destaque para os *smarphones*.

Ao tratar da questão dos Letramentos Digitais e do que chama de Sociedade Digital, Allan Martin (2008 p. 154) afirma que

Embora não a tenha criado, a tecnologia digital é, não obstante, cúmplice da possibilidade de uma sociedade global e tornou-se essencial para a realização da maioria das atividades oficiais e comerciais, assim como de muitas atividades pessoais. O digital, que inicialmente era uma ferramenta para alcançar de modo mais rápido e eficiente atividades que já realizamos, possibilitou atividades antes consideradas inimagináveis, incluindo a própria globalização. As causas dessa direção da mudança social são muitas e, como acontece com todas as mudanças sociais, a tecnologia é simultaneamente sua ferramenta, seu meio e seu reflexo.<sup>71</sup>

É com base nessa perspectiva de uma nova geração “em rede” que Castells (2017) advoga sua tese de que as tecnologias da comunicação não são meras ferramentas disponíveis para uso, mas estão na própria raiz dos ditos novos movimentos sociais. Para Castells, as redes de comunicação digital “são um componente indispensável na prática e na organização desses movimentos tal como existem” (CASTELLS, 2017 p.213).

A compreensão de Lankshear & Knobel (2008) sobre as tecnologias digitais sugere que elas se constituem como “novas formas socialmente reconhecidas de

---

<sup>70</sup> <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>

<sup>71</sup> “Although it has not created it, digital technology is nonetheless complicit in the enablement of a global society, and has become essential to the accomplishment of most official and commercial activities, and many personal ones too. The digital, which was initially a tool to achieve faster and more efficiently activities we already performed, has enabled activities previously considered unimaginable, including globalization itself.

The causes of this direction of social change are many and, as with all social changes, technology is simultaneously its tool, its medium and its reflection.” (Trad. Nossa)

perseguir tarefas familiares e novas”. Um espaço para a construção e negociação de sentidos e, portanto, lugar de subjetivação cada vez mais socialmente reconhecido e que se apresenta em constante refinamento por parte de seus próprios usuários, em sua maioria, jovens com um bom nível de conhecimento técnico. Os autores ressaltam o bom nível de consciência criativa desses jovens, fazendo frente à percepção de uma vertente da qual Bauman e Žižek, como expusemos, talvez sejam os principais críticos.

Kimmons (2014) argumenta no mesmo sentido da capacidade criativa dessa sociedade, fundamentalmente jovem, em rede. Para ele, o fato de uma mensagem ser particularmente breve, enérgica, reducionista ou superficial, como poderia parecer, à primeira vista, um *tweet* – até bem pouco tempo, limitado a 140 caracteres – diz mais a respeito das limitações técnicas do meio e dos dispositivos acessados do que sobre seus usuários. Nesse caso específico, o limite de caracteres dita o tipo de mensagem. Elas devem ser curtas e sintéticas. De fato, é frequente nas redes sociais como o *Facebook* e o *Twitter* o uso do termo "textão" para referir de modo pejorativo a postagens consideradas enfadonhas e diletantes. Há uma concepção geral nas redes sociais de que as mensagens devem ser sintéticas, de preferência, com recursos visuais (memes) que facilitem sua compreensão rápida de modo a que se possa passar para a mensagem seguinte. Aparentemente o caso é de prevalência da quantidade de informações em detrimento de seu grau de complexidade e potencial reflexivo. Kimmons segue defendendo, no entanto, que considerar que esses espaços sejam, por definição, o lugar das informações rasas, superficiais e de curta duração é um erro interpretativo. Apoiado na perspectiva dos letramentos digitais, ele argumenta que

em resposta a esses problemas de má interpretação, devemos reconhecer que, para desenvolver o letramento ou participar com sucesso em um determinado SNS [*Social Networking Sites*], é preciso reconhecer e agir de acordo com certas normas de comportamento que o site reconhece como valiosas e estar ciente de como os outros podem interpretar comportamentos. (KIMMONS, 2014 p.96)

Parece-nos, considerando o excerto acima, corroborada a percepção de que há, portanto, assim como em outras situações da comunicação e interação humana, uma forma desejável de se comportar nas redes sociais, uma espécie de gramática da/para aceitação. Uma vez letrado nessa gramática o sujeito disporia da possibilidade de fazer com que os sentidos que produz pudessem circular com maior

eficácia, de acordo com os padrões valorizados por uma sociedade na qual “a forma fundamental de comunicação horizontal em grande escala baseia-se na internet e nas redes sem fio” (CASTELLS, 2017, p. 213). Quanto aos movimentos sociais resultantes desse contexto, embora eles “tenham em geral sua base no espaço urbano, mediante ocupações e manifestações de rua, sua existência contínua tem lugar no espaço livre da internet” (Ibid. p. 206).

Ao invés da noção de substituição de antigas formas de sociabilidade ou da metáfora da muleta, utilizada por Bauman (2004), Lankshear & Knobel tomam o caso da massificação das tecnologias digitais e dos SNS enquanto uma questão de “‘superação’ da era da mecânica pela eletrônica digital” (LANKSHEAR & KNOBEL, 2008 p. 225). Segundo os autores, o novo aparato tecnológico disponível, para além de nos facilitar a execução de tarefas que já desenvolvíamos anteriormente, pode também ser integrado nos letramentos e outros tipos de práticas sociais significativamente novas. Esses autores fundamentam-se em Castells (2000) para postular o surgimento de um novo *ethos* na contemporaneidade, que, em termos econômicos corresponde à transição do industrialismo para o pós-industrialismo acarretando a emergência de uma “economia da informação”. Essa informação, por sua vez, circula do que Castells (2017) denomina como espaço dos fluxos, que se constitui nas redes do ciberespaço. Nos termos do próprio Castells “a revolução da internet não nega o caráter territorial das revoluções ao longo da história. Em vez disso, ela o estende do espaço dos lugares para o espaço dos fluxos” (CASTELLS, 2017 p. 70). Os movimentos sociais que surgem e se organizam no contexto de nossa era, na qual as tecnologias em rede têm adquirido aspecto de ubiquidade, ao se organizarem nas redes sociais para planejar intervenções de ocupação dos espaços urbanos, (caso de movimentos como *Occupy Wall Street*, dos grupos que tomaram a frente dos protestos que culminaram na chamada Primavera Árabe, assim como do MPL e grupos que a ele posteriormente se somaram durante as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil) produzem, segundo Castells (2017. p. 207), um

híbrido de cibernética e espaço urbano [que] constitui um terceiro espaço, a que dou o nome de espaço da autonomia, porque só se pode garantir autonomia pela capacidade de se organizar no espaço livre das redes de comunicação; mas ao mesmo tempo ela pode ser exercida como força transformadora, desafiando a ordem institucional disciplinar, ao reclamar o espaço da cidade para os cidadãos. [...] Os movimentos são simultaneamente locais e globais. Começam em contextos específicos, por motivos próprios, constituem suas próprias redes e constroem seu espaço público ao ocupar o espaço urbano e



se conectar às redes da internet. Mas também são globais, pois estão conectados com o mundo inteiro, aprendem com outras experiências e, de fato, muitas vezes são estimulados por essas experiências a se envolver em sua própria mobilização [...] Expressam uma profunda consciência da interligação de questões e problemas da humanidade em geral e exibem claramente uma cultura cosmopolita, embora ancorados em sua identidade específica. Prefiguram, em certa medida, a superação da atual divisão entre a identidade comum local e a da constituição de redes individuais globais.

Assim, onde alguns críticos do ativismo exercido no contexto do ciberespaço vêem pouca ou nenhuma esperança por conta de seu aspecto fragmentado, centrado no eu e, em alguma medida narcísico, Castells vê a interconectividade entre esses movimentos como fator que pode ajudá-los na troca de experiências e aprendizados do tipo *wiki*, sob o lema “façamos juntos”, ou ainda “se eles fizeram algo, também podemos”.

As características colaborativas da *Web 2.0* podem nos ajudar na tarefa de ilustrar essa perspectiva. Se na primeira geração da *Web* havia um grupo de produtores e desenvolvedores que fornecia a informação para o consumo de um número muito maior de internautas, as novas modalidades que ampliaram possibilidades de interação no ciberespaço, como os SNS, permitem agora que o sujeito diante da tela seja, simultaneamente, consumidor e co-produtor da informação que circula no chamado “espaço dos fluxos”. Lankshear & Knobel (2007) tratam desse câmbio na forma como os sentidos são construídos e negociados em rede, por meio de analogia de uma passagem de uma sociedade industrial para um modelo pós-industrial.

Ao contrário da natureza do artefato "industrial" dos produtos da *Web 1.0*, a *Web 2.0* é definida por uma visão de mundo "pós-industrial" focada muito mais em "serviços" e "capacitação" do que na produção e venda de artefatos materiais para consumo privado. A produção é baseada em 'alavancagem', 'participação coletiva', 'colaboração' e expertise e inteligência distribuídas, muito mais do que na fabricação de produtos acabados por indivíduos designados e equipes de trabalho que operam em zonas oficiais de produção e/ou fundamentada na perícia concentrada e inteligência dentro de um ambiente físico compartilhado. (LANKSHEAR & KNOBEL, 2007, p. 227)<sup>72</sup>

---

<sup>72</sup> “The picture is very different with *Web 2.0*. Part of the difference concerns the kind of products characteristic of *Web 2.0*. Unlike the ‘industrial’ artefactual nature of *Web 1.0* products, *Web 2.0* is defined by a ‘post-industrial’ world-view focused much more on ‘services’ and ‘enabling’ than on production and sale of material artefacts for private consumption. Production is based on ‘leverage’, ‘collective participation’, ‘collaboration’ and distributed expertise and intelligence, much more than on manufacture of finished commodities by designated individuals and work teams operating in official

Esse modelo pós-industrial, distribuído, descentralizado, pode ser observado em diversas manifestações do tipo *Wiki* (Wikipedia, Wikileaks) ou na elaboração de *software* livre de código aberto como as mais diversas distribuições Linux (*Debian, Ubuntu, Red Hat, Fedora*), nas plataformas de jogos que já são projetados para ser customizáveis, etc. Os limites entre desenvolvedores e usuários finais não são mais claramente identificáveis. Como observam Lankshear & Knobel (2007, p. 227), esse aparente novo *ethos* pós-industrial “abraça o poder da *web* para aproveitar a inteligência coletiva”. Sobre esse processo de construção de sentidos em rede, Lankshear & Knobel (2007, p. 227) ponderam que

Trata-se de uma escrita colaborativa com o suporte do "aparato técnico" de uma plataforma "wiki" ou algum outro tipo de software de escrita colaborativa como o Writely.com (ou similar). [Essa escrita] Baseia-se na perícia distribuída e descentra a autoria. Em termos de *ethos*, ela celebra a inclusão (todos estão dentro), participação em massa, expertise distribuída, papéis válidos e recompensáveis para todos que participam.

Com relação aos movimentos sociais contemporâneos que se inscrevem no contexto da *Web*, Castells (2017) os compreende como manifestações das condições de produção disponíveis de nossa época. Ou seja, eles são, ao mesmo tempo, resultantes e facilitadores da sociedade em rede. A conexão em rede, como modo de existência desses movimentos, seria, sob essa perspectiva, uma forma de se proteger “tanto dos adversários quanto dos próprios perigos internos representados pela burocratização e manipulação” (CASTELLS, 2017, p. 206).

Esses movimentos assumem características que os identificam com aquelas das próprias redes das quais lançam mão para inscrever-se politicamente. Dentre algumas dessas características, Castells (2017 pp. 208-209) aponta o caráter viral desses movimentos

Os movimentos são virais, seguindo a lógica das redes da internet. Isso se dá não apenas pelo caráter viral da difusão das mensagens em si, particularmente das imagens de mobilização, mas em função do efeito demonstração de movimentos que brotam por toda parte. (...) ver e ouvir protestos em algum outro lugar, mesmo que em contextos distantes e culturas diferentes, inspira a mobilização, porque desencadeia a esperança da possibilidade de mudança.

---

production zones and/or drawing on concentrated expertise and intelligence within a shared physical setting.” (Trad. Nossa).

Conforme expusemos no Capítulo 1, uma das principais características do MPL, movimento social que deu início aos protestos de rua das Jornadas de Junho, reside em sua forma de organização descentralizada, sem lideranças claramente identificáveis e em sua dinâmica para tomada de decisões que se reivindica “de baixo para cima.

Castells (2017, p. 209) observa que a característica de não possuir líderes se deve muito mais ao fato de haver uma “profunda e espontânea desconfiança da maioria dos participantes do movimento em relação a qualquer forma de delegação de poder” (CASTELLS, 2017 p. 209) do que propriamente na suposta inexistência de pessoas habilitadas a exercer esse posto. De fato, os *slogans* “x não me representa” e “sem partido” figuraram como motes centrais das Jornadas de Junho, manifestando descrédito e mesmo recusa por amplas formas de representação típica das democracias liberais. A democracia institucional representativa, vista como esgotada e marcada pela corrupção, que, como já argumentamos, é quase sempre atribuída ao Estado (SOUZA, 2015; 2018), já não parece servir aos manifestantes que buscam, nos modelos aparentemente horizontais e colaborativos possibilitados pelas redes, formas de democracia participativa. A noção sólida de comunidade, vinculada a etnias, territórios, circunscrita no espaço geográfico do Estado-nação e típica da era industrial (BAUMAN, 2004) cede terreno a uma forma de identificação que Castells denomina “companheirismo”, fortemente ancorada no senso de colaboração coletiva (*wiki*). O autor assim descreve esse conceito:

As redes horizontais, multimodais, tanto na internet quanto no espaço urbano, criam o companheirismo. Essa é uma questão fundamental para o movimento, porque é pelo companheirismo que as pessoas superam o medo e descobrem a esperança. Companheirismo não é comunidade porque esta implica uma série de valores comuns, e isso é uma obra em progresso no movimento, já que a maioria das pessoas nele ingressa com seus próprios objetivos e motivações, vindo a descobrir denominadores comuns na prática do próprio movimento. Assim, a comunidade é uma meta a ser atingida, mas a união é o ponto de partida e a fonte de acesso ao poder; "Juntos conseguimos" (CASTELLS, 2017 p. 209)

A necessidade da descoberta de denominadores comuns para que se possa estabelecer os pontos de identificação entre os sujeitos que interagem e organizam seus movimentos em rede sugere que a questão identitária já não passa necessariamente (ao menos no espaço dos fluxos das redes digitais) pela questão territorial. O movimento de desterritorialização do qual a *web* é, simultaneamente, uma

dentre outras causas e, também sua resultante, contribuiu para o processo de erosão da comunidade sólida, territorial. Em seu lugar, a relativização espaço-temporal, os processos de identificação a partir do companheirismo e da colaboração em rede exigem do sujeito um movimento (só aparentemente) consciente de construção da própria identidade individual (MARTIN, 2008).

Não se trata, segundo a perspectiva dos letramentos digitais (LANKSHEAR & KNOBEL, 2008), de afirmar que o ciberespaço, os SNS e demais formas de interação *online* sejam construtivos ou destrutivos em relação à identidade. Essas são as possibilidades de subjetivação que estão postas diante de nós na contemporaneidade. Divergindo, nesse aspecto, da perspectiva teórica de Bauman (2004; 2016) e Žižek (2013) entre outros teóricos que avaliam que a superexposição causada pela interconectividade tem contribuído para o enfraquecimento de determinados laços humanos, celebrando o indivíduo e o sujeito do consumo, Lankshear & Knobel (2008 p. 135) defendem que “o indivíduo também é ameaçado por fatores externos que exercem pressão a respeito de padrões identitários sobre si. Imagens de “normalidade” na mídia são apresentadas por meios digitais e não digitais”.

Ao fim da presente seção, esperamos ter apresentado as principais características, aproximações e distanciamentos teóricos entre duas correntes de pensamento sobre o ciberespaço, seus aspectos identitários e formas de subjetivação.

Se, por um lado, autores como Bauman, Žižek, Carmagnani e Coracini mostram-se céticos em relação às possibilidades de mudança social no ciberespaço, cena enunciativa classificada por Bauman (2016) como uma “muleta” identitária sobre a qual se apoia o sujeito de nossa contemporaneidade pós-industrial e que celebra o indivíduo de modo narcísico, constituindo-se, na perspectiva desses teóricos, como terreno propício para o desenvolvimento de uma subjetividade da ordem do sujeito do consumo ou do sujeito do gozo (CORACINI, 2006), por outro lado, as teorias da Sociedade em Rede, que têm em Castells um dos mais notórios pensadores, e a perspectiva dos Letramentos Digitais, aqui mobilizada, com fundamento na obra de Lankshear & Knobel (2008), compreendem as formas de sociabilidade no ciberespaço não necessariamente como lugar exclusivo de celebração individual ou do estabelecimento de laços do tipo “fracos”. Os SNS e demais manifestações da interconectividade que constitui a chamada geração “Y” é, segundo essa perspectiva, um dado para a maioria dos indivíduos (geralmente, jovens) mobilizados em alguma

forma de movimento social na/da contemporaneidade. Visto desse ângulo, o ciberespaço é, simultaneamente, um meio para se atingir um fim ou pode se tornar o fim em si mesmo, a depender das escolhas feitas pelos indivíduos que dele se utilizam para se inscrever como sujeitos políticos e sociais.

Ambas as vertentes teóricas convergem, contudo, no sentido de reconhecer que a internet e a livre circulação de informações que ela possibilita são, ao mesmo tempo, resultantes e facilitadoras do processo político-econômico da globalização, que se fundamenta no livre fluxo de capitais, no enfraquecimento do poder dos Estados-nação sobre economias locais e em processos de constante privatização e desregulamentação de serviços públicos. A essa série de premissas de natureza sócio-econômica, as quais têm se constituído como pedras de toque do processo de globalização, teóricos como Dardot & Laval (2013) e Brown (2015) denominam razão neoliberal. A próxima seção (2.2) do presente capítulo tratará de expor as principais características da razão neoliberal e como ela pode se relacionar à questão da identidade.

## **2.2 O Neoliberalismo como Cenário Político-Econômico do Webativismo**

Na presente seção deste capítulo faremos uma revisitação teórica a respeito da razão neoliberal. Apoiados, fundamentalmente, nas leituras de Brown (2015) e Dardot & Laval (2013), resenhamos um quadro teórico acerca dessa racionalidade, que inicia seu processo de hegemonia global por volta das décadas de 1970-80 e que é parte do contexto que possibilita e é possibilitado pelo ciberespaço com possíveis implicações para constituição das subjetividades. Cremos poder, com suporte nessas considerações, estabelecer relações entre as formas de subjetivação nas redes sociais, mais especificamente o webativismo, e as condições sócio-históricas nas quais esses sujeitos estão inseridos.

Brown (2015) defende a ideia de que a razão neoliberal tem contribuído para um processo de ressignificação das noções de Estado e do próprio sujeito, minando “por dentro” ou mesmo desfazendo elementos tidos como básicos da democracia, circunscrevendo todos os aspectos da existência em termos econômicos, num processo que ela denomina “economicização” da vida política. Desse processo deriva um sujeito cujo principal objetivo é a sobrevivência em um cenário de intensa

competição e constante perseguição do incremento de valor econômico que remete à centralidade do capital.

Dardot & Laval (2013, p. 284) observam que tanto a sociologia quanto a psicanálise têm registrado mutações nos discursos sobre o homem na atualidade, afirmando que

se há um novo sujeito, ele deve ser entendido nas práticas discursivas e institucionais que geraram a figura do homem empreendedor ou "sujeito empreendedor" no final do século XX, incentivando a instituição de uma malha de sanções, incentivos e compromissos cujo efeito foi gerar novos tipos de funcionamento psíquico<sup>73</sup>.

Analogamente, o Estado é também representado pela lógica empreendedora. As ditas “boas práticas” de gestão e eficiência oriundas da lógica empresarial são transpostas para a esfera pública, passando a pautar as decisões políticas estatais, de modo a atrair investidores. A ideia do político “gestor” parece ganhar cada vez mais adeptos entre os cidadãos. O recente sucesso eleitoral de homens de negócios que têm se lançado no campo da política propondo “gerir” o aparato estatal nos moldes empresariais parece atestar o apelo popular dessa prática política. O êxito de João Dória Jr. na disputa pela prefeitura de São Paulo em 2016 e de Donald Trump na corrida presidencial estadunidense de 2017 corroboram essa perspectiva. Em comum, ambos possuem em seu currículo o histórico de empresários bem-sucedidos, além de uma marcante presença midiática por terem sido apresentadores do reality show “O Aprendiz” (*The Apprentice*, em sua versão original nos EUA), cada um em seu país. O próprio reality show apresentado por Trump e Dória nos dá o tom do cotidiano do sujeito neoliberal, que para Dardot & Laval (2013, p. 283) está “completamente imerso na competição global”.

Nas agendas governamentais o crescimento econômico e a inclusão dos sujeitos enquanto consumidores e produtores ativos no mercado ganha proeminência. As pesquisas de opinião sobre a popularidade de governantes sugerem que os índices de aprovação são diretamente proporcionais ao sucesso e sua política econômica, demonstrando que imperativos de uma boa “saúde econômica” parecem muito arraigados no imaginário das populações.

---

<sup>73</sup> “[...]if there is a new subject, it must be grasped in the discursive and institutional practices that engendered the figure of the manenterprise or ‘entrepreneurial subject’ in the late twentieth century, by encouraging the institution of a mesh of sanctions, incentives and commitments whose effect was to generate new kinds of psychic functioning.” (Trad. Nossa).

Com frequência os noticiários e os debates políticos e eleitorais tratam do sucesso de um governo alicerçados em índices a respeito do poder de compra da população, seu acesso ao consumo, ao crédito, ao emprego e das notas emitidas pelas agências internacionais de classificação de risco de investimento em cada país. Pouco antes da ocorrência das Jornadas de Junho, o governo brasileiro, parlamentares de sua base de apoio e parte significativa da imprensa tradicional exaltavam a possibilidade de camadas populares terem acesso ao transporte individual (por meio de linhas de crédito e incentivos fiscais para o combate aos efeitos da crise econômica mundial que se deu a partir de 2008) como um dos indicadores de bem-estar social e de saúde econômica do país. Para Brown (2015), a centralidade dos aspectos econômicos e da lógica do mercado como baliza maior das políticas governamentais tem contribuído para erodir ou conferir *status* periférico aos princípios de justiça, cultura política e práticas de cidadania consolidados nas democracias liberais. É nesse cenário que o Movimento Passe Livre (MPL) organiza os primeiros atos contra o aumento das tarifas de transporte coletivo, com vistas a questionar a lógica do transporte individual e a mercantilização do transporte público. É oportuno frisar o aspecto econômico que constituiu a motivação inicial desse protesto: o aumento de vinte centavos nas tarifas de transporte coletivo na cidade de São Paulo. A palavra de ordem “não é por vinte centavos” (fig. 48) foi frequentemente exibida em postagens nas redes sociais e em cartazes levados às ruas pelos manifestantes. Ainda que pelo processo de negação de uma suposta motivação (exclusivamente) econômica dos protestos, enunciada pela cobertura da mídia tradicional durante os primeiros protestos de rua, essa palavra de ordem acaba por deixar latente essa possibilidade interpretativa.



Fig. 48 TWCB-726

Ubíquo, porém nunca idêntico a si mesmo, sendo sua natureza “inconstante, diferenciada, não-sistêmica e impura” (BROWN, 2015 p.20), o neoliberalismo manifesta-se de modo particular para cada nação. Não se trata, portanto, de uma ideologia, mas de uma racionalidade governamental que pode ser apropriada por governos e instituições vinculados a um amplo espectro ideológico, com vistas à inserção na ordem econômica global. Tanto na economia planificada chinesa, quanto em Estados regidos pelos princípios de “bem-estar social” (*welfare state*) ou em sociedades tipicamente de mercado é possível encontrarmos práticas governamentais que estão relacionadas a essa racionalidade governamental, em maior ou menor medida, como sugere o excerto de Brown (2015 p. 20):

[o neoliberalismo] se entrecruza tanto na Suécia com a legitimidade continuada do assistencialismo, na África do Sul, com uma expectativa pós-*apartheid* de um Estado democratizante e redistributivo, na China, com o confucionismo, o pós-maoísmo, e o capitalismo nos Estados Unidos, com uma estranha e longeva mistura de antiestatismo e neo-gerencialismo.

A não adesão mínima às práticas dessa racionalidade dentro dessa nova ordem política e econômica parece implicar a condenação ao próprio desaparecimento ou insignificância tanto de Estados, no cenário econômico global, quanto do indivíduo, diante da desregulamentação das redes de proteção social estatais. O imperativo do “cresça (por si) e apareça” parece-nos bastante adequado para descrever esse processo, na medida em que o objetivo de inserção econômica implica a procura por reconhecimento e visibilidade.

Na condição de capital humano, as relações estabelecidas entre os indivíduos e consigo mesmos são da ordem do investimento-retorno, visando acumular valores que possam suprir as necessidades do mercado. A educação, por exemplo, é condicionada e direcionada à “empregabilidade”, deixando em segundo plano o estudo de temas de ordem reflexiva e de práticas de cidadania. No contexto brasileiro dos últimos 15 anos, por exemplo, nota-se a marcante expansão do ensino técnico e tecnológico – especialmente cursos de curta duração - tanto em nível médio quanto superior, com forte suporte governamental por meio de programas de parceria com setores da indústria, como o PRONATEC, e a expansão da rede de Institutos Federais de Tecnologia.



Sendo a competição um dos pilares que sustentam a razão neoliberal, é esperado que aqueles que ficam “para trás” nessa corrida pelo sucesso individual apresentem gestos de resistência, questionando a lógica do crescimento econômico como um fim em si mesmo. Acreditamos que é nesse sentido que devemos apreciar os movimentos de viés anticapitalista que têm surgido desde os anos 1990 e que se utilizam da Internet como ferramenta para sua organização. Dentre esses grupos, destacamos o pioneirismo do movimento Zapatista no México, que se utilizou de listas de e-mails e ataques a *sites* do governo para divulgar suas causas, bem como as manifestações antiglobalização de Seattle em 1999, culminando na criação do *Independent Media Center*. No contexto brasileiro, o Movimento Passe Live, que deu início ao que viria a ser conhecido como as Jornadas de Junho de 2013, não foi gestado na Internet, embora tenha feito uso intenso dessa ferramenta não apenas para a organização dos protestos, mas também para fazer o questionamento da lógica empresarial aplicada a um serviço público (transporte coletivo). Em sua crítica do neoliberalismo, Brown denuncia a natureza excludente de um processo de desregulamentação no qual os governos provêm pela saúde das suas economias, entregando a elas suas demais tarefas. O crescimento econômico, inicialmente postulado como uma razão instrumental, ou seja, um meio para se atingir um determinado fim, torna-se uma razão prática, ou seja, o fim em si mesmo.

o crescimento econômico tornou-se tanto o fim quanto a legitimação do governo, ironicamente, no momento histórico em que economistas honestos reconhecem que a acumulação de capital e o crescimento econômico seguiram caminhos separados, em parte porque as obtenções de renda facilitadas pela financeirização não são indutoras de crescimento<sup>74</sup> (BROWN, 2015 p. 26)

A crescente aproximação entre o capital corporativo e financeiro com o Estado tem sido alvo de críticas que postulam que esse processo de privatização e desregulamentação tem contribuído para transformar em mercadoria determinados serviços e produtos que deveriam ser universalmente assegurados ao conjunto da população sendo, portanto, impróprios à mercantilização. Parece ser este o caso da abordagem feita pelo MPL à questão do transporte público, visto por esse grupo de ativistas como um dos requisitos básicos para o direito à cidade e, portanto, à cidadania.

---

<sup>74</sup> Trad. Nossa.

Na lógica do Estado-empendedor a competitividade em relação aos outros Estados é central, sendo que todas as suas demais tarefas devem estar a serviço do crescimento econômico. Nesse sentido, a responsabilidade social deixa de ser um assunto exclusivamente estatal, podendo ser alvo de parcerias público-privadas ou mesmo de concessões e privatizações, visando atrair capitais e investidores.

Para Brown (2015), a intimidade dessa relação capital-Estado contribui para que sejam minadas “por dentro” instituições democráticas, tendo como efeito colateral a crise de representatividade do aparelho estatal. No contexto brasileiro de junho de 2013, podemos exemplificar essa relação do capital com a política, a partir da maneira como as campanhas eleitorais eram financiadas até então, sendo permitidas doações de empresas para campanhas, o que coloca sob dúvida a conduta dos políticos profissionais na condução dos assuntos públicos. Nessa esteira, nos parece oportuno mencionar as observações de Doimo (1995) acerca do que essa cientista política denomina como um aspecto expressivo-disruptivo dos movimentos sociais que recusam a participação nas instâncias de decisão estatal com vistas a resistir ao que classificavam ser estratégias de cooptação. Desde os anos 1990, segundo Doimo (Op. Cit.), entidades representativas de classe, categorias profissionais, estudantis e associações de bairro passam por gradativo processo de “erosão” em decorrência da resistência de suas ditas “bases sociais” à interação com o Estado pela participação em conselhos, tidos por muitos desses ativistas como uma armadilha do próprio aparato estatal para neutralizar e/ou cooptar movimentos e lideranças. A rejeição da política institucional e dos elementos constituintes da chamada democracia representativa (parlamento, partidos políticos, conselhos de representação popular e, até mesmo, sindicatos e agremiações estudantis) foi manifestada com grande frequência nas ruas e redes durante as Jornadas de Junho. Enunciados construídos sob a estrutura lexical “X não me representa”, desautorizavam tentativas de determinadas lideranças, entidades, partidos e demais instituições em dirigir, disputar a hegemonia desse processo de mobilização social, ou sequer com ele negociar. A palavra de ordem “sem partido” ecoou com frequência nas ruas e redes durante os protestos, tendo se convertido, inclusive, em ações hostis a militantes de partidos e entidades, conforme relatamos no Capítulo 1. Essas formulações sugerem um viés de negação da política por uma parte considerável dos manifestantes tanto nas ruas quanto nas redes, como exemplificaremos no decorrer da presente tese. Considerando que o agrupamento em torno de um movimento coletivo de

reivindicação é em si um gesto político, uma das características que marcam as Jornadas de Junho é exatamente sua forma de exercer a política negando-a, em nome de uma causa supostamente “de todos”, do “conjunto da população”, um bem comum sobre o qual não parece pesar quaisquer restrições em nenhum setor da sociedade.

Ainda sobre a relação Estado-sujeito-capital, do mesmo modo como o Estado-empREENDEDOR guia suas ações com vistas à competitividade e acúmulo de valor, esse processo se dá no sujeito que pensa e age como sujeito de mercado, ou *homo oeconomicus*, nos termos de Foucault (1978-1979 [2008]). Para Foucault, a razão neoliberal inverte a fórmula liberal e adota

a liberdade de mercado como princípio organizador e regulador do Estado, desde o início da sua existência até a última forma das suas intervenções. Em outras palavras, um Estado sob a vigilância do mercado em vez de um mercado sob a vigilância do Estado. (p.159)

Foucault desenvolve seu argumento afirmando que na razão neoliberal “é necessário governar para o mercado, em vez de governar por causa do mercado”, o que configura um quadro em que a “relação [entre Estado e mercado] definida pelo liberalismo do século XVII é inteiramente invertida” (p. 165).

Dardot & Laval (2013) apontam que a razão neoliberal contribui para um processo de subjetivação que se pauta pela

apologia da incerteza, reatividade, flexibilidade, criatividade e redes [que] constituem uma representação coerente, cheia de promessas, que incentiva a adesão dos assalariados ao modelo de "conexionista" do capitalismo. (p.291)

As novas demandas às quais o sujeito-empREENDEDOR do neoliberalismo está submetido acarretam, segundo Brown (2015), o enfraquecimento das redes de pertencimento. As questões coletivas parecem ceder lugar às de um indivíduo crente de que seu sucesso é uma tarefa única e exclusivamente individual, sendo compelido a atrair para si cada vez mais valor e estabelecer redes (*networking*) que lhe possibilitem ganhos. A desregulamentação de leis trabalhistas, por exemplo, retira de cena a figura do empregado, identificado por redes de solidariedade e entidades de representação junto aos seus pares na empresa, para ceder lugar à figura do “colaborador”. A noção de sujeito-empREENDEDOR leva esse indivíduo a identificar-se como uma “empresa dentro da empresa”, cabendo a ele próprio prover pelo sucesso de seu auto-empREENDEDIMENTO, pelo seu incremento enquanto capital humano por meio

de um processo contínuo de aprendizado, como nos sugerem Dardot & Laval (2013, p. 292):

O sujeito é obrigado a se enquadrar internamente a esta imagem por meio do trabalho constante sobre si mesmo. Ele deve esforçar-se constantemente para ser o mais eficiente possível, parecer totalmente envolvido em seu trabalho, aperfeiçoar-se pela aprendizagem ao longo da vida e aceitar a maior flexibilidade exigida pelas incessantes mudanças ditadas pelos mercados. Ele é seu próprio especialista, seu próprio empregador, seu próprio inventor, seu próprio empreendedor: a racionalidade neoliberal encoraja o ego a atuar para se fortalecer de modo a sobreviver à concorrência.

Visando demonstrar como o processo de redução da vida cotidiana a aspectos econômicos afeta os processos de subjetivação dentro do neoliberalismo, Dardot & Laval (Loc. Cit.) citam a ex-primeira-ministra britânica Margareth Thatcher, que afirmou que “a economia é o método. O objetivo é mudar a alma”. Assim, a racionalidade neoliberal parece afetar populações inteiras, tornando os indivíduos, ao mesmo tempo, alvo e instrumento de sua racionalidade, remetendo-nos ao conceito foucaultiano (1978-1979 [2008]) de biopolítica enquanto uma “arte de governar” com base em biopoderes do tipo flexível (“*soft power*”). Dito de outro modo, não se trata de formas impostas por meio de legislação ou qualquer outro dispositivo de regulação do tipo “de cima para baixo”, mas da instauração de uma normatividade e sistema de valoração no conjunto da sociedade.

Tanto a busca de valor quanto o conceito de *networking* são elementos centrais no cotidiano do sujeito do neoliberalismo. Como já argumentado na seção 2.1 deste capítulo, o ciberespaço e, mais especificamente, as redes sociais digitais, contemporâneas da racionalidade neoliberal, parecem-nos afetadas por essas condições de produção, na medida em que se constituem como uma espécie de vitrine na qual o indivíduo se coloca perante seus interlocutores procurando estabelecer sua rede de colaboradores ou, nos termos do mercado de trabalho atual, o *networking*. O intenso anseio por “curtidas”, *retweets* e “seguidores” nas redes sociais nos parece ilustrar bem um processo de subjetivação de um indivíduo que almeja visibilidade e que, para tal, investe na construção de uma autoimagem que lhe proporcione ganhos em termos do que Bourdieu (1982 [1996]) denomina capitais (cultural, social e econômico). Os perfis nas redes sociais parecem funcionar como uma espécie de portfólio desse sujeito que anseia por se projetar na rede. A participação em determinados grupos de interesse nas redes sociais parece contribuir na constituição

dessa autoimagem com o intuito de estabelecer conexões dentro do princípio de *networking*.

Na próxima seção do presente capítulo apresentamos um breve histórico do webativismo nas redes sociais. Tomaremos como ponto de partida a chamada Primavera Árabe – primeiro grande movimento de protestos políticos e sociais amplamente difundidos e organizados pela via das redes sociais. Estabeleceremos paralelismos e contrastes entre os contextos político, econômico e social dos países quando da Primavera Árabe - em especial, a Tunísia e o Egito, berço daquele processo revolucionário – com o cenário brasileiro de 2013, visando compreender as similitudes e singularidades do uso dessas redes nas Jornadas de Junho e suas possíveis relações com a hegemonia da razão neoliberal.

### **2.3 O webativismo: as redes sociais na Primavera Árabe**

Nesse momento de nosso percurso teórico e histórico revisitamos as manifestações ocorridas em países árabes entre 2010 e 2013 e que ficaram conhecidas como “Primavera Árabe”. Por se tratar das primeiras grandes mobilizações organizadas e difundidas por meio do *Facebook* e do *Twitter*, acreditamos que compreender os processos de apropriação das redes sociais para fins de webativismo como forma de disseminação e organização de ações mobilizadoras de caráter político e social nos possibilitará o estabelecimento de paralelos e contrastes com as especificidades do webativismo que se deu no contexto brasileiro das Jornadas de Junho.

Ao longo das Jornadas de Junho não foram pouco frequentes enunciados que objetivaram estabelecer algum grau de comparação entre a sequência de acontecimentos políticos e sociais que veio a ser conhecida como a “Primavera Árabe” com aqueles que ocorriam no Brasil. A própria estrutura lexical usada para designar o movimento que se iniciou na Tunísia chegou a ser tomada de empréstimo para postular o que se acreditava ser uma “Primavera Brasileira”.

Tais comparações e analogias apoiam-se, principalmente, no pioneirismo do uso das redes sociais como ferramenta de difusão e organização dos protestos que se deram inicialmente na Tunísia, com posteriores desdobramentos no Egito, Jordânia, Argélia, Iêmen, Bahrein, Líbia, Marrocos e Síria.

De modo diverso do cenário político e social brasileiro, cujas garantias

constitucionais conferem aos cidadãos o livre direito de manifestação, seja ela de caráter político, cultural ou religioso, os países que passaram pela experiência da Primavera Árabe encontravam-se sob forte controle governamental de regimes autocráticos sobre a mídia tradicional. Qualquer sinal de divergência em relação aos regimes estabelecidos era duramente reprimido, seja por meio do emprego da força policial ou pelo uso instrumentalizado dos meios de comunicação da mídia tradicional, com a propagação de conteúdos que visavam desqualificar e desarticular focos de dissidência. Apesar dessa vigilância midiática rígida que implicava o controle da produção de narrativas sobre a situação política e social nesses países, as redes sociais se constituíam – ao menos nos casos iniciais de Tunísia e Egito - como um campo aparentemente isento desse controle, no qual os usuários simultaneamente produziam e consumiam conteúdo. Em seu artigo “*The Role of Social Media in the Arab Spring*”, Badoura (2013) afirma que na Tunísia e no Egito - países onde ocorreram os primeiros protestos - pouca importância foi dada em relação ao controle dos conteúdos produzidos e disseminados nas redes, o que parece ter permitido com que elas funcionassem como uma alternativa para a difusão de ideias dissidentes e para a organização de ações coletivas que catalisaram o que a autora denomina como um processo revolucionário.

O ponto de partida da sequência de protestos anti-governos que ficou conhecida como Primavera Árabe se deu na Tunísia, em 17 de dezembro de 2010, por ocasião do automartírio de Mohammad Bouazizi, um vendedor ambulante que teve sua mercadoria confiscada, tendo sido fisicamente agredido e humilhado por uma policial por não dispor de recursos para pagar uma multa que lhe havia sido imposta. Sem qualquer possibilidade de negociação de sua multa com o poder público, Bouazizi ateou fogo ao próprio corpo como forma de protesto. O ato extremo do vendedor ambulante acabou por gerar uma ampla cadeia de solidariedade e de protestos contra a falta de liberdades individuais impostas pelo governo tunisiano e os abusos cometidos por seu aparato policial. Essa cadeia de solidariedade, inicialmente se deu por meio de postagens, comentários e compartilhamentos nas redes sociais e, posteriormente, veio a ganhar as ruas daquele país, culminando na deposição do então presidente Zine El-Abidine Ben Ali, em janeiro de 2011, após 23 anos de seu estabelecimento no poder.

O sucesso na derrubada do regime autocrático tunisiano e a promessa do estabelecimento de uma democracia naquele país (até hoje não plenamente

realizada) ecoou no Egito, país que “desde 1952 havia sido governado por Generais Militares. Situação que persistiu até o dia 25 de janeiro de 2011 quando ocorreu a Primavera Egípcia” (SHEHABAT, 2015, p. 15). A exemplo do que ocorrera na Tunísia, a violência policial contra o jovem de Khaled Said de 21 anos, morto pela polícia local após ser acusado de resistir à prisão por portar maconha, na cidade de Alexandria, repercutiu nas redes sociais, tendo sido o agente catalisador dos primeiros protestos egípcios. Shehabat (2015, p. 16) expõe em sua pesquisa que testemunhas do assassinato afirmam que a acusação sobre Khaled Said era falsa e que a real razão de sua morte era o fato de que ele portava um vídeo que expunha policiais corruptos comercializando drogas. Após a morte de Said, diversas páginas foram criadas no *Facebook* para denunciar o abuso policial, dentre as quais se destaca a *fanpage* intitulada “Kullena Khallid Said” (Somos Todos Khaled Said), com 3.8 milhões de curtidas. A página foi criada por Wael Ghonim, um egípcio que, na época, trabalhava como gerente de *marketing* do Google. A página supracitada foi uma das pioneiras na convocação de atos de rua, tendo ganhado posteriormente uma versão em inglês (*We are all Khaled Said*).

Embora os abusos da autoridade policial tenham sido o estopim das manifestações que se deram tanto no caso tunisiano quanto egípcio, outros fatores parecem ter contribuído para que a população desses países se mobilizasse, dentre os quais se destacam alguns indicadores sociais e econômicos.

A extrema corrupção nesses países e o declínio de suas economias tinham como consequência o empobrecimento extremo da maioria da população. Os dados apresentados por Shehabat (2015) apontam que, em 2011, o desemprego no Egito atingia 25% da população e aproximadamente 48 milhões de egípcios viviam abaixo da linha da pobreza, com quase 2.5 milhões de habitantes figurando nos índices de extrema pobreza.

O quadro revelado por esses índices aponta para uma situação na qual as mortes de Bouazizi, na Tunísia, e de Said, no Egito, operaram como uma faísca sobre um “barril de pólvora” há muito pronto para explodir. Até então, no entanto, o poder imobilizador do medo exercido pelo intenso controle e repressão estatal impedia com que as pessoas se articulassem. Embora não possam ser consideradas agentes causadores desses processos de mobilização, as redes sociais parecem ter sido o meio mais eficaz encontrado pela população para expressar seu descontentamento e se organizar coletivamente recorrendo a uma estrutura de comunicação preexistente,

menos sujeita à intervenção censora do poder estatal e na qual a vigilância, quando exercida, se dá de modo bastante difuso. Essas características das redes sociais, segundo Shehabat, operaram para a criação de um “sentimento de comunidade” que alimentou a ideia de que o povo poderia se levantar contra o regime. Shehabat (2015, p. 19) alerta-nos para o fato de que antes da existência do *Facebook* “milhares de greves ocorreram no Egito, mas nenhuma delas se deu em larga escala ou atingiu seus objetivos”<sup>75</sup>. O autor afirma ainda que o sucesso obtido pelos manifestantes tunisianos na deposição do regime operou como uma “faísca de indignação e esperança” que acabou por estimular os egípcios a seguir os passos da população tunisiana e depor o regime de Hosni Mubarak.

No entanto, as experiências bem-sucedidas de webativismo, na Tunísia e no Egito, não lograram o mesmo êxito posteriormente em outros países árabes. Mesmo tendo sido bloqueados frequentemente pela intervenção estatal, os acessos ao *Facebook* e ao *Twitter* nesses dois países foram novamente possibilitados por meio de ações de *hackers* que também se estenderam a sites e bancos de dados dos governos.

Os sucessos tunisiano e egípcio contribuíram, em grande medida, para que os demais países sob regimes autoritários tomassem medidas preventivas em relação ao poder exercido por meio das redes sociais. Badoura (2013) argumenta, baseada em dados do *Arab Social Media Report*, que, enquanto o número de usuários do *Facebook* no Egito e na Tunísia praticamente duplicou entre janeiro e abril de 2011, houve um declínio de cerca de 76% desse índice na Líbia, decréscimo esse que a autora especula ser uma consequência da extrema violência na região. O que podemos concluir desses dados é que a contribuição do webativismo por meio das redes sociais não se deu de modo homogêneo nos países que passaram pela experiência da Primavera Árabe.

Se o sucesso em depor os regimes autoritários tunisiano e egípcio operou, por um lado, como uma “faísca de esperança” (SHEHABAT, 2015) para setores oprimidos nos demais países da região, por outro lado, acendeu o alerta para que o *status quo* acirrasse seus mecanismos de vigilância e controle das redes como estratégia de prevenção e desarticulação de revoltas semelhantes.

---

<sup>75</sup> “Prior to Facebook thousands of strikes had taken place in Egypt but none were of a large scale and none had achieved their goals.” (Trad. Nossa).



É inegável, no entanto, a capacidade mobilizadora que essas redes exerceram tanto no chamado “mundo árabe” quanto no Brasil, possibilitando que multidões social e politicamente heterogêneas pudessem encontrar pontos de homogeneidade levando-as a juntarem-se, aos milhares, em locais públicos para protestar.

A respeito desses pontos de homogeneidade possibilitados pelo intercâmbio de indivíduos mediado pelas redes sociais, Shehabat (2015) lança mão da teoria dos laços fracos de Mark Granovetter (1973, *apud* SHEHABAT, 2015) para compreender como ocorrem essas aproximações pontuais em torno de um interesse comum específico. Para o autor, o tipo de conectividade possibilitada pelas redes sociais está fundamentado em “aglomerados de relações do tipo laços fracos” (p. 26), um tipo de conexão indireta, no qual se A e B estão conectados e A e C estão conectados, então B e C encontram-se conectados numa relação do tipo “laços fracos”. Para Shehabat (2015, p. 26),

Durante a Primavera Árabe o Facebook, o Twitter e outras ferramentas de mídia social facilitaram a revolução pela capitalização do poder dos laços fracos [...] É impossível que dois milhões de pessoas que curtiram a página [kullena Khaled Said] estivessem direta ou fortemente conectados ao caso de Khaled Said. Fica claro, portanto, que a popularidade da página deve ter crescido por conta dos laços fracos que existiam entre o grupo de pessoas que a utilizavam. Os laços fracos facilitados pelo Facebook, por meio dos compartilhamentos, curtidas e comentários, foram responsáveis pela conscientização e pela rápida propagação dos saberes acerca do caso da Primavera Árabe.

A apropriação que Shehabat faz da teoria dos laços fracos, de Granovetter, parece adequada para explicar como grupos socialmente distintos, e até mesmo antagonicos entre si, ainda que por um efêmero instante, podem associar-se em torno de uma determinada causa, movidos por sentimentos de “indignação e esperança” (CASTELLS, 2017) que, se não eliminam, ao menos, minimizam divergências e diferenças religiosas, de classe, étnicas e de gênero. Essa mesma perspectiva apresenta-se como uma possibilidade de interpretação de posteriores “antagonismos e ódios” - nos termos de Shehabat – que surgem antes ou após ações pontuais, explicitando as disputas entre esses mesmos grupos. Essas características de antagonismo e ódio entre setores que protagonizaram a Primavera Árabe tiveram também suas ocorrências no contexto brasileiro das Jornadas de Junho. A título de exemplo, podemos mencionar as divergências sobre os métodos de protesto utilizados e que ocasionaram diversos enunciados em que se postulava uma distinção

entre supostos “vândalos” e “black blocks” em oposição aos “manifestantes ordeiros” e “pacíficos”<sup>76</sup>.

Essa coalisão pontual com base nos laços fracos entre os indivíduos conectados em rede nos remete às considerações de Geert Lovink (2011) sobre as redes sociais comerciais, por ele classificadas como *Network Organizations*. Para Lovink (2011, p. 158),

podemos afirmar que o ativismo não apenas aplica a internet como uma ferramenta, mas também que a internet tem começado a dar forma à organização dos próprios movimentos sociais [...] mais do que meramente um mecanismo de coordenação, os recursos para o trabalho em rede da internet moldam as próprias estruturas de ativismo e atividade política hoje

Devido à grande concentração de conteúdos jornalísticos nessas redes, o *Facebook* e o *Twitter* se tornaram as principais fontes de informação para os internautas de diversos países, dentre eles os países que viveram a experiência da Primavera Árabe e também o Brasil. Essa grande oferta de notícias nas redes sociais, segundo Lovink, “transforma a notícia em algo sobre o qual podemos agir”, tanto por meio de curtidas, comentários feitos na mesma postagem noticiosa ou por meio de compartilhamentos na rede de “amigos”, acrescidos ou não de comentários e posicionamentos dos usuários sobre determinado tema objeto daquela reportagem ou artigo.

Dados do Reuters Institute Digital Report de 2017 mostram o Brasil empatado em primeiro lugar com o Chile, no que se refere ao índice de compartilhamento de notícias nas redes sociais em todo o mundo. Segundo esse relatório, 64% dos brasileiros afirmam compartilhar notícias em alguma de suas redes sociais ao menos uma vez por semana. A Turquia figura em quarto lugar nesse mesmo quesito, como observamos no gráfico a seguir (fig. 49).

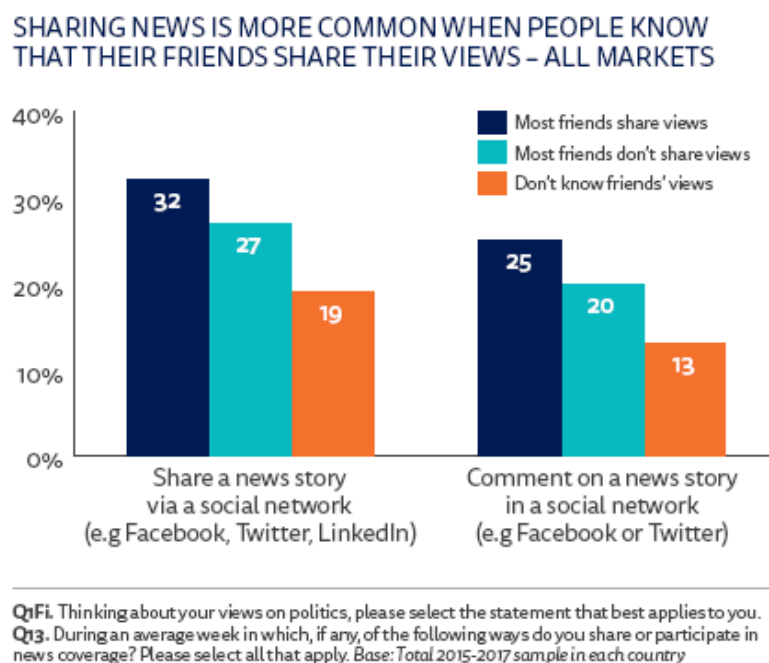
---

<sup>76</sup> Voltaremos a tratar desses processos de distinção entre os diferentes grupos de manifestantes das Jornadas de Junho durante a análise do *corpus*.



**Fig 49:** percentual de usuários que compartilham notícias *online* semanalmente. Índices por país. Fonte: Reuters Institute Digital Report, 2017

Outro dado interessante que a pesquisa nos revela é que 32% dos entrevistados afirmam compartilhar as notícias apenas quando sabem que a maioria de seus amigos na rede compartilham a mesma visão, o que sugere que os usuários das redes sociais apoiam-se no reforço de seus próprios pontos de vista apoiados em redes de semelhança que ajudam a criar um sentimento de que não se está só em determinado ponto de vista (fig. 50).



**Fig 50:** “O compartilhamento de notícias é mais comum quando os usuários sabem que seus amigos partilham da sua visão”.<sup>77</sup> Fonte: Reuters Institute Digital Report, 2017

<sup>77</sup> Trad. Nossa.

O compartilhamento de notícias e postagens que buscavam estabelecer empatia entre usuários da rede, bem como as convocações para atos de rua tiveram um papel seminal tanto no caso da Primavera Árabe quanto nas Jornadas de Junho no Brasil. Ambos os processos de mobilização social lograram “viralizar” nas redes não apenas localmente, mas internacionalmente. Lovink (2011) afirma que os ativistas nesse tipo de rede são muito bem-sucedidos em conseguir esse tipo de propagação viral. O autor questiona, contudo, as dificuldades que esses ativistas possuem em manter unidos, por períodos mais longos, aqueles que se aproximam de suas causas pelo estabelecimento de laços fracos possibilitados pelas redes sociais.

Essa dificuldade parece ter sido sentida tanto no caso da Primavera Árabe em países que reforçaram a vigilância sobre as redes sociais após o triunfo do movimento na Tunísia e no Egito (BADOURA, 2013), quanto no caso brasileiro das Jornadas de Junho desde o momento em que as diferenças programático-ideológicas e de estratégia foram aparecendo entre os grupos heterogêneos que tomaram as ruas do país.

Ao postular que os movimentos sociais presentes nas redes sociais corporativas como o *Facebook* e o *Twitter* não apenas se servem dessas plataformas mas acabam sendo também por elas influenciados Lovink (2011) coloca no centro a questão da organicidade no webativismo. O autor defende a necessidade de escape da lógica que domina as redes corporativas nas quais os laços estabelecidos são predominantemente do tipo “fracos” (*Network Organizations*), em que, segundo ele, na melhor das hipóteses o que temos é o “florescimento de inesperadas coalisões temporárias” (p.4) em detrimento de uma forma de organização que denomina *orgnets* (*Organized Networks*), um tipo de colaboração em rede que, segundo seu proponente

ao invés de explorar ainda mais os laços fracos dos sites de redes sociais dominantes, as *orgnets* enfatizam as colaborações intensivas dentro de um grupo limitado de usuários envolvidos (ibid.).

Esse tipo de ativismo em rede, segundo Lovink, provocaria um deslocamento de uma abordagem centrada no usuário em direção a um tipo de rede direcionada à realização de tarefas. Um câmbio, portanto, da noção neoliberal do “indivíduo como herói que opera a partir de um impulso subjetivo” (LOVINK, 2011 p. 6) em detrimento de uma percepção mais coletiva do webativismo, com foco na organicidade em torno de uma agenda específica.

Feita essa breve explanação da Primavera Árabe, suas causas iniciais e suas

formas de organização nas redes sociais, gostaríamos de corroborar a afirmação de Badoura (2013, p. 5) que oportunamente nos lembra que “as mídias sociais ou a internet não levam as pessoas a se revoltarem por si só”. Embora as redes sociais tenham se apresentado como um ambiente propício aos protestos, tanto no caso da Primavera Árabe - por conta do excessivo controle estatal da mídia tradicional – quanto no Brasil – em decorrência da grande concentração da mídia tradicional em torno de poucos grupos de comunicação -, fatores como a intensa desigualdade social, o descontentamento com os sistemas políticos e questões econômicas ocuparam o eixo temático dos protestos que se deram em ambos os processos de mobilização.

Nesses dois processos de mobilização social temos como pano de fundo questões econômicas e a luta anti-governos: seja por serem considerados opressores e excessivamente interventores sobre as liberdades individuais (no caso dos países árabes) ou ineficientes na prestação de serviços públicos como transporte, saúde, educação e segurança (caso Brasileiro). É justamente este viés bastante similar ao que Doimo (1995) denomina aspecto expressivo-disruptivo dos movimentos sociais que se apresenta como uma das principais semelhanças entre os protestos da Primavera Árabe e as Jornadas de Junho.

O cenário político-econômico brasileiro em 2013 é, contudo, bastante diverso daquele anteriormente descrito com respeito aos países árabes (nomeadamente, Tunísia e Egito), nos quais as taxas de desemprego e de extrema pobreza apresentavam números consideravelmente altos. O Brasil encerrou o ano de 2013 (ano em que se deram as Jornadas de Junho) com a menor taxa de desemprego desde de sua história, 5,4% segundo matéria do jornal O Estado de São Paulo<sup>78</sup> e os índices de redução da extrema pobreza nos entre 2003 e 2013 atingiram cerca de 63% segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2014<sup>79</sup>.

Em contraste com o objetivo de derrubada de regimes autoritários, que caracterizou a Primavera Árabe, a faísca inicial das manifestações brasileiras não se apresenta relacionada a demandas por democracia, conquistada em decorrência de

---

<sup>78</sup> <<http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,taxa-de-desemprego-cai-para-5-4-na-media-de-2013-a-menor-da-historia,176731e>>. Acessado em 10 de nov. de 2018.

<sup>79</sup> <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=27000](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27000)>. Acessado em 10 de nov. de 2018.

movimentos populares que culminaram na chamada “Constituição Cidadã” de 1988, mas à percepção que, mesmo vivendo sob um Estado Democrático de Direito, o poder público mostra-se ineficiente para ofertar serviços de qualidade e de modo universal aos seus cidadãos, tendo sido a questão do transporte público o estopim inicial da pauta de reivindicações. É a compreensão do direito universal ao transporte público como pré-requisito para o exercício da cidadania plena que irá nortear as primeiras convocações para os atos de protesto que deram início às Jornadas de Junho.

Em suma, as motivações iniciais tanto da Primavera Árabe quanto das Jornadas de Junho têm como pano de fundo questões político-econômicas profundamente ligadas à razão neoliberal. Nos países árabes os cidadãos buscavam livrar-se das amarras de um Estado opressor e excessivamente interventor que suprimia as liberdades individuais, fundamentais para um bom desenvolvimento social e econômico, conforme o receituário econômico neoliberal globalmente vigente. No Brasil, o aumento da tarifa dos transportes coletivos expunha um Estado cuja ineficiência em gerir as contas públicas fazia recair sobre a população o ônus da compensação financeira por serviços públicos, frequentemente enunciados como precários pelos ativistas.

Ainda que a contestação do que se considerava ser uma lógica mercantilista aplicada ao transporte coletivo tenha sido frequentemente enunciada pelo Movimento Passe Livre (MPL) e outros webativistas, o que situa a reivindicação em um espectro político-ideológico das manifestações anticapitalistas, o questionamento do que se considera como ineficiência estatal para a prestação de serviços à população aponta no mesmo sentido de algumas premissas do neoliberalismo acerca do modelo gerencial do Estado. A este respeito, Brown (2015) nos alerta que a noção de eficiência é uma das palavras-chave da razão neoliberal, que defende um modelo de gerenciamento do Estado (*management*) tal qual uma empresa privada.

No Capítulo 3 – O Caso de Webativismo nas Jornadas de Junho, tomaremos o *corpus* sob uma perspectiva analítica ancorada nos estudos semântico-discursivos da linguagem, bem como nas considerações feitas acerca das condições de produção das Jornadas de Junho de 2013 e sobre as formas de subjetivação em rede, visando consolidar nosso estudo de caso e tecer considerações sobre os processos de subjetivação política no ciberespaço no contexto brasileiro.

### CAPÍTULO 3. O CASO DO WEBATIVISMO NAS JORNADAS DE JUNHO

I don't know how you were diverted  
 You were perverted too  
 I don't know how you were inverted  
 No one alerted you  
 (While My Guitar Gently Weeps – Beatles, 1968)

Neste Capítulo, procedemos à análise do *corpus*, norteados pela perspectiva teórica dos estudos semântico-discursivos da linguagem, bem como pelas considerações feitas acerca das condições de produção das Jornadas de Junho de 2013 (Cf. Capítulo 1), e do webativismo e suas relações com as formas de subjetivação na contemporaneidade (Cf. Capítulo 2), no intuito de elucidar algumas características dos processos de subjetivação nas redes sociais digitais. Almejamos, com suporte em nosso olhar analítico sobre o *corpus*, elencar e exemplificar algumas das especificidades dos processos de subjetivação política no contexto brasileiro das Jornadas de Junho de 2013. Para tal, o presente Capítulo será subdividido em três seções, de acordo com as categorias analíticas que estabelecemos com base em regularidades observadas nos enunciados.

Na primeira seção, 3.1 “A Institucionalidade em Xeque”, tratamos da relação que o sujeito em rede, que se engaja no webativismo no contexto brasileiro das Jornadas de Junho, estabelece com o Estado republicano e seus componentes, tais quais os três poderes (executivo, legislativo e judiciário), os partidos políticos e demais instâncias de consulta ou representação social previstas na atual configuração política brasileira; a segunda seção, 3.2 “A Economicização das Relações Estado-Política-Cidadão”, trata de possíveis influências da racionalidade neoliberal nas relações que os sujeitos estabelecem entre si, com o Estado e com a política institucional, segundo determinados preceitos, tais como a suposta eficiência e as boas práticas de governança; na seção 3.3 “Vetores Discursivos e forças resultantes”, analisamos os processos de disputa pelas narrativas das Jornadas de Junho, com suporte em diversas manifestações do tipo “nós” contra “eles” (vândalos x ordeiros, políticos x cidadãos, polícia x manifestantes, partidos x movimento apartidário) que constituem uma regularidade marcante ao longo do *corpus*, com dizeres que apontam para divergências programáticas, sobretudo, no período que defendemos constituir um momento de inflexão discursiva das Jornadas de Junho. Lançamos, ainda, nosso olhar analítico visando a compreender como a razão neoliberal, o apelo aos símbolos

nacionais (oficiais ou não oficiais) que remetem ao patriotismo e civismo - os quais ganharam destaque no contexto da Copa das Confederações<sup>80</sup> - e o aspecto expressivo-disruptivo (DOIMO, 1995) de rejeição ao aparato estatal e seus desdobramentos (política institucional, partidos, eleições, etc.) parecem afetar os sujeitos e a produção dos enunciados, configurando um entre-lugar que transita entre desejos de proteção social, eficiência pública e, ao mesmo tempo, premissas neoliberais para advogar menor intervenção estatal e enxugamento da máquina pública, frequentemente representada como ineficiente e corrompida.

Ao fim do presente Capítulo, norteados pelas análises dos enunciados, apontamos os principais modos de representações mobilizados pelos sujeitos-webativistas – inseridos na conjuntura das Jornadas de Junho – para constituir-se identitariamente, com base nas materialidades discursivas advindas de seus dizeres com relação às discussões sobre política institucional e a própria concepção de Estado e as instituições que estes compreendem. Nesse ínterim, são investigadas as principais formações discursivas que afetam seus dizeres e representações, contribuindo para marcar lugares que esses sujeitos ocupam e favorecendo, também, eventuais aproximações ou distanciamentos com seus interlocutores em rede.

Passaremos, nas seções seguintes deste capítulo, ao processo de análise das categorias anteriormente apresentadas.

### **3.1 A Institucionalidade em Xeque**

Conforme já abordamos nos capítulos anteriores, uma das principais características dos movimentos sociais apontadas por Doimo (1995) consiste na recusa à institucionalidade do Estado e de suas instâncias políticas. Essa ruptura é denominada pela cientista política em questão como sendo um aspecto expressivo-disruptivo, em contraposição ao aspecto integrativo-corporativo desses movimentos, o qual se manifesta por meio de uma postura propositiva sobre um determinado modelo de organização social e o próprio aparato estatal.

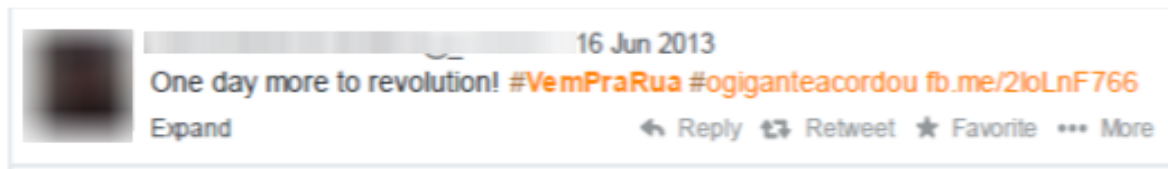
Ao longo do *corpus* pudemos perceber uma regularidade nos dizeres que aponta para aspectos de rejeição e descrédito acerca dessa institucionalidade e do

---

<sup>80</sup> É mister ressaltar que tais temáticas figuraram com notoriedade no contexto da Copa das Confederações, evento esportivo simultâneo à segunda metade das Jornadas de Junho.

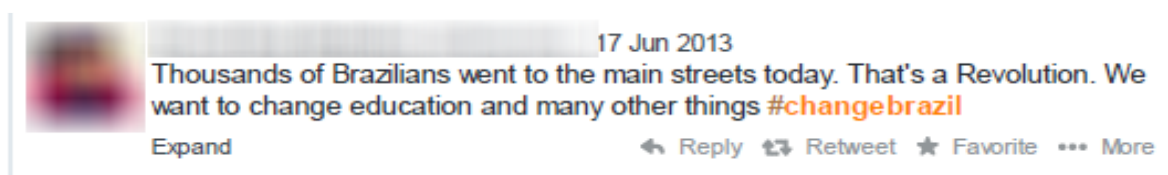


próprio conceito liberal de democracia (BROWN, 2015), que é colocado sob questionamento, configurando, não raro, um conflito do tipo “nós” (povo/manifestantes) contra “eles” (Estado/política/políticos), enunciando as Jornadas de Junho como um processo revolucionário, conforme sugere o *tweet* TWVPR-147.



**Fig. 51** TWVPR-147 – Ocorrência do termo “*revolution*” para referir ao processo de mobilização social das Jornadas de Junho.

O termo “*revolution*” (e suas derivações, em língua inglesa e portuguesa) é muito recorrente ao longo do *corpus*, como em TWCB-267, TWCB-455, TWCB-483, TWCB-499, TWCB-989 (Figs. 52 a 56), dentre outras postagens. Do ponto de vista semântico, o vocábulo refere a um processo de mobilização em curso, logo o enunciado nos remete a efeitos de sentido que estão relacionados aos processos de mudança de modelos e poderes estabelecidos, conforme apontam as definições desse termo que constam do *Cambridge Dictionary*<sup>81</sup> e de sua correspondente em Português, apresentada pelo Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa<sup>82</sup>. Esse processo de mudança implica o estabelecimento de outro sistema político, econômico, cultural e/ou moral, em geral pelo uso da violência ou por meio de guerras, possibilitando-nos compreender um efeito de sentido que remonta à rejeição à atual institucionalidade estatal, característica semelhante ao que Doimo (1995) denomina aspecto expressivo-disruptivo dos movimentos sociais.



**Fig. 52** TWCB-267

<sup>81</sup> “A change in the way a country is governed, usually to a different political system and often using violence or war” Disponível em: <<https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/revolution>>. Acesso em: 06 de junho de 2019.

<sup>82</sup> “movimento de revolta contra um poder estabelecido, e que visa promover mudanças profundas nas instituições políticas, econômicas, culturais e morais” (Dicionário Houaiss eletrônico V 3.0)

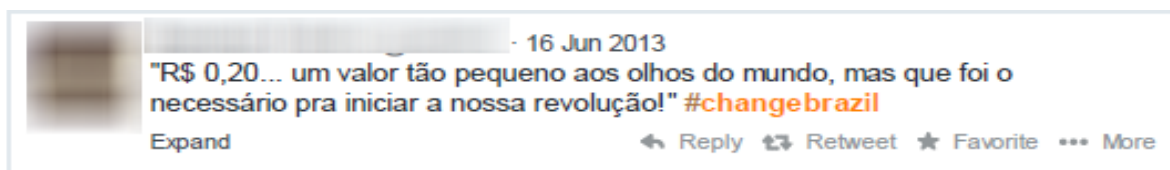


Fig. 53 TWCB-455



Fig. 54 TWCB-483

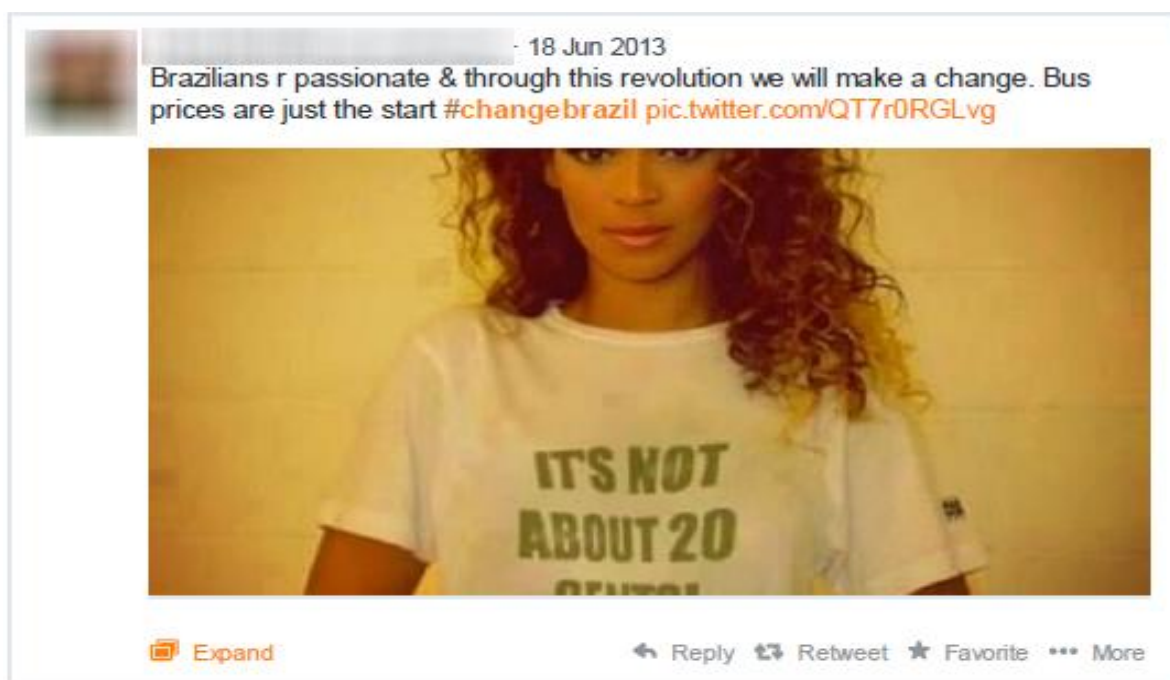


Fig. 55 TWCB-499



Fig. 56 TWCB-989

Em contraste com essa forma de representação das Jornadas de Junho como um processo revolucionário (“*revolution*”), TWVPR-500 (fig. 57) nomeia as manifestações que ocorrem sob a perspectiva do processo de reforma (manifesta pelo gerúndio do verbo “reformatar” – “reformatando”).

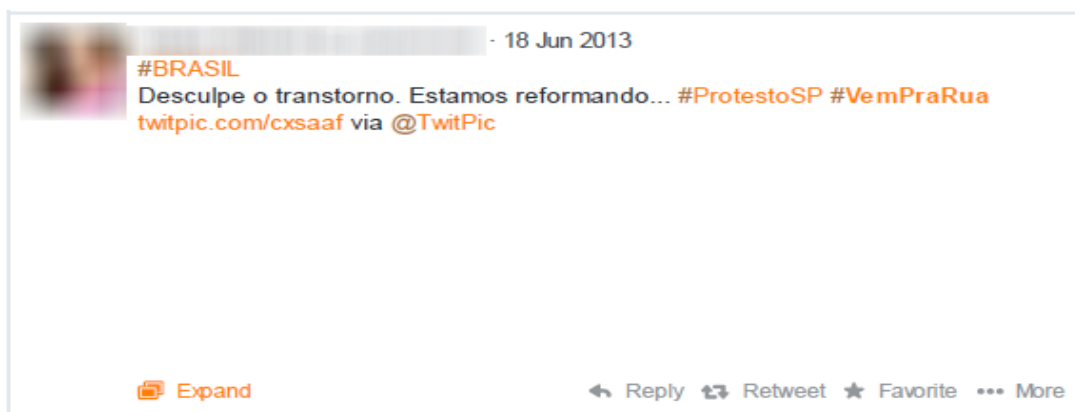


Fig. 57 TWVPR-500

Ao se desculpar pelos protestos, designando-os como um “transtorno” justificável por uma ação de “reforma”, o sujeito recorre a uma formação discursiva do mercado, relacionada à noção de trabalho em realização, favorecendo uma aproximação com o universo de discurso da classe trabalhadora e buscando estabelecer com ela um ponto de identificação. A escolha lexical do enunciado, associada à *hashtag* #VemPraRua, pode ser interpretada como uma convocação direcionada àqueles que se designam como trabalhadores, para que minimizem a

percepção de um eventual “transtorno” a fim de que participem ativamente, nas ruas e/ou nas redes, do nomeado processo de reforma. Note-se, ainda, que o emprego do verbo “reformatar” (dar nova forma, remodelar) implica um modo de representar as Jornadas de Junho que se coloca como alternativa à visão oficial que repercutiu, nos estágios iniciais desse processo de mobilização, por meio da fala dos representantes do poder público, tais quais a nomeação dos manifestantes enquanto “vândalos” e atores políticos que, para negociar, precisavam “renunciar à violência”, conforme as falas, respectivamente, do então governador de São Paulo, Geraldo Alckmin<sup>83</sup> e do Prefeito de São Paulo, Fernando Haddad<sup>84</sup>. Ao convocar seus “seguidores” para irem às ruas, por meio de uma *hashtag*, o sujeito webativista constitui seu dizer de um aspecto polissêmico em que ir às ruas não implica, necessariamente, a saída das redes, posto que essas são usadas como ferramentas que impulsionam a tomada do espaço público.

Tomando o enunciado em um contexto no qual o Brasil se preparava para sediar a Copa do Mundo de 2014, temos uma aproximação semântica entre as obras que ocorriam em função da realização desse evento esportivo e os movimentos de rua que se estabeleceram no processo de mobilização social. Com isso, o processo de mobilização social é designado por uma relação de paralelismo e concorrência com as reformas de estádios, estradas, aeroportos e demais intervenções de infraestrutura que visavam a atender as exigências para a realização daquele evento esportivo procurando atingir um patamar de relevância. Além disso, o período “estamos reformando...” apaga, pelo recurso à elipse, o objeto a ser “reformado”, o que favorece efeitos de opacidade sobre o que se reforma, para quem esse objeto é reformado e com que propósito. Em que pese a opacidade acarretada pela forma elíptica do objeto do verbo “reformatar”, a *hashtag* que inicia a postagem e introduz o tópico do enunciado (#Brasil) sugere que se trata do próprio país, isto implica que o ato de “reformatar” é representado, no enunciado em questão, como uma ação de caráter mais amplo e mais necessário. Sob essa percepção, a reforma não se limita às estruturas físicas como estádios ou locais de frequência pública, uma vez que as possibilidades semânticas do nome próprio “Brasil” extrapolam a noção de espaço físico e territorial, implicando também noções como Estado e nação.

---

<sup>83</sup> Entrevista ao jornal *O Globo* em 07 de junho de 2013.

<sup>84</sup> Entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo* do dia 10 de junho de 2013.

Ademais, o pedido de desculpas (“desculpe o transtorno”) somado à designação dos protestos enquanto ato de “reforma” permite a emergência de efeitos de sentido que estabelecem um conflito semântico com a noção de revolução, expressa em TWVPR-147. Se, por um lado, na revolução, o sistema sob questionamento é substituído, quase sempre por meio do conflito e do embate entre o atual e o novo modelo, sendo este último imposto pelas forças revolucionárias, por outro lado, o termo “reformular” implica um processo de “reconstruir a antiga forma”, “dar melhor forma”, “corrigir”, “emendar”, “tornar melhor”, “aperfeiçoar”, segundo algumas das definições encontradas no Dicionário Houaiss<sup>85</sup>. Levar em consideração a escolha lexical do sujeito em TWVPR-500 e os efeitos de sentido implicados em contraposição à ideia de revolução em TWVPR-147 nos parece útil para exemplificar os diferentes níveis de insatisfação manifestados pelos sujeitos ao longo do *corpus* em relação às formas de organização social e política do país. Ainda assim, é importante salientar que essa insatisfação é manifestada em maior ou menor grau em ambas as formulações, implicando a percepção de uma crise de representação na relação Estado-cidadão.

A esse respeito, conforme já mencionamos nos capítulos anteriores de nossa Tese, a formação lexical de tipo “X não me representa”, na qual X equivale, usualmente, a alguma instância das democracias liberais (governos, partidos, políticos institucionais), reforça a percepção de uma crise de representatividade pela qual passa a institucionalidade do Estado Brasileiro. A postagem FBVPR1-174 traz uma arte visual seguida do enunciado que remonta à dicotomia estabelecida entre as instâncias de representação estatal e “esse povo”, em referência às pessoas que foram às ruas protestar, tomando a área externa do Congresso Nacional na noite de 17 de junho de 2013.

---

<sup>85</sup> Dicionário Houaiss eletrônico V 3.0.



**Fig. 58** FBVPR1-174

À imagem, em primeiro plano, do manifestante com o rosto encoberto (umas das estéticas que se consolidou para os manifestantes durante as Jornadas de Junho, sobre a qual trataremos na seção 3.3 deste capítulo), somam-se a representação imagética de pessoas ocupando a parte externa do Congresso Nacional e o enunciado “Esse povo me representa”, que sugere, novamente, uma dicotomia entre a institucionalidade da política (Congresso Nacional) e “esse povo”, legitimando o segundo em detrimento do primeiro. A designação de uma parcela da população - que se mobiliza nas ruas e ocupa espaços públicos - como “esse povo” que “me representa”, nos permite estabelecer um paralelo com a formulação recorrente “X não me representa”, donde podemos inferir que se, de um lado, a representação se estabelece entre o conjunto das pessoas ditas mobilizadas e o manifestante em primeiro plano na imagem, do outro lado dessa dicotomia temos, por exclusão, as instâncias da institucionalidade estatal às quais também se somam as pessoas ainda não engajadas no processo de mobilização. Portanto, “o povo” é segmentado em dois nichos a saber: “esse povo”, que ocupa as ruas e espaços públicos e, por exclusão, “aquele povo”, que ainda não tomou parte nesse processo com o qual se estabelece, portanto, uma relação de não-representatividade de natureza semelhante à que se atribui à institucionalidade.

Ainda no que concerne ao enunciado “esse povo me representa”, é importante notar o uso do dêitico “esse” e da forma verbal em terceira pessoa (“representa”) para



estabelecer uma referência ao substantivo “povo”, configurando efeito de sentido no qual o sujeito que enuncia estabelece uma relação não exatamente da ordem do pertencimento, mas daquela da representação, na qual o sujeito se distancia do referente e configura uma relação de objetificação. Uma leitura parafrástica possível desse enunciado, por meio da pronominalização, pode ser formulada da seguinte maneira: “Eles (esse povo) me representa(m)”, donde se pode compreender que há uma relação na qual quem é representado (e justamente por conta disso) não se coloca em relação de identidade com aqueles que denomina representantes. Para compreender o processo de subjetivação política implicado por esse efeito de sentido do enunciado é importante retomarmos as considerações de Coracini (2006) para quem o sujeito do ciberespaço é descrito em seu caráter hedônico como aquele que define sua felicidade “a partir da posse de objetos ou de pessoas objetificadas”<sup>86</sup>. Tendo essas considerações em mente, propomos aqui outra possibilidade de paráfrase, em voz passiva, resultando na forma “Eu sou representado por esse povo”. Como consequência dessa reformulação sintática, torna-se mais perceptível a relação objetificada que o “eu” estabelece com “esse povo”, que nesse movimento de paráfrase se configura sintaticamente como agente da voz passiva, cuja finalidade é representar o “eu”, servindo-lhe de meio e/ou instrumento para colocar em prática seus objetivos e métodos de ação política.

Em FBCB2-01 (fig. 59) temos a representação fotográfica da ocupação da área externa do Congresso Nacional associada aos dizeres “nunca se viu tanta gente honesta no congresso”. Temos, então, a contraposição dos termos “gente honesta”, conforme enunciado em FBCB2-01, e “esse povo”, ao qual FBVPR1-174 faz referência, a uma suposta falta de honestidade percebida entre os políticos, ocupantes das cadeiras no Congresso Nacional, com os quais “aquele povo” tem uma relação, no mínimo, (ainda) indiferente. É na dicotomia estabelecida entre “esse povo”, que é “gente honesta”, e sua resultante do processo de paráfrase (“aquele povo”), que o sujeito busca seu ponto de ancoragem política e moral, em detrimento dos setores

---

<sup>86</sup> Ao discutir o caráter hedônico do sujeito do ciberespaço, Coracini (2006) alerta para um tipo de subjetividade marcada pelo desconhecimento da alteridade. Esse sujeito, em busca do próprio gozo “simboliza muito pouco ou quase nada”, e sua relação com o outro é de natureza objetificada, para consumo. O hedonismo, o imediatismo e o desengajamento não constituem, contudo, exclusividade das cenas enunciativas do ciberespaço. São antes características verificáveis em contextos múltiplos da sociedade de consumo sob a hegemonia da razão neoliberal.

não mobilizados e das instâncias de representação política institucionalmente estabelecidas.



**Fig. 59** FBCB2-01

Ainda no tocante à rejeição à institucionalidade da política, expressa nas redes sociais digitais e também atribuída à parcela da população engajada nas Jornadas de Junho, mais especificamente, no que diz respeito ao Congresso Nacional e como este é representado pelos sujeitos, o enunciado FBCB2-21 (fig. 60) trata de uma alegada “invasão” ao prédio que é frequentemente enunciado, em especial pelos representantes do poder público, como a “casa do povo” (fig. 61).





Fig. 60 FBCB2-21

Fig. 61 Busca, no *Twitter*, pelo uso do termo “casa do povo” como referência ao parlamento brasileiro durante Junho de 2013<sup>87</sup>.

<sup>87</sup> Foi necessária uma busca complementar pelo termo “casa do povo” uma vez que essa designação, mesmo sendo recorrente no senso comum, não apareceu em nosso *corpus* sob nenhuma das duas *hashtags* escolhidas de acordo com nossa metodologia de coleta dos dados. Busca realizada em 11/07/2019. Termos usados: “casa do povo” since:2013-06-01 until:2013-06-30.

Embora a postagem se inicie pelo emprego da primeira pessoa do plural “consequimos”, percebemos, na mesma esteira do enunciado FBVPR1-174 (fig. 58), o estabelecimento do distanciamento entre o sujeito que enuncia e os manifestantes, por meio do uso do substantivo “invasão”, tornando elíptica e, conseqüentemente, ambígua a conjugação para o verbo “invadir”, configurando um efeito de sentido que remete a uma relação de natureza objetificada com aqueles que praticaram o ato reportado.

É sabido que o verbo “invadir” remete à apropriação indevida de um espaço por parte de quem não detém seu direito de posse ou uso. Desse modo, o substantivo “invasão”, utilizado para nomear um momento específico dos protestos que se deram diante do prédio do Congresso Nacional no dia 17 de junho de 2013 remete, pois, a uma ação desautorizada pelo Estado, uma transgressão da lei e que, portanto, confronta o poder institucional estabelecido, o que coloca sob questionamento a denominação do parlamento como “casa do povo”. De qual povo, afinal, seria essa casa, uma vez que é sugerida a segmentação da coletividade “povo” pelo uso do dêitico “esse”, que implica a existência de um “outro” povo, qual seja, “aquele povo”? Nesse âmbito, levando adiante nosso exercício parafrástico: “Esse povo” [que não sou “eu” e] que é “gente honesta” (FBCB2-01), “me representa” (FBVPR 1-174), ao se apropriar desse espaço por meio de uma “invasão”. Se, para ocupar um determinado espaço existe a necessidade da “invasão”, aquele que o faz não parece estar enunciado como alguém que esteja “em casa”. Ao contrário, o efeito de sentido propiciado pelo termo “invasão” remonta a ocupação de um espaço interdito, vedado a “esse povo” que, embora seja nomeado como uma “gente honesta”, comete um ato que transgride a lei. Esse efeito de transgressão sugerido pelo substantivo “invasão” pode ser explorado analiticamente, não apenas em termos jurídicos, mas também pela concepção de “lei” para a psicanálise, com a finalidade de compreendermos alguns elementos dos processos de subjetivação política que se dão no contexto das redes sociais digitais durante as Jornadas de Junho.

Ao analisar a relação do brasileiro com a lei, o psicanalista Tales Ab’Saber postula que

Em termos freudianos, [o perverso] é o que goza fora da lei, fora da norma. A psicanálise, de forma estrutural, disse: temos o neurótico, o psicótico e o perverso. Seriam três posições de equação e de nomeação da lei. Em termos gerais, poderíamos colocar a situação

brasileira no lugar do perverso. Numa categoria muito ampla. Quando nos aproximamos, chegamos a outras coisas mais interessantes, a uma formulação mais propriamente brasileira: oscilação entre não-ser e ser outro, oscilação constante, fragilidade de uma integridade do eu. Essa diferenciação de jogos simbólicos tem uma determinação histórica. Não é nenhum Édipo geral e abstrato, é o lugar específico no jogo do presente que põe essas equações (AB'SABER, 2006).<sup>88</sup>

Um olhar analítico para os enunciados em FBVPR1-174 (fig. 58), FBCB2-01 (fig. 59) e FBCB2-21 (fig. 60), à luz da concepção do sujeito do ciberespaço tal qual advogada por Coracini (2006) e das considerações de Ab'Saber (2006) a respeito da relação que o brasileiro estabelece com a lei, permite apontar esses gestos de distanciamento entre o sujeito que enuncia e “esse povo”, essa “gente honesta” como uma marca discursiva sugestiva de um processo de objetificação da relação com o outro e, por conseguinte, traço de uma possível característica de perversão nesse processo de subjetivação política. O tom elogioso e de celebração encoraja e ratifica o desafio da lei por parte daqueles com quem se estabelece uma relação instrumentalizada, não de pertencimento, mas de “representação”, cuja consequência imediata é o questionamento da lei e das instituições de Estado, tais quais os partidos políticos, as casas legislativas, o poder executivo, que se tornam alvo da “public anger”<sup>89</sup> (fig. 62), como veremos nas análises dos enunciados que se seguem.



**Fig. 62** TWVPR-354

<sup>88</sup> Entrevista concedida à Folha de São Paulo em 22/03/2006, disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u59001.shtml>>. Acesso em: 05 de junho de 2019

<sup>89</sup> Raiva pública (Trad. Nossa).



Fig. 63 FBVPR1-53

O quadro de descrédito institucional do qual são alvo a democracia e suas instâncias de representação é estendido, no enunciado FBVPR1-53, às ciências (“filosofia em vão”, “sociólogos de merda”, “racionalismo forjado”), nomeadamente as chamadas Ciências Humanas e Sociais, à mídia e às próprias redes sociais digitais, pela adoção de modos de dizer hiperbólicos. O sujeito parece advogar a característica de mudança social das Jornadas de Junho face à crítica oriunda dos setores que busca desqualificar em seu dizer, os quais, segundo ele, “tentam matar” “um pingão de esperança” atribuída ao potencial de mudança por ele representada nesse processo de mobilização social. Notemos que todas as instâncias, desqualificadas por meio de termos chulos, são esferas de atuação coletiva, cujo exemplo mais proeminente é a própria noção de democracia. É nessa ausência de um pudor do dizer que a organização social e política brasileira é representada enquanto não-democrática, referida como “essa merda que insistem em dizer ser democracia” (fig. 63). O efeito de sentido possibilitado pelo uso, em terceira pessoa, do verbo insistir (“insistem em dizer ser”) é indicativo de que o sujeito atribui a representação do Brasil enquanto país democrático a um “outro” que lhe é diametralmente oposto, utilizando do termo de baixo calão para desqualificar a percepção atribuída a seus oponentes imaginados.

Nessa esteira, sobressai o contraste, ao longo do enunciado, que se estabelece pelo uso de formas verbais e pronominais em primeira pessoa do singular (“não sei”, “não me interessa”, “me importa”) postas em funcionamento de modo a se opor,

simultaneamente, a interlocutores enunciados, ora pela segunda pessoa do plural (“vocês pessimistas”, “vocês tentam matar”, “insistem em dizer”, “estudaram como pseudorealidade”), ora pela terceira pessoa do plural (“sociólogos de merda”, “não sabem”, “apesar dos pessimistas”) dos quais o sujeito se vale para imputar certas formas de representação sobre as Jornadas de Junho que este contrapõe às suas próprias formas de representar aquele processo de mobilização. O que se tem, então, é um embate de representações entre um “eu” e um outro imaginado e enunciado, ora como “vocês” ora como “eles”. O que parece se configurar é um quadro tricotômico no qual o sujeito “eu”, que se entende como singular, único, estabelece o embate, simultaneamente, contra dois grupos coletivos: “vocês” e “eles”.

A percepção do embate entre formas de pensamento cuja origem é o indivíduo e outras representações atribuídas a coletivos nos remete às características de valorização da individualidade, que se constitui como traço marcante tanto das redes sociais digitais comerciais (LOVINK, 2011) quanto da razão neoliberal (BROWN, 2015; DARDOT & LAVAL, 2013) e das formas de se relacionar estabelecidas entre os sujeitos na chamada modernidade líquida (BAUMAN, 2001; BAUMAN & DONSKIS, 2013). A recusa da coletividade que se permite observar no enunciado corrobora a recusa do Estado e da política, posto que essas são formas de organização coletivas. Para além da tricotomia, um referente adicional é estabelecido pelo sujeito por meio do uso da terceira pessoa do singular para designar uma coletividade homogeneizante sob a forma “o brasileiro”, sobre o qual enuncia em discordância com percepções que atribui a(os) outro(s) e que julga como gesto de ignorância, de que este “não mexeu em nada” durante as Jornadas de Junho. Ao colocar em funcionamento o termo “o brasileiro”, para o qual o sujeito que enuncia reivindica a ação de “mexer” (na conjuntura social e política), temos um processo de personificação da nacionalidade enquanto sujeito da ação em detrimento de um sujeito assujeitado pelo Estado, pela mídia tradicional e pelas redes sociais. Esse “o brasileiro” é constituído, nesse dizer, como um “eu” coletivo desistoricizado, que aponta para um desejo, jamais realizável, de uma coletividade na qual a pluralidade é apagada. No enunciado em questão, “o brasileiro” das Jornadas de Junho é euforizado (FIORIN, 2000) como aquele que obteve o que calculou. Dito de outro modo, se “o brasileiro” não obteve tudo que desejava, desejou e planejou tudo que obteve.

O aspecto de desistoricização pode ser percebido pelo apagamento de reconhecidas conquistas populares anteriores às Jornadas de Junho, tais quais o

movimento “Diretas Já”, o “Fora Collor”, o movimento pela Assembleia Nacional Constituinte de 1988, para mencionar apenas alguns episódios de mobilização popular com relevante impacto para a chamada “Nova República”. Há um investimento, portanto, em uma forma de representar “o brasileiro” fundamentada na noção de agência, enquanto sujeito cartesiano que toma para si a responsabilidade por seu dizer e seu fazer. Esse sujeito desafia poderes estabelecidos pela lei e pela institucionalidade estatal e midiática, conflitando com formas de representação com as quais o sujeito alega se deparar “[n]o instagram” e “[n]o face”. Num gesto de identificação pontual com aquele que, inicialmente, nomeara por meio da terceira pessoa do singular (“o brasileiro”), o sujeito confronta formas de representação que afirma circular nas redes sociais digitais (“instagram” e “face”), enunciando em primeira pessoa do plural para questionar a percepção de que “somos presos à demagogia midiática”. Desse modo, o enunciado endossa aquilo que representa como característica de espontaneidade e independência do “ato” que se constitui como possibilidade de deslocamento social e político, sugerido pelo verbo “mexer”.

As instâncias básicas das democracias liberais, que Brown (2015) argumenta vir sendo desfeitas, em grande medida, pela influência da razão neoliberal na constituição das subjetividades na contemporaneidade, são alvo de descrédito e desprezo, o qual se manifesta com recorrência ao longo de todo o *corpus*, conforme podemos depreender da aposta na individualidade exercida no enunciado FBVPR1-53. A forma instrumentalizada que caracteriza a relação estabelecida entre o sujeito e “o brasileiro” corrobora a perspectiva já defendida em análises anteriores que constam desse capítulo (FBVPR1-174, FBCB2-01, FBCB2-21), as quais apontam para um sujeito de natureza individualista, cujas marcas discursivas remetem ao hedonismo (CORACINI, 2006), cujo prazer e formas de identificação desconhecem ou deslegitimam a alteridade, e a um modo de se relacionar com o mundo e com o outro a partir da objetificação, característica que, sob a óptica da psicanálise (AB’SABER, 2006) é indicativa de traço de perversão, tomada aqui enquanto “uma renegação ou um desmentido da castração” (ROUDINESCO & PLON, 1998, p. 585), assim, na ausência do recalque da lei, o sujeito passa a desafiá-la ou transgredi-la.

Na sequência, apresentamos dois outros excertos que ilustram essa tendência na forma como os sujeitos representam as instituições constitucionalmente previstas.



**Fig. 64** - Comentário em FBVPR2-16

O enunciado apresentado na fig. 64 consiste em um comentário em FBVPR2-16 que trata da Proposta de Emenda Constitucional 280 (PEC280), de autoria do então Deputado Federal Clodovil Hernandes. Segundo a PEC em questão, o número de representantes seria reduzido dos atuais 513 para 250 Deputados Federais. Ao comentar sobre a proposta, o sujeito que enuncia representa o Senado Federal com uma instância cuja função seria supostamente nula (“Hoje não serve pra nada”), defendendo sua “extinção”. Seguindo essa mesma postura de recusa à política, em um trecho do comentário na postagem FBVPR3-22 (fig. 65), que indaga os seguidores da página a respeito do pronunciamento da então Presidenta Dilma Rousseff, o sujeito se utiliza de um termo pertencente à formação discursiva da área médica para defender a “erradicação” do Partido dos Trabalhadores (PT), de seu opositor histórico, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB, hoje MDB), este último nomeado, novamente, pela remissão à formação discursiva médica, enquanto um “câncer”.

com risadas nos bastidores, da cara dos brasileiros enganados. Pensemos bem, brasileiros, PT, PSDB e o grande câncer PMDB devem ser erradicados do poder, aliás precisamos de uma redução de custos na máquina do governo, não precisamos de senado, nem de altos salários para deputados, suplentes, e cargos arranjados de garçons. Também não precisamos de 200 partidos,

**Fig. 65** – Trecho de comentário em FBVPR3-22

A postulada “extinção” ou “erradicação” de instituições, bem como a representação do Senado Federal enquanto casa parlamentar desnecessária, são advogadas com base em dizeres oriundos da formação discursiva do neoliberalismo para discorrer sobre a necessidade de “redução de custos na máquina do governo”, corroborando o argumento de Dartot & Laval (2013) que postulam que, na razão neoliberal, a “política é esvaziada de seu sentido político” sendo a atribuição estatal reduzida à aplicação das chamadas “boas práticas” de governança, em detrimento de uma percepção do Estado e da política como instância cuja função primordial seria a garantia de direitos de cidadania que, supostamente, contribuiriam para equilibrar as



assimetrias entre o mercado e os cidadãos. Dito de outro modo, a racionalidade neoliberal defendida sob a óptica mercadológica pautada no conceito de “gestão”, pelo uso de termos como “redução de custos”, “[redução/corte] de altos salários para deputados”, que outrora se constituía como razão instrumental, apresenta-se, no contexto do neoliberalismo, como uma razão prática (BROWN, 2015), ou seja, o fim em si mesmo com vistas a banir a corrupção da política eliminando instâncias e segmentos da própria política.

Nessa esteira, os poderes executivo e legislativo são representados por termos tomados de empréstimo da formação discursiva jurídica de tom policialesco, sendo qualificados como “ladrões” TWVPR-218 (fig. 66), os quais se agrupam coletivamente em “quadrilhas” (FBVPR2-38 fig. 67). Se estabelecermos um paralelismo entre essas proposições e as formas de representação que advogam a extinção de partidos e casas parlamentares, nos é possibilitada uma rota interpretativa que remete a um efeito de sentido no qual postula-se que, para eliminar o crime, o caminho é a extinção do indivíduo ou da instituição que o comete.

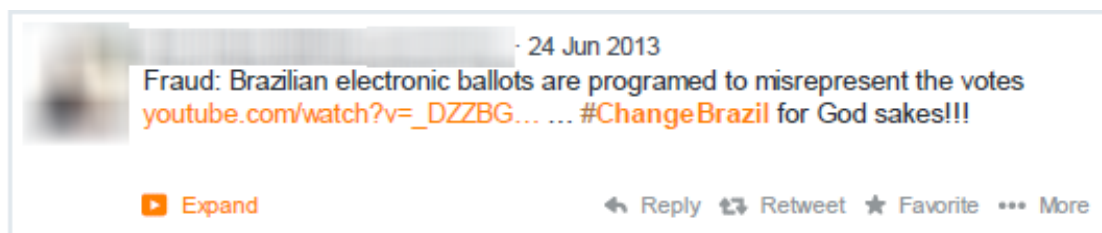


**Fig. 66** TWVPR-218



**Fig. 67** FBVPR2-38

Esses (não)representantes, categorizados a partir de termos que remetem ao mundo do crime, têm sua eleição atribuída a um processo alegadamente fraudado (TWCB-1312 fig. 68).





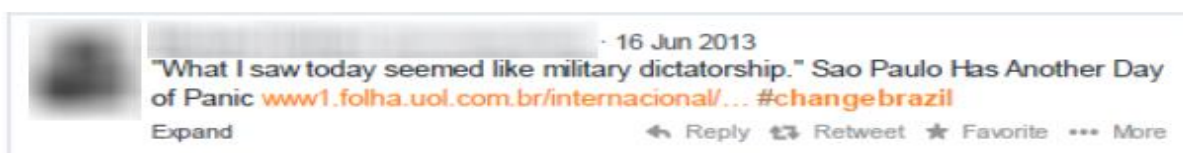
**Fig. 68** TWCB-1312

Considerando a postura de criminalização das Jornadas de Junho exercida pelo discurso oficial do Estado, quando dos primeiros atos, ocasiões nas quais as ações de rua foram descritas, na fala do então prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, como “violência” e nomeadas pelo então governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, como “vandalismo”, os enunciados que se seguem sugerem uma espécie de disputa pela narrativa e pelo poder que se dá, através da linguagem, de nomear o outro, cuja representação se equipara à imagem do transgressor (Figs. 66 e 67), evocando em TWCB-95 (fig. 71) a memória discursiva da ditadura civil-militar (1964-1985) para sustentar essa percepção.

**Fig. 69** TWVPR-153 – Inscrição “Violento é o Estado” em transporte coletivo.

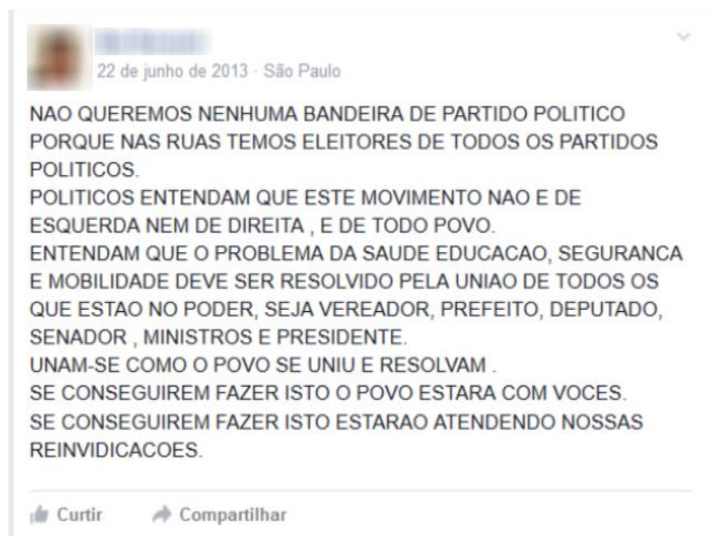


**Fig. 70** TWVPR-1036 – Ao centro, cartaz com dizeres “Estado Assassino”.



**Fig. 71** TWCB-95.

Na esteira dessa recusa de natureza expressivo-disruptiva (DOIMO, 1995) da institucionalidade estatal e, conseqüentemente, do exercício da política pelas vias tradicionais das instâncias da democracia representativa encontramos, ao longo do *corpus*, significativa regularidade de enunciados que representam negativamente as tentativas de participação de militantes de alguns partidos políticos, em especial aqueles ditos de esquerda, com os quais, apesar de sua postulada independência, o MPL mantinha relação de cooperação e cordialidade, conforme atesta sua nota pública de 20 de junho de 2013 (Cf. fig. 47). Os enunciados que seguem são exemplares dessa regularidade de representações acerca dos partidos políticos, suas tentativas de participação nos atos de rua e do caráter, alegadamente apartidário, das manifestações, cujo desejo de manutenção é manifesto.



**Fig. 72** FBVPR1-49

O enunciado FBVPR1-49 (fig. 72) evidencia uma relação entre o sujeito e os partidos políticos na qual um dos possíveis efeitos de sentido remete, predominantemente, ao universo eleitoral silenciando outras funções previstas para esse tipo de agremiação como, por exemplo, a de representação de um segmento social ou de uma ideologia. Esse efeito de sentido emerge da nomeação dos manifestantes que ocupam as ruas enquanto “eleitores de todos os partidos políticos”, favorecendo interpretações que atribuem a essa coletividade um suposto caráter plural e suprapartidário, que aqui distinguimos de apartidarismo, uma vez que “eleitores de todos os partidos” constituem a coletividade à qual o sujeito se refere. Esse aspecto é, contudo, contraditado na sequência do enunciado, na medida em que o sujeito renomeia esses “eleitores”, em sua dimensão coletiva, não mais como “o movimento”, mas sob a forma lexical “o povo”. Ao estabelecer o processo de renomeação (GUIMARÃES, 2002), “o movimento” é representado com base em uma relação instrumentalizada de pertencimento dada pela preposição de subordinação “de”, cuja relação enquanto objeto de posse se dá com a forma homogeneizante “todo povo”, contribuindo para o apagamento das diferenças políticas e ideológicas inicialmente enunciadas. Essa relação de pertencimento é que parece dar sustentação à postura de recusa aos partidos advogada no enunciado. Sendo “todo povo” uma formação social e política heterogênea para a qual o sujeito parece almejar um ponto de intersecção que possa amalgamá-la, dando-lhe ares de homogeneidade sob a designação coletiva, por meio de um objeto de pertencimento em comum, “o movimento”, a explicitação da diferença que poderia ser acarretada pela presença de

bandeiras de partidos políticos diversos passa a ser indesejável e, por vezes, hostilizada, conforme podemos observar em TWCB-1139 (fig. 73).



Fig. 73 TWCB-1139

A proposição “This is NOT a political #Riot” enunciada em TWCB-1139, ilustrada pela imagem do momento em que uma bandeira do PT é queimada pelos manifestantes, sugere, por um lado, o deslizamento de sentidos do “apartidarismo” reivindicado desde os momentos iniciais das Jornadas de Junho na direção de um viés antipartidário, conforme procuramos argumentar, na medida em que ambos representam a política como essencialmente institucional (eleitores, partidos, vereador, prefeito, etc.) em oposição aos termos “movimento” e “riot”<sup>90</sup> para designar uma coletividade, que parece buscar pertencimento em identidades que se constituem pelas formas negativas “nem de esquerda nem de direita”, portanto, “NOT a political #Riot”<sup>91</sup>. A materialidade linguística dos enunciados em questão remete a um processo discursivo no qual, na esteira da racionalidade neoliberal, a política é esvaziada de sua dimensão política (DARDOT & LAVAL, 2013), uma vez que a polêmica que poderia ser trazida à tona pela multiplicidade partidária é evitada, privilegiando-se empreender no sentido de um desejado consenso, cujo efeito aponta

<sup>90</sup> Protesto, em tradução livre. (Trad. Nossa)

<sup>91</sup> Um protesto não-político. (Trad. Nossa)

para o silenciamento das diferenças, na medida em que o sujeito define “o movimento” num entrelugar do espectro político-ideológico não de afirmação, mas de negação, “o movimento não é nem de esquerda nem de direita”, portanto “não é político”. Outros enunciados no *corpus* apontam para esse movimento que opõe os partidos políticos a noções totalizantes, como é o caso de TWVPR-839 (fig. 74).

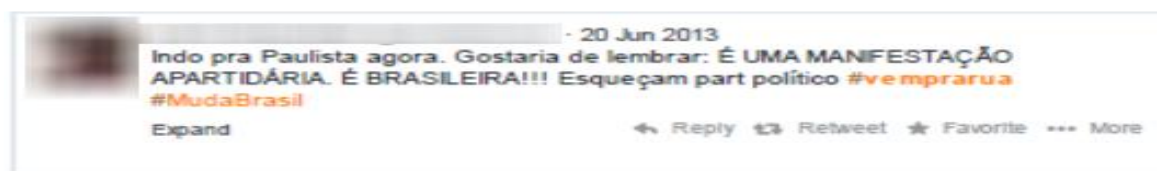


Fig. 74 – TWVPR-839

Nesse enunciado, o sujeito coloca em relação de equivalência semântica os adjetivos “apartidária” e “brasileira” para qualificar “a manifestação”<sup>92</sup>. O recurso analítico da paráfrase nos permitirá depreender seus possíveis efeitos de sentido. Propomos, inicialmente, o exercício de denegação do excerto “É UMA MANIFESTAÇÃO APARTIDÁRIA. É BRASILEIRA!!!”, do qual temos as resultantes “**NÃO** É UMA MANIFESTAÇÃO APARTIDÁRIA. **NÃO** É BRASILEIRA!!!” e “É UMA MANIFESTAÇÃO **PARTIDÁRIA**. **NÃO** É BRASILEIRA!!!”<sup>93</sup>.

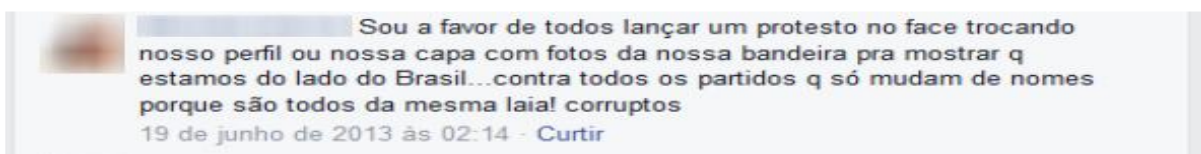
O recurso à paráfrase nos ajuda a compreender o efeito de oposição que o sujeito estabelece entre sua forma de representar a identidade nacional e a vinculação da manifestação, bem como daqueles que dela participam, a um partido político. Temos um efeito de sentido que sugere uma zona de interdição identitária do tipo “ou... ou”. É vedada tanto à manifestação quanto àqueles que dela fazem parte o pertencimento simultâneo à identidade brasileira e partidária, cabendo uma escolha com consequências para o conceito de patriotismo que, como já mencionamos no Capítulo 1, encontra-se em evidência nas condições de produção das Jornadas de Junho por conta, dentre outros fatores, da simultaneidade que esse processo de mobilização teve com a Copa das Confederações. De acordo com a proposição, ou se é brasileiro – atendendo a condições forjadas para atender certas expectativas -, ou se é partidário. Essa forma de categorização da identidade nacional exerce pressão para a tomada de um posicionamento. Consequentemente, posicionar-se

<sup>92</sup> Nota-se no enunciado o emprego de ênfase por meio do uso de trechos em caixa alta, consagrado na modalidade escrita da internet como representativa de gritos ou ênfase.

<sup>93</sup> Grifos nossos.



como partidário implicaria uma identificação ao não-brasileiro desprovido, portanto, do aspecto patriótico. O enunciado que encerra o *tweet* utiliza-se da voz imperativa para prescrever a necessidade de se “esquecer” os partidos. Tomando a origem lexical do vocábulo “partido”, temos que este termo remete à noção de parte, segmento e, portanto, divisão social e ideológica. A prescrição em TWVPR-839 traz como possível efeito o desejo do sujeito pelo apagamento das diferenças sociais e políticas, silenciando determinadas formas de subjetivação em detrimento da unidade em torno do conceito imaginado de nação (HALL, 2001). Esse efeito de sentido que estabelece a oposição entre a vinculação partidária, que remete à heterogeneidade e ao embate político, e o pertencimento à nação, que homogeneiza as subjetividades sob o manto da identidade nacional, pode ser percebido também no comentário do sujeito em FBVPR2-47 (fig. 75)



**Fig. 75** comentário em FBVPR2-47

O enunciado coloca em funcionamento a imagem da bandeira nacional, símbolo de patriotismo, como instrumento de distinção entre dois *habitus* (BOURDIEU, 1979 [2007]), representados como polos opostos, lados rivais do mesmo jogo identitário. De um lado, está o Brasil e, do outro, “todos os partidos”. Em que pese a origem da palavra “partido”, que remete à noção da parte de um todo, o sujeito representa esses componentes institucionais das democracias como idênticos entre si, tendo como suposta e única diferença o fato que “mudam de nomes porque são todos da mesma laia! corruptos”. Para além da oposição entre ser ou não brasileiro que se configura em TWVPR-839 (fig. 74) temos mais implicações semânticas que emergem como efeitos de sentido desse enunciado. Trata-se não apenas da questão da identificação com o patriotismo, mas também com valores morais. Ora, se o sujeito é chamado a se filiar a um lado (do Brasil) contra o outro (dos partidos, representados em sua totalidade como corruptos), não seguir a prescrição estabelecida nesse enunciado implica posicionar-se alinhado à corrupção configurando aspecto de degeneração moral.

Nosso percurso analítico até o momento nos permite perceber deslizamentos

semânticos a respeito da forma como o reivindicado apartidarismo das Jornadas de Junho é representado em diferentes enunciados e suas formas de representação.

Desta forma, em diferentes enunciados o termo “apartidário” e suas derivações parecem adquirir efeitos de sentido distintos, tais quais: a) uma postura que se configura pela admissão do convívio com os partidos e seus membros mas é independente dessas siglas, embora esteja posta a possibilidade de acordos programáticos pontuais, conforme sugere a nota do MPL (Cf. fig 47); b) uma atitude de coexistência em que não-partidários e partidários coexistem no mesmo espaço mas operam na zona de apagamento de suas diferenças em busca de objetivos consensuais, configurando um aspecto suprapartidário; c) uma perspectiva de rejeição que representa os partidos como nocivos, moral e eticamente degenerados com os quais, portanto, o convívio é indesejado, sendo esses posicionados no lugar do inimigo dos “brasileiros”.

O adjetivo “apartidário” é definido no Dicionário Houaiss<sup>94</sup> como:

1. Que não segue um partido
2. Que não apoia nenhuma das partes litigantes, que não toma partido

É importante salientarmos, apoiados nas definições supracitadas, que o ato de não seguir, não apoiar outrem ou não tomar parte em um determinado litígio não implica a ideia de oposição, mas de indiferença ou suposta neutralidade em relação ao objeto.

A ocorrência do vocábulo “apartidário” e suas derivações ao longo do *corpus* para qualificar as Jornadas de Junho, no entanto, sugere que uma multiplicidade de sentidos se instala na medida em que os sujeitos empregam o termo para representar esse processo de mobilização enquanto: a) independente de partidos políticos; b) de caráter suprapartidário; e c) de natureza antipartidária. Essa última forma de representação do “apartidarismo” se mostra mais recorrente ao longo do *corpus*.



**Fig. 76** TWCB-1323

O enunciado TWCB-1323 (fig. 76) nos parece um caso exemplar desse

<sup>94</sup> Dicionário Houaiss eletrônico V 3.0.

deslocamento de sentidos ao qual é submetido o termo “apartidário” e suas derivações.

Diante do quadro de descrédito institucional, condições de produção nas/pelas quais a democracia brasileira é representada, o sujeito que enuncia sugere seu pouco apreço pelos valores democráticos tais quais os percebe, uma vez que autoriza sua designação enquanto “fascista”, o que implica a aceitação da associação a um regime totalitário, em detrimento de um eventual convívio “com partidos políticos”, cuja menção no plural remete a regimes bipartidários ou pluripartidários – característica comum a muitas democracias liberais - nos protestos.

Embora todas as agremiações partidárias que ocupavam poderes locais tenham sido afetadas por essa recusa (o PSDB de Geraldo Alckmin e Marconi Perillo, respectivamente em São Paulo e Goiás à época, o PMDB do então governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral e do prefeito da capital fluminense Eduardo Paes, bem como o PT do, à época, prefeito paulista Fernando Haddad, para mencionar alguns chefes de poderes executivos locais), a regularidade dos enunciados sugere que, à medida que o processo de reivindicação se federalizou, os principais alvos dessa rejeição passaram a ser os representantes dos poderes em sua dimensão nacional, tais quais, a então Presidenta da República<sup>95</sup>, as casas legislativas, seus membros e partidos.

Nesse contexto em que o processo de mobilização é investido de caráter nacional, em especial após a revogação do aumento das tarifas, ou seja, após o atendimento total ou parcial de reivindicações locais, a então Presidenta Dilma Rousseff se pronuncia, no dia 21 daquele mês, em rede nacional, logo após os atos de rua que se deram no dia anterior.

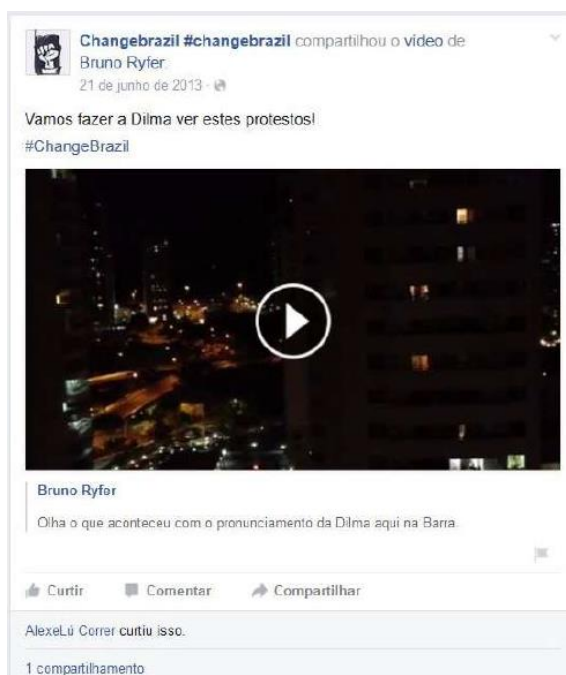
Em FBCB3-32 (fig. 77) temos o compartilhamento de um vídeo que registra a reação de moradores da Barra da Tijuca, área nobre da cidade do Rio de Janeiro, seguida do enunciado “vamos fazer a Dilma ver esses protestos”, definindo a então Presidenta como destinatária das manifestações registradas no material audiovisual. No vídeo, a câmera tem sua posição alterada diversas vezes na direção, ora de um aparelho de televisão, ora para a sacada do apartamento de quem faz a filmagem, registrando que, simultaneamente à fala da mandatária da República, as luzes dos prédios ao redor piscam, ao som de vaias e gritos, que são proferidos tanto por quem executa a filmagem quanto por outros moradores circunvizinhos, com termos como

---

<sup>95</sup> Ver nota 52.



“fora Dilma” e adjetivações, tais quais, “filha da puta”, “sapatão”, “mentirosa” e “pilantra”. Os termos utilizados para qualificar a Presidenta dão o tom, não só de uma insatisfação de uma parcela da sociedade com a política e os políticos, mas também de alguns preconceitos sociais, sobre os quais trataremos em momento posterior do presente capítulo, quando analisaremos o conjunto de enunciados em FBVPR2-18.



**Fig. 77** - FBCB3-32 – Vídeo registra reação de moradores da Barra da Tijuca, Rio de Janeiro – RJ, ao pronunciamento da então Presidenta Dilma Rousseff em 21 de junho de 2013<sup>96</sup>.

O êxito do atendimento da reivindicação central e primeira das Jornadas de Junho (a revogação do aumento das tarifas de transporte) e seu possível efeito de empoderamento dos setores mobilizados diante do Estado contribuem para uma percepção de que “a luta não acabou” (Cf. FBVPR1-67 fig. 79), o que possibilita a abertura de espaço, no processo de mobilização, para que outras pautas, que já disputavam centralidade com a questão do transporte público nas ruas e redes sociais, se tornassem mais proeminentes. É nesse contexto que as reivindicações de tom moralizante, especialmente aquelas que tratam da temática da corrupção, essencialmente percebida como inerente à política e, por conseguinte, ao Estado (SOUZA, 2015), ganham destaque nas redes e nas ruas. Dentre os assuntos mais

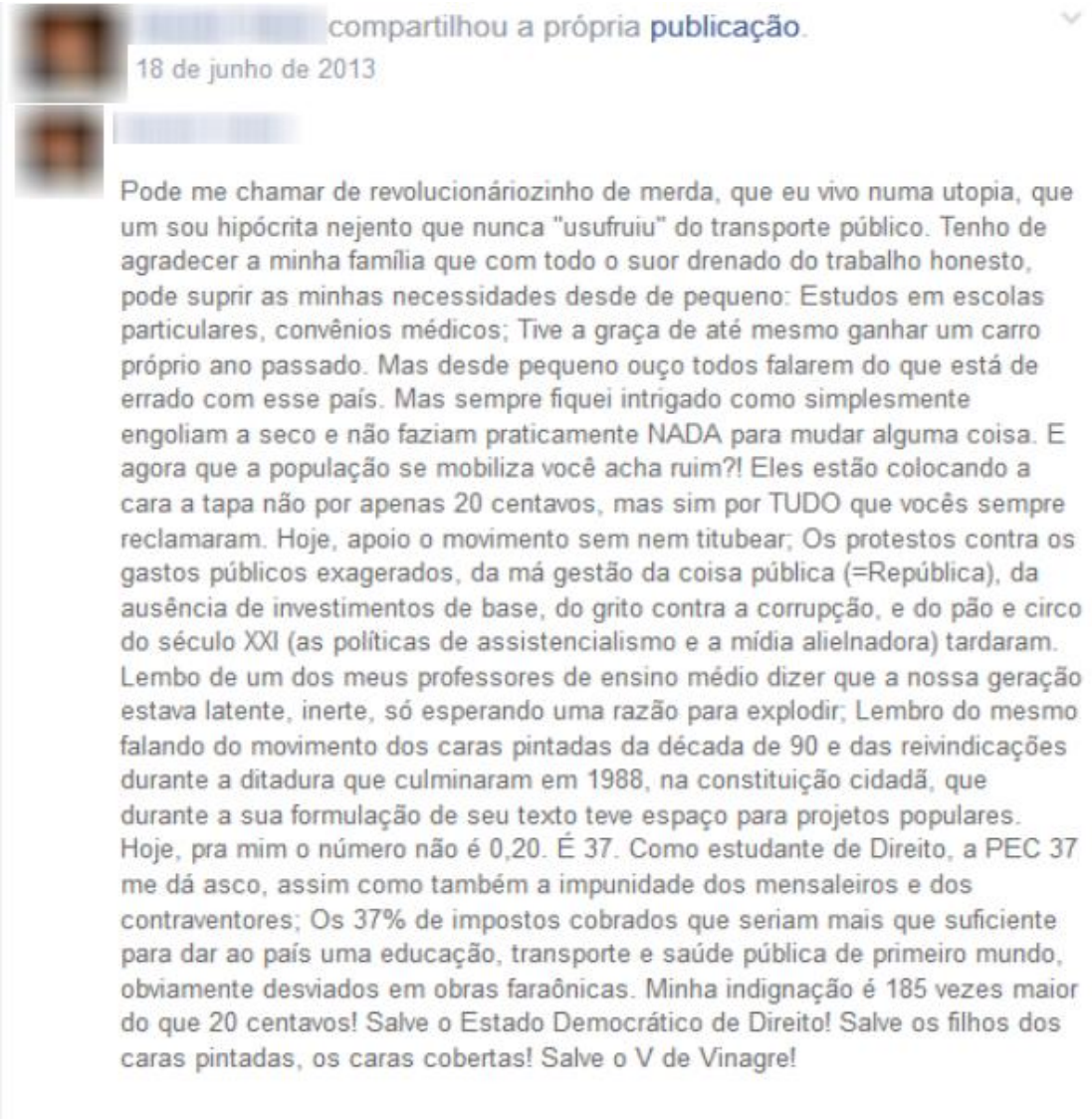
<sup>96</sup> Disponível em <<https://www.facebook.com/brunoryfer/videos/10200336392347046/>>. Acessado em 09 de jun. de 2019.

abordados, figura a polêmica em torno da Proposta de Emenda Constitucional 37/2011 (PEC 37) que, em consonância com formas de representação que circularam na mídia corporativa<sup>97</sup>, àquela época, é majoritariamente representada ao longo do *corpus* como nociva ao país por, supostamente, limitar o poder de investigação do Ministério Público Federal, conforme sugerido em FBVPR1-312 (fig. 78), ao enunciar que “Hoje, pra mim o número não é 0,20. É 37”. Na sequência do enunciado, o sujeito ocupa a posição de sujeito-do-direito inscrevendo-se na formação discursiva do campo jurídico para enunciar sua repulsa ou, nas palavras do sujeito, seu “asco” com o que considera ser a “impunidade dos mensaleiros e dos contraventores”, em referência aos envolvidos na Ação Penal 470 que ficara conhecida como “mensalão”.

A suposta permissividade atribuída à PEC37 no que diz respeito à corrupção contribui para validá-la como objeto central contra o qual os manifestantes se posicionam (ou deveriam se posicionar), elevando-a à condição de novo “foco” desse momento das Jornadas de Junho, conforme sugere FBVPR1-67 (fig. 79).

---

<sup>97</sup> Ver Capítulo 1 acerca do segundo editorial de Arnaldo Jabor na edição do Jornal da Globo de 18 de Junho de 2013.

A screenshot of a Facebook post. At the top, a blurred profile picture is followed by the text 'compartilhou a própria publicação.' and a date '18 de junho de 2013'. Below this is another blurred profile picture and the start of a text post. The text is a long paragraph expressing a critique of Brazilian society and public services, mentioning topics like public transport, education, and corruption. The text ends with a call to 'Save the State Democratic of Law!' and 'Save the sons of the painted faces, the covered faces! Save the V of Vinegar!'.

compartilhou a própria publicação.

18 de junho de 2013

Pode me chamar de revolucionáriozinho de merda, que eu vivo numa utopia, que um sou hipócrita neuento que nunca "usufruiu" do transporte público. Tenho de agradecer a minha família que com todo o suor drenado do trabalho honesto, pode suprir as minhas necessidades desde de pequeno: Estudos em escolas particulares, convênios médicos; Tive a graça de até mesmo ganhar um carro próprio ano passado. Mas desde pequeno ouço todos falarem do que está de errado com esse país. Mas sempre fiquei intrigado como simplesmente engoliam a seco e não faziam praticamente NADA para mudar alguma coisa. E agora que a população se mobiliza você acha ruim?! Eles estão colocando a cara a tapa não por apenas 20 centavos, mas sim por TUDO que vocês sempre reclamaram. Hoje, apoio o movimento sem nem titubear; Os protestos contra os gastos públicos exagerados, da má gestão da coisa pública (=República), da ausência de investimentos de base, do grito contra a corrupção, e do pão e circo do século XXI (as políticas de assistencialismo e a mídia alienadora) tardaram. Lembo de um dos meus professores de ensino médio dizer que a nossa geração estava latente, inerte, só esperando uma razão para explodir; Lembro do mesmo falando do movimento dos caras pintadas da década de 90 e das reivindicações durante a ditadura que culminaram em 1988, na constituição cidadã, que durante a sua formulação de seu texto teve espaço para projetos populares. Hoje, pra mim o número não é 0,20. É 37. Como estudante de Direito, a PEC 37 me dá asco, assim como também a impunidade dos mensaleiros e dos contraventores; Os 37% de impostos cobrados que seriam mais que suficiente para dar ao país uma educação, transporte e saúde pública de primeiro mundo, obviamente desviados em obras faraônicas. Minha indignação é 185 vezes maior do que 20 centavos! Salve o Estado Democrático de Direito! Salve os filhos dos caras pintadas, os caras cobertas! Salve o V de Vinagre!

Fig. 78 - FBVPR1-312



**Fig. 79** - FBVPR1-67

A pauta inicial das Jornadas de Junho transita, então, de uma reivindicação que solicita maior presença estatal na regulação dos interesses econômicos que influenciam o preço do transporte coletivo na direção de uma pauta de tom moralizante anticorrupção, essencialmente percebida na política e nas instituições estatais de um modo mais amplo (Cf. SOUZA, 2015). Nesse processo de câmbio entre um momento e outro do processo de mobilização social, ecoam dizeres que já se encontravam em circulação na mídia corporativa e nas redes sociais digitais, os quais investem o poder judiciário de prestígio junto a uma parcela numericamente considerável da população que se percebe prejudicada pela corrupção. Ainda no tocante às formulações resultantes de FBVPR1-67, temos a instauração de novas dicotomias que surgem nesse momento em que outras reivindicações passam a ocupar um lugar de centralidade. Em FBVPR1-67 (fig. 79), por exemplo, ao ser instado a argumentar sobre o que enuncia como a “venda do MPL”, o sujeito que origina a postagem estabelece a oposição MPL x POVO.

O movimento que fora o motor de ignição das Jornadas de Junho é acusado de não honrar o apoio recebido em sua pauta inicial, tendo “virado as costas” para

seus apoiadores sob o que se considera “desculpa esfarrapada da direita”<sup>98</sup>. Nesse processo de designação o MPL não é “o povo” ou sequer parte deste, tendo sido por ele apoiado, sendo-lhe, portanto, exterior.

Parece estar posta uma questão interpretativa no que concerne ao efeito de sentido do termo “apartidário”. Tanto os dizeres do MPL-SP quanto a regularidade verificada no *corpus* enunciam o caráter reivindicadamente apartidário das Jornadas de Junho. A teoria da Análise de Discurso (ORLANDI, 1999 [2002]) nos alerta para o fato de que os sentidos, ao serem postos em circulação pelo sujeito no ato de enunciar, não se constituem a partir da estabilidade, manifestando-se em sua uma natureza flutuante, instável, constituindo objeto de disputas e imbricamentos ideológicos que se inscrevem na história e se vinculam a diferentes formações discursivas.

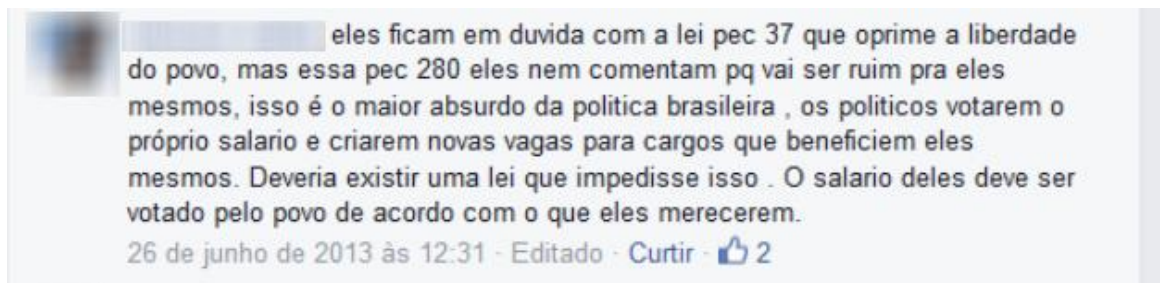
É nesse quadro de acirramento, de disputas e imbricamentos entre posições sociais, políticas, ideológicas e, conseqüentemente, de formas de representação e narrativas das/sobre as Jornadas de Junho que o sujeito afirma, no comentário em FBVPR2-16 (fig. 80), que a PEC 37 “oprime a liberdade do povo”. Segundo o *site* oficial da Câmara dos Deputados, a referida PEC “acrescenta o § 10 ao art. 144 da Constituição Federal para definir a competência para a investigação criminal pelas polícias federal e civis dos Estados e do Distrito Federal” (BRASIL, 2011b).

O texto estabelece, portanto, limites de competência ao Ministério Público Federal (MPF), tornando vedada a possibilidade de que esta instância do poder judiciário pudesse conduzir atos de investigação criminal. Ao enunciar que a referida proposta de emenda à Constituição Federal “oprime a liberdade do povo”, o sujeito estabelece uma relação de equivalência em que ambas as expressões referenciais (“ministério público” e “o povo”) apontam para um mesmo referente, sugerindo a identificação, supostamente popular, com o poder judiciário. Desse modo, o dizer desse sujeito remete a marcas discursivas que sugerem um processo de representação no qual a política e o Estado são judicializados, submetidos à

---

<sup>98</sup> Embora a sintaxe do enunciado não estabeleça uma relação completamente inequívoca, lendo o enunciado em seu contexto temporal (21 de junho), podemos relacionar a locução “desculpa da direita” aos eventos descritos na Nota do MPL de 20 de junho de 2013, na qual o MPL-SP lamenta o que denomina como ocorrência de fatos “isolados” e “lamentáveis” em referência à hostilização de grupos ligados a partidos ditos de esquerda. Ao fazê-lo, o MPL-SP se posiciona programaticamente e alega que as bandeiras que defende coincidem com “defesa histórica das organizações de esquerda” reivindicando ser delas “parte” e “fruto”.

“liberdade do povo”, que à luz da leitura do texto da PEC 37 e dos processos de equivalência que o sujeito estabelece no enunciado, pode ser compreendida como a própria “liberdade” do MPF.



**Fig. 80** Comentário em FBVPR2-16

Processos de identificação entre os setores mobilizados e o poder judiciário, que remetem formas de representar a política sob um viés que a judicializa, podem ser percebidos também em FBVPR3-12 (fig. 81), que enuncia a respeito de outra proposta de emenda à Constituição: a PEC33/2011. No enunciado em questão, o “nós” implicado pela utilização da segunda pessoa do plural em verbos como, “vamos”, “temos” e “vencemos” estabelece relação de proximidade de interesses entre uma subjetividade coletivizada e o Supremo Tribunal Federal (STF), cujas prerrogativas são objeto de regulamentação da PEC33, que, segundo o site oficial da Câmara dos Deputados,

condiciona o efeito vinculante de súmulas aprovadas pelo Supremo Tribunal Federal à aprovação pelo Poder Legislativo e submete ao Congresso Nacional a decisão sobre a inconstitucionalidade de Emendas à Constituição. (BRASIL, 2011a)





Fig. 81 FBVPR3-12

Além da metáfora das “batalha(s)” constituintes de uma “guerra” que, pode-se supor que, pelos efeitos de sentido que emergem, se dá entre a lei (instituições investigativas e punitivas do poder judiciário) e a política institucional (poderes executivo e legislativo), a representação negativa de uma suposta retirada de poder do STF aponta, novamente, para a supervalorização do poder judiciário, cujas intervenções na esfera política são investidas, pelos dizeres, de caráter redentor da corrupção e percebida no âmbito da política e da administração estatal.

Em 25 de junho de 2013 a PEC 37 foi rejeitada, na Câmara dos Deputados, pelo placar de 430 contrários, 9 favoráveis, e 2 abstenções. Esse evento político é apresentado em tom de comemoração, em FBVPR2-18 (fig. 82), sob a designação de “vitória do povo brasileiro”, “muito mais importante que qualquer jogo da seleção”, em referência ao contexto de Copa das Confederações, e dando a entender a expectativa de continuidade do processo de mobilização e do compartilhamento de seus conteúdos nas redes<sup>99</sup>.

<sup>99</sup> Embora as métricas de interação não constituam um ponto central para nossa análise, acreditamos ser oportuno salientar que a *fanpage* que designamos na segmentação de nosso *corpus* pela sigla FBCB2 é, com larga vantagem, a que mais produz postagens com características que permitem qualificá-las como virais. A esse respeito notamos, ainda, que na maioria das postagens constam pedidos explícitos para que os seguidores da página compartilhem seus conteúdos, visando aumentar sua visibilidade. Uma quantidade considerável de postagens dessa página estabelece uma meta numérica de compartilhamentos, sob a forma “Rumo a X compartilhamentos”, onde X é a meta estabelecida, como é o caso específico de FBCB2-18.



**Fig. 82** FBVPR2-18

À postagem se seguem comentários que, majoritariamente, endossam a posição favorável à derrota da PEC 37 (fig. 83), muitos dos quais são marcados pela ausência de um freio no dizer que, conforme já argumentamos na Introdução e no Capítulo 2 da presente Tese, é uma característica aparentemente resultante do efeito de liberdade proporcionado pelas redes sociais digitais, que contribui para a dilatação de zonas de interdição do discurso.





**Fig. 83** FBVPR2-18 – Alguns comentários selecionados.

O conjunto de comentários que selecionamos em FBVPR2-18 sugere que, para uma parcela dos sujeitos envolvidos no debate, ter sua proposta aprovada por vultosa maioria não lhes basta. Os modos de dizer e o léxico mobilizado pelos sujeitos apontam para uma característica de intolerância para com os divergentes que, no caso, consistem nos 9 deputados que votaram a favor da PEC 37. Não parece ser bastante, para esse sujeito, a constituição de uma maioria, por mais numericamente vantajosa que ela seja, para garantir a “vitória”. É preciso divulgar “os nomes dos 9 que votaram a favor da PEC 37” e, até mesmo, dos 2 parlamentares que se abstiveram, expondo-lhes naquilo que se considera um traço de negatividade.

Essa percepção negativa do adversário político que se deseja expor ou eliminar (Cf. FBVPR1-310 e primeiro comentário da fig. 83), como forma de punição pelo fato de este ter se posicionado em espectro oposto ao que se enuncia ser o “povo brasileiro”, é referida, de modo consideravelmente recorrente, por meio de tom hiperbólico, remontando ao discurso de ódio e preconceitos de gênero e orientação

sexual, por meio de termos que remetem a formações discursivas do patriarcado, tais quais: “9 FILHAS DAS PUTAS E 2 VIADOS INDECISOS”, “9 filhos d umas éguas” e “os merda que mamam na teta da Dilma”. Ainda que aquele que se representa negativamente seja do gênero masculino, o xingamento proferido visa ou a desqualificação deste por meio do ataque à virilidade pela atribuição de uma suposta homossexualidade, à mulher (sua mãe) ou, ainda, à suposta relação de natureza não-republicana com a então Presidenta da república, em sua condição de mulher, pela metáfora sexualizada “mamam na teta da Dilma”.



**Fig. 84** FBVPR1-310

Outras ocorrências desse modo de dizer, que se caracteriza pela aparente ausência de interdição, podem ser encontradas ao longo do *corpus*. Em uma dessas postagens, o sujeito publica a fotografia de um cartaz levado às ruas para prescrever o que, na sua concepção, “não deve fazer parte da luta” (FBVPR1-87, fig. 85) por se enquadrar em categorias que representa como “machismo, racismo, classismo, homofobia, lesbofobia e transfobia”. É importante salientar, nesse enunciado, a busca pela conciliação e o convívio harmonioso com as diferenças, inclusive de classe. Se, por um lado, o enunciado rechaça a intolerância manifestada no cartaz, por outro, ao incluir o “classismo” como característica indesejável às manifestações, o sujeito enuncia a partir de uma formação discursiva neoliberal que esvazia a política de sua dimensão política (DARDOT & LAVAL, 2013) ao investir no apagamento de uma das bandeiras que o MPL reivindica para si, qual seja: “[lutar] por um mundo para os de baixo e não para o lucro dos poucos que estão em cima”. Esse gesto de filiação aos “de baixo”, em detrimento dos “de cima”, vincula-se a formações discursivas do marxismo e da esquerda, cujo efeito de sentido marca uma tomada de posição na chamada luta de classes.

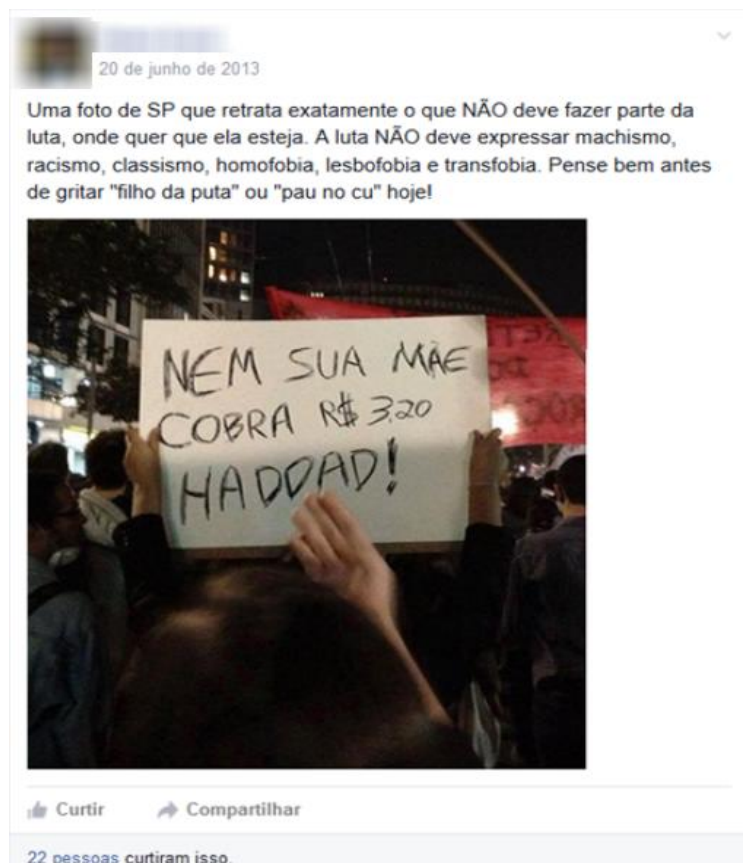


Fig. 85 FBVPR1-87

O que se depreende, com base no processo analítico, sobre formas de representação e a relação que o sujeito estabelece com a política e o Estado, é um forte sentimento de recusa à institucionalidade, que remete a um caráter expressivo-disruptivo (DOIMO, 1995) que, não pouco frequente, manifesta-se por meio de modos de dizer indicativos de um sentimento de raiva (“public anger”) direcionada à política e aos políticos institucionais, enunciados como “bandidos” que se agrupam em partidos políticos (“quadrilhas”) para praticar o que os sujeitos percebem como atos de corrupção. Na esteira dessas representações de um sistema político permissivo com desvios éticos e morais, o enunciado FBCB2-13 (fig. 86) estabelece relação intertextual entre o sistema político brasileiro e um sistema operacional para computadores para anunciar o que se representa como “System error”<sup>100</sup>. A forma como o enunciado é construído sugere o investimento na ambiguidade referencial da palavra inglesa “system”, utilizada para indagar ao interlocutor se ele “Deseja formatar o Brasil”.

<sup>100</sup> Erro do sistema.



**Fig. 86** FBCB2-13

O uso do verbo “formatar”, pertencente à linguagem técnica da informática, remete à ideia de dar forma, dialogando com os efeitos de sentidos mobilizados acerca do conceito de “reformatar” em TWVPR-500 (fig. 57), analisados no início do presente capítulo.

Em decorrência das condições de produção nas quais o enunciado ocorre, outros sentidos são possibilitados para esse termo.

Embora o referente da mensagem não seja exatamente o sistema operacional de um computador, a ambiguidade do termo “sistema” (operacional ou político) torna possível a interpretação, por analogia, que nos permite construir sentidos para a indagação “Deseja formatar o Brasil?”. Assim como um dispositivo eletrônico é inoperante até que nele se instale um sistema operacional adequado, o mesmo pode ser dito, por analogia, de um estado-nação, que só o é posteriormente ao momento em que há um sistema político e social que possibilite seu pleno funcionamento.

Igualmente, “erros de sistema” (“system error”) podem ser devastadores, tanto para um bom desempenho de um dispositivo eletrônico, quanto para o adequado funcionamento do aparato estatal.

Decerto, quando erros irreparáveis acometem os sistemas operacionais informáticos, é comum que o próprio algoritmo os preveja e exiba caixas de diálogo sugerindo ao usuário a reinstalação como método de correção dos problemas. A formatação, porém, jamais é sugerida, uma vez que, embora possa ser tarefa que precede a reinstalação, não a implica necessariamente, como veremos ao estabelecer a distinção entre um linguajar técnico mais rigoroso que pertence ao campo da informática e a aplicação mais cotidiana do termo entre usuários de computadores. O uso informal do termo “formatar” e seus derivados é comumente aplicado para referir ao processo de substituição de um sistema operacional desatualizado, defeituoso ou inoperante por outro que seja funcional. Esta ação implica a eliminação de todos os dados existentes em um disco e seu sistema de arquivos. No entanto, se tomado em sua semântica de modo estritamente técnico, o termo “formatar” significa “dar forma ao disco”, ou seja, instruí-lo eletronicamente sobre como armazenar os dados, o que não implica qualquer processo de (re)gravação dos mesmos.

Em situações de “erro de sistema”, portanto, o que normalmente é sugerido por essas caixas de diálogo é o processo de “restauração”<sup>101</sup> do sistema, que consiste em repor no disco certos arquivos faltantes ou sobrescrever aqueles que se apresentam defeituosos, de modo que o sistema retorne ao seu funcionamento esperado. Está implicada, portanto, a manutenção da mesma versão de um sistema operacional.<sup>102</sup> Embora exista um uso consagrado no linguajar não especializado, no qual o termo “formatar” implica a reinstalação ou troca de um sistema operacional por outro (geralmente mais moderno, menos falho), implicando a noção de *upgrade* que, assim como no verbo “reformatar” em TWVPR-500 favorece a emergência de um efeito de sentido que remete a melhorias, essa interpretação não é garantida. Além disso, mensagens que demandam ações dessa natureza, ou seja, que implicam a destruição de dados, jamais são exibidas em caixas de diálogo de opção única como a que está expressa no cartaz em FBCB2-13 (fig. 86). O mais comum, nesses casos, é a

---

<sup>101</sup> Que remete aos sentidos mobilizados em TWVPR-500 (Fig. 57).

<sup>102</sup> Razão pela qual os sistemas operacionais podem sugerir a formatação de discos ligados a um determinado dispositivo, porém, jamais aquele nos quais o próprio sistema está instalado. O sistema é tecnicamente impossibilitado de formatar a própria mídia na qual se encontra alojado.

existência de dois botões para que o usuário escolha entre “sim” ou “não”. O fato de o cartaz mostrar apenas um botão de “SIM” na caixa de diálogo sugere uma resposta previamente desejada à pergunta e para a qual não há opção. Para além de uma simples pergunta, temos um efeito de sentido que insta o interlocutor a agir e “formatar o Brasil” (com toda a ambiguidade já discutida que esse termo acarreta). A ausência da possibilidade de escolha implicada pela opção única na caixa de diálogo (botão “SIM”) sugere o apagamento da memória da democracia. O processo de formulação do enunciado indica que, para o sujeito, a “formatação” (eliminação/troca de sistema) é representada não como uma necessidade inerente a si ou a um grupo social, mas uma exigência do próprio sistema “defeituoso”, em regime de opção única. A opção única por sua vez remete a um modo de dizer impositivo sobre aquilo que se configura como uma necessidade percebida pelo sujeito, neutralizando o próprio gesto de consulta e levando-nos a refletir sobre a natureza da relação que esse sujeito estabelece com o outro em relação à sua própria vontade.

Recorrendo novamente às considerações de Coracini (2006) sobre as formas de subjetivação na *internet*, esse sujeito parece se constituir de traços de hedonismo, desejando impor ao outro sua percepção sobre o Estado, a política e possíveis ações sobre essas instâncias da democracia representativa.

Os enunciados analisados na presente seção da nossa pesquisa nos permitem entrever gestos de descontentamento com o sistema político que se manifestam, com razoável frequência, sob de modos de dizer hiperbólicos, que procuram respaldo em noções totalizantes do conceito de “povo” e de brasilidade. Esses sujeitos se constituem numa relação com “o povo” ora por meio de processos de identificação baseados na mobilização de formações discursivas do mercado que remetem ao universo do trabalho, tais como “reformatar”, ora por meio de uma relação instrumentalizada para a obtenção de suas finalidades políticas na qual se resguardam em sua individualidade fazendo, porém, a exaltação do coletivo “esse povo”, “gente honesta” que “me representa”.

A recorrência de enunciados que tratam da temática da corrupção é sugestiva de que o viés expressivo-disruptivo (DOIMO, 1995), tal qual se manifesta no *corpus*, representa a política e os partidos como peças de um sistema corrompido, a ser “reformado”, ou “formatado”, implicando ambiguidades sobre essas ações: seria esse processo de “formatação” que se propõe para o Brasil uma ação de correção da ordem da (re)formar, ou a própria “extinção” de instituições (senado e partidos políticos)

representadas como “quadrilha”?

O discurso que reivindica o apartidarismo do processo de mobilização e a representação dos partidos políticos enquanto “quadrilhas” favorece um esvaziamento da política em seu sentido de lugar de negociação dos interesses conflitantes entre as camadas heterogêneas da sociedade que constituem a *polis*, levando ao descrédito da própria noção de democracia liberal que, supostamente, fundamenta o Estado brasileiro.

Se os agentes do processo de “reforma” ou de mudança política não são representados nos partidos, a quem caberia o protagonismo nesse processo de estabelecimento de uma nova forma de organização social e política, seja ela dada por meio da substituição radical de um sistema (“*revolution*”) ou por meio de um processo de reforma?

Dois importantes atores são nomeados como possíveis protagonistas desse processo: de um lado, “o povo” em sua dimensão coletivizada, homogeneizada, esvaziada de sua dimensão política e instrumentalizada em uma relação com um “eu” que se sente representado pela “gente honesta” enunciando-a em terceira pessoa; de outro lado, o poder judiciário (à exceção da justiça eleitoral) é representado como potencial redentor do que se percebe como corrupção, sendo suas prerrogativas e poderes o objeto pelo qual “esse povo” é chamado a protestar nas ruas e nas redes sociais digitais.

Na seção 3.2 “A Economicização das Relações Estado-Política-Cidadão” buscamos, com base no processo analítico dos dizeres do sujeito webativista, por pistas que nos possibilitem a compreensão sobre como essas formas de representar o Estado, a política e de se relacionar com essas instâncias das democracias liberais se conectam e são afetadas pela razão neoliberal, globalmente hegemônica, na especificidade do contexto brasileiro das Jornadas de Junho.

### **3.2 A Economicização das relações Estado-Política-Cidadão**

A presente seção deste Capítulo visa elencar, com base no olhar analítico sobre o *corpus*, compreendido na materialidade dos dizeres, alguns elementos indicativos do processo de (re)significação de subjetividades e de relações sujeito-Estado-mercado no contexto de hegemonia da razão neoliberal (BROWN, 2015), tomando as especificidades do caso brasileiro das Jornadas de Junho. Para Brown, o



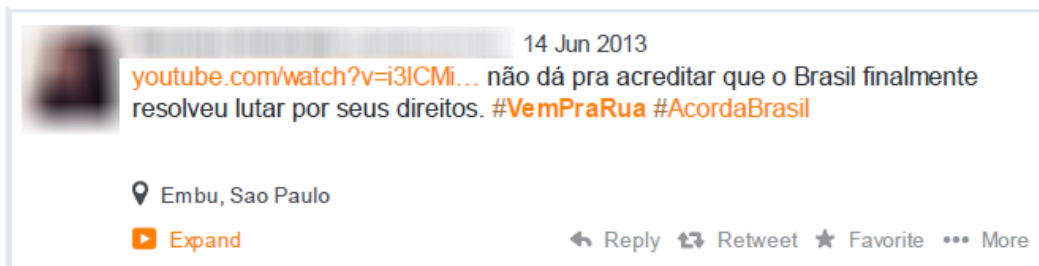
predomínio da razão neoliberal na contemporaneidade tem acarretado o que a autora designa como a “economicização” da vida política, reduzindo amplos aspectos da existência em termos estritamente econômicos. Segundo essa perspectiva, a centralidade do capital favorece o surgimento de uma modalidade de sujeito que, almejando a própria sobrevivência em um quadro de extrema competitividade e, por conseguinte, de estímulo ao individualismo e desregulamentação das relações sociais, percebe-se como único responsável por seu próprio desenvolvimento, essencialmente caracterizado pelo incremento em termos econômicos.

Especificaremos, a seguir, alguns elementos que remontem a essa centralidade das questões econômicas e dos valores inerentes à razão neoliberal nos dizeres dos sujeitos-webativistas no contexto das Jornadas de Junho, objetivando tecer considerações no que diz respeito ao modo como tais sujeitos representam e se relacionam com esses valores.

Conforme temos exposto ao longo desta Tese, a pauta inicial das Jornadas de Junho expressava a mobilização de sujeitos contrários ao aumento da tarifa cobrada pelos serviços públicos de transporte coletivo, sob a alegação de que tal medida implicaria a restrição do direito à cidade e, conseqüentemente, à cidadania para uma parte da população para quem “o dinheiro para a condução não é suficiente para pagar mais do que as viagens entre a casa, na periferia, e o trabalho, no centro” (MOVIMENTO PASSE LIVRE-SÃO PAULO, 2013, p. 15). Segundo a perspectiva advogada pelo MPL-SP, as conseqüências do aumento da tarifa de transportes implicam que “a circulação do trabalhador é limitada, portanto, à sua condição de mercadoria, de força de trabalho” (*Ibid.*). Ao representar os possíveis impactos econômicos e sociais do aumento da tarifa de transportes, o MPL se coloca em oposição ao que designa como uma limitação do trabalhador “à condição de mercadoria”, aproximando-se programaticamente de movimentos anticapitalistas como o *Occupy Wall Street*, nos EUA, e os “Indignados”, na Espanha, que questionam a razão neoliberal e o processo de economicização da vida cotidiana. Os enunciados que manifestam oposição ao aumento das tarifas de transportes coletivos – tema primeiro das mobilizações das Jornadas de Junho – trazem o questionamento da primazia dos aspectos econômicos em detrimento dos direitos de cidadania para o centro do debate. Os enunciados TWVPR-88 (fig. 87) e TWVPR-127 (fig. 88) se referem ao processo de mobilização que se dá naquele momento como uma “luta” – cujo efeito de sentido possibilitado pelo emprego do advérbio “finalmente”, em



TWVPR-88, permite supor que era esperada por considerável intervalo de tempo – com vistas a um direito coletivo que é representado pelo sujeito-webativista em TWVPR-88 a partir de uma posição de distanciamento, estabelecida pelo emprego da terceira pessoa do singular (“o Brasil”), e em TWVPR-127, pelo gesto de inclusão nessa coletividade, por meio do emprego da terceira pessoa do plural (“nosso”).



**Fig. 87** TWVPR-88

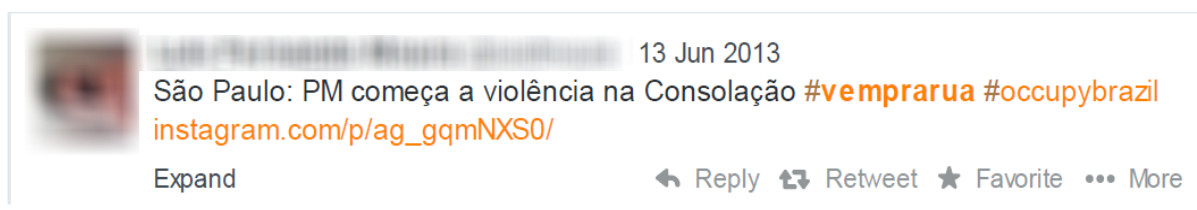


**Fig. 88** TWVPR-127

O enunciado TWVPR-53 (fig. 87) estabelece, porém, uma relação de equivalência entre o “direito de ir e vir” – constantemente mencionado pelo discurso oficial para se contrapor aos bloqueios feitos nas cidades pelos manifestantes – e o valor monetário da tarifa, possibilitando um efeito de sentido que remonta ao processo de economicização, uma vez que o direito possui um preço, definido em moeda corrente.



**Fig. 89** TWVPR-53



**Fig. 90** TWVPR-48

De outro ponto de vista, se empreendermos um gesto analítico que vise estabelecer o diálogo entre os excertos apresentados pelas figuras 87 a 90, podemos argumentar que o sujeito-webativista se situa em um entre-lugar: se, por um lado, na regularidade dos dizeres figuram a “luta por direitos” e o emprego da *hashtag* “#occupybrasil” (Cf. TWVPR-48, fig. 90), que remetem a um gesto de identificação com coletivos ditos anticapitalistas (*Occupy Wall Street*, nos EUA), por outro lado, o questionamento do processo de mercantilização dos serviços de transporte coletivo se dá pela mobilização de sentidos que atribuem preço ao referido “direito”, o que remonta ao processo de economicização.

Pode-se afirmar, portanto, que a pauta econômica está presente desde as primeiras manifestações que deram início às Jornadas de Junho, uma vez que discursos e práticas do neoliberalismo são elementos constituintes das condições de produção desse processo de mobilização social.

O desejo pela identificação e interlocução com outros sujeitos (mobilizados ou não) e organizações, nacionais e internacionais, é frequentemente enunciado no *corpus*, não apenas pelo uso de *hashtags* como #occupy ou #occupybrasil, mas também pela vasta recorrência de enunciados em língua inglesa que, sobretudo no *Twitter* (mas não somente nesta rede), sob a *hashtag* #changebrasil, solicitam “ajuda/socorro” (“help us”) a um interlocutor imaginado (ora brasileiro, ora de outras nacionalidades) que se encontra fora do país, conforme corroboram os enunciados FBCB2-22, FBCB3-50, TWCB-4, TWCB-392 e TWVPR-111 (figs. 91 a 95), dentre tantos outros. A formulação “help us” ocorre 62 vezes, apenas na parte do *corpus* referente ao *Twitter*, sendo que 51 dessas ocorrências se concentram no material que corresponde ao uso conjunto da *hashtag* #changebrasil<sup>103</sup>.

---

<sup>103</sup> Apesar da recorrência dessa formulação também na parte do *corpus* referente ao *Facebook*, não dispomos de uma contagem de ocorrências nessa rede, dada a impossibilidade de busca textual eletrônica nessa parte dos dados, visto que a ferramenta *FireShotPro*, utilizada para a coleta dos enunciados, arquivava as postagens em formato de imagem (PNG), posteriormente salvas em PDF não pesquisável (única modalidade possível para esse tipo de arquivo).



Fig. 91 FBCB2-22



Fig. 92 FBCB3-50

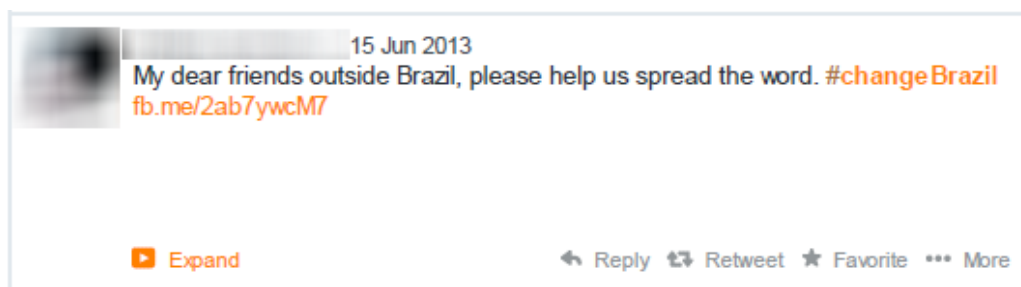


Fig. 93 TWCB-4



Fig. 94 TWCB-392



Fig. 95 TWVPR-111

Em FBCB2-22 (fig. 91) temos o compartilhamento de um vídeo cujo título remete à intertextualidade com a chamada “Primavera Árabe”, nomeando o processo de mobilização que se dava naquele momento no Brasil como “Primavera Brasileira”, seguida do enunciado denegatório “Não é só por vinte centavos”, enunciado bastante recorrente ao longo de todo o processo de mobilização social das Jornadas de Junho. A busca pelo estabelecimento de similitudes causais, táticas e/ou programáticas entre os protestos no Brasil e aqueles que ocorreram nos países árabes a partir de 2010, como Egito e Tunísia, se faz presente também em TWCB-193 (fig. 96) e FBCB2-26 (fig. 97). O sujeito que enuncia em TWCB-193 investe em um efeito de sentido no qual as Jornadas de Junho se constituiriam como parte de um processo mais amplo de mobilização, supostamente internacional, no qual os setores mobilizados no Brasil e na Turquia estabelecem um laço de amizade (“friendship”) e colaboração ou, nas palavras do sujeito-webativista em FBCB2-26, uma “união forte! Todos participando”.



Fig. 96 TWCB193



Fig. 97 FBCB2-26

Considerando os sentidos que operam no excerto FBVPR1-150 (fig. 98), podemos perceber uma forma de (auto)representação pela qual esses grupos nacionalmente mobilizados e vinculados por uma suposta “amizade”, teriam em comum, além da nomenclatura constituída pelo substantivo “primavera”, o fato de terem saído “do Facebook”. A “amizade” enunciada entre Brasil e Turquia parece ser estabelecida por gestos de identificação pontual, remetendo-nos a uma natureza

bastante análoga à forma como as conexões (“amizades”) são estabelecidas no contexto das redes sociais digitais (*network organizations*), com base em laços fracos (LOVINK, 2011) que se desfazem à medida que o objetivo é atingido ou, por alguma razão, deixam de existir.



**Fig. 98** FBVPR1-150

Embora o excerto TWCB-118 (fig. 99) enuncie certa homogeneidade entre os movimentos brasileiro e turco, conforme já discutimos no Capítulo 2 desta Tese, existem particularidades sociais e econômicas que nos permitem estabelecer traços distintivos entre as Jornadas de Junho (ou “Primavera Brasileira”, como sugerem alguns dos enunciados) e a Primavera Árabe.

Diferentemente dos países que passaram pela Primavera Árabe, o Brasil não se encontrava sob um regime autocrático e seus índices econômicos e sociais, tomados em uma perspectiva histórica, eram considerados positivos em contraste como o quadro econômico de Egito e Tunísia, onde ocorreram as primeiras manifestações do chamado “mundo árabe”.



Fig. 99 TWCB-118

Mas qual seria, então, a razão da procura pelo paralelismo dos protestos brasileiros e a Primavera Árabe? O enunciado em FBCB2-22 (fig.91), em caixa alta<sup>104</sup>, “TUDO VAAAI MUDAR!!!!”, parece-nos relevante para o estabelecimento de alguns gestos analíticos acerca dessa almejada identificação.

A aplicação com fins políticos do vocábulo “primavera” não é inédita para os acontecimentos do “mundo árabe”, tampouco recente. Já em 1848 o conjunto de acontecimentos políticos liderado por movimentos europeus de inspiração liberal que questionavam regimes absolutistas naquele continente ficou conhecido como “Primavera dos Povos” (HOBSBAWM, 1979). Em 1968, o movimento de descentralização política e econômica que se deu na Tchecoslováquia ficou conhecido como “Primavera de Praga” (HOBSBAWM, 1995). Os possíveis sentidos do termo “primavera”, no senso comum, estão associados à imagem da beleza do florescimento e, conseqüentemente, vinculam-se à expectativa de frutos que a flor instala como um porvir de sua mudança/evolução natural. A aplicação política desse termo remete, com frequência, a processos de mudança social associados à defesa da garantia de direitos e liberdades individuais pela via da resistência e combate a regimes autoritários, implicando no “florescimento” de uma nova ordem social e/ou econômica. Quando aplicado para fins de nomeação de um processo de mobilização política e social, portanto, o termo “primavera”, contribui para a euforização (FIORIN, 2000) desse processo, na medida em que instaura sobre ele uma expectativa de mudança desejada, que traz o “novo”.

A respeito da recorrência da formulação “*help us*”, observamos que, com grande frequência, esse enunciado introduz o compartilhamento – tanto no *Twitter* quanto no *Facebook* – de um vídeo que “viralizou”.<sup>105</sup> Nesse material audiovisual, o

<sup>104</sup> Convencionado na modalidade linguística das redes sociais digitais como manifestação de ênfase ou gritos.

<sup>105</sup> Por conta do escopo desta Tese, não analisaremos o vídeo na presente pesquisa. Contudo, é importante salientar seu caráter questionador do que o sujeito denomina “gastos” do governo, sobretudo, no que diz respeito à realização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, contrapondo-os à enunciada necessidade de “investimentos” em setores como saúde e educação.



sujeito que enuncia estimula o uso da *hashtag* #changebrazil. Em TWCB-4 (fig. 93), o sujeito deixa pistas sobre quem seriam seus interlocutores imediatos (“my friends outside Brazil”) e aqueles que ainda deseja atingir por meio da “propagação” (“spread”) do vídeo para “o mundo” (“the world”), que se pode subentender como a parcela do mundo capaz de produzir sentidos a partir daquele material produzido em língua inglesa, tida como língua franca do processo de globalização (CRYSTAL, 2003).

Em TWVPR-111 (fig. 95) manifesta-se a ocorrência simultânea das *hashtags* #changebrazil e #chupadilma para enunciar um pedido a fim de que os interlocutores ajudem a “salvar o Brasil” (“save brazil”), implicando efeito de sentido que remonta à percepção de risco, ameaça ou sujeição da qual o país precisaria ser resgatado, com a colaboração vinda do exterior. A rejeição à institucionalidade governamental, da qual tratamos na seção 3.2, é manifestada em TWVPR-711 (fig. 100) pela menção de caráter disfórico (FIORIN, 2000) à Presidenta da República (#foradilma) e ao seu partido (#forapt). Nesse enunciado, o dizer gravita em torno de formações discursivas da moral (“Por um Brasil honesto !!”), recorrendo à memória de outros processos de mobilização social, com o uso da *hashtag* #carapintada, que remonta ao *impeachment* do então Presidente Fernando Collor de Mello, em 1992. A associação entre a formulação “Por um Brasil honesto !!” e as *hashtags* #foradilma e #forapt apontam para uma forma de representação pela qual a então Presidenta Dilma Rousseff, bem como o Partido dos Trabalhadores (PT), são tomados como referentes que denotam desonestidade que pode ser interpretada de modo personificado e prototípico. Dentro desse imaginário, pelo recurso semântico da denegação, temos que a permanência do PT no Governo Federal, decorrente da manutenção do mandato de Dilma Rousseff equivalem, na concepção do sujeito web-ativista, à continuidade do que se representa como “um Brasil desonesto”.



**Fig. 100** TWVPR-711

---

Desse modo, os fundamentos argumentativos do sujeito que enuncia se filiam a formações discursivas do mercado e remetem ao processo de economicização da gestão do Estado.



A recorrência da locução “*help us*” ao longo de todo o *corpus* e, mais especificamente, nos enunciados TWCB-25 (fig. 101) e TWCB-132 (fig.102), sugere uma forma de representar o país (“Brazil needs your help”) e o sujeito-webativista que enuncia sobre si pelo recurso a uma voz coletiva (“we need your help”) como entes que necessitam de ajuda internacional para que as mobilizações sejam exitosas. Essa ajuda possibilitada pelas redes, com o compartilhamento de conteúdo, pode ser compreendida como uma voz que vem do outro que valida sentidos do “eu”. A “luta” “por direitos”, frequentemente enunciada como transcendente aos “vinte centavos” da pauta inicial proposta pelo MPL, estabelece como adversário o poder público e seus agentes políticos, tidos como “desonestos” e cujas prioridades administrativas são questionáveis, como argumenta o vídeo “viral” compartilhado nos excertos das figuras 92, 95 e 99. Essa percepção é corroborada em diversos outros enunciados, como veremos adiante, nesta seção, sugerindo o forte viés economicizante que perpassa o imaginário do sujeito-webativista no contexto das Jornadas de Junho.



Fig. 101 TWCB-25

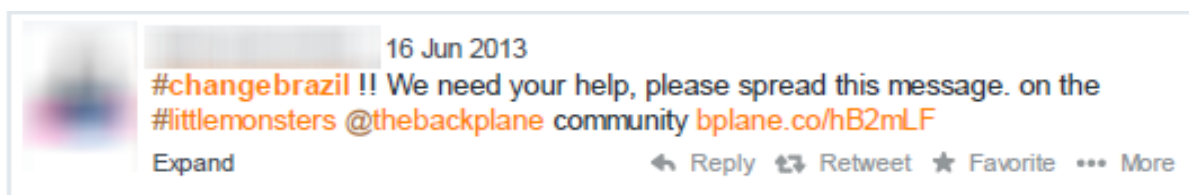


Fig. 102 TWCB-132

Ainda no que diz respeito à importância, aparentemente central, atribuída pelos sujeitos à visibilidade internacional das Jornadas de Junho, podemos mencionar diversas portagens que relatam organizações de atos de rua em apoio às manifestações no Brasil que ocorreram em outros países “ao redor do mundo”, conforme os excertos que se seguem.



Fig. 103 TWVPR-129



Fig. 104 TWVPR-160



Fig. 105 TWVPR-682

Note-se que em TWVPR-129 as pessoas que “prometem protestos ao redor do mundo” são referidas enquanto “internautas”, o que favorece formas de representação da *internet* como ferramenta de organização e mobilização social. Os atos enunciados nos excertos (figs. 103 a 105) são descritos como “apoio” e “solidariedade” (“solidarity”) aos manifestantes e aos protestos no Brasil, sem qualquer caráter de reivindicação local, configurando aparente gesto de identificação que ecoa para o cenário global a demanda local. É como se essas nações do centro do capitalismo

global (Europa e Estados Unidos)<sup>106</sup> funcionassem como uma espécie de amplificador para levar ao mundo os “ecos globais” de demandas locais, conforme sugere TWVPR-277 (fig. 106).



**Fig. 106** TWVPR-277

Nessa perspectiva, a enunciada reivindicação “por direitos” “ao redor do mundo” se interconecta no modelo de *networking*. As demandas sociais da modernidade do capitalismo industrial, outrora circunscritas aos limites do estado-nação, passam pelo processo de desterritorialização (LEVY, 1996; BAUMAN, 2001), análogo ao que ocorre com o capital financeiro, e a “democracia [já] não tem fronteiras”, como se enuncia em TWCB1191 (fig. 108). Os setores mobilizados da sociedade não mais se percebem sob a óptica nacional. “Não temos país”<sup>107</sup>, “somos sem pátria”, enuncia-se em TWCB1191 (fig. 108). Assim como o capitalismo financeiro, as demandas da chamada sociedade civil adquirem dimensões globais.

<sup>106</sup> Há menção, ao longo do *corpus*, a diversos outros países nos quais foram organizados protestos em apoio às Jornadas de Junho. Em sua maioria, trata-se de países europeus e dos Estados Unidos. Dessa observação deriva nosso recorte de enunciados apresentados na presente Tese a esse respeito.

<sup>107</sup> Originalmente, no enunciado TWCB119, “We have no country”.



Fig. 107 FBVPR1-361



Fig. 108 TWCB1191

A materialidade dos dizeres que compõem o *corpus* nos dá a oportunidade de refletir a respeito dessas demandas sociais, ditas globais, por direitos que são enunciados como fundamentos das democracias. Conforme temos argumentado, ao longo desta seção, a questão econômica está presente desde os primeiros atos de

mobilização das Jornadas de Junho. Contudo, ela parece ocorrer de maneira específica em diferentes momentos e para diferentes setores da sociedade que tomam parte nesse processo de mobilização, conforme sugere a análise comparativa dos enunciados TWVPR-374 (fig. 109) e TWVPR-373 (fig. 110), ambos datados de 18 de junho de 2013.



Fig. 109 TWVPR-374



Fig. 110 TWVPR-373

As proposições em TWVPR-374 e TWVPR-373 tratam das exigências estabelecidas para que o processo de mobilização se dissipe e nos permitem identificar o conflito de vozes dissonantes a respeito da reivindicação central que mobiliza, pelo menos, dois segmentos distintos entre si nas Jornadas de Junho. Em TWVPR-374 (fig. 109), o *tweet* nos apresenta uma fala atribuída ao MPL em entrevista ao programa “Roda Viva”, da TV Cultura de São Paulo, sob a forma condicional “se a tarifa não baixar, vamos continuar nas ruas”. Também sob a forma condicional, o enunciado TWVPR-373 (fig. 110) estabelece que “ou para a roubalheira ou paramos o Brasil”.

Ambos os enunciados estabelecem o referencial econômico como fundamento para estar “nas ruas” ou, em outros termos, “parar o Brasil”. Note-se, porém, que em



TWVPR-374 (fig. 109) o enunciado, em discurso direto, atribuído ao MPL, mobiliza um efeito de sentido no qual a população já ocupa as ruas, estabelecendo, portanto, as condições de caráter econômico para desocupá-las, enquanto que, em TWVPR-373<sup>108</sup>, anuncia-se uma possível paralisação do Brasil, implicando efeito de latência. Trata-se de possibilidade futura caso não pare “a roubalheira”, o que implica supor que, embora mobilizado nas ruas, o país ainda não se encontraria “parado”. No dizer do MPL temos como referente um direito específico, nomeado e bem delimitado sob forma de rejeição ao aumento da tarifa dos transportes coletivos; em TWVPR-373 o termo “roubalheira” é mobilizado de modo genérico, a partir de um discurso de viés moral do combate à corrupção. Os imbricamentos das formas de representação dos elementos causais das Jornadas de Junho viriam a se tornar os principais assuntos nas redes sociais naquele período, constituindo objeto de disputa pela narrativa hegemônica do processo de mobilização. Enunciados que sugerem essa “guerra de interpretações” (ROLNIK, 2013) tornam-se mais recorrentes no *corpus* à medida que a perspectiva de concessão do Estado sobre a reivindicação primeira das Jornadas de Junho se mostra factível, em especial, no intervalo de tempo entre os atos de rua de 17 e 20 de junho. A centralidade temática dos enunciados produzidos nas redes gravitava em torno do objetivo pelo qual as pessoas estavam se mobilizando. Afinal, era ou não por vinte centavos? Se sim, haveria ainda sentido na manutenção dos protestos? Se não, o que, efetivamente, se reivindica? O excerto TWVPR-376 (fig. 111), de 18 de junho, sugere que “queremos muito mais que isso!” e esse desejo é mobilizado para postular que “os protestos não podem parar se a tarifa do transporte baixar!”. O debate sobre qual deveria ser a pauta central das Jornadas de Junho, uma vez atendida a demanda que foi causa primeira da mobilização passa a ser a questão que se impõe naquele momento.



**Fig. 111** TWVPR-376

<sup>108</sup> Atente-se para a exibição da imagem de um indivíduo que utiliza a máscara de Guy Fawkes, simbologia adotada pelo autodenominado movimento “Anonymous”.

É importante ressaltar, nesse momento de nossa argumentação, que enunciados de viés moralizante contra a corrupção, essencialmente percebida na seara da política, se fazem presentes ao longo de todo o *corpus*, como sugerem TWVPR-134 (fig. 112) e TWVPR-157 (fig. 113) que datam, respectivamente, de 14 e 15 de junho. Em TWVPR-134 (fig. 112) a reivindicação inicial contra o aumento da tarifa de transportes e a pauta anticorrupção coexistem no cartaz exibido pelo manifestante, sendo articuladas como partes de um todo, de modo a anunciar o porvir da manutenção das manifestações nas ruas após a conquista do objetivo inicial.



Fig. 112 TWVPR-134



Fig. 113 TWVPR-157

No entanto, esses dizeres acerca da moralidade na política, que coabitavam a cena enunciativa, se tornam mais recorrentes e passam a ocupar aspecto de centralidade dos debates em rede, uma vez que o motivo inicial de estar mobilizado nas ruas se tornara extinto pela obtenção exitosa da revogação do aumento da tarifa o que, segundo a proposição em TWVPR-374 (fig. 109), constituiria motivo para o encerramento dos protestos. Tomando, todavia, o enunciado que figura no cartaz exibido em TWVPR-134 (fig. 112), formas de representação recorrentes já apontavam para a percepção de que não se tratava apenas da questão da tarifa de transportes e

que, uma parcela significativa dos envolvidos naquele processo de mobilização se percebia fazendo parte de “+ do que um protesto contra o aumento”. Tratava-se de “um grito popular de que não aguentamos mais tanta corrupção!!!”. Ou, conforme se enuncia em FBVPR1-311 (fig. 114): “não são só vinte centavos”. Essa proposição, com uma ou outra variação lexical ou sintática, tornou-se uma das formas mais recorrentes de representar as Jornadas de Junho nas redes sociais e, também, nas ruas, à medida em que enunciados dessa natureza figuravam também nos cartazes empunhados pelos manifestantes.

Utilizando-nos do recurso da paráfrase, possibilitada pelo enunciado denegatório “não são só vinte centavos”, a partir da substituição do advérbio “só” por “também”, temos uma relação de equivalência semântica na qual “não são só vinte centavos” implica que “são também vinte centavos”. No entanto, o atendimento da reivindicação inicial do MPL e de seus adeptos de primeira hora pela revogação do aumento da tarifa de transportes coletivos em São Paulo e Rio de Janeiro implica a reescritura da palavra de ordem por meio de uma outra paráfrase possível, que elimina a presença do advérbio na estrutura sintática do enunciado. Desde então, a causa dos protestos já “não é pelos vinte centavos”. Na sequência do dizer TWVPR-317 (fig. 115), anuncia-se a nova bandeira dos setores mobilizados da sociedade: “é pela moralidade”. Ao enunciar dessa maneira, o efeito de sentido que emerge da formulação indica a superação de uma fase dos protestos, corroborando nossa percepção analítica sobre o deslizamento de sentidos das Jornadas de Junho na direção de um viés moralizante de combate à corrupção, essencialmente percebida no campo da política institucional e, conseqüentemente, do Estado. Para designar esse processo de mudança do eixo temático central das Jornadas de Junho, que se desloca do campo que enuncia a busca “por direitos” para dar maior vazão a dizeres que reclamam a “moralidade” e o combate à corrupção, apoiamo-nos na noção de “inflexão discursiva”<sup>109</sup> desenvolvida no início deste Capítulo 3 e que, doravante, passaremos a tomar como um pressuposto ao longo desta Tese. Compreendemos a

---

<sup>109</sup> Não tomamos, contudo, a inflexão discursiva como um processo estanque, com data de início e término bem definidas para um ou outro momento de prevalência das formas de representação das/sobre as Jornadas de Junho. Antes, consideramo-la como resultante do continuado processo de imbricamento e disputa política e programático-ideológica que se materializa na linguagem de modo distinto para diferentes segmentos sociais que compõem as Jornadas de Junho e que, ancorados em distintas formações discursivas e ideológicas, disputam a hegemonia das pautas e narrativas, nas ruas e nas redes sociais, durante esse acontecimento histórico.



inflexão discursiva como um processo resultante de embates de natureza programático-ideológica e de disputa pela hegemonia dos dizeres e narrativas que emergiram no contexto do processo de mobilização social das Jornadas de Junho. De acordo com essa noção, dizeres inicialmente hegemônicos que postulavam percepções do Estado enquanto garantidor de direitos sociais deram lugar, gradativamente, a formas de representação ancoradas na razão neoliberal, sobretudo, na defesa das chamadas “boas práticas” de gestão a partir de um tom moralizante nos dizeres sobre o Estado, essencialmente percebido como corrompido e ineficaz.



Fig. 114 FBVPR1-311



Fig. 115 TWVPR317



**Fig. 116** FBCB3-28

Dizeres como FBCB3-28 (fig. 116) são sugestivos da temática desse segundo momento dos protestos, cujo deslocamento do dizer é anunciado pelo emprego do termo “só” no *tweet* TWVPR3-30 (fig. 117). O enunciado, composto pela somatória de cartazes exibidos na fotografia compartilhada pela *fanpage* *Changebrazil*, em 23 de junho de 2013, indica que, uma vez obtida a reivindicação referente ao valor monetário implicado pelo superado aumento da tarifa de transporte coletivo, os setores mobilizados nas ruas têm, a partir de então, um novo objetivo: “os bilhões” enunciados também em TWVPR3-30 (fig. 117), TWVPR-531 (fig. 118), montante que os sujeitos-webativistas creem desviado por supostos atos de corrupção FBCB2-05 (fig. 119) contra os quais se alega protestar.



Fig. 117 TWVPR3-30



Fig. 118 TWVPR-531



**Fig. 119** FBCB2-05

A temática anticorrupção consiste em elemento de forte poder aglutinador de amplos setores sociais. Seu apelo e abrangência social e simbólica são ainda mais fortes no imaginário coletivo do que a questão do aumento da tarifa de transportes que, em termos práticos, afeta a uma camada específica da sociedade que se utiliza desse serviço público.

Diferentemente da política de preços de transporte, que pode suscitar polêmicas e argumentos diversos favoráveis ou contrários a essa ou àquela decisão, quase sempre justificada por aspectos técnicos, é muito difícil imaginarmos, dados os processos de interdição no campo ético e moral, que alguém possa vir a público enunciar a defesa da corrupção ou quaisquer outras práticas que contrariem a moralidade socialmente instituída. Essa bandeira apela ao moralismo político, se constituindo como uma espécie de “remédio” sem aparentes contraindicações ou efeitos colaterais para quem o toma e que, supostamente, consistira na “cura” para as imaginadas mazelas da política. A respeito dessa bandeira de moralidade e do combate à corrupção, guarda-chuvas sob os quais os dizeres predominantes desse segundo momento das Jornadas de Junho se abrigam, é oportuno trazer à baila as considerações de Souza (2015), para quem

o moralismo da classe média sempre une o desprezo pela política em geral e a busca por uma “virtude idealizada”; que espelha por sua vez uma “vontade geral” indivisa, ilusão autoritária que foi o mote de toda revolta política com base de classe média – e de seus estratos pequeno-burgueses – desde o jacobinismo francês até o fascismo europeu deste século. (Locais do Kindle 4854-4863).

### O sociólogo segue argumentando que

A corrupção e sua vagueza conceitual é sempre o mote que galvaniza a solidariedade “emocional” das classes médias, que se imaginam moralmente superiores às outras classes<sup>110</sup> e confere respeitabilidade moral e política a esses assaltos à soberania popular. Como já dissemos acima, a corrupção, definida seletiva e arbitrariamente, é única forma de transformar os interesses mais privados em supostos interesses universais. (Ibid. Locais do Kindle 4854-4863).

Seja em seu engajamento “pelos vinte centavos” ou pelos “bilhões”, ambos os momentos e temáticas reivindicatórias das Jornadas de Junho guardam similitudes entre si, na medida em que questões políticas perpassadas pelo viés econômico e suas implicações para o indivíduo que vive em um contexto de predomínio da razão neoliberal, no qual sua subjetividade é constituída enquanto agenda de mercado ou, nos termos de Brown (2015), o sujeito é reduzido à condição de *homo oeconomicus*, sujeito do processo de economicização.

Observado o ponto comum entre os dois momentos do processo de mobilização, ou seja, os períodos anterior e posterior à revogação do aumento da tarifa, trataremos de mostrar, fundamentados no *corpus*, como o viés economicista se manifesta nos dizeres.

Como já afirmamos, após a revogação do aumento da tarifa, em 19 de junho de 2013, a pauta anticorrupção é alçada à centralidade temática do processo de mobilização social. Pesquisa Ibope<sup>111</sup>, realizada no dia 20 de junho daquele ano, aponta que, em primeiro lugar, dentre as reivindicações que levaram as pessoas a se engajar nos protestos, para 65% dos entrevistados, a insatisfação com o “ambiente

---

<sup>110</sup> O fato de estar “no meio” da sociedade implica submissão ressentida aos poderosos acima dele e ódio aos “de baixo”. A superioridade “fabricada” com relação aos que possuem poder é baseada na ilusão de que estes são sempre “corruptos”, transformando a inferioridade econômica e social real em superioridade “moral” fantasiada. Como diz Max Weber, a primeira necessidade das pessoas não é ver a verdade, mas, ao contrário, “legitimar” a vida que efetivamente levam como a melhor possível. (Nota do Autor)

<sup>111</sup> Disponível em <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>>. Acessado em 20 de jul. de 2019.

político” era a principal motivação para que tomassem parte nos protestos – como subgrupo dos entrevistados que compõem esse índice, para 49% do total de entrevistados, sua motivação era “contra a corrupção / desvios de dinheiro público”. Questões relativas ao transporte público ocupam o segundo lugar dentre as causas da mobilização, com índice de 53,7%. Em terceiro lugar, a pesquisa aponta que, para 30,9% dos entrevistados, o motivo das manifestações diz respeito ao que o IBOPE nomeia como “gastos com a Copa do Mundo/Copa das Confederações”.

A pesquisa traça também um perfil etário e socioeconômico das pessoas que se engajaram nos protestos de rua, sendo que 81% eram jovens (43% entre os 14 e 24 anos, 20% entre 25 e 29 anos e 18% entre 30 e 39 anos). Em termos de escolaridade, 49% dos entrevistados declararam ter completado o ensino médio e/ou iniciado o ensino superior e 43% informam ter ensino superior completo. Em relação à renda, 26% declararam receber, mensalmente, entre 5 e 10 salários mínimos e, para 23%, a renda era superior aos 10 salários mínimos.

Outro dado importante da pesquisa aponta que 62% dos entrevistados afirmam ter tomado conhecimento das manifestações por intermédio do *Facebook* e 77% afirmam ter se mobilizado a partir dessa rede social. Já para o *Twitter*, esse índice é de apenas 1%. Ainda no que versa sobre o uso de redes sociais para a convocação de pessoas às manifestações, 75% afirmam ter usado alguma rede social digital para tal finalidade.

A perspectiva oferecida pela pesquisa IBOPE é importante para que possamos compreender o processo de inflexão discursiva da pauta das Jornadas de Junho em relação à sua primeira demanda. Os dados da pesquisa, realizada no momento histórico que denominamos pós-inflexão discursiva das Jornadas de Junho, corroboram nossa percepção analítica de uma nova centralidade temática dos dizeres anticorrupção, uma vez que os temas acerca da reivindicação contra o aumento tarifário já não se justificam, dadas as condições materiais de produção do discurso. Dito de outro modo, nas palavras do sujeito em FBCB3-28 (fig. 116), os setores mobilizados já haviam conseguido “de volta os centavos”.

Considerando-se que o aumento da tarifa de transportes fora revogado em 19 de junho daquele ano, restariam duas possibilidades aos manifestantes que tinham nessa bandeira sua motivação central para protestar: a primeira consistiria em desmobilizar-se, com fundamento na compreensão de que sua pauta já não existe; a



segunda seria permanecer nas ruas e redes alçando outras pautas que já coabitavam aquela cena enunciativa à condição de nova centralidade dos protestos.

Conforme já argumentamos, dada a forte rejeição à institucionalidade da política, da qual tratamos em 3.1, e o apelo aparentemente sem “contraindicações” da bandeira anticorrupção, esse tema passou a povoar a maioria dos dizeres presentes no *corpus*. Já debatemos, também, na seção 3.1, que as representações de corrupção para o sujeito-webativista são, essencialmente, mobilizadas em referência à corrupção de Estado, apagando suas outras modalidades possíveis como, por exemplo, aquela que se dá nas grandes corporações e em operações fraudulentas que envolvem o mercado financeiro. As observações de caráter sociológico de Souza (2015) corroboram nossas considerações analíticas:

Como a compreensão dos mecanismos sociais que constroem a desigualdade e a injustiça social institucionalizada é complexa e incompreensível para a multidão de pessoas que tem que levar sua vida cotidiana, a tese do patrimonialismo e da corrupção apenas estatal resolve toda essa complexidade em uma só tacada – produzindo a ilusão de que se compreende o mundo e as causas das misérias sociais –, ao criar o “culpado” pessoalizado e materializado no Estado. Todos os problemas sociais acontecem devido à corrupção supostamente estatal. Mas o “golpe de mestre” dessa tese é o “ganho afetivo” conseguido ao tornar a “sociedade” – ou seja, nós todos a quem essa ideologia se dirige – tão virtuosa quanto o mercado, expulsando todo o mal em um “outro” bem identificado, uma elite estatal que ninguém define e localiza precisamente (Posição do Kindle 1661 de 5076).

O enunciado TWCB-304 (fig. 120) nos induz a uma visão do outro, estrangeiro, acerca da corrupção.

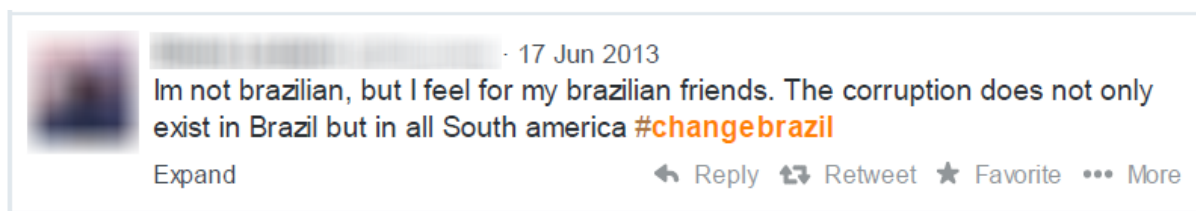


Fig. 120 TWCB-304

Ao enunciar de uma posição ambígua pela qual, ao mesmo tempo em que se vincula aos brasileiros pelo sentimento de amizade (“I feel for my brazilian friends”), o sujeito-webativista se apresenta supostamente distanciado do contexto do país (“Im not brazilian”), pode-se entrever o investimento em uma suposta neutralidade, marcada pela ausência de qualquer interesse pessoal inerente apenas ao cidadão de

um estado-nação. Ao contrário, esse modo de enunciar aponta para o investimento em um efeito de solidariedade que vem do outro, estrangeiro, dialogando com a recorrência do termo *“help us”* que analisamos anteriormente na presente seção deste Capítulo. Enuncia-se, portanto, a partir de uma posição de alteridade que “sente” por seus amigos brasileiros, que demandam por “ajuda”, e com eles estabelece vínculo de solidariedade na causa do combate à corrupção, cuja existência é percebida não como exclusividade deste país (“The corruption does not only exist in Brazil...”), mas de toda a América do Sul (“...but in all South america”). O enunciado em questão aponta para um gesto de apagamento de casos de corrupção em localidades outras do planeta, que não aquelas circunscritas pelos domínios territoriais sul-americanos. Enquanto a América do Sul é disforicamente representada como território essencialmente afetado pela corrupção, as nações capitalistas globalmente hegemônicas são apagadas do dizer, como se essa característica fosse inexistente nos países ditos economicamente desenvolvidos. Essa forma de representar o continente sul-americano e o Brasil, enquanto estado-nação que o integra, nos remete às considerações de Souza (2015), para quem

a ideia de uma “corrupção estrutural” das sociedades periféricas – como se esta não existisse nas sociedades modernas centrais, que são, portanto, “idealizadas” e vistas como tendencialmente “perfeitas” de um modo muito próximo com o que a teoria da modernização clássica fazia –, continua a estar presente em toda a sua [de Luhmann] argumentação (Posições do Kindle 463-474).

Um dos principais alvos dessa nova agenda das Jornadas de Junho, foi a realização dos grandes eventos esportivos como a Copa das Confederações que se deu naquele ano, simultaneamente aos protestos, a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas, a serem realizadas no Rio de Janeiro em 2016. Já em 16 de junho de 2013, véspera da abertura da Copa das Confederações, as mobilizações eram objeto de nomeações múltiplas, tais quais, “Primavera Brasileira”, “Revolta do Vinagre”<sup>112</sup> e, como corrobora TWCB-61 (fig. 121), “cup protests”.

---

<sup>112</sup> Em referência ao uso do vinagre como antídoto utilizado pelos manifestantes contra as bombas de gás lacrimogêneo usadas pela polícia militar para reprimir os protestos.





Fig. 121 TWCB-61

A percepção recorrente de parte dos sujeitos-webativistas a respeito dos investimentos em estádios e infraestrutura, visando à realização de grandes eventos esportivos mundiais, enquanto práticas injustas (“unfair practices” enunciadas em TWCB-103, fig. 122) configuradas como subversão do que os sujeitos enunciam como prioridade dos investimentos do Estado, tais como, saúde, educação e transportes (Cf. TWVPR-548, fig. 123) favorece o surgimento de demandas por serviços públicos cuja qualidade desejada deveria ser “justa” (“fair hospitals”, “fair education”, “fair transport”), também enunciada como “padrão FIFA<sup>113</sup>” (Cf. TWVPR-325, fig. 124).



Fig. 122 TWCB-103

A mobilização dos sentidos possibilitada por “unfair practices”<sup>114</sup> nos remete à relação intertextual que a locução adjetiva guarda com o lema utilizado pela FIFA, ou seja, “*fair play*”, que visa prover o chamado “jogo limpo”, respeitando as regras estabelecidas para o esporte. Ao enunciar, em TWCB-123, sobre supostas “unfair practices” relacionadas à realização dos eventos esportivos, o sujeito mobiliza sentidos do próprio universo do esporte para denunciar práticas “injustas” para que esses eventos viessem a ocorrer. Ainda, ao manifestar seu desejo por “hospitais padrão fifa”, o sujeito recorre a uma forma de representação do que considera o padrão desejável para os serviços públicos, estabelecendo como seu referencial uma entidade associativa que, embora em seus estatutos não se constitua como empresa

<sup>113</sup> Federação Internacional de Futebol, entidade corresponsável pela organização da Copa do Mundo e da Copa das Confederações.

<sup>114</sup> Em tradução livre, “práticas injustas”.

privada, é gerida sob a lógica empresarial, visando lucro<sup>115</sup>. O termo “unfair practices” remete, ainda, por contraposição, às “boas práticas” de gestão elencadas por Brown (2015) como fundamentos da razão neoliberal que, supostamente, visam à saúde financeira de empresas e estados-nação.



Fig. 123 TWVPR-548



Fig. 124 TWVPR-325

As ditas “boas práticas”, prescritas pela razão neoliberal, permeiam diversos dizeres ao longo do *corpus*, como veremos na continuidade do processo analítico.

Em diversos momentos do texto apresentado em FBVPR1-23 (fig. 125), pode-se antever ecos da razão neoliberal, como, por exemplo, na forma pela qual a política tributária brasileira é criticada, sob o viés anti-impostos (linhas 5 e 6), ecoando vozes do mercado e do capital financeiro para os quais os impostos são barreiras

<sup>115</sup> O lucro obtido pela FIFA na Copa do Mundo de 2014 foi de 18 bilhões. Fonte: <<http://globoesporte.globo.com/blogs/especial-blog/dinheiro-em-jogo/post/mais-lucrativa-da-historia-copa-do-mundo-de-2014-gera-r-18-bilhoes-para-fifa.html>>. Acesso em: 20 de jul. 2019.

indesejáveis estabelecidas pelo Estado, as quais dificultam o livre fluxo de mercadorias, serviços e capitais.

O sujeito segue mobilizando formações discursivas das ciências econômicas e do mercado para ecoar fundamentos da razão neoliberal por meio do recurso à autoridade do especialista, conferindo suposta neutralidade científica à sua proposição que defende o emprego da austeridade fiscal (linha 15). Ao mobilizar tais formações discursivas, que remetem ao saber especializado do economista e dos agentes de mercado, o sujeito-webativista estabelece distanciamento em relação ao que considera interpretações errôneas de “algumas fontes da mídia brasileira” sobre as Jornadas de Junho enquanto “movimentos da extrema esquerda” ou “uma rebelião adolescente” (linha 29). Em detrimento dessas formas de representação, o sujeito investe em uma imagem das Jornadas de Junho como o “levante da parte mais intelectualizada da sociedade” renomeada, na sequência, como “a jovem classe média que sempre esteve insatisfeita com o obscurecimento político” e que “agora ‘desperta’” para reivindicar “hospitais, escolas, aeroportos e transporte público padrão fifa” (linhas 30-35), afirmando essas reivindicações não sob a perspectiva interpretativa, mas factual, ao enunciar que “estas são, **de fato**<sup>116</sup>, as revoltas dos brasileiros” (linha 29).

Além do viés economicista, percebemos, ao longo do texto, o encadeamento discursivo dessas formas de representação com elementos que remontam ao combate à corrupção pela perspectiva da moral, e à rejeição da institucionalidade política perpassada pelo punitivismo que a judicializa, elementos sobre os quais já refletimos neste Capítulo, na seção 3.1.

Ao apropriar-se do discurso científico para definir as Jornadas de Junho como “levante da parte mais intelectualizada da sociedade”, que é, *a posteriori*, renomeada como “a jovem classe média”, é possível entrever o lugar do qual esse sujeito-webativista enuncia. Trata-se, aparentemente, da alternância de posições de sujeito enquanto sujeito-economista, sujeito-do-mercado e sujeito-de-classe-média para enunciar suas demandas, sob a perspectiva coletiva de uma parcela da sociedade que, conforme atesta a pesquisa IBOPE apresentada anteriormente nesta seção, constitui um contingente numericamente significativo do processo de mobilização ora analisado.

---

<sup>116</sup> Grifos meus.

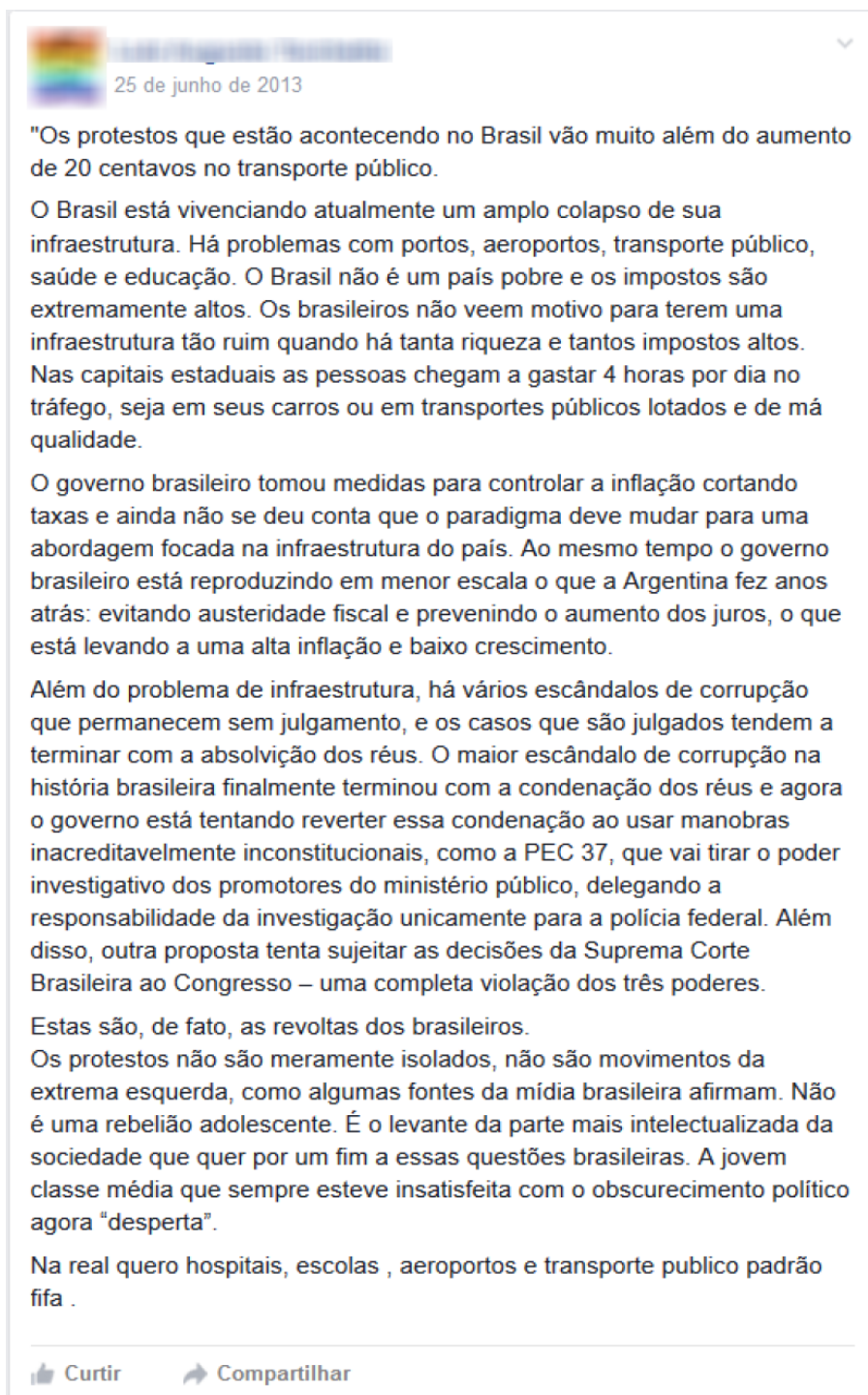
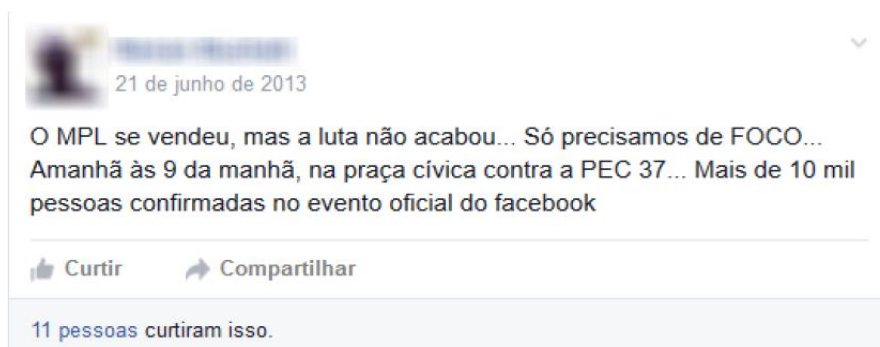


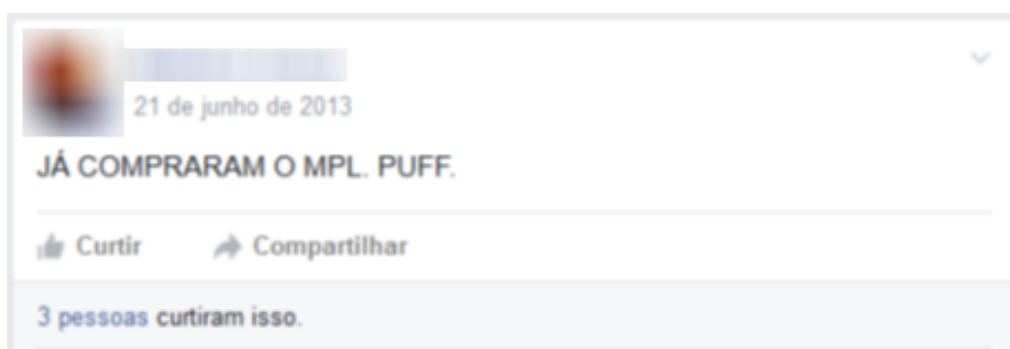
Fig. 125 FBVPR1-23

As premissas, jargões e metáforas que remetem ao universo das transações econômicas e ao valor monetário são elementos recorrentes nos enunciados que compõem o *corpus*. Uma das formas de representação mais frequentes das relações humanas, profissionais e institucionais com as quais nos deparamos diz respeito à aplicação dos verbos “vender” e “comprar” aplicados a supostas negociações, tidas

como espúrias, envolvendo pessoas e seus coletivos. Por esse prisma, pessoas, em sua dimensão individual ou coletiva, são reduzidas à condição de mercadoria, sendo possível estabelecer-lhes um preço, um valor de compra, aspecto que remonta à consequência neoliberal da economicização da vida cotidiana. Reproduzimos, a seguir, os excertos FBVPR1-167 (fig. 126) FBVPR1-172 (fig. 127) como exemplares desse emprego lexical que implica na transformação de pessoas em objetos para consumo.



**Fig. 126** FBVPR1-167



**Fig. 127** FBVPR1-172

A precificação e seu consequente processo de objetificação se dão também em alguns enunciados que, na busca por representar o que deveriam ser as prioridades do Estado em detrimento da Copa do Mundo, passam a significar indivíduos e aspectos da vida cotidiana a partir de valores econômicos – a equivalência entre o salário de um professor e “o salário de um deputado” (TWVPR-636, fig. 128) – que eles têm ou que se imagina que deveriam ter TWVPR-1244 (fig. 129)<sup>117</sup>.

<sup>117</sup> Sobre o excerto apresentado na figura 129, é importante ressaltar que, devido à coincidência entre a foto compartilhada no *tweet* e aquela que é utilizada como perfil de usuário, optamos por distorcer apenas as áreas da imagem que correspondem ao rosto do sujeito, para fins de preservação de sua identidade. Esse tratamento diferenciado foi relevante pelo fato de que a imagem compartilhada será de grande valia para a análise dos efeitos de sentido possibilitados pelo excerto.





Fig. 128 TWVPR-636



Fig. 129 TWVPR-1244

No excerto TWVPR-1244 temos a imagem de um professor à frente de uma lousa, na qual consta o enunciado "...um professor vale mais do que o Neymar", reproduzido também no corpo do *tweet*. Aparentemente, a identidade jurídica do sujeito que produz o enunciado na rede social coincide com a do professor que

aparece na fotografia <sup>118</sup>. Independentemente da coincidência ou não entre a identidade jurídica do sujeito-webativista no *Twitter* e do sujeito-professor, essa correspondência de imagens é relevante para compreendermos a posição de sujeito ocupada por aquele que enuncia. Trata-se, portanto, de um sujeito webativista que toma o lugar de sujeito-professor para representar a si mesmo sob a perspectiva do valor.

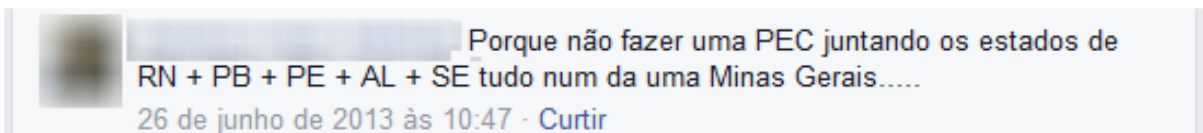
Tendo em mente que a comparação estabelecida é entre “um professor” e o atleta Neymar, é importante que levemos em consideração alguns pré-construídos que circulam sobre uma e outra profissão na sociedade atual.

Se tomarmos essa comparação entre o professor e um atleta de alta *performance*, como o jogador Neymar Jr., em termos de capital cultural (BOURDIEU, 1979 [2007]), é socialmente compartilhada a percepção, fundamentada em estereótipos profissionais, de que o primeiro possui mais capital cultural que o segundo. No entanto, de acordo com as implicações do dizer do sujeito-professor, esse capital cultural não é revertido em capital econômico e social superior ao do referido atleta. O próprio gesto de enunciar que “um professor vale mais do que o Neymar” não consiste em verificação factual, mas na manifestação de um desejo, fundamentado nos pressupostos neoliberais da tecnocracia e da meritocracia, os quais postulam que tanto maior o investimento maior a possibilidade de retorno econômico. Com base nessas considerações poderíamos parafrasear o enunciado sob a forma “um professor deveria valer mais que o Neymar”.

Consideramos o enunciado em questão particularmente sugestivo de como o *homo oeconomicus* se percebe no contexto da razão neoliberal em constante processo persecutório pelo incremento de seu valor econômico. O método prescrito pela razão neoliberal para esse incremento de capital econômico seria, segundo Brown (2015), a aplicação das “boas práticas” de gestão, oriundas do receituário mercadológico, à própria vida das pessoas. A percepção do ser humano e do Estado (Cf. comentário em FBVPR2-16, fig. 130) como empresa de si mesmo, gerida sob o fundamento que toma a “eficiência” econômica como meta, condu-los a processos de autoinvestimento que visam ganhos de capital econômico e social.

---

<sup>118</sup> Ressaltamos que essa equivalência é apenas aparente, pois qualquer outro sujeito com acesso a essa fotografia poderia decidir utilizá-la como sua foto de perfil.



**Fig. 130** FBVPR2-16

O excerto que apresentamos (fig. 130) remete-nos, mais uma vez, à questão da valoração e da competição como parâmetros da sociedade contemporânea, sob hegemonia da razão neoliberal. Embora não seja possível apontar de modo inequívoco o critério que o sujeito utiliza para estabelecer a comparação entre os estados nordestinos e Minas Gerais (econômico, territorial, ou alguma outra forma de comparação), a própria ideia de “juntar” estados brasileiros em uma nova unidade federativa remete ao processo de “fusão” - bastante comum no capitalismo global - por meio do qual as corporações, que outrora disputavam fatias do mercado, unem-se com vistas à suposta otimização de sua gestão e seus lucros ou, em alguns casos, almejando a sobrevivência em cenários cada vez mais competitivos.

O caráter supostamente científico conferido pelo estabelecimento de vínculos às formações discursivas do saber econômico e do mercado, bem como a emergência de formas de representação do Estado enquanto empresa que deveria, portanto, ser gerenciada pela adoção de “boas práticas” de gestão perpassa diversos enunciados ao longo do *corpus*. Ao recorrer a essas formações discursivas, efeitos de sentido que conferem suposta objetividade são favorecidos, apagando a dimensão subjetiva, política e ideológica das escolhas administrativas dos “gestores” da coisa pública. Dialogando com as considerações de Foucault (1978-1979 [2008]) acerca do neoliberalismo, Brown afirma que

A ideia de Foucault [acerca do neoliberalismo], pouco desenvolvida na teoria, embora amplamente explorada em suas genealogias e palestras, é que ações políticas, regimes, violência e práticas cotidianas não devem ser entendidas como simples emanções das intenções de governantes ou participantes, nem, por outro lado, como impulsionadas por condições materiais ou ideologia. (BROWN, 2015, p. 115)<sup>119</sup>

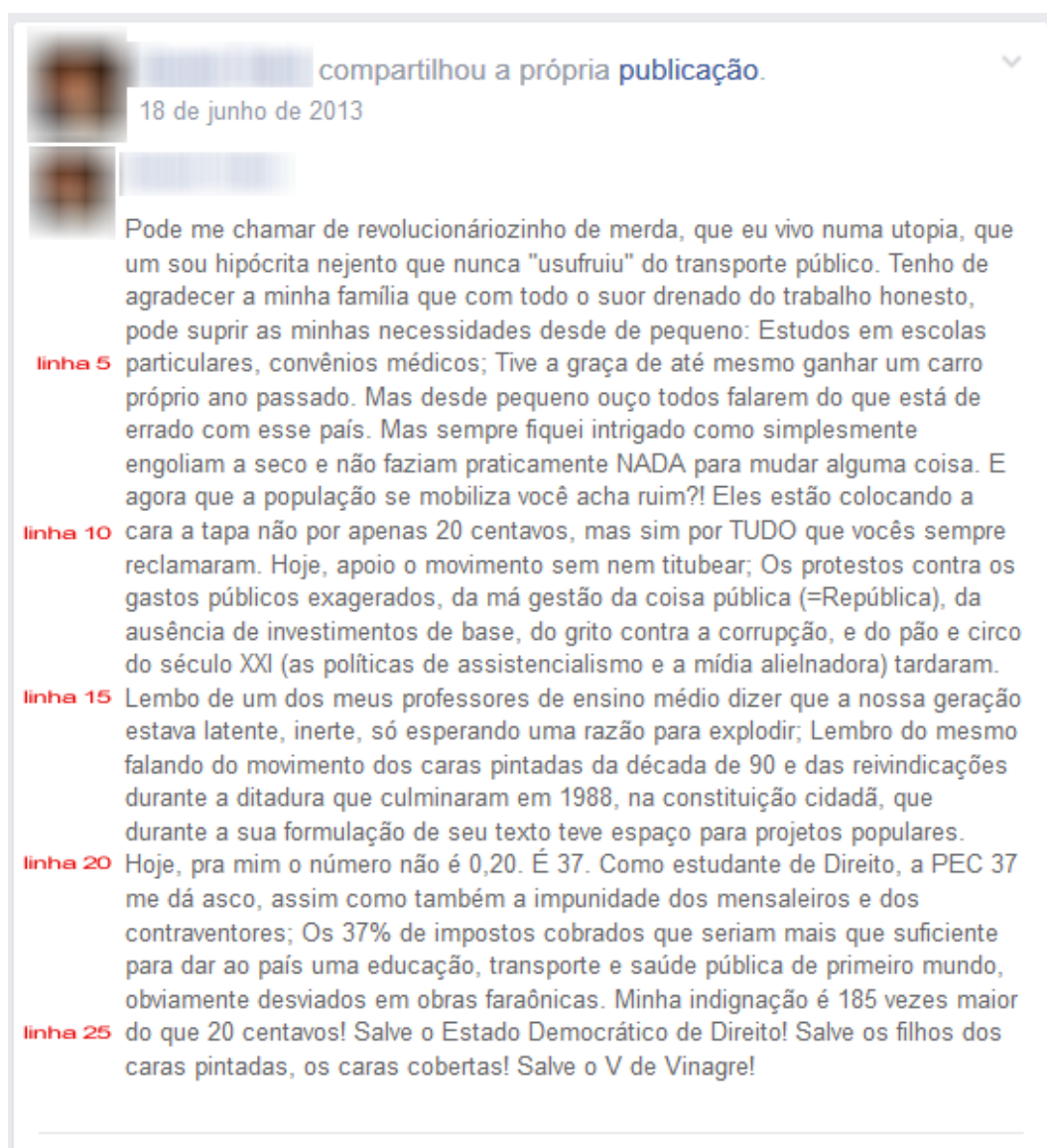
A percepção da “má gestão” implica a existência de uma suposta “boa gestão” ou, nos termos de Brown (2015), “boas práticas” enunciadas pela negação dos “gastos

---

<sup>119</sup> Foucault’s idea, underdeveloped in theory, although extensively explored in his genealogies and lectures, is that political actions, regimes, violence, and everyday practices ought neither to be understood as simply emanating from the intentions of rulers or participants nor, on the other hand, as driven by either material conditions or ideology. (Trad. Nossa)



públicos exagerados”, conforme sugerido na linha 12 do excerto FBVPR1-1312 (fig. 131). Essa tendência discursiva se coaduna com o que Dardot & Laval (2013) observam como consequência da razão neoliberal, qual seja o esvaziamento da política de sua dimensão política. Assim, a boa condução governamental torna-se, nos termos do sujeito-webativista em FBVPR1-23 (fig. 125), uma questão de “fazer as contas” e tomar decisões objetivas ou, usando a terminologia empregada pelo sujeito, fazer o “óbvio”.



**Fig. 131** FBVPR1-1312

No trecho que compreende as linhas 9 a 14, o modo pelo qual o sujeito coloca os pronomes “eles” e “vocês” em funcionamento estabelece dois grupos de pessoas, a saber: “eles”, os manifestantes, e “vocês”, os interlocutores destinatários do texto

publicado no *Facebook*. A posição que o sujeito ocupa não estabelece, contudo, vínculo de pertencimento, configurando-se como apoio de um sujeito-webativista que assume uma posição de sujeito-da-economia ou sujeito-do-mercado, para fundamentar seu dizer e validar as ações dos manifestantes mobilizados nas ruas, o que nos remete ao tipo de relação instrumentalizada entre sujeitos-webativistas, conforme já discutimos na seção 3.1 do presente Capítulo.

Ao enunciar da posição de sujeito-da-economia, investindo na suposta cientificidade de seu dizer, o sujeito-webativista investe em uma modalidade enunciativa de caráter prescritivo, fundamentada em campos sobre os quais se percebe credenciado para enunciar. Em outras palavras, entre as linhas 9 e 11 do enunciado, o sujeito mobiliza seu imaginado capital cultural (“estudo em escolas particulares”) para argumentar, com base em uma suposta lógica de natureza científica, a respeito de seu desejo de que seus interlocutores (“vocês”) apoiem “eles”, cujo referente aponta para as pessoas que estão “colocando a cara a tapa não por apenas 20 centavos”. Como argumento para sustentar o que pensa ser um apoio necessário de “vocês” a “eles”, o sujeito fundamenta sua proposição na imaginada equivalência entre as reivindicações “[d]eles” e “TUDO que vocês sempre reclamaram”.

Desse modo, ao ocupar a posição de sujeito-da-economia, temos a mobilização do capital cultural com vistas à sua conversão em capital político, cujo resultado esperado constitui o apoio, logicamente fundamentado, de “vocês” (interlocutores) a “eles”, os indivíduos mobilizados nos atos de rua.

Ademais, no que tange aos temas de caráter econômico abordados pelo sujeito-webativista em seu dizer, temos, na linha 14, marcas discursivas que apontam para a rejeição ao que é nomeado como “o pão e circo do século XXI” e, posteriormente, renomeado como “políticas de assistencialismo”. O sujeito, que se imbuí de suposto capital cultural, investe na violência simbólica (BOURDIEU, 1982 [1996]) para enunciar, de modo disfórico, suas representações acerca das políticas públicas. Esse dizer se alinha semanticamente a formas de representação de viés tecnocrata e meritocrático de um sujeito que almeja, nas linhas iniciais do seu texto, justificar, a partir “[d]o suor drenado do trabalho honesto” de “minha [sua] família” sua condição econômica – que, se comparada à da maioria da população brasileira, pode

ser considerada privilegiada – de classe média<sup>120,121</sup>, configurada pelo acesso a “escolas particulares, convênios médicos” e “a graça de até mesmo ganhar um carro próprio no ano passado”. Por meio do empreendimento discursivo no seu propósito de demonstrar suposta “consciência política”, os dizeres evidenciam a tentativa de ruptura com possíveis pré-construídos de viés classista (“Pode me chamar de revolucionáriozinho de merda, que eu vivo numa utopia, que sou um hipócrita nejeito que nunca ‘usufruiu’ do transporte público”, Cf. linhas 1 e 2) que poderiam invalidar ou fragilizar a argumentação.

Outros enunciados que compõem o *corpus* dão conta da regularidade de modos de dizer que corroboram a prescrição neoliberal pela meritocracia, bem como de formas de representação disfóricas que alçam os beneficiários das políticas sociais de transferência de renda à condição de pessoas que estão circunscritas ao que se denomina “coitadismo”. O lexema sob a forma genérica “bolsa x”, estabelece relação de paródia com a nomenclatura do programa “Bolsa-Família”, promovido pelo Governo Federal, figurando entre diversos enunciados em tom de chiste como, por exemplo, “Bolsa Copa” em FBVPR3-19 (fig. 132), supostamente pago a ministros de Estado, “Bolsa rolê” (Cf. TWVPR-951, fig. 133) e “Bolsa #vemprarua” (Cf. TWVPR-1351), esses dois últimos em aparente referência a suposto pagamento para que um segmento (que não se pode determinar qual) dos manifestantes participasse dos atos de rua que ocorriam.

---

<sup>120</sup> Embora a definição de classes sociais seja um conceito fluido com nuances próprias para cada metodologia aplicada no Brasil, para a Fundação Getúlio Vargas (FGV), uma família é considerada de classe média (classe C) quando tem renda mensal entre R\$ 1.064 e R\$ 4.591. A elite econômica (classes A e B) tem renda superior a R\$ 4.591, enquanto a classe D (classificada como remediados) ganha entre R\$ 768 e R\$ 1.064. Essas classes encontram-se definidas a partir dos rendimentos familiares *per capita* expressos em preços (R\$) de janeiro de 2014.

<sup>121</sup> Ao identificarmos a posição social de classe média para esse sujeito webativista, o fazemos com base nos critérios de Jessé Souza (2018), para quem esta distinção se dá muito mais em face de aspectos culturais do que propriamente econômicos, ainda que esses últimos não sejam totalmente desconsiderados. Nos termos empregados pelo próprio autor, “nada é mais importante nem mais característico da classe média do que a valorização do conhecimento. Num contexto em que a propriedade é de tal modo concentrada em poucas mãos, o conhecimento útil e de prestígio vai ser o único capital ao alcance daqueles que não são proprietários” (Posição do Kindle 1098 de 4002).



Fig. 132 FBVPR3-19

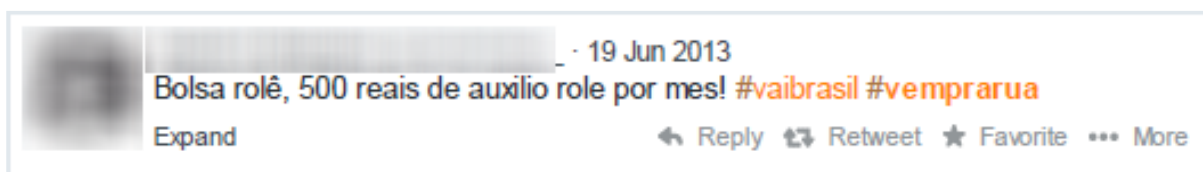


Fig. 133 TWVPR-951

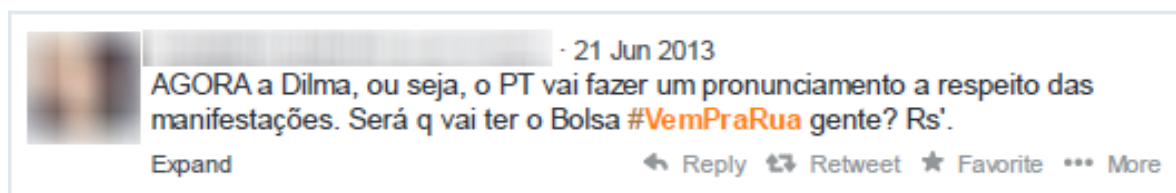


Fig. 134 TWVPR-1351

Para além do tom jocoso da paródia, a designação “bolsa coitadismo” presente no comentário em FBCB3-34 (fig. 135) sugere uma concepção de sociedade na qual o sujeito que recebe algum tipo de benefício social do Estado é visto como “coitado”, portanto, digno de sentimento de pena. Esse sujeito socialmente circunscrito ao precariado (BAUMAN & DONSKIS, 2013) e enunciado pelo MPL, quando dos momentos iniciais das Jornadas de Junho, como “a maior parte da população explorada” (MOVIMENTO PASSE LIVRE-SÃO PAULO, 2013, p. 15), é, nesse momento posterior do processo de mobilização, representado como insuficientemente competitivo se constituindo, portanto, como alguém incapaz de enfrentar os desafios

impostos pelo domínio das leis de mercado que pressupõem a competição de natureza individualista como requisito para que cada sujeito possa garantir sua sobrevivência, tendo como único recurso o seu próprio esforço e autoinvestimento, como prescreve o receituário da razão neoliberal.



**Fig. 135** Comentário em FBCB3-34

Essas formas de representar o Estado e o cidadão como empresas de si mesmos, submetidos às regras mercadológicas de “boas práticas” de gestão favorecem o estabelecimento de uma relação de caráter clientelista entre os cidadãos e o poder público, como nos sugerem os excertos FBVPR2-37 (fig. 136), TWCB-371 (fig. 137) e TWCB-1112 (fig. 138).

**VEM PRA RUA**  
19 de junho de 2013 · 🌐

Rumo a rEVOLução!  
COMPARTILHE!  
RUMO AOS 100.000 COMPARTILHAMENTOS.



**VEM PRA RUA**

RUMO AOS 10 MILHÕES DE BRASILEIROS NAS RUAS

👍 Curtir    💬 Comentar    ➦ Compartilhar

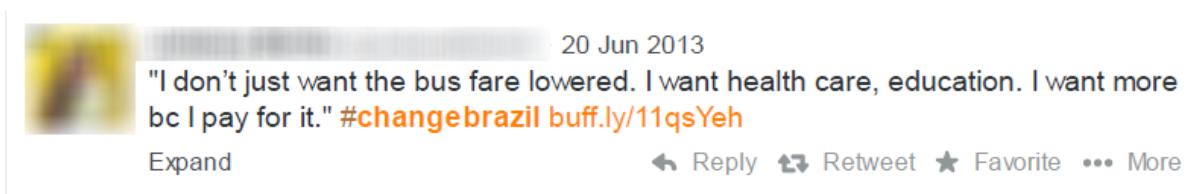
Fig. 136 FBVPR2-37

 17 Jun 2013

"Brazil is a country where you pay for a full glass, and get it half empty."  
[onforb.es/14Frwpc](https://onforb.es/14Frwpc) Watch the video. #changebrazil

 Expand      ↩ Reply    ↻ Retweet    ★ Favorite    ⋮ More

Fig. 137 TWCB-371



**Fig. 138** TWCB-1112

Em FBVPR2-37 (fig. 136), TWCB-371 (fig. 137), o emprego de termos como “propaganda enganosa”, “pagar” (“pay”) e “adquirir” (“get”) implicam efeitos de sentido que nos remetem às formas comerciais de relacionamento. Aplicando os vocábulos mobilizados nos enunciados ao contexto político-eleitoral brasileiro é possível uma analogia segundo a qual vendedores-candidatos fazem “propaganda”, durante o “horário político” visando convencer o maior número possível de eleitores-consumidores a adquirir seu produto (programa de governo).

Ao significar a relação entre a população e seus representantes por meio de critérios oriundos de formações discursivas do mercado e das relações de consumo do tipo “pague por x e leve x”, o sujeito-eleitor que se investe do papel de sujeito-consumidor recorre à legislação que regulamenta as relações comerciais para resguardar o que considera seus direitos diante da “propaganda enganosa”.

Desse modo, a frustração do sujeito-consumidor diante do que considera ser o não atendimento de determinadas expectativas sobre a administração pública o leva a estabelecer com os agentes políticos relações que remetem, por analogia, ao universo do regime precarizado de trabalho por meio de contratos de prestação de serviços, cada vez mais comuns no cenário econômico brasileiro.

O sujeito-eleitor, investido de seu lugar de sujeito-trabalhador e submetido em seu cotidiano à precarização e desregulamentação das relações de trabalho como consequência da aplicação dos fundamentos da razão neoliberal, ao representar sua relação com o Estado e os políticos sob parâmetros fornecidos pela lógica do consumo/prestação de serviços, percebe os mandatos dos agentes públicos também pelo prisma da precariedade e, portanto, instáveis. Como consequência desse modo de representar, dispositivos constitucionalmente previstos, como o *impeachment* e a cassação de mandatos, são naturalizados e colocados no mesmo patamar semântico do ato patronal de demitir. Embora o texto constitucional brasileiro não preveja nenhuma interrupção de mandato por falta de “eficiência” administrativa ou insatisfação popular, abaixo-assinados e convocações de eventos circulam nas redes sociais digitais, durante as Jornadas de Junho, solicitando a saída de Renan Calheiros



da Presidência do Senado (Cf. FBCB3-34, fig. 139) e o *impeachment* da então Presidenta Dilma Rousseff (Cf. comentário em FBVPR3-3, fig. 140).



**Fig. 139** FBCB3-34 (excerto: “Ativistas entregam agora há pouco aos senadores, a petição com 1,6 milhões de assinaturas que pede a saída de Renan Calheiros da presidência do Senado”)



**Fig. 140** Comentário de 28 de junho de 2013 em FBVPR3-3 convoca para ato pelo impeachment da então Presidenta Dilma Rousseff em 7 de setembro de 2013.

As análises ora estabelecidas nos possibilitam a compreensão de que é possível pontuar, em termos discursivos, dois momentos particulares das Jornadas de Junho, a saber: o primeiro momento, é predominantemente perpassado pela



percepção do transporte coletivo enquanto direito dos cidadãos e dever a ser assegurado pelo Estado. Questiona-se, pois, a lógica dita mercantilista aplicada à tarifa de transportes e, de um modo mais amplo, aos serviços públicos em geral. O recorrente uso de *hashtags* como #occupybrasil e enunciados que procuravam estabelecer proximidade, identificação e, até mesmo, equivalência entre a chamada “Primavera Árabe” e o processo de mobilização social pelo qual passava o Brasil nos permitem depreender uma regularidade discursiva que aponta para a procura por identificação com os movimentos ditos anticapitalistas, em especial no exterior. Embora, nesse primeiro momento das Jornadas de Junho, enunciados que postulam o que se pretende uma “luta por direitos” constituam uma regularidade predominante, outros modos de dizer circulam naquela cena enunciativa, perpassados por formações discursivas do mercado e das ciências econômicas marcadas, sobretudo, pela influência da razão neoliberal.

Em que pese esse predomínio, no primeiro momento do processo de mobilização social, de uma concepção do Estado enquanto garantidor de direitos, apontando para gestos de resistência à agenda neoliberal, o viés econômico também pode ser observado, na medida em que a motivação primeira dos protestos consiste na rejeição do aumento da tarifa de transporte, uma reivindicação que se sugere, portanto, afetada pelo aspecto da economicização das relações entre Estado, política e cidadãos.

Com o atendimento dessa demanda inicial, em 19 de junho de 2013, e seu conseqüente desaparecimento da pauta de reivindicações, restava aos setores mobilizados decidir pelo encerramento das manifestações de rua ou pela emergência de novas bandeiras que os mantivessem mobilizados, o que ocorreria, essencialmente, com base na força aglutinadora do que se enunciava como combate à corrupção e os protestos contra a realização dos grandes eventos esportivos internacionais no Brasil, a saber: a Copa do Mundo de 2014, as Olimpíadas de 2016 e, de modo mais imediato, a Copa das Confederações, que ocorreria de modo simultâneo aos protestos.

Nossa empreitada analítica na presente seção nos permitiu também apontar, nos dizeres dos sujeitos, para indícios de um desejo de vinculação, projeção e validação de seu dizer junto a outras nacionalidades e processos de mobilização social. Essa vontade se manifesta tanto no primeiro momento, anterior ao processo que denominamos inflexão discursiva, pela via dos já referidos gestos de busca por

identificação à Primavera Árabe e aos movimentos ditos anticapitalistas, quanto no segundo momento, pós-inflexão. A recorrência “viral” da locução verbal “help us” é um caso exemplar. Ademais, postagens no *Facebook* e no *Twitter* repercutiam positivamente a ocorrência de marchas, essencialmente organizadas em países Europeus e da América do Norte, bem como supostos apoios que eram enunciados, proclamando uma nova “amizade” entre Brasil e Turquia, país que passara pela experiência política da chamada “Primavera Árabe”.

De um modo geral, as análises realizadas na presente seção nos permitem considerar que, embora sob perspectivas distintas, o discurso neoliberal e suas implicações economicizantes fazem-se presentes ao longo de todo o período das Jornadas de Junho. Seja pelos “vinte centavos” enunciados como limitadores de um direito do cidadão já reduzido “à sua condição de mercadoria” (MOVIMENTO PASSE LIVRE-SÃO PAULO, 2013, p. 15) ou pelos “bilhões” supostamente desviados pelo que, genericamente, se enuncia como corrupção – quase sempre percebida como uma exclusividade da política e do Estado –, ao fim e ao cabo, são as questões econômicas que ocupam a centralidade dos debates pré e pós-inflexão ao longo do *corpus*.

Nosso percurso analítico nos permite, ainda, considerar que o aspecto economizante da razão neoliberal em seu caráter hegemônico no capitalismo global favorece a recorrência de dizeres que apontam para uma forma de relacionamento cidadão-estado constituída sob ou afetada por parâmetros derivados das relações de consumo (consumidor-mercado) e do trabalho (empregador-empregado). Esses modos relacionais precarizados e objetificados se dão sob a perspectiva do “pago por algo, logo devo recebe-lo”. Os agentes políticos eleitos são representados enquanto “empregados do povo” tendo seus mandatos precarizados, ameaçados de interrupção seja pelos pedidos de *impeachment*, que circulam sob a forma de abaixo-assinados nas redes sociais, pela reivindicação de renúncia ou pelo tom de ameaça em enunciados que colocam a possibilidade da perda do voto nas eleições futuras em casos de frustração do eleitor-consumidor ou eleitor-patrão. Isto posto, os dizeres manifestam lógica análoga àquela do mercado que desregulamenta e precariza as relações de trabalho experimentadas pelo cidadão em seu cotidiano.

Outra marca discursiva que aponta para elementos que se coadunam com a razão neoliberal nos enunciados que analisamos diz respeito à percepção do indivíduo enquanto empresa de si mesmo. Esses enunciados são mais recorrentes no período

pós-inflexão discursiva das Jornadas de Junho. Indivíduos que recebem algum benefício compensatório ou de redistribuição de renda oriundo do Estado são representados como “coitados”, a partir de processos de renomeação de programas sociais como “bolsa coitadismo”. Isso implica efeitos de sentido que equiparam essas pessoas ao *status* de subcidadania (SOUZA, 2003), ou seja, indivíduos tidos como incapazes de competir dentro das leis de mercado neoliberais.

Tomados em conjunto, os enunciados que submetemos à análise nesta seção 3.2 apontam a vontade de tornar as manifestações um acontecimento histórico, em razão da mobilização discursiva de determinados elementos, tais como a recorrência imagem da “primavera” que busca conexão com outros processos históricos de mobilização social em âmbito internacional, a recorrência de palavras de ordem e o apelo a símbolos nacionais. Essa vontade de verdade (FOUCAULT, 1979 [2008]) incorpora fatores sócio-históricos hodiernos, mobilizando sentidos sobre um Brasil que se pretende sem fronteiras para se fazer notável em um mundo globalizado.

Na seção 3.3 “Vetores discursivos e forças resultantes”, daremos seguimento ao nosso fazer analítico com vistas à identificação de pistas a respeito dos processos identitários e programáticos das Jornadas de Junho e possíveis disputas e imbricamentos que deles resultam. Tecemos, também, algumas considerações sobre como e em que medida as condições de produção afetadas pela razão neoliberal, pelo apelo ao patriotismo no contexto da Copa das Confederações, bem como marcadas pelo aspecto expressivo-disruptivo (DOIMO, 1995) de rejeição à institucionalidade estatal parecem afetar os sujeitos e a produção de sentidos, configurando um entre-lugar que transita entre desejos de proteção social, eficiência pública e, ao mesmo tempo, premissas neoliberais.

### **3.3 Vetores discursivos e forças resultantes**

Tomando como base a amplitude das pautas e os aspectos que dão conta da heterogeneidade na constituição social, política e ideológica das Jornadas de Junho, com seus dois momentos discursivos, conforme demonstramos nas duas primeiras seções deste Capítulo, damos seguimento, nesta seção, ao processo de análise dos enunciados, visando apontar para pistas sobre alguns dos processos identitários, as disputas e, também, imbricamentos entre distintas formas de identificação, deles decorrentes, nesse processo de mobilização. Para tal, tomaremos como referência as

condições de produção que afetam os dizeres, marcadas pela hegemonia da razão neoliberal e pela recorrente enunciação acerca de símbolos nacionais, aparentemente favorecidos pelo contexto de simultaneidade da realização da Copa das Confederações, que se deu na segunda metade de junho de 2013.

Intentamos, assim, fornecer elementos tanto do aspecto expressivo-disruptivo (DOIMO, 1995), que favorece formas de representação indicativas da rejeição à institucionalidade estatal, em especial na primeira parte das Jornadas de Junho, antecedente à revogação do aumento da tarifa de transportes coletivos, bem como de um sentimento de celebração da identidade nacional, de cunho homogeneizante, que parece afetar os sujeitos e a produção de sentidos, sobretudo em momentos posteriores ao processo de inflexão discursiva, embora não se manifestem exclusivamente nesse marco temporal.

Neste momento de nosso percurso analítico, apontamos alguns aspectos discursivos que remetem a entre-lugares do desejo de unidade por meio do apagamento de diferenças na busca por proteção social e eficiência da máquina pública e, ao mesmo tempo, identificamos marcas discursivas que apontam para dicotomias do tipo “nós contra eles” em um processo de disputa pela pauta e a narrativa do processo de mobilização.

Ao descrevermos o percurso histórico das Jornadas de Junho, no Capítulo 1, alertamos, naquela oportunidade, para o pioneirismo desse acontecimento político no que diz respeito ao uso das redes sociais nesse tipo de processo de mobilização no contexto brasileiro. O modelo de *networking* que constitui essas plataformas está implicado pelo agrupamento e a possibilidade de interlocução entre sujeitos em rede com base em processos de identificação por semelhança e o estabelecimento de laços identitários pontuais que, enquanto duram, permitem o apagamento de diferenças em torno de um tópico ou objetivo comum de colaboração, remetendo-nos ao conceito de comunidades guarda-roupas (BAUMAN, 2003) e às teorias acerca do estabelecimento de laços fracos (LOVINK, 2011) nas redes sociais digitais.

No *corpus*, são recorrentes enunciados que remetem ao desejo pela adoção desse tipo de relação, característico das redes, como forma de organização do próprio processo de mobilização. Desse modo, não somente os sujeitos-webativistas utilizam-se das redes sociais para seus fins políticos, mas convertem também sua ação sob uma estética pautada no modelo de *networking*, conforme sugerem os excertos TWCB-509, TWCB-319, TWCB-561 e TWCB-828 (figs. 141 a 144).

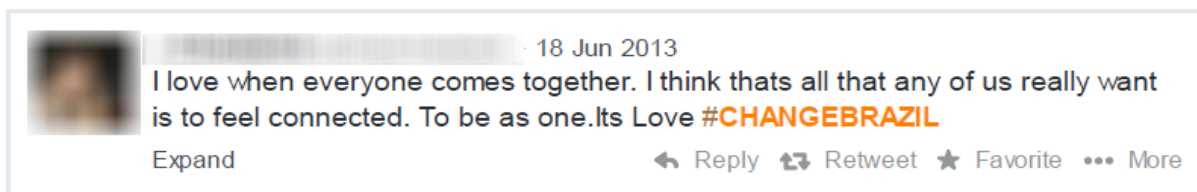


Fig. 141 TWCB-509



Fig. 142 TWCB-319



Fig. 143 TWCB-561



Fig. 144 TWCB-828

Os excertos supramencionados permitem-nos inferir efeitos que remetem ao investimento em um desejo de unidade (“we’re all one” Cf. TWCB-319) favorecido pelo sentimento de se estar conectado (“feel connected” Cf. TWCB-509), de modo a produzir e espalhar sua mensagem (“spread the word” Cf. TWCB-319) em uníssono. Desse modo, as redes sociais são percebidas como recurso comunicacional e espaço

de subjetivação potencialmente facilitador do engajamento global em causas locais (“social media engages the world in the #ChangeBrazil Movement” Cf. TWCB-828), a partir de gestos de identificação por meio dos quais as diferenças já não são percebidas (“Can you see any difference? Because i can’t” Cf. TWCB-561), levando os sujeitos a se (auto)representarem como parte de um mesmo todo (“WE ARE ALL IN THIS TOGETHER” Cf. TWCB-561). Esse processo de apagamento que circunscreve os sujeitos, de modo totalizante e homogeneizante, às redes sociais, personificando o termo “Social Media” como agente de um suposto engajamento mundial em torno de questões brasileiras, foi também recorrente em diversos cartazes levados às marchas durante as Jornadas de Junho.



**Fig. 145** TWCB-169

Em TWCB-169 (fig. 145), enuncia-se o que se imagina ser um movimento de “saída das redes” (“we got out of the facebook”) em direção às ruas, para reivindicar uma suposta pauta que unificaria esse coletivo tido como oriundo do *Facebook* e no qual o sujeito se percebe inserido. O efeito de sentido possibilitado pelo verbo “sair” aponta para o gesto de migração no qual se dá o abandono de um espaço de origem em detrimento da ocupação de outro que se constitui como destino. Contudo, tendo em mente o efeito de desterritorialização possibilitado pelas tecnologias do ciberespaço, o que ocorre pode estar relacionado muito mais à ordem do transbordo

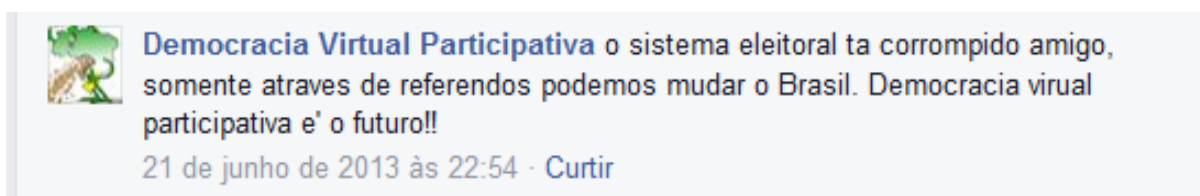
em direção a outra cena enunciativa do que propriamente a um gesto migratório. Isto posto, esse espalhamento de sujeitos web-ativistas em direção às manifestações presenciais, nas ruas, implica também a afetação da estética, das formas de representação e dos modos de dizer característicos das redes para o seio dos protestos. Importante notar que, embora a referência à origem desses manifestantes seja o *Facebook*, o enunciado é originalmente produzido no *Twitter*, o que parece sugerir a centralidade, no contexto brasileiro, do primeiro em relação ao segundo, conforme aponta pesquisa IBOPE à qual fizemos menção na seção 3.2 deste Capítulo.

Podemos perceber que parte da estética das redes sociais é enunciada como forma de mensurar o que se imagina como sucesso do processo de mobilização. Em TWCB-760 (fig. 146), a repercussão social dos protestos é medida pelo critério estabelecido com base nos “assuntos do momento” (*Trending Topics*), do *Twitter*.



**Fig. 146** TWCB-760

Já no comentário em FBVPR2-45 (fig. 147), o sujeito-webativista, em mais um gesto de transposição da estética das redes, tida como “o futuro”, no que diz respeito aos processos de subjetivação política, propõe a adoção de um modelo que denomina “democracia vir(t)ual participativa” em alternativa ao sistema eleitoral.



**Fig. 147** Comentário em FBVPR2-45

O enunciado FBCB2-19 (fig. 148) expressa, no entanto, algumas limitações dessa aparente unidade promovida pelos processos de identificação pontual favorecidos pelo modelo de *networking*. Ainda que manifeste, em consonância com os demais enunciados que discutimos até então, a crença de que “Com Todos unidos”




os objetivos do processo de mobilização seriam alcançados (“Nós vamos conseguir!”), ao mencionar que esse suposto êxito se dará “Custe o que custar!”, o sujeito implica a existência de um ônus, um custo a ser absorvido para a obtenção da imaginada meta de “mudança”. Esses custos não são, no entanto, explicitados no dizer. Podemos, contudo, supor que um deles consiste na própria necessidade de lidar com os imbricamentos e conflitos decorrentes do caráter social e politicamente heterogêneo dos sujeitos que compõem esse coletivo que, apenas imaginariamente, se constitui como “um só”. Essas marcas de heterogeneidade, ainda que aparentemente indesejáveis, são enunciadas no comentário em FBCB3-43 (fig. 149).



Fig. 148 FBCB2-19



 IT IS THE 20 CENTS!!!

é bom a gente nao se iludir.  
 1) A repressao do estado nao vai deixar o protesto passar de um certo limite;  
 2) nas cabeças das milhares de pessoas soltando insatisfacao, (depredando ou só gritando ou só resmungando, ou só pendurando lençol na janela) tem

**linha 5** muitas mais opinioes divergentes do que gostaríamos;  
 3) as contradicoes entre os milhares de insatisfeitos superam em muito o nível maximo para se conseguir as mudançãs complexas necessarias para o país;  
 4) entre os insatisfeitos, muitos acham eternamente que trocando o partido da situacao por qualquer um da oposicao, o Brasil melhora. Muitos querem na

**linha 10** verdade um país mais despolitizado, mais atrasado, mais concentrador de renda, mais privatista, mais pseudomeritocratico, menos democratico, mais hierarquico, resumindo, mais de direita (por mais que gritem que direita e esquerda nao existe mais blablabla) e

**linha 15** 5) pensando nesse tipo de gente do ponto 4 acima, e em militares como esse aqui  
<http://blitzdigital.com.br/.../335-general-publica...>  
 e no que aconteceu com a Alemanha na década de 30, na Espanha nas décadas de 40, 50, 60 e 70, no Brasil nas décadas de 60,70, 80 e 90, bem como no Irã da década de 80 até hoje, é preciso entender que a repressão do

**linha 20** ponto 1 acima não é o pior que pode nos acontecer. Há possibilidades muitissimo piores. Será que nao vamos aprender nunca com a história?

Pode ser que tudo isso acabe tendo muito pouco resultado pratico, como vimos no caso dos Indignados da Espanha e dos movimentos Occupy Wallstreet entre outros.

**linha 25** Pode ser que toda essa movimentação escape do controle do povo e a partir de uma certa dimensao a energia do povo seja canalizada por algum grupo que saiba como se aproveitar da situação, da nossa ignorancia, cansaço e falta de pratica politica.


Pode ser que estejamos pela primeira vez agindo responsavelmente, com consciencia e nos livrando do falido modelo politico no qual elegemos individuos de algum grupo organizado e distante, lhes damos plenos poderes para agir em nosso nome, e ficamos em seguida refens desses mesmos individuos, nao importa qual partido ou ideologia eles aleguem estar defendendo.

**linha 30**

**linha 35** Para realmente mudar alguma coisa, só vejo uma possibilidade: Precisamos entender as macro-relacoes complexas, difusas, abstratas, dinamicas e incertas, e com essa consciencia, com esse trabalho que ja nao podemos mais delegar a ninguem, Precisamos materializar micro-consensos. Sair do paradigma da

**linha 40** representação em blocos, no qual um eleito representa um bloco de ideias, em nome de um imenso bloco de eleitores.  
 Acabou o tempo dos blocos de ideias e de pessoas

Precisamos realizar mudançãs concretas ultraespecificas. Dessa vez é #revogaoaumento.

**linha 45** SÓ OS 20 CENTAVOS  
 Curtir · Responder ·  2 · 19 de junho de 2013 às 09:12

**Fig. 149** Comentário em FBCB3-43

Além de nos fornecer pistas sobre o desejo pela inexistência de diferenças, o comentário em FBCB3-43 (fig. 149) nos remete ao fato de que o sujeito reconhece sua vontade apenas como tal, ao enunciar, à linha 5 do excerto, que há naquele coletivo de pessoas “muitas mais opiniões divergentes do que gostaríamos”. Configura-se, assim, a percepção de que a bandeira de contrariedade ao aumento da

tarifa se constituiria como cimento social, elemento unificador que deveria ser preservado em sua condição de centralidade (“só os 20 centavos”, Cf. linha 45), visando manter a unidade do processo de mobilização. Ao mencionar a existência de “opiniões divergentes” entre os setores mobilizados, em um contexto no qual o sujeito considera que “acabou o tempo dos blocos de ideias e pessoas” (linha 43), o enunciado remete a aspectos de fragmentação identitária característicos das redes, para advogar a busca pelo que denomina “micro-consensos”, dentre os quais circunscreve a reivindicação referente à tarifa de transportes. Esse enunciado corrobora nossa hipótese de que, uma vez atendida a demanda primeira, com a revogação do aumento das tarifas de transportes coletivos, o desaparecimento desse elemento aglutinador viria a favorecer o processo que denominamos inflexão discursiva das Jornadas de Junho, com o surgimento de novas reivindicações que, em sua maioria, são perpassadas pelo tom moralizante de combate à corrupção essencialmente percebida na política institucional.

Com relação aos aspectos de multiplicidade identitária apontados em FBCB3-43 (fig. 149), o comentário em FBVPR3-22 (fig. 150) expressa o investimento na ilusão e no desejo de unicidade social plena, de viés totalizante e homogeneidade, a partir da manifestação contrária ao que o sujeito-webativista postula como um “problema do Governo Dilma”, ao qual se atribui a responsabilidade por “ter criado espécies diferentes de seres humanos no povo brasileiro” (linhas 13 e 14). Nesse enunciado é mobilizado, por quatro vezes, o verbo “segregar” para expressar a multiplicidade social enquanto processo de “segregação” entre “brasileiros... [d]e brasileiras”, “negros [d]e brancos” e “pobres [d]e ricos” (linhas 15 e 16). Falas que implicam o reconhecimento da diversidade de gênero, etnia e classe, representado como ato de “segregação”, são atribuídas à então Presidenta da República Federativa do Brasil, a qual, segundo o dizer daquele sujeito, na mesma esteira do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, está fundamentada “[n]o mesmo jargão politicamente-correto-bonzinho” (linhas 1 e 2) e “vem com esses discursos de polêmica e segrega membros da sociedade incitando o ódio e a picuinha entre as pessoas comuns” (linhas 18 a 20).

Os efeitos de sentido possibilitados por esses modos de dizer nos remetem ao desejo homogeneizante de uma sociedade na qual o Estado não deveria estimular o reconhecimento das diferenças, sob pena de fragmentar o conceito – que o sujeito deseja homogêneo – de nação. Desse modo, esse enunciado remete a formas de representação que flertam com um viés discursivo totalitário de recusa à diferença

apontada pela rejeição ao “politicamente correto”. Partindo do pressuposto de uma sociedade (apenas imaginariamente) homogênea, sem distinções de classe, gênero e étnicas, o sujeito mobiliza também formações discursivas da razão neoliberal, tais como a supervalorização do papel da livre iniciativa privada (linha 13), a oposição a políticas públicas que possam significar algum nível de intervenção na economia, como o uso de bancos públicos para financiar a habitação popular (linhas 36 a 38) e programas de redistribuição de renda, enquanto dispositivos que supostamente levariam as pessoas a “se vender(em)” (linhas 45 e 46) “por 20 centavos ou 70 reais do bolsa família”. Essas políticas públicas são enunciadas, na sequência, como “uma forma de implantar o comunismo sem sangue”. Desse modo, esse dizer que mobiliza o interdiscurso na confluência entre o anticomunismo e as premissas econômicas da razão neoliberal apontando para uma regularidade discursiva que, futuramente, viria a se confirmar com o advento do “bolsonarismo”, que veio a ser tornar muito recorrente tanto nas redes sociais quanto no imaginário popular brasileiro, culminando na eleição, em 2018, do atual Presidente da República Jair Messias Bolsonaro.

Tal como o Lula, a Dilma falou o mesmo jargão politicamente-correto-bonzinho do lobo travestido de cordeiro. Omitiu-se em relação a PEC37, bem como não citou qualquer tipo de medida enérgica contra os ministros corruptos do governo dela. Os políticos estão brincando com nossa

**linha 5** cara, eles se convenceram que o nosso preço é de 20 centavos, simplesmente falam em reduzir a já inflacionada tarifa de 20 centavos, porém incluir mais um imposto a ser pago por cidadãos brasileiros proprietários de automóveis para apadrinhar as pobrezinhas empresas de ônibus. Transporte subsidiado, é mole ou quer mais, eles estão zombando da falta de cultura da

**linha 10** maioria. É igual as estradas brasileiras construídas com dinheiro do povo e que o povo paga pedágio para empresas privadas(de propriedade da máfia política). Nos EUA estrada pública é livre de pedágio e as estradas pedagiadas são construídas com dinheiro da iniciativa privada. O problema do Governo Dilma é ter criado espécies diferentes de seres humanos no povo brasileiro,

**linha 15** segregando brasileiros(inclui todos os sexos) de "brasileiras", ou segregando negros de brancos, e segregando "pobres" de "ricos"(não falam da classe que é a que trabalha 8 horas por dia ou mais para pagar a pujança dos impostos escorchantes). Enquanto ela vem com esses discursos de polêmica e segrega membros da sociedade incitando o ódio e uma picuinha entre pessoas

**linha 20** comuns, a roubalheira continua, pois o foco é sempre as leis polêmicas, não as leis uteis, não a reforma no sistema penal. Além disso, ela criou uma inflação que perdurará por longos 35 anos, com o programa populista Minha Casa Minha Dívida, onde o empréstimo de dinheiro estimulou a especulação e a venda de imóveis de qualidade inferior, mal localizados e mal construídos a


**linha 25** valores astronômicos, de 4 vezes o valor real à vista, sem contar o que é pago em juros. A cerca de 13 anos, comprava-se um bom apartamento por 60.000,00 com financiamento de 15 anos, isso incentivava a poupança popular, hoje compramos um péssimo apartamento por 250.000,00 isso é para empurrar o financiamento como se fosse uma ótima idéia, só que os 15 anos

**linha 30** para pagar, viraram 35 anos, ou seja, o imóvel inflacionou, e o povo enganado paga 20 anos a mais de prestação só para achar que vai permanecer eternamente jovem e com saúde e os filhos nunca vão crescer, e enriquece os bancos com Juros, toda essa especulação mexe no preço dos impostos dos imóveis de dos custos de manutenção, isso reflete no comércio, então uma

**linha 35** inflação criada num setor, vai aumentar os preços em outros setores, pois tudo sobe junto. Sem contar que incentivando a compra de imóveis com financiamento de banco do governo, o governo tem reserva de domínio dos mesmos, portanto, isso é uma forma de implantar o comunismo sem sangue e com risadas nos bastidores, da cara dos brasileiros enganados. Pensemos

**linha 40** bem, brasileiros, PT, PSDB e o grande câncer PMDB devem ser erradicados do poder, aliás precisamos de uma redução de custos na máquina do governo, não precisamos de senado, nem de altos salários para deputados, suplentes, e cargos arranjados de garçons. Também não precisamos de 200 partidos, todos recebendo verba pública, bastariam apenas 2 ou 3 partidos, e sem

**linha 45** financiamento público. Estudem, protestem, e não se vendam por 20 centavos ou 70 reais do bolsa família.

Curtir · Responder ·  10 · 21 de junho de 2013 às 22:08

**Fig. 150** Comentário em FBVPR3-22

A pluralidade que compõe a sociedade brasileira se configura como uma constatação factual, ora reconhecida em FBCB3-43 (fig. 149) como característica intrínseca da sociedade que aponta para a necessidade da busca de “micro-consensos”, ora é enunciada em FBVPR3-22 (fig. 150) enquanto suposta estratégia de segregação social atribuída aos governos do PT. O investimento em formas de

subjetivação política nas redes sociais, cujas características são predominantemente representadas pelos sujeitos-webativistas como horizontais, democráticas e colaborativas, aponta para processos de identificação pontual que remetem à noção de “micro-consensos” citada em FBCB3-43. Nesse sentido, ainda que por um breve intervalo de tempo, a diversidade que compõe a sociedade e que povoa também as redes sociais se unifica em torno de um objetivo comum e, relação ao qual todos possuem uma função para que a ação política seja exitosa. É o que parece acontecer em FBVPR2-34 (fig. 151), excerto que compartilha vídeo do perfil autodenominado Anonymous Brasil. No excerto em questão, a legenda da pré-visualização do vídeo solicita: “baixem o vídeo e postem em suas contas para que não seja retirado do ar! ”. Desse modo, a tarefa de manter a mensagem do vídeo em circulação é coletivizada, e cada sujeito-webativista torna-se corresponsável pelo conteúdo. Anonymous é, ao mesmo tempo, “todos” que subscrevem o ato de compartilhar seu dizer e “ninguém”, haja vista que a essa nomenclatura não corresponde uma identidade jurídica. O gesto de filiação identitária pontual se dá, sobretudo, pela estética do movimento ativista da cultura *hacker* representada pela máscara de Guy Fawkes, protagonista do filme “V de Vingança”. O uso da máscara como elemento de identificação, por sua vez, remete à noção de identidades guarda-roupas de Bauman (2003) uma vez que, enquanto elemento alegórico de uma identidade, podem ser usadas e retiradas ao sabor da conveniência e/ou necessidade imediata.

É por meio dessa perspectiva do “ser todos” ao mesmo tempo em que se é “ninguém”, que o perfil Anonymous Brasil no *Twitter* ora se distancia pela forma verbal em terceira pessoa “povo Brasileiro”, ora se vincula a esse povo para apresentar o “recado aos nossos ‘representantes’” em TWVPR-229 (fig. 152).



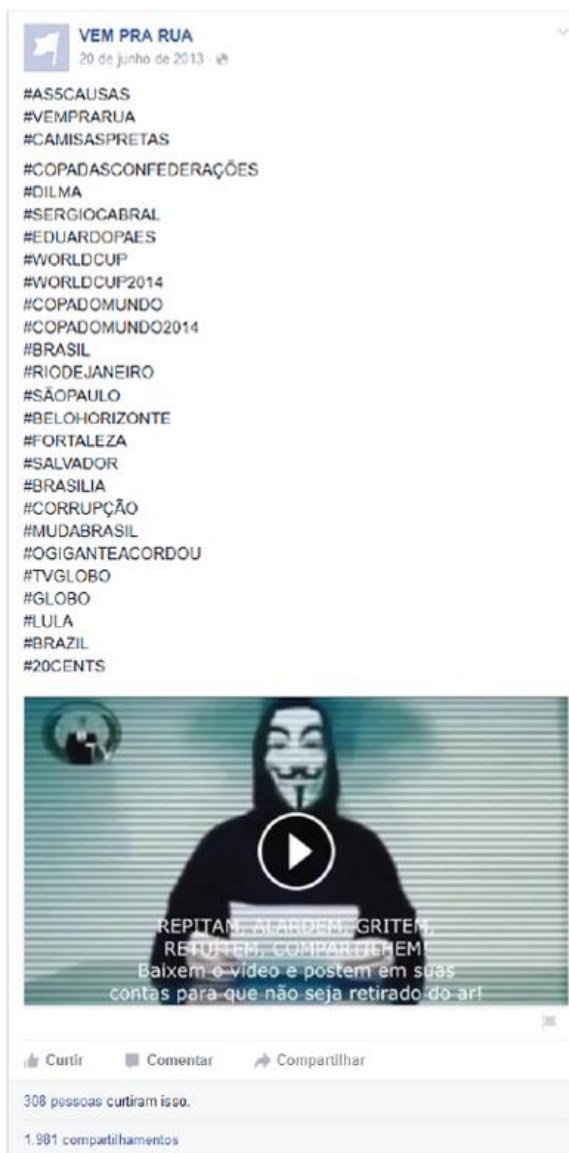


Fig. 151 FBVPR2-34



Fig. 152 TWVPR-229

A problematização da autoria implicada pelas condições de produção do discurso nas redes sociais implica também a possibilidade de edições de conteúdo e deslizamento dos sentidos. O vídeo que propõe “as cinco causas” para o momento pós-inflexional do processo de mobilização de junho de 2013, apresentado na postagem da fig. 151, é não só propagado por meio dos métodos previstos nas redes

(*retweet* e compartilhamento via *Facebook*). Seguindo a indicação do próprio sujeito que enuncia na peça audiovisual, muitos sujeitos-webativistas executam o *download* e o posterior *upload* em suas contas em redes sociais diversas. O funcionamento dessas redes (ou sua subversão com base em conhecimentos técnicos e ferramentas apropriadas) estabelece a possibilidade de edição com a supressão ou acréscimo de trechos, de encaminhamento comentado do conteúdo ou de sua transcrição sob a forma textual ou de meme. Os excertos FBCB3-41 (fig. 153) e FBVPR1-200 (fig. 154) atestam que, à medida em que “as 5 causas” ganham amplitude nas redes, seus sentidos podem deslizar a partir de processos de coautoria característicos da *web 2.0*, podendo, como demonstra a análise comparativa entre os enunciados, tomar a forma de “as 7 causas” que, além do acréscimo de reivindicações, apresenta-as sob uma nova ordem de prioridades do enunciar e outras mobilizações do léxico.

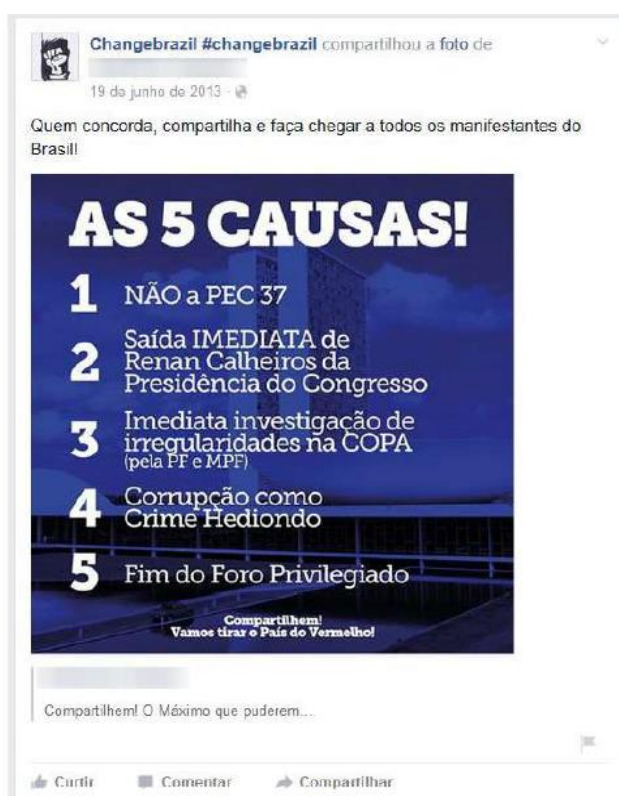
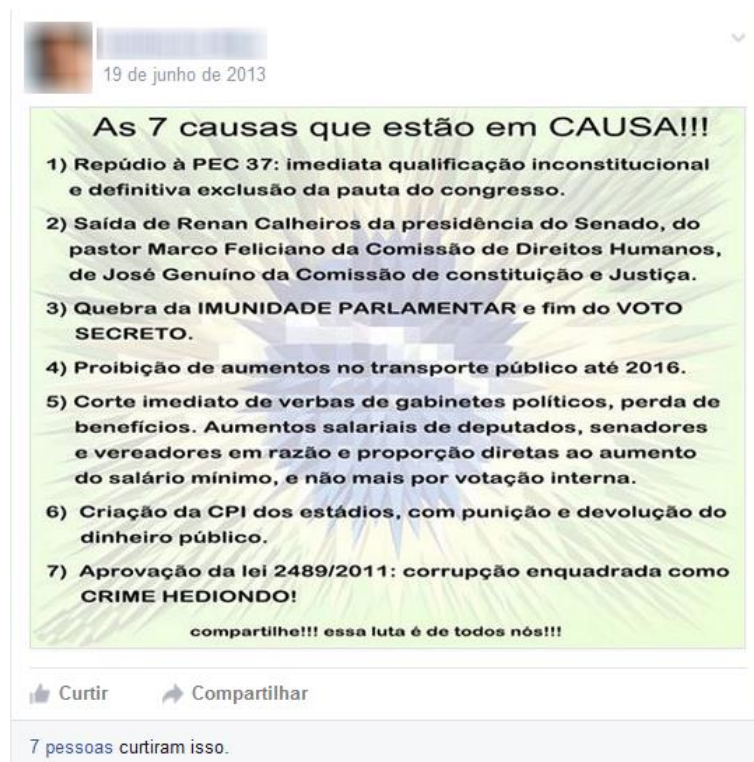


Fig. 153 FBCB3-41



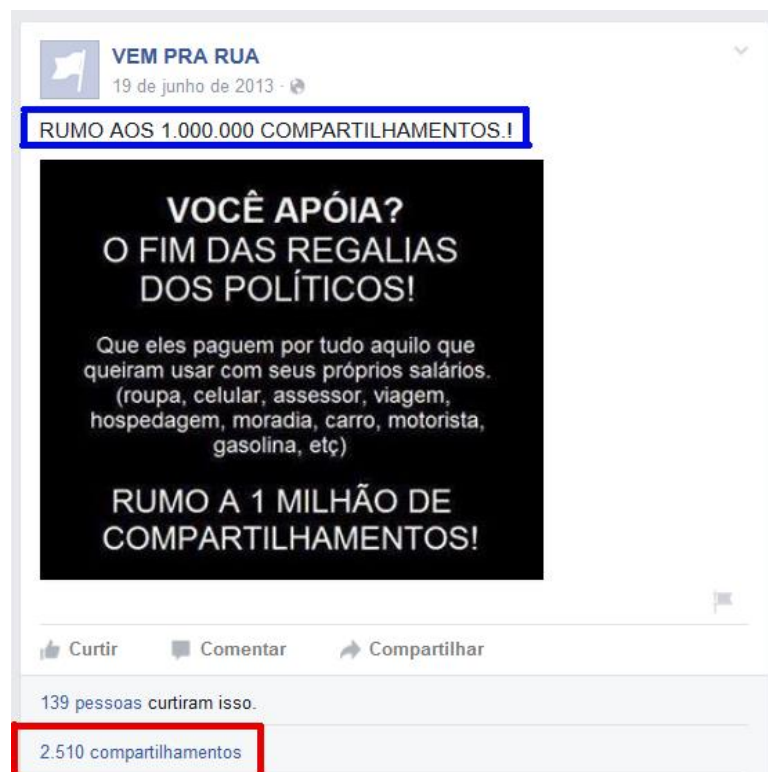
**Fig. 154** FBVPR1-200

As diferentes formas de enunciar a respeito de reivindicações que se pretendem “de todos nós” e que se deseja fazer “chegar a todos os manifestantes do Brasil” são sugestivas do desejo de unidade e, simultaneamente, da ausência de mecanismos de contenção do deslizamento dos sentidos nas redes sociais, característica intrínseca da linguagem, que é potencializada pela possibilidade de ganho de amplitude do dizer conferida pelo ciberespaço. No processo de difusão em rede, os enunciados em suas variadas formas (vídeos, fotografias, áudios, memes, charges ou outras modalidades de produção textual) comumente tornam-se propriedade coletiva “de todos” e “de ninguém”, assim como a identidade representada por Anonymous. Quanto mais se busca a unidade em torno do que o sujeito-webativista em FBCB3-43 (fig. 149) representa como “micro-consensos”, mais se apresentam as características polifônicas e polissêmicas dos dizeres em rede.

Ainda que os sentidos propagados em rede – assim como toda e qualquer forma de expressão linguística – não possam ser fixados, uma vez que a própria linguagem, matéria-prima do dizer, é constitutivamente polifônica e polissêmica, percebemos a recorrência do investimento na estratégia do compartilhamento como forma de difusão de representações e de subjetivação política. São muito frequentes, nas redes sociais, pedidos para que interlocutores ajudem a propagar conteúdos com



os quais interagem, seja por meio do *retweet*, no caso do *Twitter*, ou do compartilhamento, no caso do *Facebook*, inclusive estabelecendo metas de alcance, conforme exemplifica FBVPR2-47 (fig. 155).



**Fig. 155** FBVPR2-47

Ao introduzir a postagem sob a forma de indagação a respeito de possível apoio do interlocutor ao que se enuncia como “fim das regalias dos políticos”, o enunciado finaliza com a meta de compartilhamentos. Um possível efeito de sentido desse modo de dizer implica que o ato de compartilhar equivale à concordância do sujeito que se torna coautor da proposição apresentada. Compartilhar, nesse sentido, implicaria um gesto de filiação que endossa formas de representação e subjetivação políticas, por meio da adesão à literalidade de determinado dizer, embora esse alinhamento semântico e identitário não seja garantido, uma vez que as possibilidades de coautoria que caracterizam a cena enunciativa permitem o acréscimo de outros dizeres que podem reforçar ou se contrapor ao original. De todo modo, considerando-se os algoritmos de visibilidade que determinam o alcance do conteúdo produzido em rede, ao aderir à solicitação da postagem original e compartilhar seu conteúdo, o sujeito o torna visível a um número maior de pessoas na rede. A procura pela visibilidade é uma das características marcantes da cena enunciativa proporcionada pelas redes

sociais e, assim sendo, aquele que atua para propagar os dizeres que nela circulam é também considerado um ativista, ainda que não converta sua participação digital em engajamento presencial. A essa forma de participação se convencionou chamar “ativismo de sofá” ou “sofativismo”, como atesta o *tweet* de Pierre Lévy, um dos primeiros cientistas a teorizar sobre as relações sociais *online* (Cf. TWVPR-311, fig. 156).



**Fig. 156** TWVPR-311

A participação *online* a partir do ato de “curtir”, “retuitar” ou “compartilhar” dizeres que circulam nas redes não é, contudo, a única forma possível de “sofativismo”. Essa modalidade de subjetivação política pode ser compreendida de modo mais amplo como um gesto de apoio de quem, mesmo não tomando parte diretamente de uma ação coletiva, é percebido e/ou se percebe, como agente facilitador de processos de mobilização. Nos termos de FBVPR1-209 (fig. 157), trata-se de uma modalidade de ativismo na qual, diante da impossibilidade de sair “às ruas”, o sujeito “vem pra janela”, e esse ato em si já configura sua “participação”. O enunciado postula, ainda, outras maneiras de “ajudar sem sair de casa”, tais quais a liberação do sinal *wi-fi* para os manifestantes poderem acessar a *web*, o ato de pendurar “uma bandeira branca na janela”, o fornecimento de “panos com vinagre e garrafinhas de água” aos manifestantes ou, ainda, o registro de imagens e o compartilhamento de informações nas redes sociais como, por exemplo, a emissão de avisos sobre possível repressão policial. Essa forma de participação “sem sair de casa” contribui para o efeito de pertencimento a um coletivo do qual “todos” são parte, todos contribuem de alguma maneira, investindo na ilusão de um coletivo que se


deseja coeso e, ainda que pontualmente, homogeneizado em torno de um objetivo comum.

Todavia, nosso olhar analítico lançado sobre os dizeres produzidos nos remete a uma suposta homogeneidade que é inexoravelmente inatingível, uma vez que o processo de subjetivação se dá na/pela linguagem, cuja opacidade dos sentidos é um dado de suas características essencialmente polifônicas e polissêmicas. Esse investimento em uma imaginada homogeneidade parece operar pela exortação da ideia de nação que silencia a própria divisão social que lhe serve de base para a fabricação do sentimento nacional a partir dos processos de distinção entre patriotas e “vândalos” e “partidários” tidos como antítese da noção de patriotismo. Some-se a isso a multiplicidade social, programática e ideológica do conjunto de manifestantes que ocupou as ruas e alimentou as redes como seus dizeres sobre os protestos de junho de 2013. Essa diversidade se tornou ainda mais latente à medida que a pauta primeira e aparentemente unificadora dos protestos perdeu seu objeto (os vinte centavos) e, diante do desejo de manter-se mobilizada, precisou alçar novas reivindicações ao *status* de centralidade.

compartilhou o evento de [nome]  
19 de junho de 2013 · Goiânia

**[5 MANEIRA DE AJUDAR SEM SAIR DE CASA!]**

1. Abra seu Wi-Fi  
Se você mora ou trabalha perto das áreas de manifestação libere o sinal do seu Wi-Fi. Com mais conexão os protestantes são capaz de informar melhor e subir seus registros e trocar mensagens.
2. Bandeira branca na janela  
Coloque uma bandeira branca na sua janela e participe do movimento VEM PRA JANELA: <https://www.facebook.com/events/281102965366442/?fref=ts> que dá mostra o apoio das pessoas dentro de casa aqueles na rua - lutando.
3. Proteja os manifestantes  
Separe alguns panos com vinagre e garrafinhas de água, e converse com seu porteiro para abrigar gente fugindo dos protestos se a violência começar. PMs agrediram diversas pessoas tentando fugir da confusão encurralados na porta de prédios - a grande maioria presente não tem interesse em participar de violência. Proteja-os se puder.
4. Registre tudo que ouve e vê  
Sendo uma peça presente, registre seus arredores e participe da troca de informações sobre os protestos. Utilize as tags do evento e informe seus contatos de tudo que está acontecendo - sua presença virtual é tão importante quanto sua presença física.
5. Compartilhar é participar!  
Diversas informações podem ser cruciais na hora de ajudar quem esta nas ruas. Durante o protesto do dia 13, os manifestantes souberam com alguma antecedência sobre a presença do batalhão de choque da polícia escondido, e puderam tentar minimizar a os ataques. Também foi através da internet e facebook que informações sobre pontos de suporte médico chegaram as ruas. Esteja preparando com todo seu poder de cidadão da internet pra ajudar!



**20 JUN** **Vem pra janela! | Solidarity to Brazilia...**  
Qui 5 PM · Praça do Ciclista · São Paulo  
Paulo Roberto Silva e outros 13 amigos compare...

[+ Participar](#)

[Curtir](#) [Compartilhar](#)

6 pessoas curtiram isso.

Fig. 157 FBVPR1-209

Aparentemente, é dessa condição de impossibilidade de se atingir a desejada definição homogênea do processo de mobilização social que resultam modos de dizer que o descrevem por formulações de caráter denegatório, do tipo “o movimento não é X”, conforme sugere o excerto da postagem FBVPR1-123 (fig.158) que retomamos do enunciado analisado em 3.2 (ver fig. 125)

Os protestos não são meramente isolados, não são movimentos da extrema esquerda, como algumas fontes da mídia brasileira afirmam. Não é uma rebelião adolescente. É o levante da parte mais intelectualizada da sociedade que quer por um fim a essas questões brasileiras. A jovem classe média que sempre esteve insatisfeita com o obscurecimento político agora “desperta”.

**Fig. 158** FBVPR1-123

Nesse sentido, ao recorrer à denegação, podemos relacionar esse modo de dizer a um processo de (des)identificação de natureza análoga àquele do qual tratamos na seção 3.1 do presente Capítulo, quando discorremos sobre a rejeição à institucionalidade das democracias representativas a partir de formulações do tipo “x não me representa”. Diante do aspecto multifacetado das Jornadas de Junho e da consequente dificuldade de elaboração de uma definição que lhe possa conferir caráter homogêneo e unificador, o sujeito recorre aos pré-construídos que circularam nas redes e ecoaram, com frequência, o discurso oficial e da mídia corporativa, estabelecendo sua negação. O sujeito recorre, então, ao distanciamento em relação ao objeto sobre o qual enuncia, mobilizando a terceira pessoa do plural para postular que “os protestos **não são** meramente isolados, **não são** movimentos da extrema esquerda (...) **não é** uma rebelião adolescente”<sup>122</sup>. Ao definir os protestos sob a estrutura de denegação, resta estabelecida uma dicotomia em relação às formas de representação que se rejeita, configurando-se, portanto, a polarização entre o ser e o não ser “meramente isolado”, “da extrema esquerda” e “uma rebelião adolescente”, operando no sentido de silenciar essas formas de representação. Estabelece-se, desse modo, não apenas o espectro representacional ao qual se deseja pertencer, mas também o seu imediato opositor, configurando uma dicotomia do tipo “nós contra eles” na qual a identidade do “nós” é validada pelo silenciamento da alteridade conferida por “eles”.

Pelo exercício da paráfrase pode-se inferir, portanto, que as formas desejáveis de representação dos protestos remetem a aspectos como “organização”, “coordenação” ou “coesão”, configurando-os enquanto não vinculados à “extrema esquerda” e compostos por agentes políticos que gozam de “maturidade”, contraponto ao traço “adolescente” apontado na negativa do sujeito. Conforme argumentamos não

---

<sup>122</sup> Grifos nossos.

seção 3.1 do presente Capítulo, a rejeição aos partidos políticos, mormente àqueles que se reivindicam no espectro político da dita esquerda, perpassa, sobretudo, o período posterior à inflexão discursiva das Jornadas de Junho<sup>123</sup>. Destarte, seguindo o exercício de inferência proposto, pode-se depreender que a oposição ao que se enuncia como “extrema esquerda” suscita efeitos de sentido que remetem a um viés apartidário que, conforme já apontado na seção 3.1 deste Capítulo, tende a deslizar para formas de representação que apontam para um suposto caráter antipartidário e apolítico, forma de representação predominante daquele momento do processo de mobilização social.

É nesse quadro de polarizações entre concepções diversas acerca do processo de mobilização que enunciados como FBVPR1-69 (fig. 159) buscam marcar textualmente suas imaginadas filiações programáticas, políticas e ideológicas como “um texto de esquerda” numa aparente tentativa de contenção dos efeitos de sentido que o sujeito crê necessária em decorrência de “muitos comentários e compartilhamentos” que estariam, segundo o mesmo, “desviando um pouco o sentido do texto”, o que corrobora nossa ponderação acerca da possibilidade da coautoria e dos deslizamentos de sentidos favorecido pelo compartilhamento das postagens nas redes sociais digitais.



**Fig. 159** FBVPR1-69

<sup>123</sup> O enunciado em questão data de 25 de junho de 2013 (ver fig. 125).

Ao estabelecer sua filiação ao espectro político dito “de esquerda”, o sujeito que tem seu texto compartilhado no excerto FBVPR1-69 (fig. 159) o faz por meio da forma declarativa, em contraste com a estrutura de denegação empregada em FBVPR1-123 (fig. 158) que, ao invés de se filiar, se desvincula do pertencimento ao que se nomeia “extrema esquerda”.

Em FBVPR1-275 temos, novamente, a representação da polarização da “esquerda” contra a “direita”, sendo a segunda disforicamente referida como portadora de “interesses escusos” no que se considera uma “tentativa de adotar o movimento”. O que podemos depreender do enunciado, atribuído na reportagem compartilhada a um militante do MPL, remete ao processo de disputa pela hegemonia, tanto da agenda quanto das narrativas das Jornadas de Junho no dia que antecede o atendimento da reivindicação pela revogação do aumento das tarifas de transporte público. A partir de então, conforme expusemos no Capítulo 1 desta Tese, o MPL se retiraria dos protestos de rua, emitindo nota pública em sua página no *Facebook* na qual reafirmava seu caráter apartidário, estabelecendo, contudo, distinção entre os conceitos de apartidarismo e antipartidarismo, para “repudiar atos de violência” cometidos no protesto do dia 18 de junho contra militantes de partidos políticos agredidos por alguns integrantes daquele ato de rua. Nessa mesma nota (Cf. Cap. 1 fig. 47), o MPL se posiciona nesse espectro político já polarizado, reivindicando-se “fruto” de uma “defesa histórica das organizações de esquerda”.





**Fig. 160** FBVPR1-275

O processo analítico percorrido até aqui nos permite dizer que, no interior desse processo de mobilização, frequentemente enunciado como “uma união de todos” visando a construção de “micro-consensos” e que buscava no modelo do *networking* constituir seu *modus operandi* enquanto uma “rede de indignação e esperança” (CASTELLS, 2017), havia uma grande variedade de formas de representação acerca da política, do Estado e de sua relação com o mercado sendo posta em circulação tanto nas redes sociais quanto nas ruas. Porém, a exemplo do que postula Lovink (2011) a respeito de outros processos de mobilização que se dão no contexto das redes sociais comerciais (*network organizations*), esses “laços fracos” foram se desfazendo à medida em que setores mobilizados foram sendo contemplados em suas demandas. Alguns desses setores se desmobilizaram pela perda do objeto de reivindicação, outros, conforme já argumentamos, alçaram outras pautas a condição de centralidade para seguir organizando atos de rua, como foi o caso da bandeira anticorrupção.

De modo semelhante à dicotomia entre a dita “esquerda” e grupos que evitavam se circunscrever no espectro político mas enunciavam seu posicionamento “não [de] esquerda” se deu, outros tantos processos de (des)identificação e polarização se manifestam ao longo do *corpus*. Uma das mais recorrentes destas



formas de representação polarizada se manifesta pela distinção entre o que se convencionou chamar de “vândalos”, ecoando a fala do então Governador de São Paulo Geraldo Alckmin, e os ditos “manifestantes pacíficos” como seu contraponto, conforme já discutido anteriormente.

Os termos “violência”, “vandalismo” e seus derivados foram ostensivamente empregados tanto pelo discurso oficial do Estado quanto pela mídia corporativa para designar alguns métodos de ação direta utilizados pelos manifestantes ainda no início das mobilizações, tais quais a obstrução de vias públicas com a queima de pneus, pichações de prédios, de instituições com alguma ligação com o capital financeiro, sobretudo, e depredação de bens públicos e privados. O excerto FBVPR2-36 apresenta um vídeo em que uma agência bancária é, nos termos do sujeito que enuncia, “invadida”, culminando no que se enuncia como a tentativa de “agredir PMs”. Ao introduzir textualmente o conteúdo audiovisual, o sujeito-webativista que controla a *fanpage* investe sua fala de tom prescritivo, pedindo que seu interlocutor, genericamente nomeado como “BRASIL”, “COMPARTILHE ESSE VÍDEO E ENTENDA O QUE É MANIFESTAR”.



**Fig. 161** FBVPR2-36

Os comentários que dialogam no contexto dessa postagem investem na

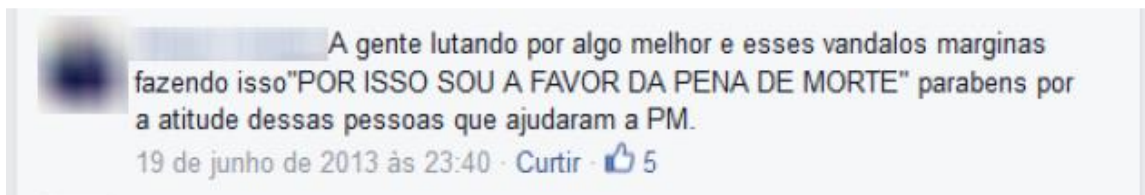
polarização contra o tipo de ação apresentada no vídeo, designando-a como prática marginal, investindo-se em um viés de criminalização do método empregado e na rejeição do enquadramento de seus praticantes sob a definição de “manifestantes” (Cf. fig. 162). Corroborar-se, assim, o tom prescritivo do enunciado introdutório ao vídeo que aponta para a existência de um “bem-manifestar” dos “verdadeiros manifestantes” enunciados em FBVPR3-53 (fig. 167), em oposição ao “mal-manifestar”, criminalizado e atribuído como padrão comportamental típico dos “vândalos”. Os “manifestantes” que contém os “outros” são alçados à condição de modelo comportamental nos atos de protesto. Contrariamente, os indivíduos contidos pelos “outros [manifestantes]” são designados nos comentários como “marginais” (fig. 162) e “vândalos” (fig. 163). Esses últimos, que “[n]a maioria das vezes estão cobrindo os rostos”, constituem-se como modelo identitário a ser rejeitado pelos ativistas, cuja estética e formas de ação devem ser evitadas. Os “vândalos”, “marginais” são representados como um obstáculo para “a gente [que está] lutando por algo melhor”. Esse segmento da coletividade mobilizada, antagônico ao percebido “nós”, os “pacíficos” e “verdadeiros manifestantes”, é representado como um mal a ser eliminado, seja por meio de castigos físicos, prisão (tem que meter a paulada neles..!! Mete eles na cadeia..” Cf. fig. 166), ou mesmo pela aplicação de uma desejada “pena de morte”, não prevista no código penal brasileiro, vale ressaltar. Embora se defina como avesso à violência (“eu não curto violência mas”), a conjunção adversativa “mas” anuncia a relativização do viés pacifista pelo qual o sujeito se percebe (fig. 165) para enunciar, a partir da posição de sujeito-policial, advogando pelo que representa como atitude de autodefesa de “sair[ia] atirando nesses vândalos”.



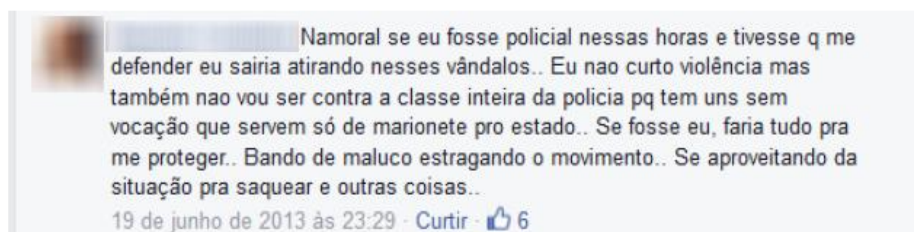
**Fig. 162** Comentário em FBVPR2-36



**Fig. 163** Comentário em FBVPR2-36



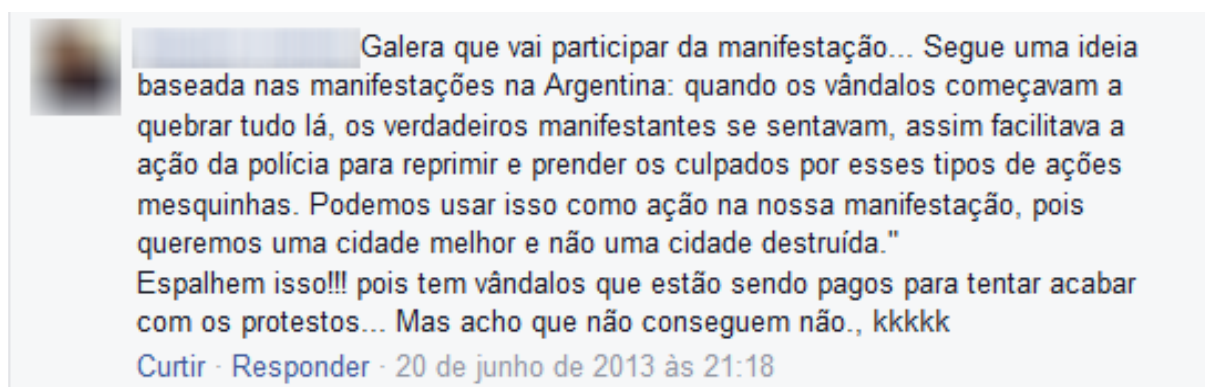
**Fig. 164** Comentário em FBVPR2-36



**Fig. 165** Comentário em FBVPR2-36



**Fig. 166** Comentário em FBVPR2-36



**Fig. 167** FBVPR3-53

Os comentários em FBVPR2-36 (figs. 162 a 166), de modo recorrente, remetem a discursos hiperbólicos de disforização dos ditos “vândalos”. A única forma de representação que relativiza e atenua esse efeito de repulsa se dá no comentário apresentado na figura 168. Nesse enunciado, o ato de “matar logo um político corrupto”, instaurando o “medo” nos demais, poderia conferir aos “vândalos” algum tipo de função social. Ao enunciar, o sujeito mobiliza sentidos que advogam pelo emprego da violência com viés que remete ao discurso de ódio, também mobilizadas em outros comentários nesta postagem.

Podemos inferir dessa forma de representação disfórica do “vândalo” que esse traço identitário só não é menos valorizado, no contexto dos comentários em FBVPR2-36, do que as formas de representação acerca dos políticos, tidos, de modo

generalizante, como corruptos e também constituídos como alvo do hiperbólico com tendência à manifestação de ódio.

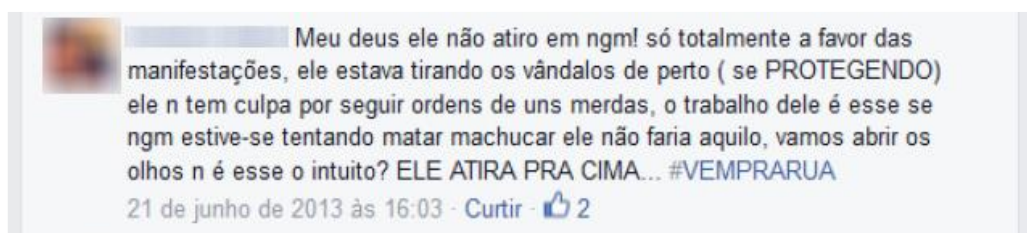


**Fig. 168** Comentário em FBVPR2-36

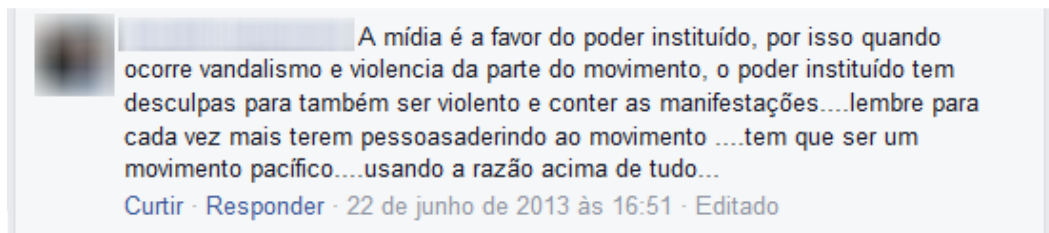
Também no excerto FBVPR2-48 (fig. 169) e em seus respectivos comentários (figs. 170 e 171) manifestam-se processos semântico-discursivos que estabelecem dicotomias distintivas entre o que se representa como “manifestantes” e “vândalos”.



**Fig. 169** FBVPR2-48



**Fig. 170** Comentário 1 em FBVPR2-48



**Fig. 171** Comentário 2 em FBVPR2-48

O texto que introduz o material audiovisual compartilhado na postagem (FBVPR2-48, fig. 169) descreve uma cena na qual, supostamente, “[a] #Polícia Militar [está] #Atirando nos Manifestantes com #Armas de fogo”.

No enunciado apresentado no comentário 1 (fig. 170) o sujeito busca atenuar o efeito de sentido que remete à repressão policial alegando que “ele [o policial] não atiro em ngm! [...] ele estava tirando os vândalos de perto (se PROTEGENDO)”.

Nessa mesma esteira, o comentário 2 (fig. 171) corrobora o efeito de atenuação de sentidos, ao discorrer acerca dos métodos empregados na ação policial e designar o “vandalismo e [a] violência por parte do movimento” como elementos causais do que o sujeito acredita ser uma reação do “poder instituído [que] tem desculpas para também ser violento”. A mobilização do advérbio “também”, nesse enunciado, favorece o efeito de sentido inclusivo acerca do que se designa como “violência”, termo inicialmente empregado para predicar métodos utilizados pelo “movimento” e cuja ocorrência posterior aponta para suposta reatividade do “poder instituído”. Pode-se depreender, portanto, que aqueles que foram alvo da ação policial se configuram como “violentos”, sendo-lhes assim atribuída a responsabilidade pela relação de natureza conflituosa com a polícia, que passa a agir de modo reativo e igualmente “violento”.

No comentário 1 (fig. 170), a ação, que na postagem inicial (fig. 169) é metonimicamente atribuída à corporação (PM), tem a referência ao seu agente causador deslocada da institucionalidade jurídica da corporação para o indivíduo que a integra, por meio do emprego do pronome “ele”. Os efeitos de sentido desse processo de pronominalização em terceira pessoa do singular possibilitam a individualização da ação policial e a humanização de quem a pratica e que passa a ser enunciado como um trabalhador (“o trabalho dele é esse”). Já a referência aos “manifestantes”, enquanto objeto da ação policial, é submetida a processo semelhante, passando a ser designada sob a forma pronominal indefinida

“ninguém<sup>124</sup>” e, posteriormente, pela formulação “PRA CIMA”, sugerindo a inexistência de um alvo específico.

Tomando o conjunto dos enunciados (figs. 169 a 171) de modo contrastivo, temos um quadro analítico no qual a introdução à postagem do vídeo representa o Estado, por intermédio de sua corporação (Polícia Militar), agindo com violência (“atirando”) sobre uma parte da população designada como “manifestantes”. Já no comentário 1 (fig. 170), temos efeitos de sentido divergentes da proposição inicial em FBVPR2-48 (fig. 169) que relatam uma situação na qual um trabalhador (“ele” / “o trabalho dele é esse”) exerceu sua autodefesa (“tirando os vândalos de perto” / “se PROTEGENDO”), não tendo praticado violência (“não atirou”) contra qualquer pessoa (“ngm!”). A tabela 4 apresenta, de maneira ilustrativa, uma síntese dos processos de renomeação analisados.

	<b>FBVPR2-48 (fig. 169)</b>	<b>Comentário 1 (fig. 170)</b>	<b>Comentário 2 (fig. 171)</b>
<b>agente</b>	PM	ele → ele, o trabalhador (ato reativo)	poder instituído (ato reativo)
<b>(re)ação</b>	atira	não atirou → tirando → se protegendo → seguir ordens → trabalhar (o trabalho dele é esse)	ser violento / conter
<b>objeto</b>	manifestantes	ngm / vândalos / pra cima	Movimento → manifestações

**Tabela 4** – processos de referência e renomeação em FBVPR2-48 e respectivos comentários.

Na segunda ocorrência referencial ao alvo da ação policial, agora já ressignificada enquanto autodefesa, o objeto da ação do militar é designado pela forma coletiva “os vândalos”. Esses, por sua vez, consistem na parcela que o policial/trabalhador tentava “tirar” do local da manifestação. O comentário 1 (fig. 170) nos permite entrever o estabelecimento de uma relação de sinonímia entre os “vândalos” e a forma pronominal “ninguém” que os apaga enquanto “manifestantes”, desautorizando suas práticas, censurando seus métodos ação e convalidando a ação do policial. Sob esse prisma, o policial – e também a PM, retomando a relação metonímica inicialmente estabelecida na postagem que introduz o vídeo – pode ser

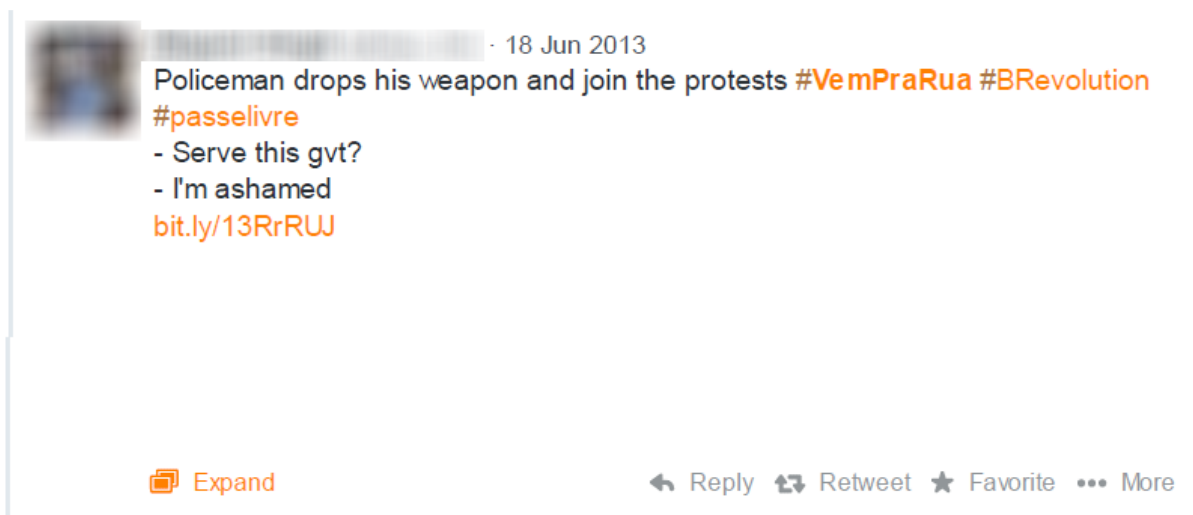
<sup>124</sup> Termo originalmente grafado por meio da abreviatura ngm, convencionada na modalidade linguística aplicada na produção textual no contexto do ciberespaço.



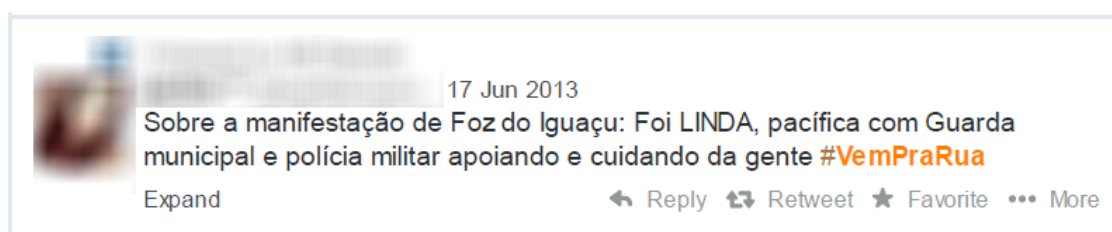
representado como elemento cujo convívio com os “manifestantes” não se deu por meio violento. Essa perspectiva que representa o policial enquanto trabalhador, agente garantidor da lei e da ordem social, pode contribuir para processos de identificação sob a identidade comum do “trabalhador” e do “verdadeiro manifestante” que se percebe “ordeiro” e “pacífico”. Dito de outro modo, o ponto de intersecção entre o policial e o manifestante se dá sob a identidade comum de “trabalhador”. A confluência identitária entre os “manifestantes/trabalhadores” e o “policial/trabalhador” apela para representações e processos de identificação de classe, constituindo-se como elemento indicativo dos desejos de construir uma imagem pacificada para as manifestações (“tem que ser um movimento pacífico” Cf. fig. 170), e de um convívio harmonioso entre os dois agrupamentos coletivos (polícia e manifestantes), como passaremos a mostrar pela análise dos enunciados que se seguem.



Fig. 172 FBVPR3- 36



**Fig. 173** TWVPR-226



**Fig. 174** TWVPR-559

As figuras 172 a 174 apresentam marcas discursivas, recorrentes nos dizeres, que apontam para o desejo de identificação e integração entre os segmentos sociais mobilizados nos atos de rua e as corporações de Estado responsáveis pela segurança pública (Polícia Militar e Guarda Municipal). A fórmula “PM + Povo=SISTEMA DERRUBADO” (Cf. FBVPR3- 36, fig. 172), em seu viés antissistêmico, remete ao aspecto expressivo-disruptivo dos movimentos sociais, ao mesmo tempo em que resguarda peculiaridades tanto em relação ao que Doimo (1995) analisou no contexto dos anos 1970-1990, quanto em relação ao momento pré-inflexivo das Jornadas de Junho, impulsionado e inicialmente hegemonizado pelo MPL, oportunidade na qual a PM é representada como aparato institucional de um Estado tido como violento, conforme apontam as análises contidas na seção 3.1 deste Capítulo.

Apesar de remeter ao desejo de um “sistema derrubado”, a polícia agora é percebida como aliada, tendo como elemento comum com os setores mobilizados o suposto sentimento patriótico, conforme sugere a fotografia que acompanha o enunciado, na qual se exibem bandeiras do Brasil.

Ao tomar a Polícia Militar do estado do Paraná como caso exemplar para conclamar essas forças dos demais estados da federação a aderir às manifestações



“junto com o povo”, fica implicado efeito de sentido de aliança entre dois segmentos sociais distintos entre si. Desse modo, a PM e o “povo”, representados como dois blocos homogêneos e pelo distanciamento proporcionado pela referência em terceira pessoa do singular são chamados a ser subconjunto de um coletivo maior que se denomina “manifestações”. A exemplo do que já ponderamos quando da seção 3.1 deste Capítulo, a designação em terceira pessoa e o conseqüente afastamento subjetivo que este modo de referir proporciona ao enunciador constituem indicativo do estabelecimento de uma relação de natureza instrumental do sujeito-webativista com cada um desses grupos (a PM e “o povo”) para atingir o imaginado objetivo de derrubar “o sistema” (Estado) pela estratégia de cooptação do aparelho repressivo do Estado.

O tom de exaltação à desejada adesão dos agentes de segurança pública aos protestos pode ser percebido também em TWVPR-226 (fig. 173), que narra, em língua inglesa, cena compartilhada em vídeo<sup>125</sup> na qual um suposto policial militar remove a munição de sua arma e a atira em direção a uma fogueira perante os manifestantes, diante dos quais se curva, em reverência e, na sequência, declara ter vergonha de “servir a um Estado desse”, fala transcrita, em inglês, no *tweet*. O enunciado euforiza o realinhamento de forças outrora antagônicas nas Jornadas de Junho (PM *versus* “o povo”), sugerindo suposta e desejada reconfiguração do embate do tipo “nós contra eles”, na medida em que o policial se coloca em oposição ao Estado, institucionalidade da qual sente “vergonha” de servir, recusando-se a tal, para se alinhar aos protestos. As representações das instituições de segurança pública estatais enquanto promotoras da violência exercida sobre o conjunto dos manifestantes têm seus sentidos deslizados em TWVPR-559 (fig. 174), e passam a ser enunciadas como segmento social que oferece apoio e cuidado aos que participam dos protestos, sinalizando tanto a possibilidade quanto o desejo de paz (“peace” Cf. TWCB-1284, fig. 175), integração e “amizade” FBVPR1-129 (fig. 176) entre esses segmentos.

---

<sup>125</sup> Originalmente compartilhado no *tweet* a partir do link encurtado <bit.ly/13RrRUJ>, que redireciona para <<https://www.youtube.com/watch?v=6FCIIIqaXig>>, acesso em 02 de ago. de 2019.



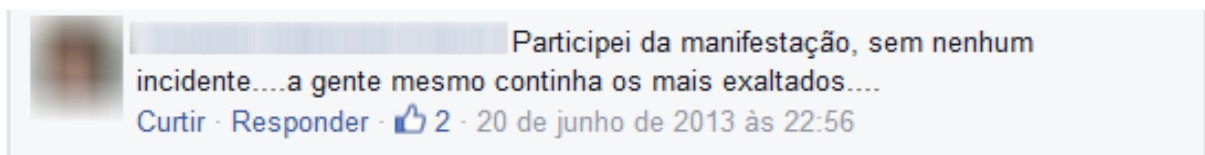
Fig. 175 TWCB-1284



Fig. 176 FBVPR1-129

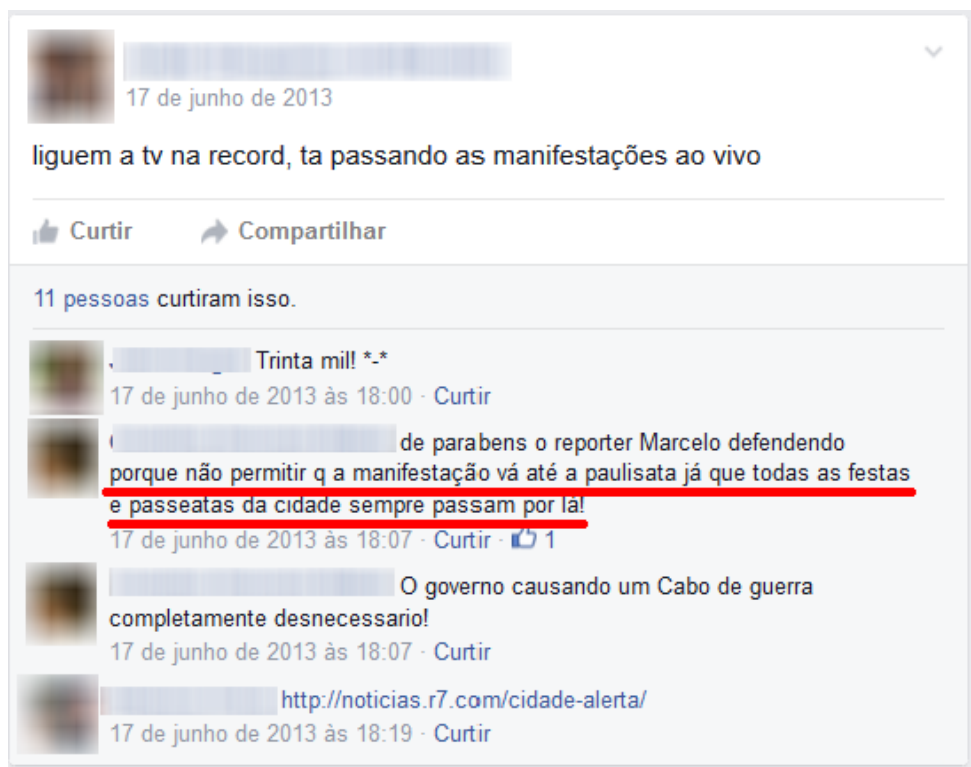
Em aparente gesto de reciprocidade ao que se percebe como apoio dado pela polícia e na sugerida busca pela constituição de uma imagem ordeira das manifestações, o sujeito-webativista, que enuncia no comentário em FBVPR3-36 (fig. 177), atribui ao conjunto dos manifestantes, no qual se inclui pelo uso da forma pronominal em primeira pessoa “a gente”, a tarefa de conter “os mais exaltados”,

assegurando a ordem, função legalmente atribuída às forças policiais, remetendo-nos à configuração de um processo de identificação com a polícia cujo ponto de unidade se dá pela percepção comum da suposta necessidade de manutenção da ordem e que remete ao desejo de constituição de uma identidade “ordeira” para o processo de mobilização em oposição aos “vândalos”, representados por esse segmento identitário como lhes sendo diametralmente antagônico. Em suma, na guerra identitária do tipo “nós contra eles” que se dá no âmbito das jornadas, a polícia, que outrora fazia parte das forças de repressão “[d]eles”, ou seja, do Estado em oposição a “nós”, os manifestantes “pacíficos”, agora se configura como “[nos]sa” aliada na contenção/repressão/supressão “[d]eles”, os “vândalos”, segmento a quem esse “nós” configura como elemento que lhe é antagônico.



**Fig. 177** Comentário em FBVPR3-36

O conjunto de marcas identitárias que constitui os sujeitos-webativistas na busca pelo *status* de “pacíficos” é perpassado por dizeres que remetem à garantia da ordem, com apelo aos símbolos nacionais e a valores cívicos, configurando uma estética de manifestação que, predominantemente, remete à celebração de caráter tido como festivo (FBVPR1-374, fig. 178) e patriótico (FBVPR1-368, fig. 179). A exaltação hiperbólica do que se enuncia como a percebida “beleza” (TWVPR-222, fig. 180) dos atos e manifestações que remetem a sentimentos como o “orgulho” (dos atos de rua, do povo e do país) são recorrentes, como se pode depreender dos excertos sobre os quais passamos a tecer nossas considerações analíticas.



17 de junho de 2013

liguem a tv na record, ta passando as manifestações ao vivo

👍 Curtir   ➦ Compartilhar

11 pessoas curtiram isso.

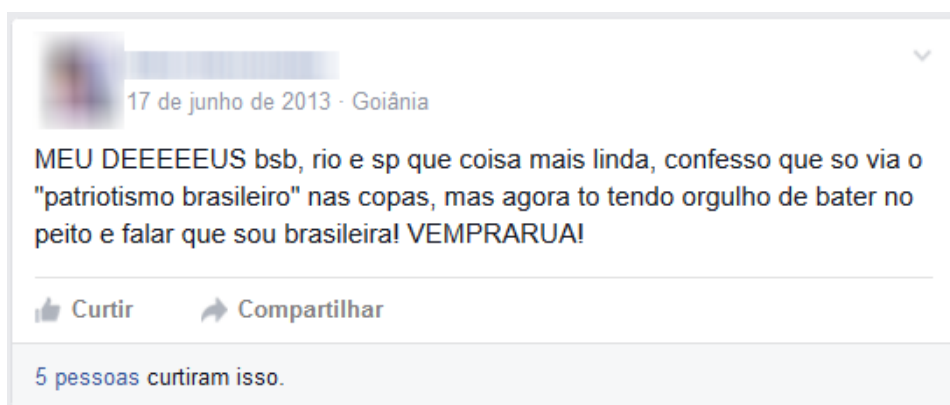
Trinta mil! \*\*  
17 de junho de 2013 às 18:00 · Curtir

de parabens o reporter Marcelo defendendo porque não permitir q a manifestação vá até a paulisata já que todas as festas e passeatas da cidade sempre passam por lá!  
17 de junho de 2013 às 18:07 · Curtir · 1

O governo causando um Cabo de guerra completamente desnecessario!  
17 de junho de 2013 às 18:07 · Curtir

<http://noticias.r7.com/cidade-alerta/>  
17 de junho de 2013 às 18:19 · Curtir

Fig. 178 FBVPR1-374



17 de junho de 2013 · Goiânia

MEU DEEEEEUS bsb, rio e sp que coisa mais linda, confesso que so via o "patriotismo brasileiro" nas copas, mas agora to tendo orgulho de bater no peito e falar que sou brasileira! VEMPRARUA!

👍 Curtir   ➦ Compartilhar

5 pessoas curtiram isso.

Fig. 179 FBVPR1-368



**Fig. 180** TWVPR-222

No comentário que exibimos em destaque no excerto FBVPR1-374 (fig. 178), ao parabenizar o “repórter Marcelo” por sua fala, que manifesta o desejo pela permissão de que a manifestação passe pela Avenida Paulista, o sujeito-webativista ecoa um discurso da mídia corporativa e renomeia a “manifestação”, equiparando-a às “festas” que “sempre passam por lá”. No texto da postagem original, a transmissão ao vivo por um dos grandes canais de televisão de alcance nacional (Rede Record) é enunciada como evento a ser expectado, o que remonta ao caráter de espetacularização pelo qual este processo de mobilização passou a ser apresentado na mídia corporativa à medida em que aderiu a pautas de natureza antipolítica, de viés moralizante, como o combate à corrupção e à PEC 37, pauta proposta pelo comentarista político Arnaldo Jabor em seu editorial no Jornal da Globo de 18 de junho de 2013. Diferentemente do que ocorrera em relação à cobertura da imprensa corporativa, sobretudo a televisiva e, possivelmente, em decorrência da continuidade e amplificação dos protestos a despeito do viés criminalizante adotado pelos grandes meios de comunicação em suas reportagens quando do período pré-inflexional das Jornadas de Junho, a mídia corporativa passou a dar maior visibilidade às marchas que ocorreram em todo o país e sua linha editorial passou a representar os protestos de modo consideravelmente mais favorável, destacando seu caráter supostamente cívico contra a corrupção e a impunidade na política. Grande parte dos atos de rua se deram em simultaneidade com a Copa das Confederações e disputaram com esse

grande evento esportivo internacional que ocorria no Brasil, em regime de equilíbrio de relevância, os noticiários televisivos, os portais de notícia e as manchetes da mídia impressa.

As marchas que ocuparam as ruas, muitas vezes ao som do *jingle* da banda O Rappa, originalmente concebido como parte de uma campanha publicitária de uma empresa da indústria automotiva, guardavam em comum com os megaeventos esportivos o sentimento patriótico, conforme sugere FBVPR1-368 (fig. 179) que, ao enunciar que “so via o ‘patriotismo brasileiro’ nas copas”, investe seu dizer do apagamento das condições históricas de produção nas quais se insere o processo de mobilização, qual seja a simultaneidade da Copa das Confederações.

O investimento no caráter festivo e espetacularizado da conjunção de pessoas nas ruas, em eventos televisionados ao vivo e em clima de celebração da identidade nacional e de seus símbolos constitui outro traço estético que aproxima as formas de representação das/sobre as Jornadas de Junho, especialmente em seu momento tardio, pós-inflexional, àquelas que remetem aos grandes eventos esportivos, culminando na utilização ressignificada do *jingle*, cuja finalidade original era convocar as pessoas a irem às ruas, no intuito de torcer pela seleção brasileira de futebol, conferindo-lhe novas possibilidades semânticas com efeito de convocação de caráter político. Esse caráter festivo atribuído às Jornadas de Junho ecoa em diversos enunciados que compõem o *corpus* dialogando não apenas com o tipo de festividade que comumente caracteriza os eventos esportivos, mas também com outras modalidades de celebração com forte apelo aos setores mais populares da sociedade, como se configura no caso de TWVPR-402 (fig. 181), que recorre à nomeação consagrada no senso comum do parlamento enquanto “casa do povo” para, a partir do recurso metonímico, descrever a foto da manifestação compartilhada no *tweet* como uma “legítima ‘festinha na lage’ do povo”, em referência ao costume comum entre as camadas populares, de realizar confraternizações sobre as lajes de suas casas.

O emprego do adjetivo “legítima” remete à dicotomia entre “o povo”, representado em seu aspecto de legitimidade como dono da “casa” (Congresso) que, apesar desse suposto direito de propriedade se encontra do lado de fora de suas dependências (“na lage”), e os parlamentares que ocupam o interior do imóvel e que, pelo recurso da denegação e do contraste, são representados como “ilegítimos” e, portanto, usurpadores do patrimônio popular.



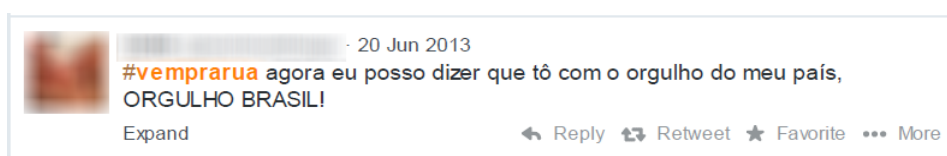


**Fig. 181** TWVPR-402

No que se refere ao orgulho nacional, alguns dos sujeitos o enunciam sob o aspecto do ineditismo, circunscrevendo esse sentimento ao advento das manifestações, conforme sugerem os excertos TWVPR-559 (fig. 182) e TWVPR-718 (fig. 183).

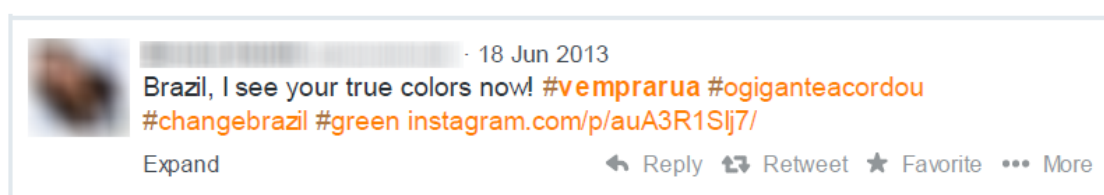


**Fig. 182** TWVPR-559



**Fig. 183** TWVPR-712

Ao circunscrever temporalmente o “orgulho” enunciado em TWVPR-559 (fig. 182), por meio do emprego da forma dêitica “hoje” e da locução adverbial “pela primeira vez”, pode-se depreender anterioridade na qual é possível supor que não se configurariam motivos para que o sujeito-webativista que enuncia sentisse “orgulho do que [é]” e que nomeia sob a forma de uma identidade nacional “BRASILEIRA”, enfatizando-a pelo emprego da fonte em caixa alta. Nessa mesma esteira, o emprego do advérbio “agora”, em TWVPR-712, implica a existência de um “até então”, período no qual o “orgulho do [seu] meu país” se configurava em uma zona de interdição do dizer que se encerra na temporalidade desse momento das Jornadas de Junho, mais precisamente, durante o período pós-inflexional no qual o enunciado é produzido. É na circunscrição a essa temporalidade instaurada pelo “agora” que, conforme já apontamos, coincide com um período no qual, historicamente, os símbolos nacionais brasileiros costumam ser evocados com maior frequência no imaginário popular (Copa das Confederações/Copa do Mundo), por meio do uso ostensivo das cores da bandeira brasileira em roupas, acessórios e pinturas artísticas de ruas, que o sujeito enuncia em TWVPR-236 (fig. 184), dirigindo-se ao país como seu interlocutor personificado pela grafia em língua inglesa (“Brazil”) para postular que vê “suas cores verdadeiras agora” (“I see your true colors now!”), indexando o *tweet* com as *hashtags* #ogiganteacordou e #green, sendo a primeira de caráter remissivo a trecho do Hino Nacional e a segunda à cor predominante da bandeira do país.



**Fig. 184** TWVPR-236

A frase em língua inglesa “I see your true colors now”<sup>126</sup> remete a efeito de sentido que implica, por denegação, aquilo que o sujeito imagina como a existência de cores, tidas como não verdadeiras (“untrue”), em períodos anteriores à temporalidade do ato de enunciar que se dá pelo emprego do advérbio “now” (agora). Parafraseando esse enunciado em sua tradução livre, temos que se “eu vejo suas verdadeiras cores **agora**” é porque “eu **não via** suas verdadeiras cores **antes**”, ou

<sup>126</sup> Em tradução livre, “Eu vejo suas verdadeiras cores agora”. (Trad. Nossa)



ainda, em outra paráfrase possível temos “eu via cores **não** verdadeiras **antes**” e que, portanto, “não são suas”.

Nessa mesma esteira, o excerto TWVPR-811 (fig. 185) estabelece a relação dicotômica entre duas dessas “verdadeiras cores”, predominantes na bandeira brasileira e a cor vermelha que, historicamente é associada à maioria dos partidos e organizações populares que reivindicam para si o pertencimento ao campo político dito de esquerda. Ao estabelecer o antagonismo entre a cor vermelha e a combinação “verde-e-amarela”, elemento semiótico predominante nos símbolos nacionais, a oposição que está colocada se desloca do campo político-ideológico para formas de representação sobre o sentimento patriótico. Dito de outro modo, o embate não se encontra configurado pela oposição de dois posicionamentos político-ideológicos antagônicos do tipo “esquerda *versus* direita”. Essa oposição se dá de maneira a imputar ao campo do espectro político que reivindica para si a “bandeira vermelha” a condição não-patriótica, configurando gesto de deslegitimação da identidade nacional dos sujeitos que com ela se identificam.

Ademais, o enunciar de uma suposta e indesejada ameaça da “muda[nça] de bandeira”, que remete a regiões do interdiscurso de viés “anticomunista” e, de modo mais amplo, “antiesquerda”, corrobora nossa percepção analítica de que os sentidos são mobilizados na direção da construção de uma oposição binária entre o suposto patriotismo do processo de mobilização em curso, designado como uma “onda-verde-e-amarela”, e os segmentos da sociedade identificados política e ideologicamente à dita esquerda, tradicionalmente associada à simbologia da “bandeira vermelha”. Em suma, o embate do tipo “nós contra eles”, característica marcante das dicotomias sobre as quais nos propomos a refletir na presente seção deste Capítulo, se configura, nesse caso específico, como um confronto entre o campo do que se representa como a esquerda “vermelha” e a patriótica “onda-verde-e-amarela”.

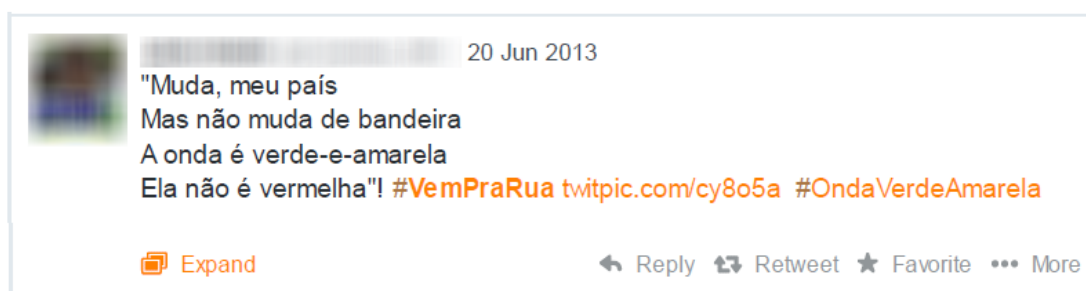


Fig. 185 TWVPR-811

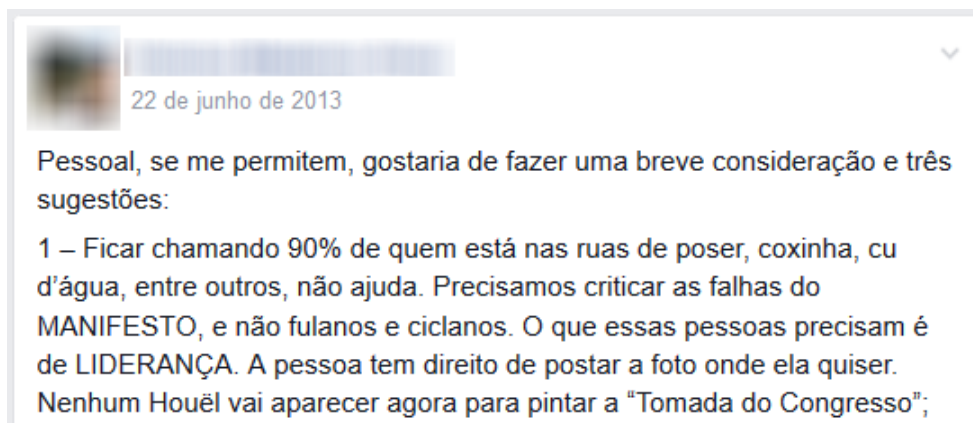
Ao longo do *corpus*, pode-se depreender alguns gestos de resistência a esse caráter polarizado entre as múltiplas facetas identitárias, aspecto que perpassa o processo de mobilização objeto de nosso estudo. No excerto de FBVPR1-41 (fig. 186), o sujeito enuncia sua preocupação com o que percebe como atribuição de certos predicados pejorativos entre os subgrupos que compõem o coletivo dos manifestantes. Esse aspecto fragmentado é atribuído, nas palavras do sujeito, à ausência de uma “liderança”, o que torna difícil o convívio harmonioso da vasta diversidade política e social dos manifestantes. A complexa tarefa de lidar com essa diversidade leva os sujeitos mobilizados ao enfretamento no campo simbólico, designando uns aos outros como “poser<sup>127</sup>, coxinha<sup>128</sup>, cu d’agua<sup>129</sup>, entre outros”, postura que, segundo a percepção do sujeito que enuncia, “não ajuda”. Em tom conciliatório, o sujeito advoga pela garantia do direito à celebração dos protestos como forma de manifestação desse segmento que compõe o coletivo mais amplo, alegando as liberdades individuais (“a pessoa tem direito de postar a foto onde ela quiser”), a exemplo do que também ocorre em FBVPR1-94 (fig. 187).

---

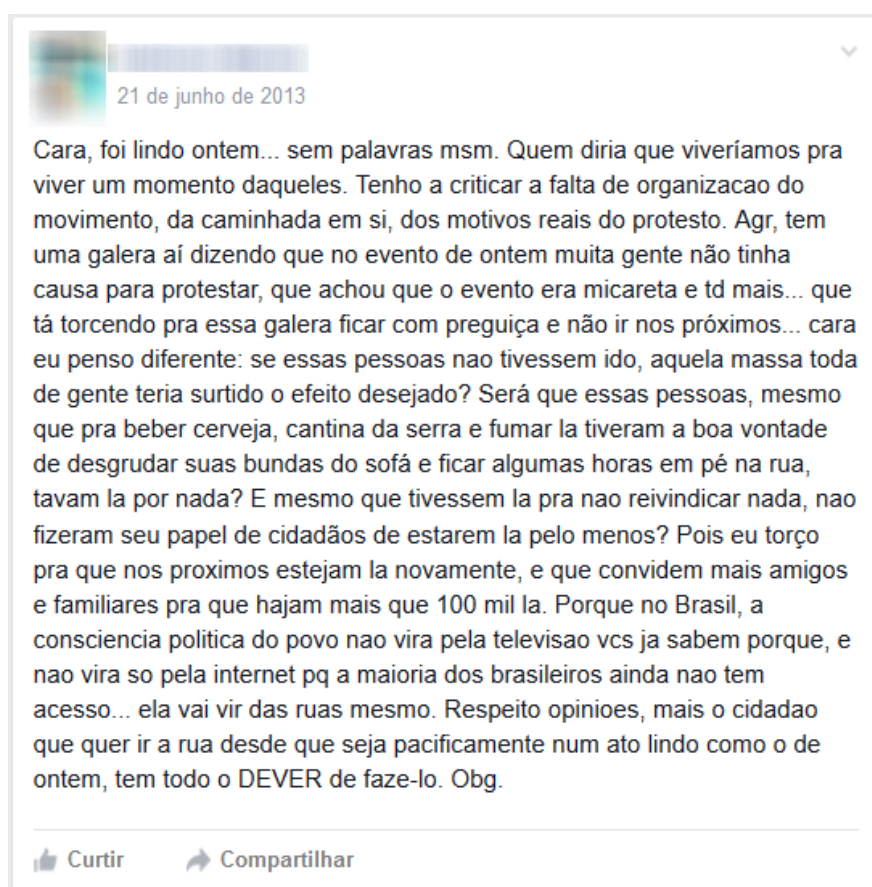
<sup>127</sup> A definição de “poser” é oriunda do contexto musical e é aplicada para definir um tipo de fã de um determinado gênero. Tratando do caso específico do contexto dos fãs de *Heavy Metal*, Bove (2017) estabelece a equivalência semântica entre o termo e “aquele que, não gosta, e não conhece, verdadeiramente da música”. Por analogia, podemos depreender que, no caso do enunciado ora analisado, o termo remete àquele que se constitui pelo desconhecimento político-social causal ou pela ausência do gosto pelo processo de mobilização.

<sup>128</sup> Em matéria do jornal O Estado de São Paulo, que reproduz a definição do termo “coxinha” elaborada pelo sociólogo Leonardo Rossato e pelo professor de Português Michel Montanha, “coxinha, sociologicamente falando, é um grupo social específico, que compartilha determinados valores. Dentre eles está o individualismo exacerbado e dezenas de coisas que derivam disso: a necessidade de diferenciação em relação ao restante da sociedade, a forte priorização da segurança em sua vida cotidiana, como elemento de ‘não-mistura’ com o restante da sociedade, aliadas com uma forte necessidade de parecer engraçado ou bom moço”. Essa definição se aproxima de traços do tipo de subjetividade que apontamos neste Capítulo no que diz respeito ao desejo de identificação e adesão das forças de segurança pública ao processo de mobilização como forma de constituição de uma imagem apolítica, patriótica e ordeira que se constitui em oposição a setores que compõem as Jornadas de Junho, os quais os sujeitos que enunciam designam como “vândalos”. Disponível em: <<https://sao-paulo.estadao.com.br/blogs/geraldo-nunes/voce-ja-foi-chamado-de-coxinha/>>, acessado em 04 de agosto de 2019.

<sup>129</sup> Segundo o site “Dicionário Informal”, “Diz-se daquele que é extremamente tolo; muito bobo; jacu; mané”. Disponível em: <<https://www.dicionarioinformal.com.br/cu+d'agua/>>, acessado em 04 de ago. de 2019.



**Fig. 186** FBVPR1-41 (trecho)



**Fig. 187** FBVPR1-94

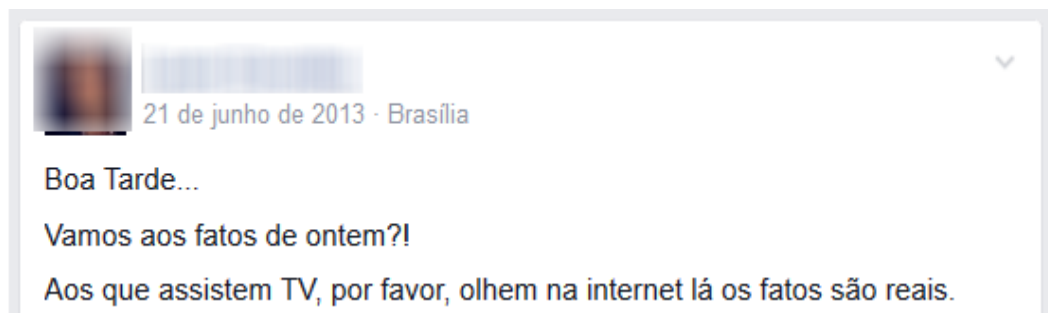
A relação que se estabelece em FBVPR1-94 (fig. 187) com um segmento do processo de mobilização designado como “muita gente que não tinha causa para protestar” e que “achou que o evento era uma micareta” se configura, na esteira de outros enunciados já analisados no presente Capítulo, ancorada em formas de representação que remetem à percepção dessa parcela dos sujeitos participantes das marchas enquanto instrumento para a aquisição dos objetivos políticos que se crê ter.

O enunciado sugere o desejo de manter essas pessoas como parte “[d]aquela

massa toda”, já que a elas é creditada parte do mérito pela manifestação ter, nas palavras do sujeito, “surtido o efeito desejado”. Podemos notar o investimento na atenuação dos efeitos de sentido que remetem ao que se representa como aspecto despolitizado desses indivíduos – que se portam como se estivessem em uma “micareta” – para enunciar sua participação nos protestos enquanto exercício do “papel de cidadão”. Nesse sentido, o sujeito argumenta que “mesmo pra beber cerveja, cantina da serra e fumar la tiveram a boa vontade de desgrudar suas bundas dos sofá e ficar algumas horas em pé na rua”.

O estabelecimento da equivalência semântica ensimesmada entre a participação presencial nos protestos e o que se representa como exercício de cidadania se constitui como argumento central do sujeito para sustentar sua compreensão de que essas pessoas não deveriam ser tomadas como alvo da violência simbólica dos rótulos pejorativos. Ao contrário, na sua concepção, essa participação deveria ser acolhida em futuros atos de rua, como forma de fomentar uma suposta “consciência política do povo” que “não vira pela televisão vcs já sabem porque, e não vira pela internet pq a maioria dos brasileiros ainda nao tem acesso... ela vai vir das ruas mesmo”.

Depreende-se também desse dizer sobre a “consciência política” uma representação do ciberespaço como seu lugar de fluxo. Ao enunciar que “[a consciência política do povo] não vira pela internet pq a maioria dos brasileiros ainda nao tem acesso...”, resta implícito que o fator limitador dessa tomada de “consciência política” não se dá por características intrínsecas à *internet*, mas pelas restrições ao seu acesso que, como sabemos, são de natureza econômica, tecnológica e de infraestrutura. Designa-se, portanto, a *internet* e seu acesso universalizado como lugar potencial da tomada popular de “consciência política”. De modo análogo, o enunciado em FBVPR1-90 (fig. 188) remete à vontade de verdade (FOUCAULT, 1979 [2008]) que alça a *internet* à condição de (não)lugar (AUGÉ, 1992 [2005]) da circulação da realidade factual por excelência.



**Fig. 188** FBVPR1-90 (excerto)

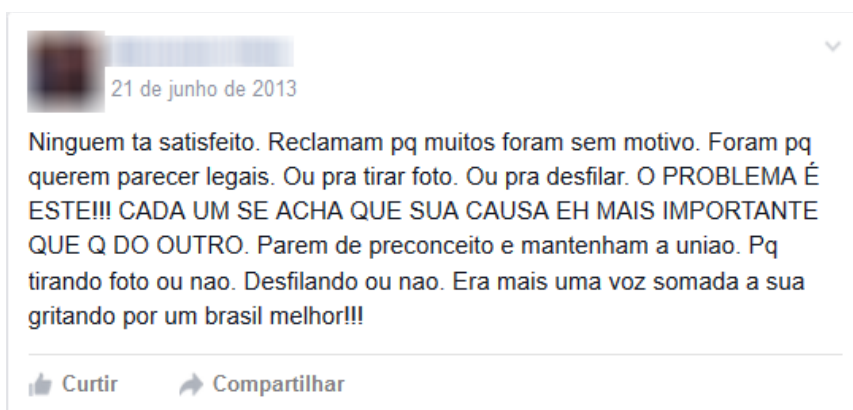
Enunciados que postulam a necessidade de convívio e aceitação coletiva de pessoas tidas como despolitizadas (ou menos politizadas) – nomeadas como *posers*, coxinhas e cus d’água – investem em formas de representação de natureza utilitária para sustentar a percepção da importância destes enquanto “uma voz somada a sua” (Cf. FBVPR1-54, fig. 189), mesmo que isso configure o que se enuncia como uma “cacofonia de causas” (TWVPR-1050, fig. 190) ocasionada pela multiplicidade social e ideológica desse “coro”. Temos, nesse contexto, a remissão a valores que constituem o funcionamento discursivo das postagens nas redes sociais digitais e que, de modo análogo, perpassam o imaginário dos sujeitos, afetando as representações que se constroem a respeito de um processo de mobilização social que se pretenda bem-sucedido. Dito de outro modo, a regularidade para a qual apontam os dizeres apresentados nas figuras 186, 187 e 189 remete-nos à percepção dos sujeitos de que aspectos de cunho político, programático, ideológico, identitário e/ou de classe devem ser preteridos em detrimento do desejo de aglutinação de uma “massa toda” nos atos de rua que seja numericamente adequada à concretização e manutenção do caráter viral dos protestos, possibilitando o maior alcance e visibilidade possíveis.

A importância da “viralização” das manifestações de rua se coaduna com o mesmo tipo de relevância conferida à circulação do conteúdo em redes, como podemos depreender da superioridade quantitativa de “curtidas”, comentários e compartilhamentos na postagem FBVPR2-38 (fig. 191)<sup>130</sup> que, originalmente, compartilha um vídeo do *youtuber* Felipe Neto, considerado uma celebridade das redes ou, como se tem convencido nomear no contexto do ciberespaço, um “influenciador digital”, a respeito das manifestações. Em muitos desses comentários,

---

<sup>130</sup> Das 124 páginas em formato A4 que constituem a parte do *corpus* referente a FBVPR2, a postagem FBVPR2-38 e seus respectivos comentários ocupam 76 delas, configurando um total de 61,3% de todo o conteúdo elaborado no âmbito da *fanpage* em questão.

ao invés do ato de debater o conteúdo referente ao vídeo compartilhado – que se configura como hábito socialmente normativo para esta cena enunciativa – percebemos a regularidade da submissão de *links* para outras postagens no *Facebook*, *tweets* e vídeos no *Youtube* como estratégia adotada por sujeitos-webativistas que buscam tirar proveito do alcance obtido pelos 55.086 compartilhamentos e 11.932 “curtidas” da publicação original visando imbuir seu dizer de efeito viral.



**Fig. 189** FBVPR1-54



**Fig. 190** TWVPR-1050



**Fig. 191** FBVPR2-38

O recorrente investimento e expectativa a respeito da consolidação da desejada característica viral do processo de mobilização, aliada ao apelo aos símbolos nacionais e a uma imagem de patriotismo que seria capaz de espriar, social e geograficamente, os atos de rua, parece sugerido em TWVPR-779 (fig. 192), que anuncia a chegada dos protestos às regiões Norte e Nordeste do país, representadas no *tweet* original do estilista e celebridade midiática Alexandre Hercovitch como principal origem da corrupção política brasileira, cujo efeito de apagamento da existência de corrupção nas demais regiões do país contribui para o estabelecimento da dicotomia polarizada entre dois “Brasis”: o Norte e o Nordeste onde “elegem os políticos corruptos” e o Sul, Sudeste e Centro-Oeste, regiões sobre as quais a incidência de corrupção na política passa pelo processo de apagamento.





**Fig. 192** TWVPR-779

O elemento que supostamente reunificaria o Brasil cindido seria a ação comum a partir de uma anunciada “Greve Geral”, convocada para o dia 26 de junho de 2013, assinalada em FBVPR3-26 (fig. 193), cujas finalidades anunciadas são “parar o Brasil para parar a PEC 37” e “lutar por um país com ordem e progresso”, evocando o sentimento supostamente unificador de patriotismo. A mobilização da forma condicional aliada ao imperativo na formulação “se você é brasileiro, participe!” contribui para um efeito de sentido que confere, automaticamente, àquele que aderir à greve a identidade de brasileiro, configurando gesto interdição da identidade nacional por meio da censura que silencia sobre a condição de “brasileiros” daqueles que venham a se abster desse protesto. Emerge desse enunciado o efeito de polarização, de natureza análoga ao que analisamos anteriormente, entre “brasileiros/grevistas”, constituintes de uma unidade totalizante (“todo o Brasil”) e “não-brasileiros/não-grevistas”.





**Fig. 193** FBVPR3-26

É possível inferir, baseados nessa percepção analítica e em consonância com o que postula Lovink (2011), que os sujeitos-webativistas não somente se utilizam das redes para o exercício de sua subjetivação política, mas também que esse meio afeta a própria forma como esses coletivos que se constituem, contribuindo para a definição de seus objetivos, bem como de suas ações táticas e estratégicas. Assim como nas redes sociais digitais, a aglutinação de sujeitos em torno da unidade identitária, não pouco frequente, implica o surgimento de uma alteridade que lhe é polarizada, binariamente antagônica, o mesmo parece ocorrer em relação às identidades constituídas ao longo do processo de mobilização nas ruas e nas redes durante as Jornadas de Junho.

Não obstante, os aspectos linguísticos que remetem ao desejo de constituir o processo de mobilização social sob a estética viral - que frequentemente se configura como uma finalidade almejada dos modos de dizer em rede - enquanto estratégia para obtenção das almejadas mudanças sociais e políticas pode ser percebido, ao lançamos um olhar analítico que faça funcionar, em conjunto, as *hashtags* #VemPraRua e #ChangeBrazil, escolhidas pelo critério numérico de maior ocorrência

nas redes analisadas para delimitar nosso *corpus* de pesquisa.

A ocorrência simultânea dessas duas *hashtags* entre os assuntos mais comentados no *Twitter*<sup>131</sup> durante as Jornadas de Junho, sobretudo após o processo que denominamos inflexão discursiva<sup>132</sup>, implica a convocação de pessoas a ir para a rua (#VemPraRua) não mais (ou não apenas) para torcer pela seleção de futebol, finalidade para a qual o *jingle* da campanha fora inicialmente concebido, mas para mudar o Brasil (#ChangeBrazil).

No caso específico de #VemPraRua, o termo já circulava em momentos anteriores a junho de 2013<sup>133</sup>, o que torna possível depreender a existência de considerável visibilidade dos *tweets* indexados por essa *hashtag*, uma vez que se tratava de uma campanha comercial de uma empresa multinacional do setor automobilístico à época, líder de vendas no Brasil. A utilização de #VemPraRua para fins de webativismo implica, de início, o alcance da audiência originalmente pensada como público-alvo da peça publicitária, configurando um processo de deslizamento dos sentidos do campo mercadológico para o campo político.

Pode-se dizer que o uso de #VemPraRua constituiu um dos fatores para que as manifestações se tornassem notórias e virais. As análises dos enunciados sugerem também que a busca pela desejada unidade totalizante, recorrente nos dizeres dos sujeitos-webativistas, que se configurava como estratégia para ganho de amplitude da Jornadas de Junho implicou um processo de flexibilização política, ideológica e social.

Segundo apontam as análises, a aceitação de segmentos sociais designados como “coxinhas”, “*posers*” e “cús d'água” se mostra afetada pelo desejo e pela

---

<sup>131</sup> À época, este pesquisador não dispunha de ferramentas que dessem conta de uma métrica análoga a esse que pudesse equivaler à cena enunciativa circunscrita no contexto do *Facebook*, haja vista que o recurso das *hashtags* só fora implementado em 12 de junho de 2013, conforme notícia do *Newsroom* oficial da empresa, disponível em <<https://newsroom.fb.com/news/2013/06/public-conversations-on-facebook/>>, acessado em 04 de ago. de 2019

<sup>132</sup> Note-se que a primeira ocorrência de #ChangeBrazil no *Twitter* se deu em 14 de junho de 2013 enquanto que no *Facebook* a ocorrência mais antiga data de 15 de junho daquele ano, quando as manifestações já gozavam de visibilidade tanto na mídia corporativa quanto nas redes sociais digitais. A pesquisa realizada no *Twitter* pode ser reproduzida a partir do link <[https://twitter.com/search?q=%23changebrazil%20since%3A2013-05-01%20until%3A2013-06-15&src=typeahead\\_click](https://twitter.com/search?q=%23changebrazil%20since%3A2013-05-01%20until%3A2013-06-15&src=typeahead_click)>, acessado em 04 de ago. de 2019.

<sup>133</sup> Em nosso *corpus* constam ocorrências de #vempraru a partir de 29 de maio de 2013. No entanto esta foi a data mais anterior utilizada para a busca que deu origem à compilação de postagens da qual dispomos em nossos dados de pesquisa. Reportagens na internet, no entanto, dão conta de que já no mês de maio a campanha publicitária era veiculada, conforme matéria do site Meio&Mensagem, disponível em <<https://www.meioemensagem.com.br/home/comunicacao/2013/05/20/fiat-quer-todo-mundo-na-rua.html>>, acessado em 04 de ago. de 2019.

concepção totalizante de um processo de mobilização unificado, no qual as diferenças importam menos que o objetivo imediato de “mudar o Brasil”, ainda que restem ambiguidades a respeito dos sentidos desse desejo de mudança.

Essa procura por uma identidade comum dos “manifestantes” de viés totalizante que investe na atenuação e, por vezes, no apagamento das diferenças propiciou, de modo paradoxal, representações de anti-identidades que definem, por denegação, o perfil idealizadamente representado do “manifestante” convocado em TWVPR-850 (fig. 194) a “socializar sonhos na maior arquibancada do Brasil”. A estética festiva das manifestações leva o sujeito-webativista em TWCB-474 (fig. 195) a representar a necessidade de estabelecimento de traços distintivos entre o que representa como “revolução” e o “carnaval”, por meio da denegação “This is not carnival”. Seguindo no campo lexical do esporte/espetáculo, recorrente no *corpus* pela metáfora da rua representada como uma “arquibancada”, pode-se perceber o investimento em dicotomias polarizadas que, de modo semelhante aos times de futebol e às escolas de samba (Cf. TWCB-474, fig. 195), competem ente si. As principais dicotomias estabelecidas nos dizeres apontam para aspectos da competição – um dos fundamentos da razão neoliberal - carnavalesca e do futebol enquanto “jogo”, televisionado, tornado espetáculo, tanto na mídia corporativa quanto nas redes sociais e que põe em confronto grupos rivais de “ordeiros/pacíficos” *versus* “vândalos”; “coxinhas/patriotas” contra “comunistas/vermelhos”, setores supostamente dotados de “consciência política” e “*posers*”, dentre tantos outros grupos identitários, tidos como antagônicos entre si, que disputam a hegemonia numérica, programática, discursiva e, conseqüentemente, as narrativas das/sobre as Jornadas de Junho.



**Fig. 194** TWVPR-850



Fig. 195 TWCB-474

A recorrente metáfora da rua enquanto “maior arquibancada do Brasil”, tomada de empréstimo do *jingle* originalmente veiculado na peça publicitária da Fiat, nos parece oportuna para o estabelecimento de algumas reflexões importantes acerca das características de polarização e espetacularização às quais muitos dos enunciados que analisamos nos remetem. Para tal, tomamos de empréstimo e estendemos algumas imagens que remetem ao universo dos esportes coletivos, mais precisamente, do futebol, tendo em vista que a peça publicitária originalmente fazia referência a essa modalidade esportiva e, mais especificamente à Copa das Confederações. No entanto, essas mesmas metáforas são transponíveis ao universo semântico-lexical que remete à competição carnavalesca dos desfiles de escolas de samba, no qual a arquibancada também se constitui como um de seus elementos.

Tomemos o caso do enunciado TWVPR-77 (fig. 196) que representa a “participação” nas ruas em campo semântico oposto ao ato de passivo de “assistir”. Em TWVPR-557 (fig. 197) o gesto de “protestar e reclamar pelas redes sociais” é enunciado pelo sujeito-webativista como insuficiente (“não basta”) para que, em seguida, o sujeito manifeste sua crença de que “tem que agir”. Em ambos os enunciados (figs. 196 e 197) a *hashtag* #vempraruá é mobilizada em conjunção com efeitos de sentido que remetem à representada necessidade de agência coletiva. Desse modo, tomando a “rua” em paralelismo à noção de arena onde se dá o “jogo”, os efeitos de sentido suscitados remetem ao “campo”, no qual se dá a “partida”.

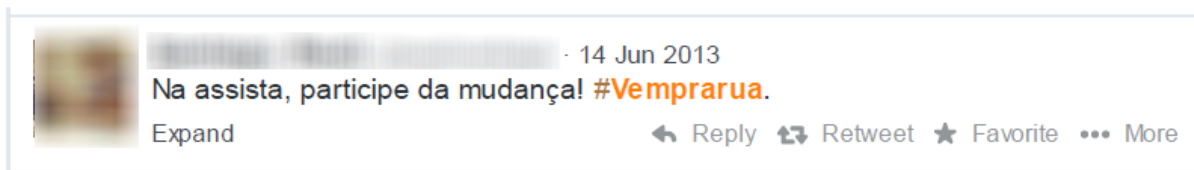


Fig. 196 TWVPR-77



Fig. 197 TWVPR-557

Por outro lado, percebe-se no *corpus* a recorrência de enunciados que, a exemplo de TWVPR-152 (fig. 198), estabelecem relação de equivalência entre a “rua” e a “maior arquibancada do Brasil” citando, de modo literal, os versos do *jingle*, originalmente veiculado pela peça publicitária como uma convocação para que as pessoas ocupassem as ruas para torcer pela seleção brasileira durante a Copa das Confederações de 2013, e que teve seus sentidos deslizados para o campo semântico da política, tendo se tornado um *hit* viral das Jornadas de Junho.



Fig. 198 TWVPR-152

Dessas duas representações de “rua” implicam concepções distintas sobre sua

função no “jogo” do ativismo político. A rua-campo remete à noção de um *locus* de ação coletiva, marcado pela agência do manifestante-jogador. Já a rua-arquibancada se configura como espaço do manifestante-torcedor que partilha do conjunto de elementos simbólicos de um dos times (cores, cânticos e coreografias) mas está circunscrito à função de espectador.

Embora o senso comum acerca do futebol corrobore a crença em um papel de agência das torcidas durante a disputa entre os times, representando-a como coletivo capaz de influenciar o resultado do jogo, seja pelo clima de positividade transmitido aos jogadores, pelo protesto contra a arbitragem ou pela intimidação exercida sobre o time adversário, é sabido que, sendo estritamente respeitadas as regras do esporte, esse coletivo em nada pode contribuir, dentro do campo de jogo, para a alteração do placar do jogo. São, no entanto, a presença numerosa de torcidas nas arquibancadas e a transmissão televisiva que conferem o caráter de espetáculo à partida, deslocando esse esporte da condição de atividade recreativa para quem o pratica para a condição de produto de mercado, profissionalizado e tornado espetáculo para quem o assiste.

Retomemos algumas das formas de representação em FBVPR1-41 (fig. 186) e FBVPR1-54 (fig. 189) a respeito do segmento de manifestantes designados “coxinhas”, “*posers*” e “cus d’água” que, não raro (Cf. FBVPR1-94, fig. 187) são referidos como sujeitos deficitários ou desprovidos de uma imaginada “consciência política”, ao mesmo tempo que são representados, de modo instrumentalizado, como uma “voz somada a sua”. Do mesmo modo que o torcedor não precisa ter habilidades futebolísticas para compor o espetáculo que se dá no campo de jogo, sendo-lhe reservado o assento na arquibancada e o pertencimento na identidade coletiva do time pela identificação com seus recursos simbólicos (cores, cânticos, palavras de ordem), as enunciadas limitações políticas dessa parcela dos manifestantes não parecem constituir impedimento para que, por meio de sua presença física na rua, exerçam seu “papel de cidadão” de contribuir para dar maior visibilidade midiática e viralizar as manifestações, como parece ter sido o caso do ato de rua que se deu em 20 de junho de 2013, oportunidade na qual a Rede Globo de televisão cancelou a transmissão da sua tradicional novela das 21h para exibir os protestos ao vivo<sup>134</sup>.

Embora a regularidade dos enunciados aponte no sentido do desejo de

---

<sup>134</sup> Conforme noticiado em reportagem do portal UOL de 20 de junho de 2013, disponível em < <https://televisao.uol.com.br/noticias/redacao/2013/06/20/globo-interrompe-transmissao-de-novelas-e-jn-nao-tera-edicao-para-acompanhar-protestos.htm>>. Acessado em 05 de ago. de 2019.

construir uma mobilização cuja estética e valores remetem a pré-contruídos que euforizam o ciberespaço como lugar de uma suposta democracia digital, com potencial de construção de uma “inteligência coletiva” (LÉVY, 1993), ou nas palavras do sujeito, uma comunidade “com todos unidos” (ver FBCB2-19, fig. 148) em “redes de indignação e esperança” (CASTELLS, 2017) nas quais as relações sociais teriam como característica principal a horizontalidade e, portanto, a ausência da figura hierárquica do “líder”, é possível entrever algumas características do funcionamento discursivo dessa cena enunciativa que remetem a fluxos assimétricos de poder (FOUCAULT, 1979 [2008]) que se dão, dentre outros fatores, por intermédio da construção de identidades positiva ou negativamente valoradas, tendo como caso exemplar a polarização e o acirramento dos modos de dizer sobre os ditos “vândalos” e aqueles sobre os quais se enuncia como “verdadeiros manifestantes”, predicados como “pacíficos”.

Nossa empreitada analítica nos permite a ponderação de que a obtenção do que se imagina como êxito do processo de mobilização é representada como resultante do correto manejo dos pontos nodais na rede visando a construção pontual de processos de identificação que remetem ao estabelecimento de “laços fracos” a serem desfeitos após a obtenção do objetivo imediato, modo predominante pelo qual a decisão do MPL de se retirar do processo de mobilização é representada pelos sujeitos-webativistas que, diante desse quadro, tentavam construir para si novas “causas” que os mantivessem mobilizados.

Pode-se aferir, ainda, que o desejo de constituição de um modo de subjetivação política sob o manto de identidades comuns acarreta a constituição de outras que lhes são diametralmente antagônicas, alçadas à condição de adversárias/inimigas que devem ser “contidas” ou mesmo banidas, favorecendo o clima de acirramento entre distintas concepções político-sociais, táticas, estratégicas e a disputa pelas bandeiras e narrativas das/sobre as Jornadas de Junho.

Isto posto, é possível afirmar que as redes sociais não constituem mera ferramenta para a organização e reivindicação de objetivos políticos. Para além de mera função instrumental, essa cena enunciativa afeta os modos de dizer e a constituição das identidades dos sujeitos que saem ou, melhor dizendo, transbordam “do *Facebook*” em direção às ruas, sendo, portanto, determinantes de uma estética e uma forma de organização própria.



## AS DIGITAIS DE UMA JORNADA EM (DIS)CURSO

Eu vejo um museu de grandes novidades.

(Cazuza, 1988)

Na presente Tese, buscamos articular um arcabouço teórico e analítico que pudesse nos auxiliar na tarefa de apontar, na materialidade linguística do *corpus*, algumas pistas sobre o funcionamento discursivo e os processos de subjetivação implicados pelo webativismo tomando o contexto brasileiro em suas especificidades, a partir do estudo do caso das Jornadas de Junho, levando em conta o caráter social e ideologicamente múltiplo tanto da sociedade brasileira quanto das redes sociais digitais, cena enunciativa na qual os dizeres se inscrevem. Ao longo do presente estudo foi possível assinalar, nos dizeres dos sujeitos-webativistas, a recorrência de formações e práticas discursivas que remetem, mormente, à razão neoliberal, hegemônica em economias de mercado como a do Brasil e, portanto, elemento constituinte das condições de produção nas quais o processo de mobilização social, que é objeto de nosso estudo de caso, circunscreve-se.

Tendo em mente que as condições de produção situam o discurso social e historicamente, empreendemos, no Capítulo 1, um levantamento histórico a respeito do Movimento Passe Livre (MPL), força motriz dos primeiros protestos de junho de 2013. Estabelecemos, ainda, um relato cronológico das Jornadas de Junho, tomando como referência a literatura acadêmica que trata desses eventos (MARICATO, 2013), além de publicações do próprio MPL, tais quais sua “Carta de Princípios” (MOVIMENTO PASSE LIVRE-SÃO PAULO, 2013), bem como textos constantes do *website* desse movimento social e de sua *fanpage* no *Facebook*. O exercício de situar historicamente as Jornadas de Junho, articulando as teorias linguísticas e sociológicas – com a quais tivemos contato ao longo de nossa pesquisa – às nossas considerações analíticas oportunizou a observação de conflitos entre vozes dissonantes que concorrem pelos sentidos das/sobre as Jornadas de Junho nas redes sociais, com eventuais desdobramentos nos atos de rua. Esses dizeres ecoam e/ou se mostram afetados por formações discursivas e ideológicas oriundas das instituições do Estado, do mercado, da mídia, sobretudo, a de natureza corporativa, possibilitando a emergência de um amplo campo de representações e efeitos de sentido que contribuem para marcar lugares de subjetivação política no contexto do webativismo.

Dentre os dizeres que circularam nas redes do ciberespaço naquele período de



efervescência política e social no Brasil, destacamos o surgimento e viralização da *hashtag* #VemPraRua, que se configura como um processo de *redesign* (COPE & KALANTZIS, 2000) de uma peça publicitária produzida originalmente para veiculação televisiva, tendo sua finalidade mercadológica ressignificada para fins políticos, conduzindo-nos à percepção de uma interface entre os discursos das/sobre as Jornadas de Junho e formações discursivas do mercado, afetadas pela razão neoliberal que, segundo Brown (2015), traz implicações para a constituição das subjetividades contemporâneas, especialmente no que tange ao processo de “economicização”, que contribui para a definição de amplos aspectos da existência em termos estritamente econômicos.

Isto posto, fez-se necessário o estabelecimento de um quadro conceitual que pudesse auxiliar na compreensão da centralidade de formações discursivas do mercado e da razão neoliberal nos dizeres produzidos nas redes, ainda que quando inscritos de modo a disputar a validade de seus sentidos, circunscrevendo-se na temática anticapitalista, que recusa a institucionalidade do Estado e nega a política representativa, um dos fundamentos das democracias liberais, tarefa da qual nos encarregamos no Capítulo 2. Naquele capítulo, de natureza teórica, apresentamos e discutimos diferentes pontos de vista sobre os processos de subjetivação no ciberespaço, ora compreendidos como sinal dos tempos em uma sociedade pautada pelos valores do consumo e marcada pelo crescente individualismo e competição (BAUMAN & DONSKIS, 2013; ŽIŽEK, 2013) que marcam a razão neoliberal (BROWN, 2015), ora como elementos intrínsecos à prática e organização dos ditos novos movimentos sociais que surgem no contexto do que Castells (2017) denomina sociedade em rede. Ainda no Capítulo 2, tecemos algumas considerações sobre Primavera Árabe, suas causas iniciais e o papel de protagonismo exercido pelo webativismo nesse processo de mobilização de dimensões internacionais com vistas ao estabelecimento de paralelos e contrastes entre esse acontecimento histórico e as especificidades do contexto brasileiro das Jornadas de Junho. Dessa incursão resultam importantes reflexões que apontam para as especificidades causais de um e de outro processo de mobilização social.

Tanto no caso da Primavera Árabe quanto no contexto brasileiro das Jornadas de Junho figuram como pano de fundo questões econômicas e a luta anti-governos. Se nos países árabes os altos índices de desemprego, a estagnação econômica e a percepção do poder do Estado como elemento de opressão e cerceamento das

liberdades individuais constituíram a faísca inicial da Primavera Árabe, no contexto brasileiro das Jornadas de Junho, embora os dados econômicos fossem os melhores de uma série histórica, com o desemprego atingindo 5,4% da população e indicadores sociais apontando queda de 63% do número de pessoas vivendo sob a extrema pobreza, a recusa à institucionalidade do Estado é marcada por representações que apontam para a percebida ineficiência do poder público na prestação de serviços como transporte, saúde, educação e segurança aos seus cidadãos.

Enquanto o processo de mobilização que ficou conhecido como Primavera Árabe objetivava a derrubada de regimes autoritários, no Brasil, vivia-se o mais longo período de vigência sob o regime democrático. A percepção de um Estado Democrático de Direito não atenua, porém, formas de representação que alçam o poder público à condição de ineficiência ante às suas obrigações constitucionais de prover serviços tidos como básicos aos seus cidadãos. As primeiras convocações de atos de rua com viés contrário ao aumento da tarifa de transportes coletivos, feitas pelo MPL, ancoram-se na compreensão do transporte público enquanto direito universal e condição *sine qua non* do exercício pleno da cidadania.

A análise comparativa nos permite a percepção de que tanto da Primavera Árabe quanto nas Jornadas de Junho figura um pano de fundo de caráter político-econômico que remete à razão neoliberal com suas implicações para as noções de eficiência Estatal e democracia, na medida em que o acesso ao capital econômico (oferta de empregos, custo de vida adequado e eficiência dos serviços) afeta as condições de cidadania. Ainda que inscritos discursivamente pelo viés de contrariedade ao que designam como lógica mercantilista aplicada ao transporte coletivo, situando sua reivindicação no espectro político-ideológico das manifestações anticapitalistas, o MPL e parte dos webativistas questionam a percebida ineficiência estatal, suscitando efeitos de sentido que remetem à noção de eficiência que, segundo a razão neoliberal, deriva da aplicação das chamadas “boas práticas” de gestão (*management*) “importadas” do modelo gerencial do mercado e aplicadas, por transposição, à administração pública, investindo em representações que remetem ao conceito de Estado-empresa.

A percepção do Estado enquanto lugar de ineficiência e instituição essencialmente corrompida, submetida a interesses do capital financeiro, contribui para a emergência de representações de caráter disfórico que enunciam a rejeição às instâncias de representação popular típicas das democracias liberais, tais quais o

parlamento, os partidos políticos e as organizações de categorias profissionais e estudantis, como a UNE (União Nacional dos Estudantes), os sindicatos e suas centrais, tidos como cooptados/cooptáveis pelos governos e forças políticas. Como elemento indicativo dessa rejeição, de natureza análoga ao que Doimo (1995) denomina aspecto expressivo-disruptivo dos movimentos sociais, sobressalta-se, em nosso *corpus* de pesquisa, a ocorrência do lexema “X não me representa”, sendo o referente para “X”, de modo regular, alguma instância ou mandatário previsto na estrutura da democracia representativa. Como “tampão” dessa percebida ausência de representatividade, o sujeito-webativista procura, nas redes, agir coletivamente ansiando pela constituição de uma identidade coletiva “nós” que contribui para o apagamento de diferenças em detrimento da sensação de acolhida comunitária, livre da desconfiança implicada pela institucionalidade. Desse modo, o sujeito em rede se investe da noção de agência individual presencial e/ou virtual, a ser potencializada pela união a outros “eus” em comunidades de semelhança, com vistas à intervenção política para advogar suas causas.

O procedimento analítico empreendido ao longo do Capítulo 3 aponta, no entanto, para a constatação de que essas identidades coletivas – imaginadas como lugar de acolhida pelo sentimento comunitário do “pertencer”, alternativo ao de “ser representado”, e nas quais as relações de poder supostamente se dão de modo (menos) (as)simétrico – configuram-se como espaços que contribuem para a constituição de anti-identidades que lhes são diametralmente opostas, suscitando conflitos do tipo “nós contra eles”, que viriam a constituir uma regularidade discursiva do contexto brasileiro do webativismo durante as Jornadas de Junho e cujos desdobramentos afetam e implicam aspectos hodiernos do ambiente polarizado que se estabeleceu na cena política nacional, tais como o acirramento entre dois eixos políticos antagônicos na eleição de 2014, a disputa por narrativas e pelos sentidos do acontecimento histórico, enunciado por um segmento da sociedade como “impeachment” e por outro como “golpe [jurídico-midiático parlamentar]” que afastou a então presidenta da República Federativa do Brasil, em 2016, Dilma Rousseff, culminando no ambiente polarizado que perdura tendo marcado o processo eleitoral de 2018.

O terceiro e último capítulo desta Tese toma a materialidade linguística dos enunciados produzidos nas redes sociais *Facebook* e *Twitter* durante as Jornadas de Junho como objeto de análise de nosso estudo de caso. Em nossa abordagem

buscamos elucidar, fundamentados nos dizeres dos sujeitos-webativistas, algumas características dos processos de subjetivação política nas redes sociais digitais. Como dispositivo metodológico para o acesso ao *corpus*, optamos por subdividir o capítulo em três seções, sendo que cada uma delas remete a categorias específicas de análise que visam oferecer respostas, ainda que sem a ilusão de constituí-las sob um aspecto definitivo, às perguntas de pesquisa que suscitamos na Introdução desta Tese e sobre as quais passamos a discorrer.

Na primeira seção do terceiro Capítulo, abordamos analiticamente alguns enunciados que são perpassados pela recusa à institucionalidade estatal à procura de elementos na materialidade linguística do *corpus* que pudessem contribuir para a compreensão sobre as formas de representação e as relações que o sujeito-webativista, inscrito no contexto das Jornadas de Junho, estabelece com a institucionalidade do Estado e seus desdobramentos, tais quais o parlamento, os partidos e os poderes da República. Desse ângulo analítico inicial logramos assinalar modos de dizer, de natureza recorrentemente hiperbólica, que investiam em concepções totalizantes do conceito de “povo” e de brasilidade. A relação estabelecida como o objeto nomeado “o povo” oscila entre processos de identificação pelo recurso a formações discursivas do mercado e do universo do trabalho, tais como “reformatar”, estabelecendo uma identidade comum de pertencimento à categoria de “trabalhador”, e uma natureza instrumentalizada que se dá pelo emprego da terceira pessoa “esse povo”, “gente honesta” que “me representa”.

Já a relação que o sujeito webativista estabelece com a política se mostra perpassada pelo aspecto expressivo-disruptivo, sendo recorrentes as formas de representação que remetem ao viés de recusa à institucionalidade estatal. Os políticos são designados sob a perspectiva criminalizante que os equivale a “bandidos” membros de “quadrilhas” (partidos). De modo semelhante, instâncias de representação características das democracias liberais como o parlamento são enunciadas como instituições cuja utilidade, aos olhos do sujeito-webativista, é nula, devendo ser, portanto, “extintas”. Nessa esteira, ganham proeminência dizeres que recorrem às formulações sobre o caráter apartidário do processo de mobilização, inicialmente postulado pelo MPL, deslizando seus sentidos de modo a conferir-lhes um *status* de equivalência semântica com o antipartidarismo. A palavra de ordem “sem partido” ecoou em diversas manifestações de rua durante as Jornadas de Junho, conforme logramos demonstrar no Capítulo 3, perpassando também os dizeres dos

sujeitos-webativistas. Na medida em que os partidos políticos são silenciados enquanto instâncias de representação de diferentes segmentos sociais, esses dizeres contribuem para o esvaziamento da dimensão política dos protestos, bem como para formas de representação que desacreditam um dos pilares de sustentação das democracias liberais.

Uma vez que os partidos são deslegitimados enquanto representantes dos diferentes segmentos populares, dois importantes atores são alçados ao protagonismo do que se enuncia como um desejável processo “reforma” do Brasil: um desses atores sociais é nomeado pela designação genérica “o povo”, representado em sua dimensão totalizante pelo gesto de apagamento das diferenças sociais de classe, etnia, gênero, região. Implicam, dessa forma de designação, o esvaziado da dimensão política acarretado pelas diferenças e a modalidade instrumentalizada do relacionamento que o sujeito-webativista estabelece com a população. O outro potencial protagonista do processo de mudança social enunciado como “reforma” ou “formatação” do Brasil é o poder judiciário, referido, essencialmente, em seu caráter investigativo (Ministério Público) e punitivo (juízes), e representado como potencial redentor do que se percebe como corrupção. Conforme sugerem os enunciados analisados, especialmente aqueles posteriores à revogação do aumento da tarifa, ou seja, após a perda do objeto primeiro de reivindicação, é da aliança entre “o povo” e o poder judiciário que virá aquela que se enuncia como desejada mudança social.

As análises conduzidas na primeira seção do Capítulo 3 nos permitem entrever um quadro de desprestígio ao qual a institucionalidade estatal é submetida nos dizeres do sujeito-webativista – com exceção do poder judiciário, conforme mencionamos. Nesse sentido, parece-nos oportuno retomar as considerações de Brown (2015) acerca dos efeitos e implicações da hegemonia da razão neoliberal para as noções de Estado, democracia e para a própria constituição das subjetividades contemporâneas. Para a autora, o neoliberalismo tem contribuído para o declínio e, em última instância, o desaparecimento de elementos básicos da democracia, num movimento que passa a definir amplos aspectos da existência em termos econômicos, em um processo que ela denomina “economicização” da vida política. O sujeito que emerge desse processo tem como principal meta sua sobrevivência em um cenário de extremada competição, pautando-se por uma constante busca pelo incremento de valor econômico, ele próprio sendo portador de um valor que deve ser acrescido mediante o autoinvestimento. Dito de outro modo, o processo de economicização

favorece o surgimento de um tipo de subjetividade que se vê como empresa de si mesmo, único responsável pelo seu sucesso ou declínio em um mundo pautado pelos valores de mercado.

Na seção 3.2, debruçamo-nos sobre a questão das subjetividades no contexto do neoliberalismo almejando compreender como e em que medida a razão neoliberal, hegemônica em economias de mercado como o Brasil, afeta os processos de subjetivação política no contexto webativismo que se deu durante as Jornadas de Junho. Essa empreitada analítica nos possibilitou a percepção de dois momentos discursivos das Jornadas de Junho, sendo o primeiro, ecoado pelo MPL, notadamente perpassado pelo viés que se pretende anticapitalista e antissistema e que visa manifestar sua oposição à lógica dita mercantilista aplicada às políticas públicas para o setor de transporte coletivo. O uso de *hashtags* como #occupybrasil, e a circulação de dizeres que definem as Jornadas de Junho como uma “luta por direitos” nos remetem à percepção do desejo de identificação com movimentos ditos anticapitalistas, em especial no exterior. Destacam-se, dentre esses processos, a recorrência da analogia de nomenclatura com a Primavera Árabe, para a qual o webativismo se constituiu como uma importante forma de organização e subjetivação política. A recorrência do termo “Primavera Brasileira”, ao longo do *corpus*, como forma de referir aos acontecimentos políticos e sociais de junho de 2013 no Brasil remete ao desejo de inserção dos setores mobilizados no cenário internacional pelo recurso à memória discursiva dos eventos que se deram, a partir do ano de 2010, em países como Egito e Tunísia, e que ficaram também conhecidos como *Twitter Revolutions* (KARATZOGIANNI, 2015).

Apesar do predomínio quantitativo, no primeiro momento dos protestos, de uma concepção do Estado garantidor de direitos, é possível perceber a circulação de modos de dizer perpassados por formações discursivas do mercado e das ciências econômicas marcados, sobretudo, pela influência da razão neoliberal coabitando aquela cena enunciativa. É importante frisar que, apesar da busca pelo pertencimento ao contexto dos movimentos anticapitalistas que marca esse primeiro momento das Jornadas de Junho, o viés econômico está posto, uma vez que se constitui como elemento causal para que as pessoas fossem às ruas.

O atendimento da reivindicação que exigia a revogação do aumento da tarifa e seu conseqüente desaparecimento da pauta das Jornadas de Junho favoreceu um processo de inflexão discursiva dos protestos. É nesse segundo momento que os

sentidos das/sobre as Jornadas de Junho passam por processos de deslizamento que as reposicionam semanticamente como um processo de mobilização anticorrupção, com forte apelo às questões morais. Além da agenda anticorrupção com forte potencial aglutinador e, aparentemente, sem contraindicações, os protestos contra a realização de megaeventos esportivos internacionais (Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016) exercem protagonismo nesse processo. O alvo mais imediato das críticas foi, no entanto, a Copa das Confederações, que se deu em simultaneidade, mormente, com o momento pós-inflexional das Jornadas de Junho. Os olhos do mundo se encontravam, portanto, voltados para o Brasil.

A vontade de obter a atenção internacional para as questões brasileiras parece afetar os dizeres dos sujeitos-webativistas que, de modo recorrente, enunciam seu desejo de vinculação, projeção e validação de seu dizer e reivindicações, aparentemente conferida pela alteridade internacional. “Help us” é o enunciado que viraliza nas redes juntamente com vídeo que exorta sua audiência a compartilhar esse conteúdo audiovisual e a utilizar, nas redes sociais, a *hashtag* #ChangeBrazil. Modos de dizer que recorrem ao senso de coletividade e pertencimento conferido pelo pronome “us” solicitam ajuda internacional para “mudar o Bra(z)il”, dando-lhe nova forma, o que remete aos sentidos de “reforma” e “formatação” que, conforme discutimos na seção 3.1 do Capítulo 3, remontam ao efeito de melhoria, modernização e/ou *upgrade*. Somam-se a essa procura pelo estabelecimento de vínculos internacionais postagens no *Facebook* e no *Twitter* que, em tom de comemoração, repercutiam positivamente a ocorrência de marchas e apoios oriundos tanto de países com papel central no capitalismo global quanto daqueles que haviam passado pelo processo de mobilização da Primavera Árabe, celebrando uma proclamada “amizade” entre Brasil e Turquia.

O exercício analítico empreendido na segunda seção do Capítulo 3 nos leva à percepção de que, embora sob perspectivas distintas, marcas do discurso neoliberal e do processo de economicização perpassam os dizeres ao longo de todo o período compreendido pelas Jornadas de Junho. Sejam pelos “vinte centavos” acrescidos à tarifa de transporte ou pelos “bilhões” supostamente desviados pela corrupção, percebida essencialmente como inerente à política e ao Estado, as questões econômicas perpassam os dizeres ao longo de todo o processo de mobilização. Esse aspecto economizante se manifesta também em dizeres que configuram as relações cidadão-estado sob metáforas oriundas das relações de consumo (cidadão-cliente).

De modo análogo, as relações dos cidadãos com os políticos são enunciadas por meio de metáforas que remetem ao mercado de trabalho (cidadão-patrão), transpondo um quadro de relações de trabalho precarizadas, vivenciadas no cotidiano por uma parte significativa dos cidadãos, para as relações de representação política, configurando-as sob a lógica “pago por algo, logo devo recebê-lo”. Implica desse tipo de relação a percepção de mandatos políticos precarizados, sob a constante ameaça da “demissão” (cassação/*impeachment*) ou do “desemprego” (insucesso eleitoral), em decorrência de gesto reativo do eleitor-patrão.

No ponto em que constatamos o processo de deslocamento de sentidos que culmina na inflexão dos dizeres e práticas das/sobre as Jornadas de Junho, nossa curiosidade analítica foi instigada a procurar compreender a natureza ora do jogo, da disputa entre formações e práticas discursivas e identitárias que operam na constituição da subjetividade webativista, ora do desejo da “soma de vozes” e de forças que se mostram política, social e ideologicamente heterogêneas. É em consequência desse direcionamento que, na terceira e última seção do Capítulo 3, direcionamos nosso fazer analítico sobre o *corpus* visando apontar as principais formações discursivas que contribuem para marcar os lugares e os dizeres do sujeito-webativista e compreender como elas se imbricam, concorrem ou se aproximam, ainda que pontualmente.

A compreensão do discurso enquanto palavra em curso, que opera no movimento dos sentidos (ORLANDI, 1999 [2002]) e a constatação dos deslocamentos observados nas duas primeiras seções do terceiro Capítulo, que se coadunam com dizeres no *corpus* que remetem tanto ao desejo de “somar vozes” ou “unir forças” quanto ao embate entre identidades que se percebem antagônicas entre si, remetem-nos à noção de soma vetorial, conceito que tomamos de empréstimo da Física Clássica Newtoniana para dar título à seção 3.3 no intuito de ilustrar os processos de deslocamento de sentidos que se dão nos dizeres e que configuram-se como força resultante da soma de vetores discursivos, que ora se representam como forças paralelas ou, nos termos da física, vetores com a mesma direção, mas cujos sentidos se mostram opostos no espectro político (esquerda x direita), ora se apresentam como força vetorial cuja direção é de natureza concorrente (pra cima), o que implica gesto de negação da divisão clássica da política entre esquerda e direita (Cf. TWVPR-863, fig. 199) em consonância com a razão neoliberal que se pretende não como ideologia política, mas enquanto razão instrumental, de natureza técnica, um meio para atingir



o fim, qual seja o incremento de valor econômico, que o sujeito representa metaforicamente como “ir pra frente”.



**Fig. 199** TWVPR-863

Ao longo do processo analítico conduzido na última seção do terceiro Capítulo, oportunizou-se ponderar sobre o que se crê como fator de sucesso das Jornadas de Junho. No que sobressai dos dizeres dos sujeitos esse êxito é tanto maior quanto melhor for o correto manejo dos pontos nodais na rede com vistas a estabelecer processos de identificação de natureza semelhante ao que Lovink (2011) denomina “laços fracos” que perduram apenas sob a percepção do objetivo comum.

O empreendimento discursivo para a construção de alianças, a partir de processos de identificação de natureza (não)política, pelo recurso do investimento em identidades comuns (“o povo”, “patriotas”, “pacíficos”, “brasileiro”), de caráter totalizante e homogeneizante, tem implicações para o imaginário dos sujeitos-webativistas na medida em que outras identidades, de viés antagônico, se constituem como elementos que conferem validade àquelas que se crê pertencer. Representadas sob a condição de adversários/inimigos, esses grupos identitários (“eles”) devem ser combatidos, “contidos”, banidos/suprimidos, por “nós”, implicando o acirramento de natureza político-social, tática e estratégica, configurando disputas pelas bandeiras e narrativas das/sobre as Jornadas de Junho.

O confronto entre a materialidade linguística do *corpus* e os desdobramentos políticos, sociais e identitários que se deram, tanto durante as Jornadas de Junho quanto em momentos posteriores do cenário político nacional, permite-nos tomar esse caso particular de webativismo enquanto um acontecimento discursivo (PÊCHEUX,

1983 [2006]) na medida em que, para além das percepções que tomam as redes sociais digitais enquanto mera ferramenta cuja finalidade seria a organização e reivindicação de objetivos políticos, essa cena enunciativa afeta os modos de dizer e a constituição de identidades dos sujeitos-webativistas.

Manifestar-se, no contexto do webativismo, passa a representar, no imaginário dos sujeitos, uma “nova” postura que, destarte, privilegia a interconectividade e o intenso estabelecimento de interações capazes de afetar os motores do desenvolvimento social e os paradigmas tradicionais da sociedade. Esse efeito de dinamicidade, aparentemente, favorece o deslocamento, a reiteração e/ou correção das condições materiais de vida do cidadão em sua relação com o Estado e a política. A análise dessa particularidade nos permite perceber que a tecnologia é tomada não apenas como um meio, mas enquanto espaço propício para a constituição de subjetividades, provedora de uma estética de embates políticos, um “novo” modo de circulação de discursos.

A marcação dos protestos sob a estética viral, representada como estratégia para obtenção do desejo da mudança social, pode ser percebida quando fazemos operar, de modo conjunto, as duas *hashtags* escolhidas por terem figurado, durante os protestos, entre os “assuntos do momento” (*Trending Topics*) no *Twitter*, para a constituição de nosso *corpus*. Em que pese a noção de deslocamento suscitada pelo emprego do verbo “vir” na *hashtag* #VemPraRua, a ocupação do espaço público como estratégia para a obtenção dos fins políticos estabelecidos, sejam eles de natureza mais pontual, como a revogação do aumento das tarifas de transportes, ou aqueles de aspecto mais abrangente, como “mudar o Brasil” (#ChangeBrazil) por meio do que se crê ser uma ação de combate à corrupção percebida, sobretudo, no contexto da política institucional, não configura-se no entanto, em gesto migratório de uma coletividade que sai de um lugar (redes sociais) em direção a outro (rua). De modo diverso, essa movimentação remete à natureza do espraiamento, da “colonização” exercida pelo não-lugar (AUGÉ, 1992 [2005]) das redes sociais digitais – e seus modos de dizer e fazer – sobre o espaço físico das ruas, implicando a afetação de natureza semântico-discursiva, estética e, conseqüentemente, dos modos de subjetivação política nos processos de mobilização social desde então, operando para conferir-lhes aspecto de “novidade”, o que sustenta a hipótese que estabelecemos nessa Tese de que o webativismo se constitui como modo de subjetivação política resultante das condições de produção implicadas pelo surgimento, para fins diversos,

no contexto do neoliberalismo, da dilatação do espaço-tempo facilitada pelo processo de informatização. Os dizeres que se inscrevem nessa modalidade de ativismo remetem ao modelo de *networking* como estratégia para a obtenção de fins políticos, transpostos da *web 2.0* para os protestos de rua.

As dualidades estabelecidas entre identidades antagônicas, que competem pela pauta reivindicatória e pelas narrativas das Jornadas de Junho, e o tom de celebração pelo qual esse processo de mobilização foi enunciado, sobretudo em seu momento pós-inflexional, apontam para similitudes que remontam aos processos de subjetivação nas redes sociais, na medida em que a busca por visibilidade e reconhecimento, que se materializa sob a forma de *likes* e compartilhamentos de conteúdo, elementos centrais de valoração nessa cena enunciativa, inscreve-se em dizeres que apontam para o desejo de viralização dos protestos materializado por seu espraiamento não apenas em território nacional mas pela ocorrência de marchas em outros países, sobretudo aqueles que ocupam lugar de destaque no cenário econômico mundial.

Ao se inscreverem na memória das/sobre as mobilizações sociais brasileiras, as Jornadas de Junho passaram a constituir o ponto de ancoragem de debates políticos e sociais posteriores. O inédito protagonismo do webativismo no contexto brasileiro das Jornadas de Junho implicou desdobramentos, tanto para os modos de dizer quanto para a estética pela qual mobilizações posteriores, de caráter político, passaram a se constituir.

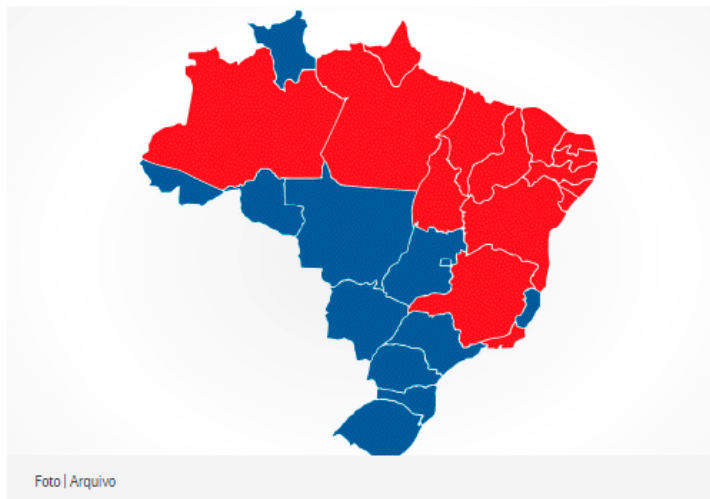
Desde então, setores organizados da sociedade reivindicam para si o legado político e a memória discursiva das Jornadas de Junho, tais quais o Movimento Brasil Livre (MBL), que se reivindica “liberal na economia e conservador nos costumes” (RÉGIS, *et. al.*, 2018, p. 11) e o Movimento Vem Pra Rua, também de reivindicada orientação política liberal. Esses movimentos sociais permanecem ativos após os acontecimentos de junho de 2013, tendo se institucionalizado e se engajado com papel de protagonismo em outros episódios da vida política do país, tais quais os recorrentes atos públicos em defesa da chamada operação Lava Jato, as mobilizações a favor do projeto de lei (PL 4850/2016) denominado “Dez Medidas Contra a Corrupção”, de iniciativa do Ministério Público Federal que, atualmente, tramita na Câmara Federal e os atos de rua pelo *impeachment* da ex-Presidenta Dilma Rousseff. Desde as eleições municipais de 2016, membros, sobretudo do MBL, têm ocupando assentos nas casas parlamentares em todos os níveis de governo, sendo

que seus membros se viabilizaram candidatos por meio de pulverização em siglas partidárias diversas do espectro político compreendido pelas chamadas centro-direita e direita. Em 2018, o empresário e então líder do Movimento Vem Pra Rua, Rogério Chequer disputara o governo do estado de São Paulo pelo partido político denominado NOVO, também de orientação político-econômica neoliberal e circunscrito no espectro político da centro-direita tendo atuado, no segundo turno, como um importante apoiador do então candidato à Presidência Jair Bolsonaro, especialmente entre o público jovem.

A afetação temática das Jornadas de Junho sobre a política institucional aparentemente se deu de maneira imediata e continuada. Ainda em 2013, a líder ambientalista e ex-ministra Marina Silva inicia a coleta de assinaturas para a fundação da Rede Sustentabilidade (REDE), cuja sigla remete ao princípio de *networking* marcante para o webativismo e apaga as marcas de sua institucionalidade pela ausência da palavra “partido”, que opera no silenciamento da institucionalidade partidária rechaçada durante as Jornadas de Junho, mesma tendência seguida por outras legendas que optaram pela eliminação da letra “P” de suas siglas. No campo da disputa eleitoral, o imperativo do diálogo entre os representantes políticos e suas instâncias partidárias e estatais, com a chamada “voz das ruas”, pautou boa parte dos dizeres postos em circulação pelos candidatos, sobretudo em nível federal, durante o pleito de 2014. Naquele mesmo pleito, traços da polarização política comuns na cena enunciativa, objeto de nosso estudo, figuraram como traço marcante da disputa eleitoral entre o PT e o PSDB (fig. 200).

## SEGUNDO TURNO

Resultado segundo turno das eleições 2014

Veja o [resultado da apuração nos Estados](#) com os dados fornecidos pelo TSE em tempo real

**Fig. 200** Mapa eleitoral do resultado (por Unidade Federativa) das eleições presidenciais de 2014. Em vermelho, estados cuja vitória eleitoral foi da candidata à reeleição Dilma Rousseff (PT). Em azul, estados onde venceu o candidato de oposição Aécio Neves (PSDB).<sup>135</sup>

Os discursos que circulam nos debates políticos posteriores às Jornadas de Junho, no contexto brasileiro, passaram a ser afetados pela sua própria ocorrência enquanto processo de mobilização social, de modo que esse acontecimento opera no “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 1983 [2006]), constituindo objeto de referência e disputa de distintos matizes políticos e ideológicos que disputam seus sentidos, oferecendo suas interpretações.

Tomadas como uma sequência de enunciados postos em circulação, as Jornadas de Junho se configuram como um acontecimento discursivo cujos sentidos seguem em curso, objeto ainda em jogo que, ao mesmo tempo em que se inscreve na memória política e social do país, aponta para a latência de um acontecimento “em progresso” (FBCB2-14, fig. 201),

suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois linguisticamente descritível como uma série léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva passíveis, oferecendo lugar a interpretação (PÊCHEUX, 1983 [2006], p. 53).

<sup>135</sup> Fonte: <<https://blogs.oglobo.globo.com/na-base-dos-dados/post/as-eleicoes-2014-em-graficos-mapas-551934.html>>. Acessado em 12 de ago. de 2019.



**Fig. 201** FBCB2-14

Deriva dessa compreensão a ausência de qualquer ilusão de que esta Tese apresente reflexões de natureza definitiva para nossas questões de pesquisa. A natureza fluida do *corpus*, das subjetividades e dos dizeres que dele emergem aponta para a necessidade de manter o olhar analítico sobre os desdobramentos que se deram e cujas análises, certamente, não se esgotam nem foram tratadas em sua totalidade neste estudo. Como nos ensina Pêcheux (1983 [2006]), o acontecimento instaura uma latência de futuro, um porvir que se anuncia e sobre o qual muito ainda pode ser enunciado. A interconectividade e a intertextualidade entre saberes e práticas discursivas típicas das cenas digitais transpostas e ressignificadas aos/pelos modos de subjetivação política da sociedade brasileira apontam para um movimento continuado do discurso, em curso ou, nos termos de FBCB2-14 (fig. 201), enunciado que opera na interface entre o patriotismo, a linguagem dos jogos eletrônicos e a estética do meme, um acontecimento discursivo “em progresso”.

## REFERÊNCIAS

AB'SABER, T. **Brasil é país de perversos, diz Tales Ab'Sáber**. Entrevista concedida ao jornal Folha de São Paulo, 2006 disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u59001.shtml>>, acessado em 05 de jun. de 2019.

ALTHIER-REVUZ, J. **Entre a Transparência e a Opacidade**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2004.

AUGÉ, M, (1992). **Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Trad.: Maria Lúcia Pereira, 5 ed., Campinas: Papyrus, 2005.

BADOURA, S. **The Role of Social Media in the Arab Spring**. Disponível em: <[https://www.sdu.dk/media/files/om\\_sdu/centre/c\\_mellemoest/djuco/young+scholars+conference+2013/badoura.pdf](https://www.sdu.dk/media/files/om_sdu/centre/c_mellemoest/djuco/young+scholars+conference+2013/badoura.pdf)>, acessado em 20 de mar. de 2018.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Trad.: Plínio Dentzien Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

\_\_\_\_\_. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Trad.: Carlos Alberto Medeiros Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

\_\_\_\_\_. **Amor Líquido: Sobre a Fragilidade dos Laços Humanos**. Trad.: Carlos Alberto Medeiros Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

\_\_\_\_\_. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Trad.: Carlos Alberto Medeiros, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

\_\_\_\_\_. **As Redes Sociais são Uma Armadilha**. Entrevista concedida ao jornal El País, 2016 disponível em <[https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/30/cultura/1451504427\\_675885.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/30/cultura/1451504427_675885.html)>, acessado em 13 de jul. de 2017.

BAUMAN, Z. & DONSKIS, L. **Cegueira Moral: A perda da sensibilidade na modernidade líquida**. Trad.: Carlos Alberto Medeiros, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2013. Edição digital. ISBN: 978-85-378-1286-0, disponível em <<https://play.google.com/store/books>>, acessado em 04 de ago. de 2016.

BOURDIEU, P. (1982). **A economia das Trocas Linguísticas: O que falar quer dizer**. São Paulo: EDUSP, 1996.

\_\_\_\_\_. (1979). **A distinção: Crítica social do julgamento**. Trad.: Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira, 2 ed. São Paulo: Edusp; Porto Alegre-RS: Zouk, 2007.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**, 8ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

BRASIL. (2011a) Congresso nacional. Câmara dos Deputados. PEC 33/2011 Proposta de Emenda à Constituição, disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=503667>>, acessado em 10 de jun. de 2019.

\_\_\_\_\_. (2011b) Congresso nacional. Câmara dos Deputados. PEC 37/2011 Proposta de Emenda à Constituição, disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=507965>>, acessado em 10 de jun. de 2019.

BRASIL DE FATO. **Fundador do MPL fala sobre o movimento, as Jornadas de Junho e o Tarifa Zero**, disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/node/13683/>>, 2013, acessado em 20 de jul. de 2018.

BOVE, A. L. C. **Juventude e Heavy Metal**: usos do espaço, práticas de consumo e produção de significados na cidade de Juiz de Fora-MG. 2017. 105 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

BROWN, W. **Undoing the Demos**: neoliberalism's stealth revolution, New York: Zone Books, 2015.

CARMAGNANI, A. M. G. "Impacto das Novas Tecnologias nas Identidades: o caso de cursos de línguas online". In: MAGALHÃES, I; CORACINI, M. J; GRIGOLETTO, M. (Orgs.). **Práticas Identitárias**: língua e discurso, São Carlos: Claraluz, 2006. p. 157-170.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**, 3. Ed, São Paulo: Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. **A galáxia da internet – reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

\_\_\_\_\_. **Redes de Indignação e Esperança – movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2, 2017.

COPE, B & KALANTZIS, M. **Multiliteracies**: Literacy learning and the design of social futures. London: Routledge, 2000.

CORACINI, M. J. F. "Identidades Múltiplas e Sociedade do Espetáculo: Impacto das novas tecnologias de comunicação". In: MAGALHÃES, I; CORACINI, M. J; GRIGOLETTO, M. (Orgs.). **Práticas Identitárias**: língua e discurso, São Carlos:



Claraluz, 2006. p. 133-156.

CRYSTAL, D. **English as a Global Language**. New York: CUP, 2003.

DARDOT, P. & LAVAL, C. **The New Way of the World: on neoliberal society**. London: Verso, 2013.

DOIMO, A. M. **A voz e a vez do popular**. Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70 São Paulo: ANPOCS, 1995.

FIORIN, J. L. **Elementos de Análise do Discurso**. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2000.

FOUCAULT, M. (1971) **A ordem do discurso**. 8ª ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2002.

\_\_\_\_\_. (1979) **Microfísica do poder**. 26ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

\_\_\_\_\_. (1978-1979) **Nascimento da Biopolítica**. Curso no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GUIMARÃES, E. **Os limites do sentido – Um Estudo Histórico e Enunciativo da Linguagem**. Campinas: Pontes, 1995.

\_\_\_\_\_. **Semântica do Acontecimento**. 4 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**, 9ª. Ed, Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HOBSBAWM, E. **A era do capital: 1848-1875**, 3ª. Ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. **A era dos extremos: O breve século XX: 1914-1991**, Tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. 2ª. Ed, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2013, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2015. 79 fls.

KARATZOGIANNI, A. **Firebrand Waves of Digital Activism 1994-2014**. The rise and spread of hacktivism and cyberconflict. Palgrave MacMillan, 2015

KHONDKER, H. Role of the new media in the Arab Spring. In: AGATHANGELOU, A & SOGUK, N. (orgs). **Arab Revolutions and World Transformations**. New York, Routledge, 2013.

KIMMONS, R. **Social Networking Sites, Literacy, and the Authentic Identity Problem**. TechTrends, Volume 58 – Number 2 March/April, 2014.

KLEIMAN, A. & VIEIRA, J. “O Impacto Identitário das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (Internet)”. In: MAGALHÃES, I; CORACINI, M. J; GRIGOLETTO, M. (Orgs.). **Práticas Identitárias: língua e discurso**, São Carlos: Claraluz, 2006. p. 119-132.

LANKSHEAR, C & KNOBEL, M. Digital Literacy and the “Digital Society” In: LANKSHEAR, C & KNOBEL, M. (Eds) **Digital Literacies – Concepts, Policies and Practices**. New York: Peter Lang, 2008.

\_\_\_\_\_. **Researching New Literacies: Web 2.0 practices and insider perspectives**. E-Learning, Volume 4, Number 3 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.2304/elea.2007.4.3.224>>, acessado em 10 de mai. de 2018.

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência - o futuro do pensamento na era da informática**. 1ª ed. São Paulo, Editora 34, 1993.

\_\_\_\_\_. **O que é o virtual**. 1ª ed. São Paulo, Editora 34, 1996.

\_\_\_\_\_. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. 1ª ed. São Paulo, Ed. Loyola, 1998.

LIMA, V. A. “Mídia, rebeldia urbana e crise de representação”. In: MARICATO, E. *et. al.* (Org.). **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**, 1 ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 89-94.

LOVINK, G. **Networks Without a cause: a critique of social media**. Cambridge, Polity Press, 2011.

MARICATO, E. *et. al.* (Org.). **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**, 1 ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARTIN, A. Digital Literacy and the “Digital Society” In: LANKSHEAR, C. & KNOBEL, M. (Orgs.). **Digital Literacies: Concepts, Policies and Practices**. New York: Peter Lang Publishing, 2008 p. 151-176

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos Meios às Mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

MOROZOV, E. **To Save Everything, Click Here: The Folly of Technological Solutionism**. PublicAffairs, 2013. E-book ISBN 161039139X, 9781610391399, disponível em <<https://play.google.com/store/books>>, acessado em 26 de jul. de 2016.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. **Sobre o Movimento**. Disponível em <<http://mpl.org.br/>>, acessado em 25 jul. de 2015.

\_\_\_\_\_. **Resoluções do 3º Encontro Nacional do Movimento Passe Livre**, Escola Nacional Florestan Fernandes, Guararema-SP, julho de 2006. Disponível em <<http://brasil.indymedia.org/media/2013/06//520894.pdf>>, acessado em 25 jul. 2018.

MOVIMENTO PASSE LIVRE-SÃO PAULO. “Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo”. In: MARICATO, E. *et. al.* (Org.). **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**, 1ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 13-18.

NEWMAN, N; *et. al.* “Social media and the news”. In: GRAHAM, M. & DUTTON, W. (Eds.). **Society and the Internet: How networks of information and communication are changing our lives**. Oxford: OUP, 2014. E-book ISBN 978-0-19-966200-5, disponível em <<https://play.google.com/store/books>. p. 135-148>, acessado em 15 de jul. de 2015.

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

\_\_\_\_\_. (1999). **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. 4 ed. Campinas, Pontes, 2002.

PÊCHEUX, M. (1983) **O Discurso: Estrutura ou Acontecimento**, 4 ed. Capinas, Pontes, 2006.

PECHANSKI, J. A. “O transporte público gratuito, uma utopia real”. In: MARICATO, E. *et. al.* (Org.). **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**, 1 ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 59-63.

RÉGIS, A. *et. al.* **Renovação Política ou Camuflagem Eleitoral? Um Raio-X da “Nova” Política Brasileira.** Revista de Estudos Eleitorais, Vol. 2 – Nº 3 Recife, julho de 2018

PINHEIRO-PASSOS, D. M. S. **Linguagem, Política e Ideologia:** Uma Análise do Discurso de Partidos Verdes, Campinas: Pontes, 2006.

RHEINGOLD, HOWARD. **Multitudes Inteligentes** – la próxima revolución social. Barcelona. Editorial Gedisa, 2004.

ROLNIK, R. “As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações”. In: MARICATO, E. *et. al.* (Org.). **Cidades Rebeldes:** Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil, 1 ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 7-12.

ROUDINESCO, E. & PLON, M. **Dicionário de psicanálise.** Tradução: Vera Ribeiro, Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SAKAMOTO, L. “Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas”. In: MARICATO, E. *et. al.* (Org.). **Cidades Rebeldes:** Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil, 1 ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 95-100.

SARAIVA, C; MARQUES, E. “Favelas e periferias nos anos 2000”. In: KOWARICK, L & MARQUES, E. (Org.). **São Paulo: Novos Percursos e Atores:** sociedade, cultura e política. São Paulo: editora 34. p. 105-130.

SHEHABAT, A. M. **Arab 2.0 Revolutions:** Investigating Social Media Networks during waves of the Egyptian political uprisings that occur between 2011, 2012 and 2013. Tese (Mestrado) University of Western Sydney, 2015

SOUZA, J. **A Construção Social da Subcidadania:** para uma Sociologia Política da Modernidade Periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

\_\_\_\_\_. **A Tolice da Inteligência Brasileira:** ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: LeYa, 2015. E-book Kindle

\_\_\_\_\_. **A Classe Média no Espelho:** Sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade. Rido de Janeiro: Estação Brasil, 2018. E-book Kindle

TURKLE, S. (1984) **The Second Self:** computers and the human spirit. Cambridge, The MIT Press, 20th anniversary ed., 2005.

\_\_\_\_\_. **Life on the Screen:** Identity in the Age of the Internet. London, Weidenfeld & Nicholson, 1996.

\_\_\_\_\_. E-Book **Alone Together**: why we expect more from technology and less from each other. New York, Basic Books, 2011.

UCHOA-FERNANDES, J. A. **Jogos de (se) Mostrar / Dizer**: o sujeito e os discursos sobre a língua inglesa na rede social Orkut. 2008. 129 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

VIANNA, A. M. **As multidões de junho de 2013 no Brasil**: o desafio de explicar e compreender. Revista Espaço Acadêmico, Nº 146, Julho de 2013, Disponível em <<http://ojs.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/21301/11348>>, acessado em 10 de ago. de 2016.

ŽIŽEK, S. “Problemas no Paraíso” In: MARICATO, E. *et. al.* (Org.). **Cidades Rebeldes**: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil, 1 ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 101-108.